2014
RELATÓRIO E CONTAS

NOVO BANCO

I. Relatório de Gestão – Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

1. O NOVO BANCO
2. O Grupo NOVO BANCO
3. Enquadramento Macroeconómico
4. Gestão Financeira e Mercado de Capitais
5. Gestão de Riscos
6. Atividade e Resultados
7. Governo da Sociedade
8. Demonstrações Financeiras
9. Notas Finais
   - Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada
   - Proposta de Aplicação dos Resultados do NOVO BANCO
   - Guia de Leitura para a Informação de Sustentabilidade
   - Nota de Agradecimento

II. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas
2. Anexo - Adoção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) Relativas à Transparência da informação e à Valorização dos Ativos
3. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas Consolidadas e Individuais
5. Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas
6. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais

III. As Contas da Sustentabilidade

1. As Contas da Sustentabilidade
2. Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

Principais Indicadores

	04-ago-14 [a]	04-Ago-14 (Pró-Forma) [b]	31-Dez-14
ATIVIDADE (milhões de euros)			
Ativos Totais [1]	84 200	83 970	74 801
Ativo	72 383	72 383	65 417
Crédito a Clientes (bruto)	43 818	41 663	40 060
Depósitos de Clientes	25 102	24 617	26 626
Capitais Próprios e Equiparados	6 100	6 100	5 410
SOLVABILIDADE [2] [3]			
Common EquityTier I /Ativos de Risco	10,3%	-	9,5%
Tier I /Ativos de Risco	10,3%	-	9,5%
Fundos Próprios Totais/Ativos de Risco	10,3%	-	9,5%
LIQUIDEZ (milhões de euros)			
Financiamento líquido junto do BCE [4]	8 871	8 768	7 812
Carteira Elegível para Operações de *Repos* (BCE e outros)	16 111	15 892	14 171
(Crédito Total - Provisões para Crédito)/ Depósitos de Clientes [3]	144%	140%	126%
QUALIDADE DOS ATIVOS			
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	7,5%	7,7%	8,7%
Crédito com Incumprimento / Crédito Total [3]	8,9%	9,2%	9,9%
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido [3]	-3,5%	-3,0%	-3,4%
Crédito em Risco/Crédito Total [3]	13,8%	13,5%	16,5%
Crédito em Risco, líquido / Crédito Total, líquido [3]	2,1%	1,6%	3,6%
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	160,6%	153,7%	147,9%
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes (bruto)	12,0%	11,9%	12,8%
Custo do Risco [5]	-	-	2,3%
RENDIBILIDADE			
Resultado do período (M€)	-	-	-497,6
Resultado antes de Impostos e de Interesses que não controlam / Ativo Líquido médio [3] [5]	-	-	-1,0%
Produto Bancário /Ativo Líquido médio [3] [5]	-	-	2,8%
Resultado antes de Impostos e de Interesses que não controlam / Capitais Próprios médios [3] [5]	-	-	-11,3%
EFICIÊNCIA			
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário [3]	-	-	45,4%
Custos com Pessoal / Produto Bancário [3]	-	-	22,7%
Custos Operativos / Ativos Totais [5]	-	-	1,2%
COLABORADORES (nº)			
Total	8 689	7 887	7 722
- Atividade Doméstica	7 195	6 950	6 832
- Atividade Internacional	1 494	937	890
REDE DE BALCÕES (nº)			
Total	674	674	675
- Doméstica	631	631	631
- Internacional	43	43	44

(a) Dados considerando o Balanço de abertura após as deliberações de 22 de dezembro de 2014 e de 11 de fevereiro de 2015

(b) Dados considerando a classificação do Banco Espírito Santo de Investimento como unidade em descontinuação nos termos do IFRS 5

(1) Ativo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado

(2) Valores calculados de acordo com *IRB Foundation*

(3) De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal, na versão em vigor

(4) Inclui financiamento e aplicações do/no Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC); o valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação

(5) Valor anualizado

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O NOVO BANCO nasceu a três de Agosto de 2014, quando o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., com o capital de 4,9 mil milhões de euros totalmente subscrito pelo Fundo de Resolução, o único acionista do Banco.

O atual Conselho de Administração tomou posse a 17 de setembro, com o mandato claro de acrescentar valor para o acionista, enquanto este preparava o NOVO BANCO para ser adquirido por um acionista estável e com capacidade para assumir o controlo de um banco comercial universal de relevo na zona euro.

Os acontecimentos dramáticos que atingiram o Grupo Espírito Santo e que antecederam a medida de resolução, bem como as sucessivas mudanças na equipa de gestão do Banco, afetaram gravemente a imagem e a credibilidade de uma instituição financeira centenária, com consequências imediatas na quebra de volume de negócios, particularmente depósitos de clientes e consequente agravamento do rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos: 155% em Setembro).

Neste cenário, extremamente adverso, era essencial contar com todos os colaboradores, mobilizando-os para a tarefa de recuperação do Banco. Assim, em 18 de setembro dirigimo-nos à melhor equipa de banca comercial em Portugal, comprometendo-os a voltar a ocupar a posição de liderança, aumentando o volume de negócios e criando valor («Esse é o nosso mandato e não a discussão permanente sobre modelo e/ou data de venda»).

O plano de visitas da Administração às redes comerciais reforçou este compromisso e a confiança das equipas. As prioridades claras e o restabelecimento da *governance* do Banco, aumentaram os níveis de confiança das equipas e a pouco e pouco dos clientes.

Os depósitos aumentaram 4,2 mil milhões de euros entre 30 de setembro e 31 de dezembro, ficando acima do nível de 4 de agosto. Este fator, aliado a um desinvestimento seletivo em ativos não «core», permitiu chegar ao final do ano com um rácio de transformação de 126%.

Aos poucos, a marca NOVO BANCO, ia-se afirmando como marca de referência no mercado. A Campanha 5 estrelas e as campanhas destinadas a clientes empresariais, bem como alguns eventos estratégicos, reforçaram o papel do NOVO BANCO como terceiro Banco Nacional por volume de ativos, com 16,2% de quota de mercado, e como Banco de referência das empresas.

A solução encontrada em setembro, que permitiu aos clientes converter os investimentos em «séries comerciais e obrigações sobre títulos (OST's)» em depósitos, bem como idêntico tratamento em Outubro para a gestão discricionária de carteiras (GDC's), ajudou claramente a retomar os níveis de confiança e retenção dos clientes.

A publicação do balanço de abertura, revelou o NOVO BANCO como o terceiro Banco do Sistema, com um rácio *core equity tier* 1 (CET1) de 10,3%, acima do mínimo regulamentar.

Foi aceite uma solução para Angola e acordou-se a venda do BESI, permitindo um reforço do foco no negócio de banca comercial doméstica.

Introduziu-se uma política de redução de custos e reforço das áreas de controlo, tendo sido criados os departamentos de crédito e de gestão do capital.

Tudo isto e a aprovação de um quadro de valores que deverão nortear as equipas do NOVO BANCO (anunciados na nossa Convenção de 17 de Janeiro de 2015) deixam-nos otimistas para atingir as cinco prioridades que definimos para 2015:

- Crescer depósitos acima de 10% (excluindo 3 principais clientes);

- Chegar a um rácio de transformação abaixo dos 120%;

- Atingir um crescimento de 450 milhões de euros no crédito a Empresas *Winners*;

- Manter um CET1 acima dos 8,5%;

- Obter um resultado bruto de exploração acima dos 350 milhões de euros.

Gostaria de agradecer a atitude, caráter e dedicação dos colaboradores do NOVO BANCO.

Por último uma palavra especial para os nossos clientes, sem os quais muitos dos objetivos teriam ficado por atingir.

Eduardo Stock da Cunha

Presidente do Conselho de Administração

1. O NOVO BANCO

Origem

O NOVO BANCO, S.A. foi constituído por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, ao abrigo do nº5 do artigo 145.º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, na sequência da aplicação de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, nos termos dos n.ºs 1 e 3, alínea c), do artigo 145.º-C do RGICSF.

Como determinado pelo ponto dois da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal do dia 3 de agosto de 2014, na redação que lhe foi dada por deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto, foram transferidos para o NOVO BANCO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 145.º-H do RGICSF, a maioria dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, de acordo com os critérios definidos no Anexo 2 à referida deliberação.

Por força do artigo 153.º-B do RGICSF, o Fundo de Resolução é o detentor único do capital social do NOVO BANCO, que é representado por 4 900 milhões de ações nominativas com valor nominal de um euro por ação num total de 4 900 milhões de euros.

O NOVO BANCO, enquanto Banco de transição, tem uma duração limitada de dois anos, prorrogável por períodos de um ano, com base em fundadas razões de interesse público, até ao máximo de cinco anos, conforme disposto no n.º 12 do artigo 145.º-G do RGICSF. De todo o modo, de acordo com os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, a alienação do NOVO BANCO deve ocorrer num prazo máximo de dois anos desde a data da sua constituição.

Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do NOVO BANCO são nomeados pelo Banco de Portugal, sob proposta da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução (n.º11 do artigo 145.º-G do RGICSF e artigo 8.º do Aviso do Banco de Portugal n.º13/2012). Deste modo, são órgãos sociais do NOVO BANCO a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

A gestão do NOVO BANCO é assegurada por um Conselho de Administração com competências de gestão das atividades do Banco, de acordo com os objetivos estabelecidos no artigo 3.º, do Aviso do Banco de Portugal n.º 13/2012 e na deliberação do Banco de Portugal de constituição do NOVO BANCO, S.A.

Com as limitações inerentes ao seu estatuto de banco de transição, para além dos poderes normais de gestão definidos por lei e pelos estatutos do NOVO BANCO cabe, em especial, ao Conselho de Administração, dinamizar a atividade operacional de forma a preservar o valor do negócio, alienar certos elementos patrimoniais do Banco, tendo em conta os princípios orientadores da atividade e as circunstâncias do mercado, e cumprir com todas a orientações e recomendações transmitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente:

- preparação e apresentação de planos e atividades numa base semestral, a submeter ao Banco de Portugal;
- gerir e maximizar o valor dos ativos recebidos pelo Banco com vista a permitir a sua alienação;
- dar apoio na preparação da alienação total ou parcial do capital social do Banco ou do seu património.

Em 3 de agosto de 2014, por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, foram nomeados como membros do Conselho de Administração do NOVO BANCO:

- Presidente: Vítor Augusto Brinquete Bento
- Vice-Presidente: José Alfredo Almeida Honório
- Vogal: João de Almada Moreira Rato
- Vogal: João Eduardo Moura da Silva Freixa
- Vogal: Jorge Alberto Carvalho Martins
- Vogal: João Maria de Magalhães Barros de Mello Franco

Em 7 de agosto de 2014, por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, foi nomeado António Miguel Natário Rio Tinto como vogal do Conselho de Administração do NOVO BANCO.

Em 16 de setembro de 2014, em reunião ordinária do conselho de Administração do Banco de Portugal, e considerando a renúncia dos anteriores membros, o Banco de Portugal deliberou, no exercício da competência conferida pelo n.º11 do artigo 145.º-G do RGICSF e sob proposta da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução, nomear para o Conselho de Administração do NOVO BANCO, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2014, os seguintes membros:

- Presidente: Eduardo José Stock da Cunha
- Vogal: Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
- Vogal: Vítor Manuel Lopes Fernandes
- Vogal: José João Guilherme

Em 10 de março de 2015, sob proposta da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução e por indicação do Conselho de Administração do NOVO BANCO, o Banco de Portugal nomeou, com efeitos a partir de 12 de março de 2015, Francisco Ravara Cary e Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz como membros do Conselho de Administração do NOVO BANCO.

O Conselho de Administração do NOVO BANCO reúne normalmente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores.

A informação detalhada das competências e os poderes do Conselho de Administração está descrita no ponto 7. Governo da Sociedade.

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: José Gabriel Queiró
- Vice-Presidente: João Alexandre Marques
- Secretário: Eugénio Fernando Quintais Lopes

Conselho Fiscal

- Presidente: José Manuel de Oliveira Vitorino
- Vogal: José António Noivo Alves da Fonseca
- Vogal: José Francisco Claro

Revisor Oficial de Contas

- PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA., representada por José Manuel Henriques Bernardo ou Aurélio Adriano Rangel Amado

Secretário da Sociedade

- Eugénio Fernando Quintais Lopes
- Artur Miguel Marques da Rocha Gouveia (Secretário Suplente)

2. O Grupo NOVO BANCO

O Grupo NOVO BANCO serve todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais. O Grupo apresenta um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida.

Para além da atividade doméstica, o Grupo NOVO BANCO desenvolve uma atividade internacional focada em países com afinidades económicas e culturais com Portugal.

O *know-how* existente no mercado doméstico nas áreas de banca de empresas e *private banking* permite ao Grupo NOVO BANCO exportar as suas competências nestas áreas para servir clientes locais e que desenvolvam atividades económicas transnacionais, nomeadamente através do acompanhamento e apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, o grande enfoque tem sido o de facilitar aos clientes o acesso a mercados estratégicos onde existem oportunidades de negócio.

Missão

O NOVO BANCO, enquanto banco de transição, tem como objetivo central da sua atividade criar valor para o seu acionista procurando, em simultâneo, satisfazer as necessidades dos seus clientes e a realização profissional dos seus colaboradores. A sua primeira e fundamental missão é alinhar uma estratégia de reforço sustentado da sua posição competitiva no mercado com um total respeito pelos interesses e bem-estar dos seus clientes e colaboradores, assegurando a manutenção de baixos níveis de risco e a maximização do valor dos ativos recebidos, na data da constituição do Banco.

O Grupo NOVO BANCO é um grupo financeiro universal, com presença em quatro continentes, mas com centro de decisão em Portugal.

Estratégia

O Grupo NOVO BANCO tem como principal eixo de desenvolvimento e de diferenciação estratégica a prestação de serviços caracterizados pela excelência e pela permanente orientação para as necessidades de cada cliente, independentemente de se tratar de clientes particulares, empresariais ou institucionais.

Através de abordagens e propostas de valor diferenciadas, o Grupo NOVO BANCO oferece uma gama abrangente de soluções e de serviços financeiros que pretendem responder às necessidades específicas de cada cliente.

As circunstâncias que estiveram na origem da criação do Grupo NOVO BANCO geraram um ambiente desafiante que exigiu a mobilização dos colaboradores para fazer face à excecional e complexa situação decorrente da aplicação da medida de resolução à instituição financeira originária.

De entre os desafios enfrentados destacam-se os seguintes pela respetiva abrangência e relevância:

- Recuperar a confiança dos clientes, com o objetivo de aumentar os depósitos, tendo em vista a estabilização dos meios de financiamento da atividade do Banco;
- Sustentação da rendibilidade futura, capitalizando no significativo posicionamento do NOVO BANCO junto do segmento das empresas, permitindo ao Banco contribuir para o desenvolvimento económico nacional e beneficiar da retoma esperada da economia portuguesa;
- Manter a desalavancagem do balanço através da alienação seletiva de ativos de forma a melhorar os níveis de liquidez e solvabilidade mas, sem deixar de apoiar as pequenas e médias empresas, em geral, e as empresas exportadoras, em particular;
- Redução do financiamento do Banco Central Europeu (BCE) decorrente da recuperação dos recursos de clientes e da liquidez gerada pela venda de ativos;
- Prestação de toda a colaboração com as Autoridades de Supervisão e cumprimento de todas as disposições regulatórias num quadro de gestão de um banco de transição.

Atividade por Geografias

- ### Atividade Doméstica

Em Portugal o Grupo NOVO BANCO atua através de uma rede de balcões de marca única, Centros de Empresas e Centros de *Private Banking*. O dinamismo comercial dos seus colaboradores permitiu uma resiliência do seu posicionamento competitivo no mercado, num ambiente extremamente adverso, tendo em conta as circunstâncias que deram origem ao Grupo NOVO BANCO.

O Grupo tem um posicionamento de destaque nas áreas de Banca de Empresas e *Private Banking* e oferece ainda serviços de gestão de ativos através da GNB Gestão de Ativos (oficialmente ainda ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros SGPS, SA) e de banca seguros através da GNB Seguros Vida e GNB Seguros.

Canais de distribuição

A capacidade de distribuição é um dos fatores fundamentais para o posicionamento competitivo do Banco. A 31 de dezembro de 2014, o Grupo NOVO BANCO dispunha de uma rede de retalho doméstica de 631 balcões e 44 balcões no estrangeiro (incluindo 35 em Espanha e 2 em Cabo Verde). A rede de balcões é complementada por centros especializados e totalmente dedicados aos segmentos de empresas e *private*. No final de 2014, o Grupo contava com 23 centros de *private banking* (19 em Portugal e 4 em Espanha) e 30 centros de empresas (23 em Portugal e 7 em Espanha).

Para além da presença física em todo o território nacional, o Grupo NOVO BANCO tem desenvolvido uma abordagem multicanal na sua relação com os clientes, em particular através da *Internet*, tendo o número de clientes que utilizam frequentemente o *Internet Banking* de particulares aumentado – NBnet – consolidando a posição de liderança no *Internet Banking* em Portugal. Esta abordagem multicanal tem vindo a ser progressivamente aprofundada e alargada através, por exemplo, da implementação de um sistema de CRM (*Customer Relationship Management*) que assegura a integração entre os diferentes canais de interação com os clientes, bem como do progressivo recurso à desmaterialização de processos.

O NOVO BANCO disponibiliza aos seus clientes diversos canais de comunicação e de acesso ao Banco que lhes permite estar em permanente contacto, recorrendo às mais recentes tecnologias:

- **NBapp (*smartphone*):** serviço desenvolvido especificamente para a utilização através de smartphones *Android* ou *iOS* (*iPhone*) e com acesso a diversas consultas e operações bancárias. A NBapp *smartphone* é o canal que mais cresce em utilização no Banco e disponibiliza um leque de opções adequadas à utilização móvel, acessíveis a qualquer hora, onde quer que o Cliente esteja;
- **NBapp (*tablet*):** Aplicação desenvolvida para tirar o máximo partido das potencialidades de *tablets Android* e *iPad*. Uma solução inovadora e profundamente diferenciada da restante oferta disponível no mercado nacional e internacional. Destacam-se neste contexto: a forma como é facilitada a submissão de operações, a possibilidade de seleção de opções favoritas ou as opções de parametrização da página inicial, customizando-a às necessidades e preferências dos clientes, entre outras possibilidades que o serviço oferece;
- **NBdirecto:** serviço de atendimento telefónico que permite fazer operações bancárias e obter aconselhamento sobre produtos. O NBdirecto disponibiliza um conjunto de linhas adaptado ao perfil de cada Cliente: NBdirecto Internacional, NBdirecto Boas-Vindas, NB *Private Phone*, Linha NB 360º, Linha Informativa T e NBdirecto Seguros;
- **NBcall:** serviço de envio de mensagem através do NBnet que permite ao Cliente contactar com o Banco sem qualquer custo: 'envie-nos uma mensagem e ligamos-lhe diretamente';
- **NBchat:** serviço de *'chat' online*: 'fale connosco'.

Atividade Internacional

O Grupo NOVO BANCO está presente em 20 países (para além de Portugal), em quatro continentes. A internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das economias e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidos em vários continentes, têm sido a base para a presença internacional do Grupo.



Espanha

Em Espanha, o Grupo NOVO BANCO atua através de uma rede de 35 balcões, 7 centros de Empresas e 4 Centros de *Private Banking*. Tirando partido da proximidade geográfica, o NOVO BANCO aposta numa visão ibérica do mercado, facilitando e promovendo as exportações e o investimento direto das empresas portuguesas para este país e das empresas espanholas para Portugal.



Reino Unido

No Reino Unido, o NOVO BANCO atua, através de uma sucursal em Londres, no negócio de banca de *wholesale*, em especial na originação de *funding* institucional e gestão de carteiras de operações de crédito bilaterais e sindicadas, incluindo *acquisition finance* e *project finance*.



Luxemburgo

O NOVO BANCO detém uma sucursal no Luxemburgo, um centro financeiro internacional de referência e com uma grande comunidade portuguesa. Esta unidade tem como missão principal servir esta comunidade mas também clientes internacionais do Grupo. O foco da atividade situa-se no segmento *corporate*, *private banking* e afluentes, bem como na prestação de serviços financeiros à comunidade de portugueses que são igualmente clientes do NOVO BANCO em Portugal.



Venezuela

O Grupo NOVO BANCO desenvolve a sua atividade na Venezuela através do NOVO BANCO Sucursal Venezuela, Banco Universal. Esta unidade atua nas áreas de *corporate*, *private banking* e afluentes, com destaque para a comunidade portuguesa, que tem uma forte presença no país, bem como, para as empresas venezuelanas com negócios em Portugal.



Estados Unidos da América

A Sucursal do NOVO BANCO em Nova Iorque concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. Em virtude das fortes reduções de atividade neste mercado, associada à alienação do BESI, o NOVO BANCO tomou a decisão de encerrar esta sucursal no decurso do exercício de 2015.



França

Em França, o NOVO BANCO tem uma participação de 87,5% no Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. que presta serviços financeiros e de banca de empresas.



Cabo Verde

A atividade do Banco Internacional de Cabo Verde, S.A. está vocacionada para o mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do setor público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e atuando também no mercado local de afluentes. Até março de 2015 o NOVO BANCO deteve uma Sucursal Financeira Exterior em Cabo Verde que encerrou a sua atividade nessa data.



Moçambique

O Grupo NOVO BANCO detém uma participação de 49% no Moza Banco, S.A., cuja atividade se foca nos segmentos *corporate*, *private* e afluentes, contando no final de 2014 com uma rede de 30 agências, resultado do esforço de expansão que tem como objetivo a presença em todas as Províncias do País. A participação no Moza Banco reforça a presença do Grupo em África e posiciona o NOVO BANCO para participar ativamente no crescimento de Moçambique, como parceiro do tecido empresarial Moçambicano e no apoio às empresas Portuguesas presentes naquele país. O Grupo oferece assim aos seus clientes uma ampla oferta de produtos financeiros, entre os quais: *trade finance*; financiamentos para projetos de Investimento; oferta de gestão de tesouraria e poupanças; e oferta transacional no mercado doméstico e internacional.



Angola

Em novembro de 2014, na sequência do processo de saneamento do BES Angola, deliberado pelo Banco Nacional de Angola, o BES Angola foi redenominado como Banco Económico, S.A. e sujeito a uma reestruturação acionista, passando o NOVO BANCO a deter uma participação financeira de 9,7% no capital do Banco Económico. O Banco Económico atua através de uma rede de 70 agências e postos de atendimento dispersos por quinze províncias, um centro de atendimento *private* e 11 centros de empresas

em Luanda. Como complemento desta oferta, o Banco Económico também presta serviços nos segmentos de banca de empresas e de banca de investimento.



Macau

A presença na Região Administrativa Especial de Macau, assegurada pelo NOVO BANCO Ásia, S.A., assenta essencialmente no apoio aos clientes do Grupo na atividade empresarial que desenvolvem nesta região, bem como na atividade *wholesale funding*. Simultaneamente, aproveita as oportunidades de negócio com base na iniciativa do Governo Central da República Popular da China, que considera Macau uma plataforma de cooperação económica com os países de língua portuguesa.

Outras Presenças

O Grupo NOVO BANCO tem escritórios de representação na África do Sul, China, México e Suíça. Adicionalmente detém participações financeiras em bancos locais como o Banco delle Tre Venezie, Spa. (20,0%) em Itália, a Banque Marocaine du Commerce Extérieur, S.A. (2,6%), em Marrocos e Ijar Leasing Algérie (35% em parceria com a Banque Extérieure d'Algérie), na Argélia.

Presença Internacional do Grupo NOVO BANCO

Sucursais Internacionais
Sucursal em Espanha; Sucursal em Londres (Reino Unido); Sucursal no Luxemburgo; Sucursal na Venezuela, Banco Universal (Venezuela); Sucursal em Nova Iorque (E.U.A.); Sucursal em Nassau (Bahamas), SFE Cabo Verde (Cabo Verde); Sucursal nas Ilhas Caimão
Subsidiárias e Associadas Internacionais
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (França); Banco Internacional de Cabo Verde (Cabo Verde); Moza Banco, S.A. (Moçambique); Banco Económico, S.A. (Angola); NOVO BANCO Asia, S.A. (Macau / Republica Popular da China); ES PLC (Irlanda); BES GMBH (Alemanha); Banco Delle Tre Venezie, Spa (Italia); Banque Marocaine du Commerce Extérieur, S.A. (Marrocos); Ijar Leasing Algérie (35% em parceria com Banque Extérieure d'Algérie)
Escritórios de Representação
África do Sul, China, México, Suíça (Genebra, Lausana, Neuchatel, Sion e Zurique)

Atividade Comercial e de Negócio

O Grupo NOVO BANCO é um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de clientes particulares, empresariais e institucionais. A inovação de produtos e a orientação para a qualidade de serviço permitiu manter o Grupo NOVO BANCO como uma referência no mercado nacional.

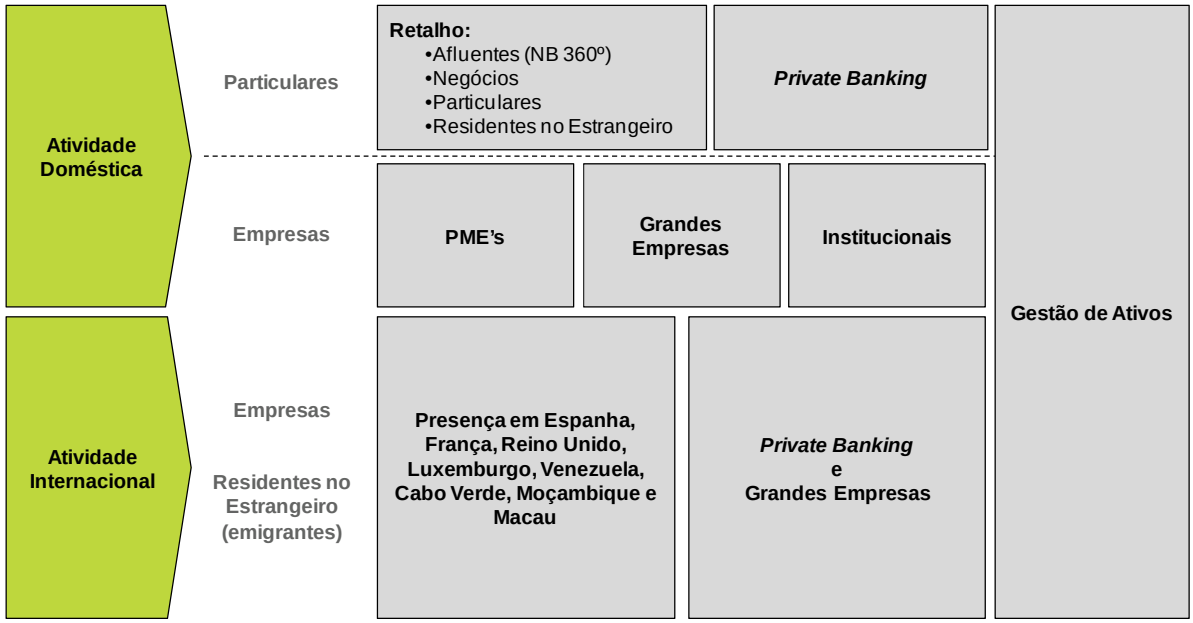
No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes segmentos operacionais:

- Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas, Institucionais e *Private Banking;*
- Banca Comercial Internacional;
- Banca de Investimento;
- Gestão de Ativos;
- Atividade de Seguros Vida;
- Mercados;
- Centro Corporativo.

Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do NOVO BANCO, bem como as unidades do Grupo com cuja atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa ótica de centro de investimento) é complementada, a nível do Conselho de Administração do NOVO BANCO, pela definição de estratégias e de planos comerciais para cada segmento operacional.

Complementarmente, é utilizada uma segunda segmentação da sua atividade e resultados baseada em critérios geográficos, separando a performance das unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

O NOVO BANCO tem uma abordagem segmentada ao mercado de modo a oferecer uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros que respondam às necessidades dos clientes.



- **Banca Retalho**

Na sua abordagem aos clientes de retalho o Grupo NOVO BANCO aposta numa oferta diversificada e distintiva, de acordo com as necessidades financeiras dos seus clientes. A criação de propostas de valor diferenciadas assenta no desenvolvimento constante de soluções e serviços disponibilizados aos clientes, na adoção de critérios de segmentação ajustados às características dos clientes, na elevada qualidade do serviço prestado e na eficácia da comunicação.

O NOVO BANCO tem vindo a criar propostas de valor inovadoras ao nível do Retalho, em concreto para clientes afluentes ("NB 360º"), para pequenas empresas e empresários em nome individual ("Negócios"), para *mass market* ("Particulares de Retalho") e para Emigrantes ("Residentes no Estrangeiro"). Estes clientes são atualmente servidos por uma rede de 631 balcões a nível nacional.

NB 360º: Excelência no serviço ao Cliente

Para o segmento dos clientes afluentes, o serviço NB 360º, posiciona-se como uma proposta de referência no acompanhamento e na assessoria financeira destes clientes. O NB 360º garante um elevado padrão de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor dedicado e especializado, de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às necessidades específicas dos clientes.

A competitividade da proposta de valor do segmento 360º assenta num conjunto de iniciativas estratégicas, nomeadamente:

- A nova abordagem remota a clientes afluentes que, conjuntamente, com as unidades especializadas, Centros 360º, concretizaram uma proposta de valor no segmento de uma forma ainda mais abrangente permitindo um crescimento significativo no *share-of-wallet* e fidelização dos clientes;
- Os Compromissos NB 360º que tangibilizam a excelência no serviço ao cliente em objetivos concretos, assegurando uma postura profissional, rigorosa e dedicada com eficácia na resolução de problemas e uma atitude proativa na apresentação das melhores soluções para as necessidades de cada cliente;
- Uma oferta de produtos e serviços competitiva e abrangente, que inclui soluções de poupanças inovadoras e competitivas e produtos de proteção na saúde e lazer, assegurando uma resposta transversal às necessidades dos clientes afluentes;
- A disponibilização de ferramentas inovadoras que permitem alcançar uma abrangência total na satisfação das necessidades dos clientes, como é o exemplo na plataforma de negociação em bolsa NBnet *Trading*.

O segmento representava, a 31 de dezembro de 2014, mais de 55% do total de recursos do Retalho, constituindo assim uma base estável de *funding* do Grupo.

O **Banco Best**, líder em inovação na oferta de produtos e serviços financeiros em Portugal, lançou em 2014 o seu novo *site*, numa evolução sem precedentes que refletiu as novas tendências tecnológicas e os hábitos mais recentes de navegação na *Web*. Mais intuitivo, de navegação mais simples e com funcionalidades acrescidas, o novo *site* obedece também aos princípios do *responsive design*. Foram adicionadas três novas gestoras ao seu leque de oferta, Neuberger Berman, MFS e Muzinich, mantendo a liderança em fundos de investimento estrangeiros, com 25,3% de quota de mercado. Na negociação de derivados *online*, o Best é *líder na negociação *online* de futuros, com uma quota de mercado de 27%, de acordo com dados divulgados pela CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários). Os volumes de negócio alcançados expressam a *performance* em várias áreas de negócio, nomeadamente quanto ao *stock* de fundos de investimento estrangeiros, que cresceu 29%, tendo o volume global ultrapassado os 1 000 milhões de euros. Esta dinâmica sublinha o caráter independente da oferta e a procura, por parte dos clientes, de ativos não correlacionados com o risco nacional para diversificação das suas carteiras de investimento. Adicionalmente o número de clientes aumentou 5,2%.

Negócios: Enfoque no apoio à gestão eficaz das necessidades de fundo de maneio dos Clientes

O Segmento de Negócios elegeu como prioridade de ação comercial a disponibilização de soluções inovadoras, soluções de pagamentos/recebimentos e de gestão de tesouraria que permitem aos clientes aumentar a eficiência e eficácia na gestão das necessidades de fundo de maneio, otimizando os seus custos e o recurso ao crédito bancário.

Assim, procedeu-se em 2014:

- Ao fortalecimento da colocação da Oferta de Soluções de Tesouraria ("Soluções NB Negócios") e de Terminais de Pagamento Automático ("*Packs* NB Negócios") adaptados à realidade das micro empresas e empresários em nome individual, o que permitiu continuar a aumentar a quota de mercado do NOVO BANCO neste produto, contando com mais de 15 mil clientes do segmento com TPA ativo.
- Reforço da dinamização do NB Express Bill, sistema inovador de pagamentos e recebimentos que consiste na emissão eletrónica de ordens de pagamento a prazo com garantia de pagamento do NOVO BANCO.

Um dos principais vetores distintivos da abordagem do NOVO BANCO ao segmento de negócios assenta no acompanhamento da vertente profissional e pessoal dos sócios dos clientes Negócios por gestores únicos especializados e dedicados. A visão integral das necessidades dos clientes, considerando impactos cruzados de eventos no domínio pessoal e empresarial e um interesse genuíno sobre o seu sucesso ao longo das diferentes etapas de vida, permitem ao NOVO BANCO posicionar-se como o parceiro por excelência no segmento dos Negócios, ambicionando elevados níveis de penetração de empresas cujo sócio(s) opta(m) por concentrar parte substancial do seu património e gestão de quotidiano no NOVO BANCO.

Particulares de Retalho

O NOVO BANCO continuou a reforçar o seu posicionamento nas áreas da oferta de produtos de poupança e da cobertura das necessidades de proteção e segurança do quotidiano.

Ao nível da poupança, manteve-se o enfoque em soluções de aforro adequadas ao contexto económico, como é o caso dos depósitos a prazo, como forma de recuperar a confiança dos seus clientes.

No atual contexto económico, a oferta de seguros do NOVO BANCO continuou a destacar-se nas áreas de proteção essencial dos agregados familiares perante incidentes que ponham em causa a sua estabilidade financeira.

Os **Canais Diretos** continuaram a afirmar-se como canal privilegiado no relacionamento com os clientes, nomeadamente, por: (i) disponibilização completa de um lote de serviços, consultas e transações possíveis de serem realizadas remotamente de forma automática, onde quer que o cliente esteja, a qualquer hora do dia; (ii) disponibilização de um dispositivo de vendas com particular incidência nos produtos de poupança e seguros, sendo possível a compra imediata na *internet*, a compra com apoio remoto de um operador telefónico ou o agendamento de uma reunião com o balcão ou gestor de conta respetivo; (iii) integração das plataformas de *CRM* (balcão, NBnet e NBdirecto), geridas centralmente e de forma unificada, com ofertas personalizadas para cada cliente no momento da sua interação com o canal remoto, revelando taxas de sucesso muito interessantes, confirmando a adequação das ofertas às necessidades dos clientes; (iv) disponibilização de novas soluções adequadas à mobilidade dos clientes, nomeadamente através de aplicações para *smartphone* e *tablet* (NBapp), que permitem um acesso seguro, cómodo e permanente, em qualquer circunstância.

Olhando para a satisfação de utilização de sistemas de *internet banking*, de acordo com os últimos dados Marktest, o NBnet notabiliza-se como o serviço que recolhe o mais elevado grau de satisfação comparada, mantendo a liderança destacada na média do ano para a totalidade dos oito critérios de avaliação (segurança, *design*, serviços disponíveis, facilidade de utilização, disponibilidade, rapidez de carregamento das páginas, rapidez de execução de operações, satisfação global com o serviço).

A **NBapp *smartphone*** continua a crescer de forma muito significativa, sendo o canal que mais cresce na utilização quotidiana dos clientes. De destacar que já existem mais de 10 000 clientes que passaram a usar esta solução em exclusivo, desativando a sua utilização noutros canais. Este número tem sempre vindo a crescer, facto que está associado à crescente taxa de detenção de *smartphones* e, por outro lado, ao contínuo investimento na melhoria das soluções móveis que o Banco disponibiliza.

O **NBapp *tablet*** apresenta soluções inovadoras e profundamente diferenciadas da restante oferta disponível no mercado nacional e internacional. Destaca-se o facto de que, desde o seu lançamento, a NBapp *tablet* tem liderado as classificações atribuídas pelos clientes na loja de aplicações da Apple, com uma avaliação média de 4,5 em 5.

A satisfação dos clientes com o serviço NBdirecto é também elevada – 80% dos clientes declaram-se muito satisfeitos.

O **NOVO BANCO DOS AÇORES** assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e a permanente orientação para as necessidades de cada cliente. O Banco serve todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais, oferecendo-lhes uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros através de abordagens e propostas de valor diferenciadas, capazes de responder de forma distintiva às suas necessidades. O posicionamento do NOVO BANCO DOS AÇORES assenta assim em três pilares: (i) conhecimento aprofundado das necessidades dos diferentes segmentos, (ii) desenvolvimento da oferta em função das necessidades identificadas e (iii) proposta das soluções melhor ajustadas a cada segmento. A capacidade de distribuição é um dos fatores fundamentais para o posicionamento competitivo do Banco nos Açores. A 31 de dezembro de 2014 o NOVO BANCO DOS AÇORES dispunha de uma rede de retalho de 17 balcões. A rede de balcões é complementada por um centro especializado e totalmente dedicado ao segmento de empresas, um centro 360º e *Private* e Departamento de Municípios e Institucionais.

O NOVO BANCO DOS AÇORES tem prosseguido uma consistente e clara estratégia de crescimento orgânico no mercado regional e rejuvenescimento dos seus balcões. A estratégia do Banco está suportada no desenvolvimento de um modelo multi-especialista de abordagem ao mercado regional e num forte dinamismo comercial junto dos segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais, que tem permitido atingir consecutivos ganhos de quota de mercado.
Para além da presença física, o NOVO BANCO DOS AÇORES desenvolveu uma abordagem multicanal na sua relação com os clientes, em particular através da *Internet*. Esta abordagem tem vindo a ser progressivamente aprofundada e alargada através, por exemplo, da adoção de uma metodologia de CRM (*Customer Relationship Management*) que assegura a integração entre os diferentes canais de interação com os clientes e do progressivo recurso a desmaterialização de processos.

Residentes no Estrangeiro: reforço na proximidade de relacionamento

O NOVO BANCO dispõe de uma gama de produtos e serviços destinados aos clientes que residem no estrangeiro. Neste âmbito destaca-se um serviço inovador que permite aos clientes dispor de um gestor em qualquer parte do mundo, através de um relacionamento à distância que acompanha todas as necessidades financeiras dos clientes, desde a gestão do seu quotidiano à constituição de aplicações financeiras. Este serviço vem complementar a rede de estruturas comerciais presente nos principais destinos da emigração portuguesa, tais como França, Suíça, Luxemburgo, entre outros.

Para ir ao encontro das necessidades dos clientes residentes no estrangeiro e no que diz respeito à gestão do quotidiano, o NOVO BANCO apresenta uma Conta NB 100% *Gold* RE que oferece um amplo conjunto de vantagens, tais como o pagamento automático de despesas mensais, cartões de débito e de crédito sem anuidade e um pacote de proteção e segurança, entre outras ofertas.

Oferta Especializada

O princípio base do NOVO BANCO na abordagem aos clientes é o de encontrar um ponto de equilíbrio entre a oferta e a procura. Deste modo, o Banco procura constantemente adaptar os seus serviços às necessidades dos seus clientes, favorecendo e reforçando a aposta na inclusão social e financeira de pessoas e organizações, oferecendo-lhes produtos e serviços especializados, nos quais se enquadram:

- Produtos de poupança;
- Microcrédito;
- Seniores;
- Novos Residentes;
- Universidades; e
- Produtos e Serviços Ambientais (Conta NB 18.31).

Produtos Poupança

Com o aumento do custo de vida, decorrente do atual contexto socioeconómico, foi-se tornando cada vez mais urgente ajustar o orçamento familiar ao respetivo rendimento. Estando atento a esta realidade, o NOVO BANCO disponibiliza um conjunto de soluções de poupança adequado às necessidades dos seus clientes.

As soluções Poupança Programada, Micro Poupança e Poupança por Impulso mantiveram, em 2014, uma forte dinamização pela rede comercial, permitindo ao Banco apoiar os seus clientes na constituição de cerca de 706 milhões de euros em poupanças. Este valor representa cerca de 4% do total de depósitos a prazo e contas poupança captadas pelo Banco junto de clientes particulares.

Tipo de Poupança	Descrição	Desempenho 2014
Poupança Programada	A Poupança Programada permite poupanças programadas a partir de 10 euros mensais, mediante a adesão a um plano de entregas mensais, no qual o cliente estabelece a quantia e o momento do mês a poupar, permitindo ajustar a poupança ao seu respetivo orçamento familiar. Os clientes têm a possibilidade de aderir à Poupança Programada através de três opções de conta poupança programada, com prazos de 3, 5 e 10 anos.	• 10 mil clientes aderiram • 208 milhões de euros em poupanças
Micro Poupança	A Micro Poupança é uma solução que permite a qualquer cliente, começar a poupar pequenos montantes, através do arredondamento dos débitos correspondentes às suas despesas quotidianas revertendo o arredondamento para uma conta poupança (exemplos: prestação de crédito habitação, prestação de crédito individual, prémio de seguro, débitos diretos, entre outros)	• Utilizado por cerca de 43 mil clientes • 22,842 milhões de euros em poupanças
Poupança por Impulso	A Poupança por Impulso tem como fator inovador, permitir aos clientes portadores da aplicação “Poupe” para *smartphones*, reforçar uma poupança com pequenos montantes de cada vez (entre 5 e 50 euros). Para poupar, basta abrir a aplicação e carregar no botão. Nesse momento é efetuada uma transferência a partir da conta selecionada como conta de origem para uma nova conta criada no momento da adesão, com o descritivo “Poupança por Impulso”.	• 4 mil clientes utilizaram • 26,485 milhões de euros em poupanças
Micro Doar	O serviço Micro Doar facilita o acesso das instituições privadas de solidariedade social (IPSS) a donativos dos clientes. Utilizando o mesmo conceito da Micro Poupança, este serviço permite que o cliente decida pelo arredondamento de todos ou alguns débitos, revertendo o valor do arredondamento para uma conta poupança da instituição escolhida pelo cliente. Além do valor do arredondamento, por cada Cliente que aderir ao serviço Micro Doar, o NOVO BANCO doa 10 euros a uma IPSS à escolha do cliente	• 13 IPSS beneficiaram de donativos de 162 clientes, num total de cerca de 2 mil euros

Além destes produtos de poupança, o NOVO BANCO disponibiliza ainda a todos os clientes o serviço gratuito "Orçamento Familiar". Trata-se de um serviço que organiza e agrupa automaticamente todas as receitas e despesas da conta permitindo ao cliente ter uma fotografia real do seu orçamento e, sobretudo, acompanhar a evolução das receitas e despesas identificando os gastos que podem ser reduzidos, facilitando a criação de poupanças.

Microcrédito

No atual contexto socioeconómico, o NOVO BANCO adotou a concessão de microcrédito como instrumento de incentivo ao auto emprego e à criação de microempresas, apoiando iniciativas de empreendedores que procuram acrescentar valor à economia nacional.

Através do microcrédito, o NOVO BANCO disponibiliza soluções adequadas às necessidades de empreendedores em risco de exclusão, oferecendo dois mecanismos de financiamento:

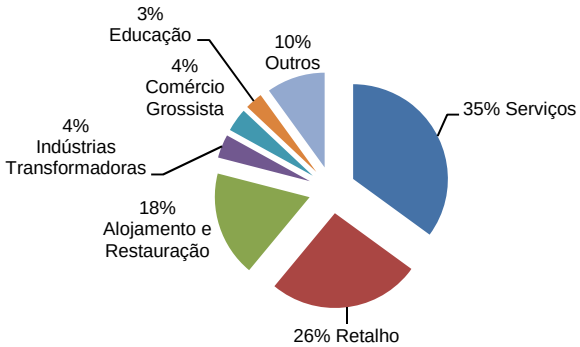
- soluções próprias do NOVO BANCO – Microcrédito NB;
- protocolos firmados com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) (este último através das linhas de crédito Microinvest e Invest+)

Em 2014, o NOVO BANCO financiou 94 projetos, que permitiram a criação de 140 postos de trabalho, representando um montante de crédito de cerca de 1,7 de milhões de euros.

Atualmente a carteira de Microcrédito do NOVO BANCO (*) possui 998 projetos financiados, num valor total 17,1 milhões de euros de crédito concedido.

O setor terciário (serviços) é o que apresenta uma maior procura deste tipo de financiamento representando 35% do total, seguido pelo retalhista com uma representação de 26%, conforme ilustrado no gráfico:

Financiamento /Sector de Atividade



(*) Inclui as linhas de Microcrédito e protocoladas com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP) (Microinvest e Invest+)

Seniores

O NOVO BANCO disponibiliza uma oferta de produtos e serviços adaptados às necessidades deste segmento facilitando a sua inclusão no sistema financeiro.

A domiciliação da pensão a partir de 250 euros no NOVO BANCO garante não só a isenção da Conta NB 100% 55+, uma conta adaptada às necessidades da população sénior em Portugal, mas também as seguintes vantagens associadas:

- **Assistência médica ao domicílio** – o NOVO BANCO disponibiliza, 24h por dia, médicos para ir a casa dos clientes seniores, sendo que estes só pagam a consulta, a deslocação é por conta do NOVO BANCO;
- **Assistência técnica ao domicílio** – o NOVO BANCO disponibiliza, 24h por dia, técnicos qualificados (canalizadores, eletricistas, serralheiros, carpinteiros, vidraceiros, pintores, pedreiros entre outros). A deslocação é por conta do NOVO BANCO;
- **Crédito Ordenado** – possibilidade de ter um descoberto, com um limite de acordo com a pensão, e mediante aprovação comercial;
- **Serviço Pack Proteção** – o NOVO BANCO permite o acesso ao serviço de adiantamento de dinheiro no estrangeiro até ao limite de crédito atribuído no Descoberto Ordenado, no caso de perda ou roubo do cartão de débito.

Em dezembro de 2014, os recursos do Segmento Seniores totalizavam cerca de 896 milhões euros e a carteira de crédito cerca de 291 milhões de euros.

Novos Residentes

O NOVO BANCO desenvolveu uma oferta especializada de produtos e serviços financeiros adaptados às necessidades e ciclos de integração das comunidades imigrantes em Portugal, com o objetivo de permitir uma interação mais fácil e completa. Esta oferta inclui o ciclo de boas vindas, plena integração, crédito e soluções de pequenos negócios.

Em 2014, O NOVO BANCO disponibilizou os cartões *FamilyLinks* que permitem que familiares distantes tenham acesso à conta da pessoa residente em Portugal, podendo fazer levantamentos em qualquer das caixas automáticas disponíveis em todo o mundo.

Apesar do contexto socioeconómico, que motivou a saída de imigrantes, em dezembro de 2014, o volume total de recursos deste segmento situou-se nos 120 milhões euros, e a carteira de crédito nos 348 milhões de euros.

Universidades

O NOVO BANCO mantém relações de parceria com diversas instituições de ensino superior que constituem uma referência na sua área no que diz respeito à excelência da formação ministrada, potencial futuro dos seus alunos ou impacto na dinâmica da região onde se inserem.

A coordenação destas parcerias e da abordagem aos respetivos estudantes é assegurada por uma estrutura central especializada e autónoma, permitindo assegurar relações de grande proximidade.

Visando uma presença relevante junto das instituições de ensino superior e do seu público – estudantes, professores, colaboradores, investigadores – são desenvolvidas múltiplas iniciativas, destacando-se as seguintes:

- **Mecenato e Patrocínios**: atribuição de um conjunto de donativos e patrocínios que permitem implementar atividades muito relevantes no plano do ensino, investigação e inovação, como sejam a criação de novas cátedras, a aquisição de equipamentos, a implementação de sistemas de gestão do campus escolar ou a realização de congressos, entre outras;
- **Estágios**: são levados a cabo diversos tipos de Estágios para universitários – curriculares, de aproximação à vida ativa e de verão, visando proporcionar experiências relevantes durante o período de formação superior;
- **Iniciativas de apoio social**: associação a diversas iniciativas de cariz social dinamizadas pelas instituições de ensino superior, como sejam os fundos de apoio a alunos com dificuldades em prosseguir os seus estudos;
- **Bolsas e prémios de mérito**: no contexto das parcerias existentes com instituições de ensino superior, em 2014 o NOVO BANCO atribuiu 80 bolsas e prémios de mérito a alunos que se distinguiram pela excelência das classificações alcançadas;
- **NOVO BANCO Concurso Nacional de Inovação**: esta iniciativa divulga e premeia projetos de investigação aplicados a setores críticos para o futuro da economia portuguesa, tais como energias renováveis, saúde, processos industriais, entre outros, e conta com um forte envolvimento das instituições de ensino superior, tanto na submissão como na avaliação dos projetos a concurso.

Produtos e Serviços Ambientais

Consciente da importância que o setor financeiro desempenha na promoção da responsabilidade ambiental, o Grupo NOVO BANCO dispõe de uma oferta específica de produtos e serviços financeiros inovadores que promovem a responsabilidade ambiental dos seus clientes.

Conta NB 18.31 neutra em carbono

Desenvolvida com o objetivo de ter um menor impacte ambiental, a conta bancária NB 18.31 é uma conta totalmente neutra em carbono, por se tratar de uma conta *online*. Deste modo, esta conta caracteriza-se por baixas emissões de carbono (excetuando a sua abertura), que podem ser neutralizadas.

Numa parceria com a consultora e)mission, o NOVO BANCO quantificou as emissões de CO2 associadas à Conta NB 18.31 resultantes, por exemplo, da utilização de computadores, produção de papel e cartões, entre outros.

Para efetuar a neutralização das emissões, foram calculadas as emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE) associadas, incluindo todo o ciclo de vida desta conta bancária: desde a sua abertura até ao fecho. Este cálculo foi efetuado em alinhamento com a metodologia PAS 2050:2008, específica para análise do ciclo de vida de produtos e serviços, e permitiu concluir que cada nova Conta NB 18.31 tem um impacto de carbono estimado de 1,6 kg CO2eq/ano, o que representa uma redução de 20% face a uma conta convencional.

A 31 de dezembro de 2014 o NOVO BANCO detinha 133 852 Contas NB 18.31 com emissões compensadas.

Em 2014, as emissões de carbono foram compensadas, através do apoio do Projeto Velotex, um projeto de substituição de combustível em cerâmicas no estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Mais informação sobre este projeto encontra-se disponível no *site* www.novobanco.pt

- ***Private Banking***

Esta área de atividade comercial do NOVO BANCO, é dirigida a clientes particulares de elevado património, oferecendo um serviço personalizado de planeamento patrimonial, através da ligação a um Gestor *Private*.
A equipa de Gestores *Private* está distribuída por 19 Centros *Private*, presentes nas principais capitais de distrito de Portugal, assegurando, desta forma, uma proximidade real ao cliente.
O *Private Banking* do NOVO BANCO presta um serviço de planeamento patrimonial, analisando as especificidades e necessidades, o perfil de risco e a expectativa de serviço de cada cliente, com vista à definição do melhor *asset allocation* para cada caso em concreto.
Para o efeito, a equipa de Gestores *Private*, faz o acompanhamento comercial de cada cliente, apoiando-se numa equipa de especialistas técnicos de investimento. O serviço de planeamento patrimonial do *Private Banking* do NOVO BANCO, é independente e de âmbito global, oferecendo diversas soluções de investimento em ativos financeiros.
Complementando a área da gestão patrimonial, este segmento disponibiliza um leque de produtos como a Conta *Private*, os Fundos de Tesouraria e o cartão de crédito *Platinum* das redes *American Express* e Visa.

O *Private Banking* do NOVO BANCO terminou o ano de 2014 com um total de ativos sob gestão de 5 406 milhões de euros.

- **Banca de Empresas e Institucionais**

Esta área integra a atividade das empresas de média e grande dimensão, por um lado, e os clientes institucionais e municípios, por outro. O Grupo NOVO BANCO detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e com vocação exportadora.

Apoio à internacionalização

As exportações das empresas portuguesas cresceram cerca de 51,9% desde 2009, em termos acumulados. O NOVO BANCO acompanhou este processo, oferecendo um conjunto de serviços e produtos que respondem às necessidades das empresas nos seus projetos de internacionalização.

O Departamento Internacional *Premium* (DIP) oferece serviços especializados de apoio às empresas portuguesas na exportação e/ou investimento direto nos mercados internacionais. O DIP dispõe de equipas de gestores especializados, totalmente dedicados às empresas, assegurando um apoio efetivo desde a identificação inicial do potencial exportador de cada empresa, à prospeção de países adequados para o destino das suas exportações ou ao apoio na seleção dos parceiros certos, até à concretização das operações de comércio internacional ou ao apoio ao investimento nos mercados de destino. Os Gestores de negócio internacional apoiam-se numa rede de gestores locais denominada '*Cross Border Manager'*, nos países onde o NOVO BANCO está presente. Nas restantes geografias, onde o NOVO BANCO não está presente, esse apoio provém de uma sólida rede de bancos correspondentes construída ao longo dos anos.

Até dezembro de 2014 os gestores de negócio internacional apoiaram cerca de 400 empresas que se apresentavam nas mais diversas fases do processo de internacionalização. Por outro lado, uma oferta internacional dinâmica, com a preocupação constante de reduzir os riscos de internacionalização, conduziu o NOVO BANCO a uma relevante quota de mercado no *trade finance* de 28,0%, e no apoio creditício às empresas exportadoras de 22,5%.

Ao nível do mercado ibérico, a forte articulação entre a rede comercial doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma crescente ação comercial de captação e desenvolvimento de negócio: foram captados 106 novos clientes ibéricos que representaram um movimento financeiro adicional de 173 milhões de euros, até dezembro de 2014.

As iniciativas de apoio às exportações e ao empreendedorismo que foram levadas a cabo pelo NOVO BANCO resultaram numa dinâmica muito positiva junto das empresas de bens transacionáveis, de cariz exportador e inovador, com bom nível de risco (PME *Winners*). Para além de se terem captado 126 novos clientes *Winners*, o crédito concedido pelo Grupo a este importante segmento de empresas, registou um crescimento homólogo de 7,15% do crédito bruto.

Apoio à Inovação e ao Empreendedorismo

A inovação empresarial e o empreendedorismo são determinantes no crescimento de qualquer economia. Nesse sentido, o NOVO BANCO ao promover o Concurso Nacional de Inovação pretende contribuir para a dinamização do setor produtivo português.

Na edição de 2014 do Concurso Nacional de Inovação NOVO BANCO concorreram 88 projetos, nas áreas de 'Saúde, Serviços e Tecnologias de Informação e Comunicação', 'Competitividade Industrial' e 'Recursos Naturais & Ambiente', tendo sido atribuídos prémios num valor global de 205 milhões de euros.

O júri do Concurso Nacional de Inovação NOVO BANCO - composto por reitores e vice-reitores das principais universidades do país - atribuiu o grande prémio na categoria de 'Saúde, Serviços e Tecnologias de Informação e Comunicação' ao projeto *Leishmaniasis Veterinary Detection System* (LEVDS), um teste simples, rápido e fiável para diagnosticar a *leishmaniose*, doença parasitária que afeta os seres humanos e os cães.

No setor de 'Competitividade Industrial' venceu o projeto de Betão UHPFRC (*Ultra High Performance Fiber Reinforced Concrete*) e na área de 'Recursos Naturais & Ambiente' foi distinguida a proposta de um novo biocida biológico para tintas marítimas.

Ainda no âmbito de apoios à Inovação e ao Empreendedorismo, o Grupo NOVO BANCO promove a proximidade entre as estruturas comerciais do Banco e a equipa de especialistas de inovação da ES Ventures, que têm tido um papel cada vez mais relevante no apoio às Start-ups nacionais, e a todo o seu ecossistema. Como exemplo deste apoio destaca-se o Curso de Gestão para Inovadores e Empreendedores, realizado em conjunto com a EDP Inovação.

Apoio ao Investimento e ao Reforço de Capitais Permanentes

Em relação às Linhas de Crédito Protocoladas PME Investe, PME Crescimento e Investe QREN, o NOVO BANCO tem dinamizado junto do tecido empresarial estes importantes instrumentos de apoio às PME nacionais. Na globalidade das linhas já foram aprovados cerca de 3 400 milhões de euros de crédito, correspondentes a uma quota de mercado global de 17,2%.

Na Linha PME Crescimento 2014 o NOVO BANCO aprovou cerca de 156 milhões de euros de novo crédito.

As Linhas protocoladas com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e Fundo Europeu de Investimento (FEI) têm proporcionado a concessão de crédito às PME nacionais em condições bastante favoráveis, contribuindo para a concretização de importantes projetos de investimento e sustentação de necessidades de fundo de maneio. Até dezembro de 2014 foram efetivamente contratados 303 milhões de euros ao abrigo destes novos instrumentos.

Apoio à Tesouraria

Face ao atual contexto de mercado, o apoio à tesouraria das empresas constituiu um dos principais focos de atuação do NOVO BANCO. Neste campo, e com base nos dados de novembro de 2014 reportados pela ALF (Associação Portuguesa de *Leasing*, *Factoring* e *Renting*), importa realçar a forte presença do Banco nas soluções de *factoring*, onde assume uma posição de destaque com uma quota de mercado de 18,1% representativa de 989 milhões de euros em crédito sob gestão.

Através da solução **NB Express Bill**, o Banco continua na vanguarda da inovação financeira para o tecido empresarial, promovendo ativamente a dinamização da atividade económica, a adoção de boas práticas na gestão financeira e contribuindo para a melhoria da saúde financeira das empresas.

O NB Express Bill liga em rede todas as empresas - micro, pequenas, médias e grandes empresas - garantindo pagamentos e antecipando recebimentos. Esta solução tem ganho cada vez mais preponderância entre as soluções de tesouraria, contribuindo para gerar confiança e potenciar as transações comerciais entre empresas.

Os cerca de 19 000 clientes aderentes a este serviço inovador têm, no seu conjunto, aprovados cerca de 2 300 milhões de euros em limites de crédito, o que permite garantir e antecipar cerca de 12 mil milhões de euros em pagamentos por ano. Assim, em 2014 o NB Express Bill foi estendido a Espanha, principal parceiro comercial de Portugal, e é o único instrumento financeiro da Banca Ibérica que permite, garantir e antecipar pagamentos *online* entre empresas dos dois países.

Na continuação da união de esforços que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do setor que se dedica à entrega de benefícios sociais pelas empresas aos seus colaboradores, o NOVO BANCO e a Edenred gerem uma carteira de 281 739 cartões refeição, tendo só em 2014 sido emitidos 46 434 novos cartões.

O papel do capital de risco no NOVO BANCO

A ES Ventures desenvolve a sua atividade no investimento em empresas de base tecnológica e em projetos de negócio inovadores com grande potencial de crescimento, com produtos ou com conceitos de negócio inovadores a nível global e orientadas para o mercado internacional, sendo este investimento realizado através de fundos de *venture capital*.

Com aproximadamente 250 milhões de euros sob gestão para investir em empresas inovadoras focadas nas áreas de *Clean Tech, Health Care & Wellbeing* e IT, a ES Ventures conta com um portefólio de cerca de 45 empresas participadas, que estão a desenvolver produtos e serviços líderes a nível mundial.

Até ao final de 2014 não foram efetuados investimentos em novas empresas, tendo sido efetuados 8 reforços de capital em empresas do portefólio, que totalizaram mais de 2,4 milhões de euros.

Médias e Pequenas Empresas

No apoio às pequenas e médias empresas o NOVO BANCO oferece as seguintes soluções:

- NOVO BANCO Agricultura;
- Fundo de Apoio à Micro e pequenas empresas (FAME);

Soluções NOVO BANCO Agricultura

No âmbito da sua estratégia de apoio ao setor empresarial português, e reconhecendo o impacto que o setor agrícola tem tido na economia portuguesa, o NOVO BANCO tem promovido ativamente as Soluções NB Agricultura. Esta solução oferece linhas de crédito de médio longo prazo, com base em parcerias com várias empresas líderes no fornecimento de equipamento agrícola, permitindo a reposição de equipamento agrícola em condições de crédito muito favoráveis, com destaque para a possibilidade de financiamento até 100% do investimento, prazo máximo de pagamento de dez anos e carência de capital até três anos. Também ao nível do apoio à tesouraria das empresas agrícolas o NOVO BANCO inovou com a solução NB Express Bill, que se adequa perfeitamente às necessidades dos agricultores na compra dos fatores de produção para as suas campanhas.

Informação detalhada sobre cada uma das soluções NB Agricultura encontra-se disponível em www.novobanco.pt/empresas.

Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME)

O Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME), é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento local, com o objetivo de financiar microempresas e pequenas e médias empresas (PME). O FAME é integrado no IAPMEI, no Eixo III do Programa Finicia e envolve as Sociedades de Garantia Mútua, as Câmaras Municipais, o IAPMEI e as Sociedades de Desenvolvimento Regional, permitindo uma maior eficácia no apoio concedido, minimizando o risco de financiamento.

As condições financeiras deste produto são extremamente competitivas no mercado, podendo o financiamento ir até 45 000 euros por projeto.

Em 2014, o NOVO BANCO apresentava na sua carteira o financiamento de 125 projetos num valor global de 4 milhões de euros, dos quais 3,2 milhões de euros foram concedidos pelo NOVO BANCO e 800 mil euros pelos municípios com quem o NOVO BANCO estabeleceu protocolos.

Municípios e Clientes Institucionais

Os clientes Institucionais (Municípios, Empresas Municipais, Universidades e Hospitais Públicos, Fundações, Associações e Instituições do 3º setor e outros) do NOVO BANCO beneficiam do acompanhamento de

equipas especializadas que se encontram localizadas no Porto, Viseu, Lisboa, Évora, e Algarve (Albufeira e Faro). Esta especialização das equipas do NOVO BANCO, bem como o relacionamento de proximidade, permitem desenvolver parcerias a longo prazo com os clientes institucionais.

No 3º setor (Economia Social) estão em curso os seguintes protocolos, postos em prática pelo NOVO BANCO:

- UDIPSS - União Distrital da IPSS de Lisboa;
- União das Misericórdias Portuguesas;
- Liga de Bombeiros Portugueses.

Estes protocolos permitem estabelecer condições de relacionamento comercial vantajosas para estas instituições, suas associadas e seus colaboradores.

As organizações da economia social possuem uma presença significativa local em todo o território nacional. O NOVO BANCO tem financiado a necessidade de desenvolvimento dos projetos de equipamentos sociais, complementando a sua atividade creditícia com o desenvolvimento de uma oferta de produtos e serviços financeiros adequados às características destas instituições. A aposta consistente do NOVO BANCO neste segmento, que conta com um peso considerável na economia portuguesa, permite ao Banco ser um parceiro de referência no setor.

Complementarmente e dada a natureza das organizações pertencentes à economia social, o Banco atua de forma responsável, encaminhando, sempre que relevante, as instituições para os órgãos competentes do Banco no que se refere à atribuição de donativos, ou ao apoio no desenvolvimento de novas soluções de empreendedorismo social.

- **Banca Comercial Internacional**

Este segmento integra as unidades de negócio localizadas no exterior, cuja atividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio da gestão de ativos. À semelhança do verificado no mercado doméstico, a atividade internacional do Grupo NOVO BANCO foi fortemente influenciada pelos acontecimentos associados à medida de resolução, com impactos significativos nos volumes comerciais das unidades, com especial destaque para a Sucursal de Espanha.

A atividade da **Sucursal do NOVO BANCO em Espanha** foi marcada pelos efeitos dos acontecimentos relacionados com medida de resolução. Os aspetos mais significativos da atividade no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 prendem-se com: (i) a redução do volume de depósitos de clientes numa primeira fase, sendo no entanto de assinalar que no final do ano se tenha conseguido recuperar o nível de depósitos existente em 4 de agosto o que, em conjunto com a descida do crédito permitiu melhorar a autossuficiência financeira da Sucursal; (ii) a diminuição, desde 4 de agosto, dos volumes de atividade fora

de balanço que se situavam em cerca de 1,1 mil milhões de euros no final do ano; (iii) a desaceleração da atividade internacional das empresas com redução de 8,6% do número de clientes ativos no período; (iv) a queda do número de clientes merecendo, no entanto, destaque o incremento no número de clientes de banca privada; (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com reforço do provisionamento exigido pela situação económica, sua evolução e seus efeitos diretos e induzidos.

A **Sucursal do NOVO BANCO em Londres (Reino Unido)** centra o seu negócio na banca de *wholesale* ao nível do mercado europeu. Os ativos, no final de 2014, ascendiam a cerca de 4,6 mil milhões de euros, refletindo os efeitos do plano de desalavancagem de crédito, bem como das reduções dos montantes dos programas de emissões de títulos de curto e médio prazo.

A **Sucursal do NOVO BANCO no Luxemburgo**, tem vindo a desenvolver a sua plataforma de atuação junto da comunidade emigrante portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos no centro da Europa.

A **Sucursal do NOVO BANCO na Venezuela** tem vindo a centrar a sua atividade nos segmentos da comunidade portuguesa residente no país e das grandes empresas e instituições locais. O ano de 2014 foi também fortemente influenciado pelos acontecimentos associados à medida de resolução, bem como da conjuntura económica adversa do país com níveis de hiperinflação.

A **Sucursal do NOVO BANCO em Nova Iorque (EUA)** concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. O ano de 2014 continuou a caracterizar-se pela manutenção das dificuldades no acesso à liquidez nos mercados para colocação de programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a atividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco. Face ao contexto marcadamente adverso o NOVO BANCO decidiu encerrar a sucursal em 2015.

A atividade desenvolvida pela **Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (França)** também registou os impactos decorrentes dos acontecimentos experimentados pelo seu acionista maioritário, nomeadamente, ao nível da imagem e da redução do volume de depósitos de clientes. A contração da atividade e o incremento dos custos operativos limitaram a performance do resultado bruto de exploração, não obstante o registo de um menor custo do risco.

A atividade do **Banco Internacional de Cabo Verde (Cabo Verde)** centra-se no mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do setor público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de afluentes local. Em 2014, a subsidiária apresentou uma

redução dos seus volumes comerciais, tendo-se no entanto verificado uma contínua recuperação no último trimestre do ano.

A atividade do **NOVO BANCO Ásia, S.A. (Macau/ República Popular da China)** desenvolve-se em torno do apoio à atividade empresarial que os seus clientes desenvolvem na região asiática, da prestação de serviços e da captação de recursos junto dos segmentos de institucionais e de afluentes/*private banking*. Em paralelo desenvolve iniciativas no sentido de criar oportunidades de negócio com base na iniciativa do Governo Central da República Popular da China, que elegeu Macau como uma plataforma de cooperação económica com os países de língua portuguesa. A execução do plano estratégico levou a que o sistema informático, em uso desde a criação do Banco, fosse substituído por um novo sistema modular destinado a responder melhor às necessidades dos clientes e do Banco permitindo, com maior flexibilidade, o alargamento da oferta e criação de novos produtos. Foram lançadas as bases para um maior desenvolvimento do negócio de banca de particulares nas áreas de *private* e afluentes e de uma nova linha de negócio de *acquiring*, destinada a apoiar os comerciantes. A atividade do NOVO BANCO Ásia sofreu também os efeitos decorrentes da medida de resolução e da desaceleração da economia de Macau, motivada pelo arrefecimento dos setores do jogo/entretenimento e turismo.

O Moza Banco, S.A. (Moçambique), detido em 49% pelo Grupo NOVO BANCO, continuou a sua estratégia de expansão comercial em 2014, tendo inaugurado 8 novos balcões, encerrando o ano com uma rede total de 30 agências. A atividade continuou a ser marcada por fortes níveis de crescimento, sendo já o quarto maior Banco em Moçambique em total de ativos.

- **Banca de Investimento**

A atividade de Banca de Investimento é desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (BESI), que tem como principal objetivo servir o segmento de clientes empresariais de média e de grande dimensão, o segmento de clientes institucionais e, em algumas áreas mais específicas, o segmento de clientes particulares em articulação com o *private banking*.

A 8 de dezembro de 2014, o NOVO BANCO celebrou com a *Haitong International Holdings Limited* (empresa constituída em Hong Kong e detida pela *Haitong Securities Co. Ltd*. (sociedade com as ações admitidas à negociação *na Shanghai Stock Exchange* e na *Stock Exchange of Hong Kong Limited*, um contrato de compra e venda da totalidade do capital social do BESI pelo preço de 379 milhões de euros. A conclusão da operação encontra-se dependente da obtenção das necessárias aprovações regulatórias.
Na presente data, a operação já obteve aprovação ou não oposição de um conjunto de entidades regulatórias, Banco de Portugal, Autoridade da Concorrência Portuguesa, *China Securities Regulatory Commission* e *Shanghai Municipal Financial Service Office* da China, *Financial Conduct Authority* do Reino

Unido, *Urząd Ochrony Konkurencji I Konsumentów* (*Competition and Consumer Protection Office*) da Polónia e *Directorate-General for Competition* da União Europeia. De momento, aguarda-se a aprovação da operação por parte do Banco Central Europeu, bem como a confirmação do Banco Central do Brasil.

A atividade do BESI no período compreendido entre a criação do NOVO BANCO, S.A. (4 de agosto) e o final de 2014 foi afetada pelos efeitos resultantes da aplicação da medida de resolução, por parte do Banco de Portugal.

A área internacional representa 34% do Produto Bancário total, com destaque para os resultados apurados na América Latina (Brasil e México), nos Estados Unidos e, na Polónia, onde foi considerado o 2º melhor Banco de investimento de 2014 pelo *Parkiet*, jornal polaco especializado em temas económicos.

A área de **Mercado de Capitais** concluiu 12 operações no montante total de 846 milhões de euros. As geografias em destaque para esta área foram Portugal, Brasil, México e Polónia, onde ascendeu ao 1º lugar no ranking da publicação económica Parkiet, em termos de montante dos IPO's realizados em 2014 (*Prime Car Management* - 209,6 milhões de *zlotys*; Alumetal - 293,2 milhões de *zlotys* e Skarbiec Holding - 217,3 milhões de *zlotys*).

Na área de **Fusões e Aquisições**, o BESI manteve a liderança em Portugal, no que respeita à atividade de M&A (em número de operações anunciadas), tendo prestado assessoria financeira à ES Saúde na OPA lançada pela Companhia de Seguros Fidelidade (479 milhões de euros) e tendo assessorado também a venda de 100% da participação da Rioforte Investments, S.A. na Espírito Santo Viagens SGPS, S.A. à Springwater Capital LLC.

As áreas de ***Project Finance*** **e** ***Acquisition Finance*** mantiveram-se ativas, apesar das limitações de *funding* existentes, tendo sido concluídas diversas operações, quer de refinanciamento quer de assessoria financeira, sobretudo em Portugal e na América Latina (Brasil e Panamá), no montante total de 465 milhões de euros.

- **Gestão de Ativos**

Este segmento engloba toda a atividade de gestão de ativos desenvolvida, fundamentalmente, pela ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros SGPS, SA em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo e Angola) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária.
No final do ano o volume global de ativos sob gestão atingiu cerca de 10,7 mil milhões de euros.

Em termos consolidados por áreas de negócio, há a assinalar o forte crescimento dos volumes sob gestão dos Fundos de Investimento Imobiliário (+35%) e a redução da atividade de Gestão Discricionária (-66%) e dos Fundos de Investimento Mobiliário (-28%).

A atividade internacional representava no final do ano cerca de 32% do total de ativos sob gestão com um volume de cerca de 3,3 mil milhões de euros, dos quais mais de 1,7 mil milhões de euros no mercado espanhol e cerca de 924 milhões de euros em Angola. No Luxemburgo, o conjunto de portefólios sob gestão representavam no final de 2014, mais de 764 milhões de euros, o que representa um decréscimo de cerca de 40% face ao anterior.

Fundos de Investimento Mobiliário

O volume global sob gestão dos fundos de investimento mobiliário atingiu no final do ano mais de 2,7 mil milhões de euros. Ao nível dos fundos de investimento mobiliário nacionais, os ativos sob gestão registaram uma redução de cerca de 53% relativamente ao ano anterior, atingindo 965 milhões de euros, em resultado de uma quebra generalizada dos volumes, sobretudo nos fundos, com características de curto prazo, o ES Liquidez e o ES Tesouraria Ativa. Adicionalmente, há a registar a liquidação dos fundos ES *Dynaflex Euro*, ES Rendimento Dinâmico e o Benfica *Stars*, este último por ter atingido o final do prazo de duração previsto.

O Grupo NOVO BANCO tem sob gestão, no Luxemburgo, um volume total de cerca de 764 milhões de euros, através de fundos vocacionados para clientes com óticas de risco distintas. Assim, para além do NB *Fund*, e do *Global Active Allocation Fund*, constituídos por diversos compartimentos (fundos de ações e obrigações) com um total de 656 milhões de euros sob gestão, estão ainda constituídos vários fundos sob a forma de SICAV que no seu conjunto representam um total de 108 milhões de euros. Neste âmbito, de salientar o NB *Eurobond* – fundo distinguido como o melhor fundo de obrigações de taxa fixa no LIPPER EUROPE 2014, para os prazos de três, cinco e dez anos.

De realçar ainda o volume de 1,1 mil milhões de euros em fundos de investimento mobiliário geridos no mercado espanhol.

Fundos de Investimento Imobiliário

O volume sob gestão dos fundos imobiliários atingiu em 31 de dezembro de 2014 um montante de 2,5 milhões de euros. Nos Fundos Imobiliários nacionais, registou-se um crescimento forte de 52% dos ativos sob gestão face ao ano anterior devido à transferência da gestão de fundos essencialmente subscritos pelo NOVO BANCO que anteriormente eram geridos pela FIMOGES. Relativamente aos fundos abertos de registar a redução dos volumes dos fundos Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Gespatrimónio Rendimento (-29%) e do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Logística (-56%). No que diz respeito aos fundos fechados existiu uma contração de 11% nos volumes.

No mercado angolano, os ativos sob gestão nos fundos imobiliários atingiram mais de 918 milhões de euros correspondendo a um aumento de volumes face ao ano anterior (13%).

Fundos de Pensões

Na área dos Fundos de Pensões, os ativos sob gestão atingiram cerca de 1,8 mil milhões de euros. Os Fundos de Pensões nacionais, registaram um decréscimo de 3% dos volumes sob gestão situando-se em 1,7 mil milhões de euros. Nesta área de negócio, é de salientar o forte crescimento dos volumes dos fundos abertos (+17%), enquanto os fundos fechados se reduziram 6%.
No mercado angolano, os ativos sob gestão atingiram 5 milhões de euros e em Espanha situaram-se em cerca de 133 milhões de euros.

Gestão Discricionária

O serviço de gestão discricionária engloba a prestação de serviços a clientes particulares e institucionais, a nível nacional e internacional, nomeadamente gestão financeira de ativos de seguradoras, de fundos de pensões e outras entidades, totalizando no final de 2014 um volume global de 3,3 mil milhões de euros. A atividade a nível nacional da GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios atingiu 2,8 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 69% face ao ano anterior, resultante da passagem para a gestão interna da GNB Seguros Vida de um conjunto de carteiras. No segmento de clientes particulares o volume de ativos sob gestão atingiu cerca de 333 milhões de euros.

Fundos de Investimento Responsável

O investimento responsável é uma abordagem ao investimento tradicional que reconhece a relevância dos fatores ambientais, sociais e de *governance* no sucesso dos investimentos e na estabilidade de longo prazo.

Em alinhamento com as tendências internacionais, o Grupo NOVO BANCO aposta nesta abordagem, disponibilizando fundos de investimento responsável a particulares e institucionais, que incorporam como estratégia de investimento, a alocação de capital a fundos desta natureza.

O Grupo NOVO BANCO comercializa, através do Banco Best, fundos de investimento responsável, diversificados tanto ao nível das geografias como das estratégias de investimento.

Em 2014, foram disponibilizados 105 fundos de investimento responsável, com uma subscrição de cerca de 6,1 milhões de euros em investimento, por parte de clientes do Banco Best.

A listagem de fundos em comercialização está disponível no *website* corporativo: www.novobanco.pt/institucional, na área de Sustentabilidade dedicada às Alterações Climáticas.

Para além desta oferta, o Grupo NOVO BANCO tem, sob gestão o *European Responsible Fund – Equity Fund* com uma dimensão de 3,4 milhões de euros e uma rentabilidade de 0,7%, através da sua gestora de fundos (ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros SGPS). O *European Responsible Fund* (ERF) é um fundo ético, que respeita os princípios de investimento responsável. Este fundo, investe apenas em empresas cotadas, incluídas no índice *FTSE4Good* e que valorizem na sua análise aspetos ambientais, sociais e de

governance. Este fundo exclui da sua estratégia de investimento empresas com práticas que não se coadunam com os princípios de investimento responsável, como as empresas de armamento, as tabaqueiras, entre outras.

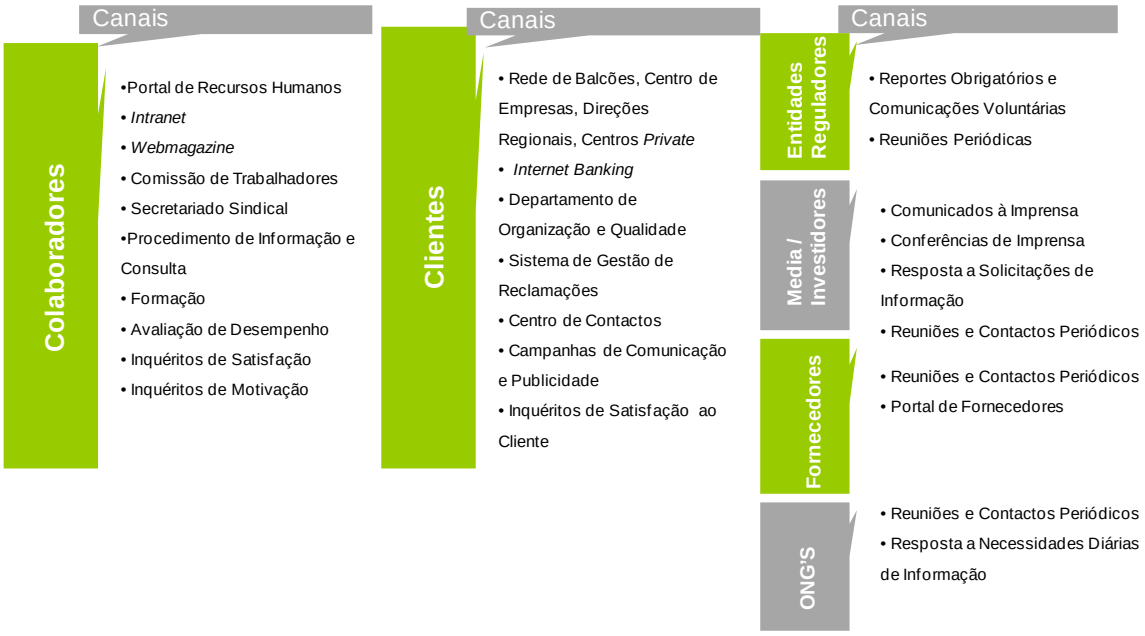
As carteiras geridas pela gestora de ativos do Grupo NOVO BANCO detêm também participações no fundo *ES Infrastructure Fund*, no valor de 6,8 milhões de euros. O *ES Infrastructure Fund é* um fundo com um montante sob gestão de 86,6 milhões de euros, dos quais cerca de 63 milhões estão investidos em energias renováveis.

Responsabilidade Corporativa

A relação com os *stakeholders* é encarada pelo Grupo NOVO BANCO como um processo essencial na identificação das expectativas e assuntos emergentes que possam ser abrangidos pela estratégia do Grupo. Deste modo foram realizados os diversos processos de consulta a *stakeholders* que foram decisivos para a definição da estratégia do Grupo NOVO BANCO, nas suas várias dimensões.

A visão do Grupo está orientada pelo modo como interage com os seus *stakeholders*, com a sociedade em geral e no impacto que tem na criação de valor. Assim, o Grupo NOVO BANCO definiu linhas de orientação como resposta ao que entende serem as expectativas dos seus clientes, colaboradores, investidores, fornecedores e das comunidades onde se encontra presente.

Principais meios de comunicação com os *stakeholders*



Colaboradores

Os colaboradores são considerados pelo Grupo NOVO BANCO um dos vetores fundamentais para o alcance do seu objetivo de consolidação da competitividade no setor financeiro. O Grupo NOVO BANCO tem uma gestão focada no desempenho da qualidade e melhoria contínua dos seus 7 722 colaboradores.

O Grupo NOVO BANCO promove a evolução profissional dos seus colaboradores, determinada pela seriedade, profissionalismo, capacidade, dedicação e desempenho, com o objetivo de conseguir reforçar o elo de excelência com os seus clientes.

As políticas de recursos humanos implementadas pelo Grupo NOVO BANCO valorizam o princípio essencial da promoção do capital humano. Para este fim, o Comité de Recursos Humanos do NOVO BANCO, tem a seu cargo a definição e a supervisão formal das políticas e práticas para o capital humano nas diferentes geografias e empresas do Grupo, que incluem programas de formação, programas de saúde, programas de apoio, programas de diversidade, entre outros.
Desta forma o Grupo NOVO BANCO assegura a implementação transversal, uniforme e com maior visibilidade das suas práticas de gestão de recursos humanos.

Capital humano

No final de 2014, o Grupo NOVO BANCO contava com 7 722 colaboradores, distribuídos por 4 continentes, dos quais 6 832 em Portugal.

Distribuição dos Colaboradores por região

País	Dezembro 2014
Portugal	6 832
Resto da Europa	732
Espanha	494
Reino Unido	28
Outros Países	210
África	34
América do Sul	79
América do Norte	22
Ásia	23
TOTAL	**7 722**

Capital Humano do NOVO BANCO

	Dezembro de 2014
Género	
Masculino	52,8%
Feminino	47,2%
Contrato de trabalho	
Efetivos Masculino	95,1%
Efetivos Feminino	93,4%
Média de Horas de Formação	3,87
Taxa de Absentismo (sem parentalidade)	2,4%

O Grupo NOVO BANCO tem como objetivo estratégico a motivação e retenção dos seus talentos, tendo para este fim os seguintes instrumentos/modelos/eixos de gestão:

- **Formação** - assegurar que todos os colaboradores têm acesso a ações de formação que contribuam para o desenvolvimento de competências, que permitam a sua valorização e facilitem o melhor desempenho para a sua função;
- **Desempenho** - assegurar que o desempenho dos colaboradores seja monitorizado anualmente, tanto a nível individual como coletivamente, garantindo que o trabalho em equipa se encontre em perfeita consonância com os 10 Mandamentos do NOVO BANCO;
- **Benefícios** - assegurar um conjunto de benefícios aos colaboradores que permitam fazer face à situação macroeconómica vigente no país.

Com estes instrumentos o Banco pretende envolver os seus colaboradores no sucesso da atividade no longo prazo.

Formação

No âmbito da política de valorização dos Recursos Humanos a aposta na sua formação é um dos pilares fundamentais no desenvolvimento de competências e da carreira deste grupo de *stakeholders.*

O conhecimento é, cada vez mais, um fator diferenciador na retenção e formação de recursos humanos, por isso o Grupo NOVO BANCO dedicou especial atenção aos seguintes programas de formação:

1. Balcão Escola

O Balcão Escola é um projeto pioneiro na banca portuguesa que centrou a sua atividade no reforço de competências dos colaboradores da Rede Comercial de Retalho. Esta metodologia de formação abrange não só os colaboradores dos segmentos comerciais NOVO BANCO 360º e NOVO BANCO Negócios como também os colaboradores dos Departamentos Centrais. O Banco criou um programa de estágios com o objetivo de dar a conhecer a forma como os balcões atuam junto dos clientes e mostrando o quanto é importante o apoio e o contributo dos diversos Departamentos Centrais para o desenvolvimento da atividade comercial e para a melhoria da qualidade de serviço prestado aos clientes. Para apoiar o trabalho realizado pelos Balcões Escola, foram desenvolvidos uma série de programas formativos que respondem com objetividade às necessidades identificadas pelas diversas áreas do Banco e foram implementadas metodologias e processos que permitem com rigor aferir as necessidades formativas, avaliar os ganhos de conhecimentos pós formação e acompanhar a eficácia da formação realizada. Para além dos colaboradores da Rede Comercial de Retalho, o Balcão Escola realiza igualmente esta formação para os colaboradores dos Departamentos Centrais, com a finalidade de alinhar comportamentos de atendimento e de orientação para o cliente, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de serviço. O NOVO BANCO tem 34 Balcões Escola que se encontram distribuídos por cada uma das Direções Regionais e que contribuem como meio privilegiado no reforço das competências dos colaboradores.

2. Programa atitude

Trata-se de um projeto formativo com duas vertentes complementares:

- Alinhamento da cultura de liderança e de gestão das equipas;
- Melhoria contínua da qualidade do atendimento aos clientes.

Este programa de formação está disponível para todos os colaboradores da rede comercial de retalho, incluindo os segmentos NOVO BANCO 360º, NOVO BANCO Negócios, áreas de Empresas, *Private,* e colaboradores dos departamentos centrais.

Os conteúdos desenvolvidos para este programa de formação incorporam as conclusões resultantes do inquérito de levantamento de necessidades de formação habitualmente realizado e incluem questões relacionadas com os diagnósticos de satisfação com o cliente interno, motivação e qualidade de serviço. A reformulação deste programa contou com a criação de metodologias que permitem assegurar a implementação dos conhecimentos adquiridos, o acompanhamento e a monitorização dos resultados. Com o objetivo de alinhar a cultura do Banco, consolidar conhecimentos e partilhar boas praticas, o NOVO BANCO investiu numa política de comunicação permanente e consistente através do envio regular de *Newsletters* distintas para as áreas comerciais e departamentos centrais.

Com o Programa Atitude há um investimento nas competências dos líderes, através do treino, *coaching* e alinhamento dos comportamentos de atendimento e da gestão das equipas, com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento e desenvolvimento da relação com o cliente.

3. Universidade NOVO BANCO

No âmbito de uma estratégia de promoção, valorização e retenção dos colaboradores, o NOVO BANCO disponibiliza aos seus colaboradores a possibilidade de frequentarem a Universidade NOVO BANCO, um projeto assente em parcerias com universidades e institutos superiores de renome e que conta com o envolvimento significativo dos quadros do Banco na conceção e execução dos programas.

A Universidade NOVO BANCO está disponível para jovens licenciados de elevado potencial e / ou colaboradores não licenciados, mas com experiência profissional significativa. Assim, foram desenvolvidos dois programas distintos:

- *Executive Master in Management & Banking*, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa;
- Apoio à Licenciatura em Gestão Bancária.

No âmbito dos planos de formação dirigidos a todos os seus colaboradores, o NOVO BANCO efetuou um investimento de 369 049 euros tendo sido realizadas um total de 25 659 horas de formação.

Avaliação de desempenho e motivação

O sistema de avaliação de desempenho do Grupo NOVO BANCO é central na construção de uma cultura de mérito, contribuindo para o compromisso de todos os colaboradores através de objetivos estabelecidos para a sua categoria profissional, para a sua função e equipa. Esta avaliação permite identificar os potenciais talentos, as promoções por mérito ou mudança de função.

Em 2014, 99% dos colaboradores do NOVO BANCO foram avaliados. No âmbito deste processo de avaliação foram obtidos os seguintes resultados:

- promoção de 8 colaboradores por mérito;
- promoção de 2 colaboradores por mudança de função;
- promoção de 33 colaboradores por antiguidade.

Benefícios

O NOVO BANCO tem uma política de atribuição de apoios aos colaboradores ao abrigo do Programa de Responsabilidade Social Interna que abrange as seguintes áreas:

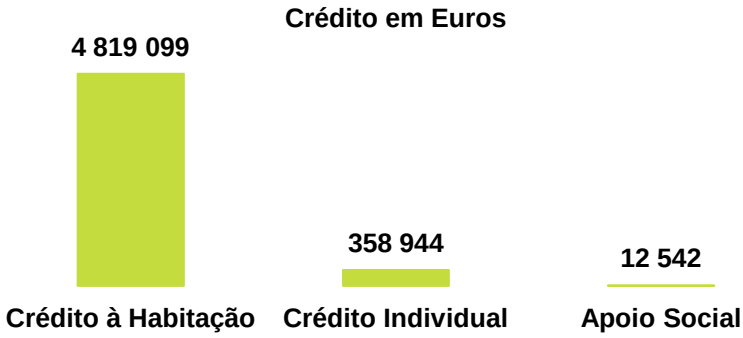
Apoios	Desempenho 2014
Apoio à Educação	
Atribuição de apoios à primeira infância, apoio escolar, bolsas de estudo e apoio a crianças e jovens com necessidades especiais.	- 311 apoios à primeira infância no valor de 51 400 euros; - 160 Bolsas de estudo no valor de 164 100 euros - 214 Apoios escolares no valor de 37 500 euros; - 59 Apoios a crianças e jovens com necessidades especiais no valor de 37 500 euros.
Apoio aos Seniores	
Comparticipação nos encargos com internamentos em lares, centros de dia, apoio domiciliário e apoio na compra de medicamentos ou outros bens de primeira necessidade.	- 47 Apoios no valor de 52 875 euros
Apoio à saúde	
Co-pagamento de despesas de saúde.	- 40 Apoios no valor de 60 261 euros
Apoio à conciliação Trabalho-Família	
Apoio às despesas de transporte, Programa *Job Search*.	- 133 apoios às despesas de transporte no valor de 20 833 euros; - 40 colaboradores apoiados ao abrigo do Programa *Job Search*

Desde 2014, o NOVO BANCO concedeu apoio aos seus colaboradores mediante crédito a taxas de juro reduzidas, nomeadamente a nível do crédito habitação e do crédito individual, alguns colaboradores também receberam o crédito de apoio social. Estes apoios totalizaram uma verba de 5 191 milhares de euros, compostos por:

- 4 819 milhares de euros em crédito à habitação;

- 358,9 milhares de euros em aquisição de bens de consumo;
- 12,5 milhares de euros em apoio Social.

O total acumulado deste crédito perfez em 2014 cerca de 414 500 milhares de euros.



Saúde e Segurança no Trabalho

O Grupo NOVO BANCO considera da maior importância a segurança e a saúde dos seus colaboradores, promovendo um sistema integrado de gestão, que possibilita monitorizar e reduzir a taxa e o risco de absentismo, bem como a frequência de acidentes de trabalho e doença.

Cada um dos colaboradores do NOVO BANCO é um elemento fundamental para a criação de valor, pelo que a implementação de um sistema integrado de gestão de saúde e segurança no trabalho na política estratégica de Recursos Humanos, tem em consideração o reforço dos níveis de bem-estar, a melhoria das condições ambientais e o aumento dos níveis de satisfação e motivação dos colaboradores.

No âmbito desta política de Recursos Humanos o NOVO BANCO, compromete-se a:

- Exercer a sua atividade num quadro de equilíbrio de desenvolvimento sustentável, de satisfação dos clientes e valorização do seu capital humano;
- Cumprir escrupulosamente todas as disposições legislativas e regulamentares relevantes em matéria de produtos e serviços, ambiente e segurança e saúde no trabalho;
- Monitorizar a saúde e o bem-estar de todos os colaboradores, através de um programa de saúde no local de trabalho, formalizado em protocolos de exames diferenciados conforme o género, a idade e a função desempenhada;
- Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus colaboradores, através da eliminação ou minimização dos riscos que possam resultar do normal funcionamento da sua atividade;
- Promover a formação e informação dos colaboradores sobre os riscos inerentes ao trabalho, sensibilizando-os para o cumprimento das normas de segurança;

- Assegurar a segurança dos colaboradores, dos clientes e dos visitantes que interagem com os mesmos;
- Informar e divulgar a presente política de saúde e segurança no trabalho, de forma responsável e transparente, a todas as partes interessadas.

Esta orientação estratégica ultrapassa o simples cumprimento das obrigações legais, uma vez que o Grupo NOVO BANCO disponibiliza a todos os seus colaboradores e empresas do Grupo serviços de saúde próprios, através de serviços clínicos existentes em Lisboa, no Porto e Oeiras (Tagus Park). Os serviços clínicos disponíveis incluem medicina do trabalho, medicina curativa e enfermagem. Desde agosto de 2014, foram efetuados 1 556 exames de medicina do trabalho (exames de admissão e periódicos) 11 799 atos médicos (consultas e receitas) e 2 414 atos de enfermagem.

De forma complementar, o Banco assume ainda um conjunto programas de prevenção e controlo de riscos, nomeadamente prevenção de doenças cardiovasculares e oncológicas e, efetua regularmente rastreios visuais a todos os colaboradores e *check up* a quadros diretivos (*Check up executive*). São também disponibilizadas, nos serviços clínicos do Banco, consultas de especialidades diversas como:

- Consultas de Saúde Mental (psiquiatria e psicologia) - desde agosto 2014, foram realizadas 311 consultas de psiquiatria e 141 consultas de psicologia.
- Consultas de Cessação Tabágica - desde agosto de 2014 foram realizadas 10 consultas de cessação tabágica.
- Consultas de Nutrição - desde agosto de 2014 até ao final do ano foram realizadas 315 consultas de nutrição nos Serviços Clínicos do Banco.

	Rastreio Cardio-vascular	Rastreio Oncológico		Rastreio Visual	*Check up Executive*	Vacinas
		Mamografia	PSA			
NOVO BANCO	933	115	327	1 390	127	0
NB Açores	3	1	1	5	0	0
Banco BEST	12	0	2	34	2	0
ESAF	6	0	1	17	2	0

No âmbito da segurança no trabalho, o Grupo NOVO BANCO, tem como objetivo minimizar os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho dos seus colaboradores.

Neste sentido, o Grupo NOVO BANCO efetua regularmente, avaliações de risco aos locais de trabalho. Foram efetuadas as seguintes avaliações ao local e ambiente de trabalho:

- 70 auditorias de segurança às instalações;
- 6 avaliações ergonómicas dos postos de trabalho;
- 10 identificação de Perigos e Avaliação de Riscos das Atividades (IPAR);
- 60 avaliações das Condições Térmicas.

Satisfação e motivação

Em janeiro de 2015 o NOVO BANCO realizou inquéritos de motivação aos colaboradores com o objetivo de aferir o seu grau de motivação relativamente aos projetos em que estão envolvidos e às tarefas que desenvolvem, bem como a avaliação das suas expectativas e necessidades.

No âmbito destes inquéritos 3 810 colaboradores responderam ao inquérito relacionado com a avaliação da satisfação com a função, e 3 787 responderam ao inquérito relacionado com a satisfação com a empresa. Em termos de resultados regista-se o seguinte:

- valor médio de satisfação com a função: 73,1%;
- valor médio de satisfação com o Banco: 71,4%;
- colaboradores muito satisfeitos com as funções: 66%
- colaboradores muito satisfeitos com o Banco: 58%

Ética e integridade nas relações com as partes interessadas

Princípios e Políticas de Capital Humano

Para o Grupo NOVO BANCO é determinante a existência de um quadro de valores e princípios que conduzam todas as suas ações, tendo para este fim identificado 10 mandamentos orientadores.

De acordo com o estabelecido nestes mandamentos, o Grupo privilegia, na sua atividade, um conjunto de valores e princípios – do qual fazem parte a ética e a transparência – que se materializam no cumprimento das leis, normas internas e códigos de conduta, procurando garantir uma gestão transparente e isenta de conflitos de interesse.

Presente em 21 países e 4 continentes e focado em regiões com grande afinidade económica e cultural com Portugal, o Grupo NOVO BANCO detém um conjunto de princípios e políticas que regem a sua relação com os seus colaboradores, nomeadamente:

- Política de Prevenção e Deteção de Branqueamento de Capitais;
- Política de Direitos Humanos;
- Política de Não Discriminação;

- **Prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo**

A capacidade de detetar e prevenir atividades passíveis de constituírem branqueamento de capitais decorre diretamente do conhecimento, por parte dos bancos, de determinados elementos chave relativos às suas contrapartes e respetivas transações.

Face à crescente relevância que o combate a fenómenos como o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo tem vindo a assumir, é necessário um cuidado acrescido na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição, por forma a assegurar a existência de adequados métodos de controlo e mitigação de riscos inerentes a transações e contrapartes.

Com esse intuito, o Grupo NOVO BANCO, recorrendo a ferramentas informáticas com reconhecidos resultados a nível internacional, como complemento à experiência do seu capital humano, tem criado e desenvolvido modelos de avaliação que permitem assegurar que um maior escrutínio é aplicado onde este se revela mais necessário.

Nesse sentido, o Grupo NOVO BANCO tem em funcionamento um modelo de avaliação de risco automático que, com base nos elementos caracterizadores obrigatórios, classifica a contraparte quanto ao risco potencial que a mesma coloca, enquanto procede à filtragem das potenciais contrapartes contra listas de exceção. O modelo de avaliação de risco e filtragem é aplicado logo no momento da abertura de conta, minimizando a probabilidade de o Banco inadvertidamente iniciar relações comerciais com pessoas ou entidades reconhecidamente suspeitas de envolvimento em branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo. As entidades que apresentam risco acrescido são alvo de análise adicional pelo Departamento de Compliance, de cujo parecer fica dependente da aceitação final da contraparte.

O modelo de avaliação de risco e filtragem é também aplicado às inserções de novas participações em contas já existentes.

Adicionalmente, toda a base de dados de clientes já existentes é regularmente filtrada.

Não se limitando à análise de dados estáticos, o Banco debruça-se igualmente sobre comportamentos, monitorizando a atividade transacional que diariamente processa.

Esta monitorização de transações, sendo uma responsabilidade das instituições financeiras, torna-se tão mais complexa quanto maior for a volumetria em questão.

Para tal, o Banco dispõe de uma ferramenta informática que, assentando em princípios de risco, analisa os perfis transacionais das contas, gerando alertas automáticos para as situações que aparentem não corresponder ao padrão esperado para cada contrato.

As transações de cariz internacional são adicionalmente monitorizadas quanto à possibilidade de violação de sanções ou embargos internacionais, através de um processo de filtragem *online* contra as listas de exceção, que abrange todo o conteúdo da mensagem de suporte às operações, sendo as situações de dúvida colocadas em suspenso para verificação.

Após análise e investigação detalhada, as situações detetadas que confirmem a existência de sustentados motivos de suspeita, são devidamente comunicadas às autoridades competentes para que estas desenvolvam as diligências adicionais que entendam convenientes, no estrito cumprimento dos deveres legalmente consagrados.

O Grupo NOVO BANCO, cumprindo com as suas obrigações regulamentares, desenvolve exercícios de formação em prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo para todos os seus colaboradores (estruturas comerciais e centrais, incluindo quadros diretivos). A formação pode ser *online* ou presencial, esta última essencialmente dirigida aos novos colaboradores, com o objetivo de os dotar de competências que lhes permitem colaborar com as funções de controlo na mitigação dos riscos inerentes ao exercício das suas atribuições. Entre 4 de agosto e 31 de dezembro foram concedidas 2 054 horas de formação *online* e 112 horas de formação presencial.

A formação é um instrumento fundamental para uma correta identificação, por parte dos colaboradores, de potenciais situações com indícios de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Por outro lado é também útil para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o Banco está sujeito.

Nos últimos 5 meses de 2014 o NOVO BANCO analisou 4 148 contratos, que resultaram em 244 participações às autoridades competentes, 1 405 contas investigadas e 17 aberturas de contas recusadas.

A prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é um dos alicerces da confiança no sistema financeiro, como tal este tema continuará a merecer uma atenção permanente por parte do Grupo NOVO BANCO.

- **Diversidade e Direitos Humanos**

O Grupo NOVO BANCO respeita e obedece à legislação, normas e regulamentos de cada país em que opera, bem como às várias diretrizes que subscreve nesta matéria, em alinhamento com a sua Política de Direitos Humanos, definida com base nos princípios do *Global Compact* da Organização das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Diretrizes OCDE para Empresas Multinacionais e das Convenções Principais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta legislação abrange temas como o respeito pela liberdade de associação, o repúdio do trabalho forçado e infantil e da discriminação, entre outros aspetos relacionados com os Direitos Humanos.

Adicionalmente o Grupo NOVO BANCO exerce uma política de Recursos Humanos que tem por base políticas efetivas de alto nível de igualdade de tratamento de oportunidades entre homens e mulheres e de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, bem como de valorização profissional dos trabalhadores.

As políticas de Direitos Humanos e de Não Discriminação do Grupo NOVO BANCO estão disponíveis no *site* institucional do NOVO BANCO: www.novobanco.pt/institucional

Código de Conduta e Normativo do Grupo NOVO BANCO

O Código de Conduta do Grupo NOVO BANCO entra em vigor em 2015, encontrando-se em fase de análise e verificação interna. Este código será aplicável a todas as entidades integrantes do Grupo NOVO BANCO, refletindo o conjunto de boas práticas a serem asseguradas pelos colaboradores no seu relacionamento com os clientes e com o próprio Banco.

O Código de Conduta do Grupo NOVO BANCO tem como objetivos:

- Divulgar princípios pelos quais as empresas do Grupo NOVO BANCO devem pautar as suas atividades;
- Promover uma conduta ética e alinhada com os valores do Grupo por parte dos colaboradores;
- Promover o respeito e o cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicável;
- Criar um regime transparente de relações dos colaboradores com o exterior.

O Código de Conduta estará acessível para consulta em português, inglês e castelhano, na área Institucional do *site* NOVO BANCO.

O acompanhamento do Código de Conduta, no que se refere ao esclarecimento dos colaboradores relativamente ao respetivo conteúdo e aplicação, estará a cargo do Departamento de Compliance.

No que respeita ao normativo interno, até dezembro de 2014, foram recebidas diversas notificações e questões relacionadas com o mesmo, maioritariamente relacionadas com questões de conflitos de interesse e sigilo profissional.

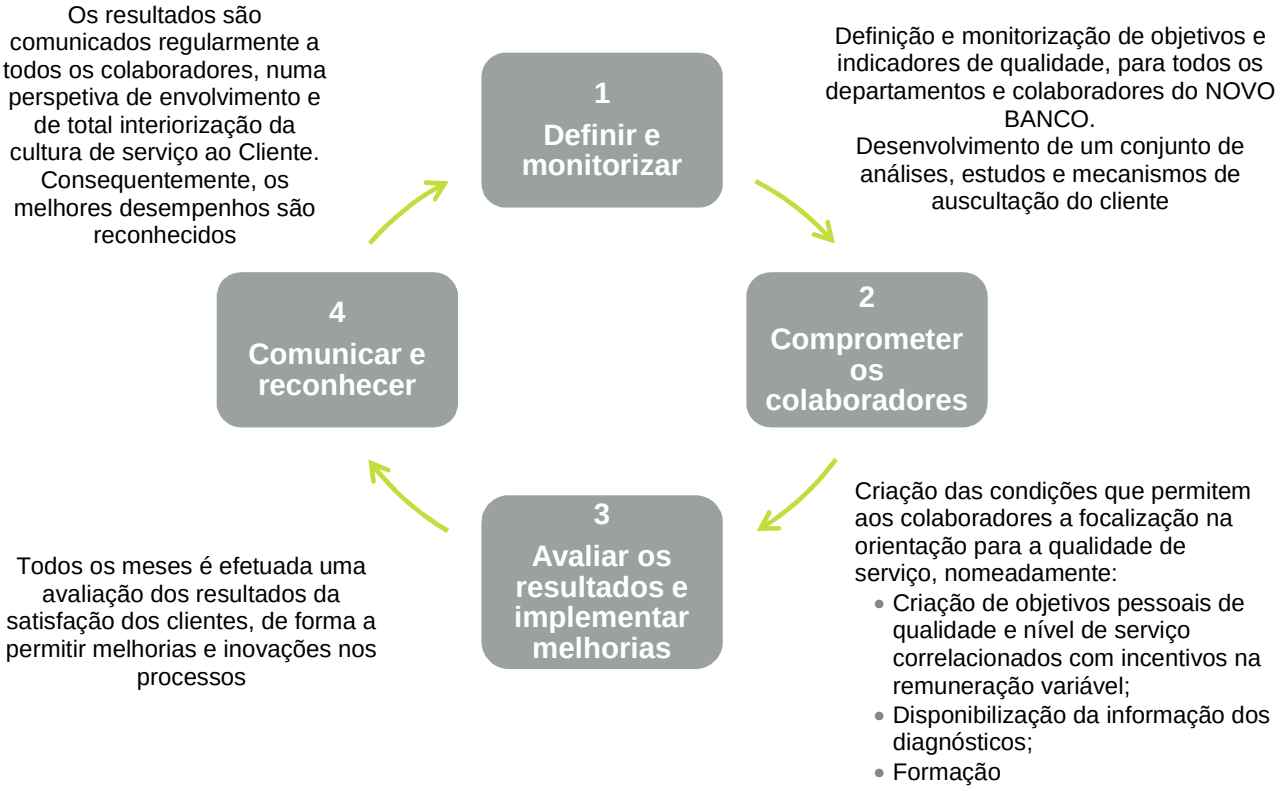
Até 31 de dezembro de 2014, foram detetadas 10 infrações relativamente ao normativo interno do Banco, as quais resultaram nas seguintes sanções:

- 5 Despedimentos sem qualquer indemnização ou compensação;
- 1 Suspensão temporária com perda de retribuição e antiguidade;
- 4 Repreensões registadas.

Clientes

Para o NOVO BANCO, o cliente é o centro de gravidade de toda a atividade, sendo um dos seus principais objetivos satisfazer e corresponder às expectativas dos clientes, disponibilizando soluções adequadas e promovendo uma relação baseada na confiança, instrumentalizada no desenvolvimento de mecanismos de avaliação de qualidade e de auscultação da satisfação do cliente.

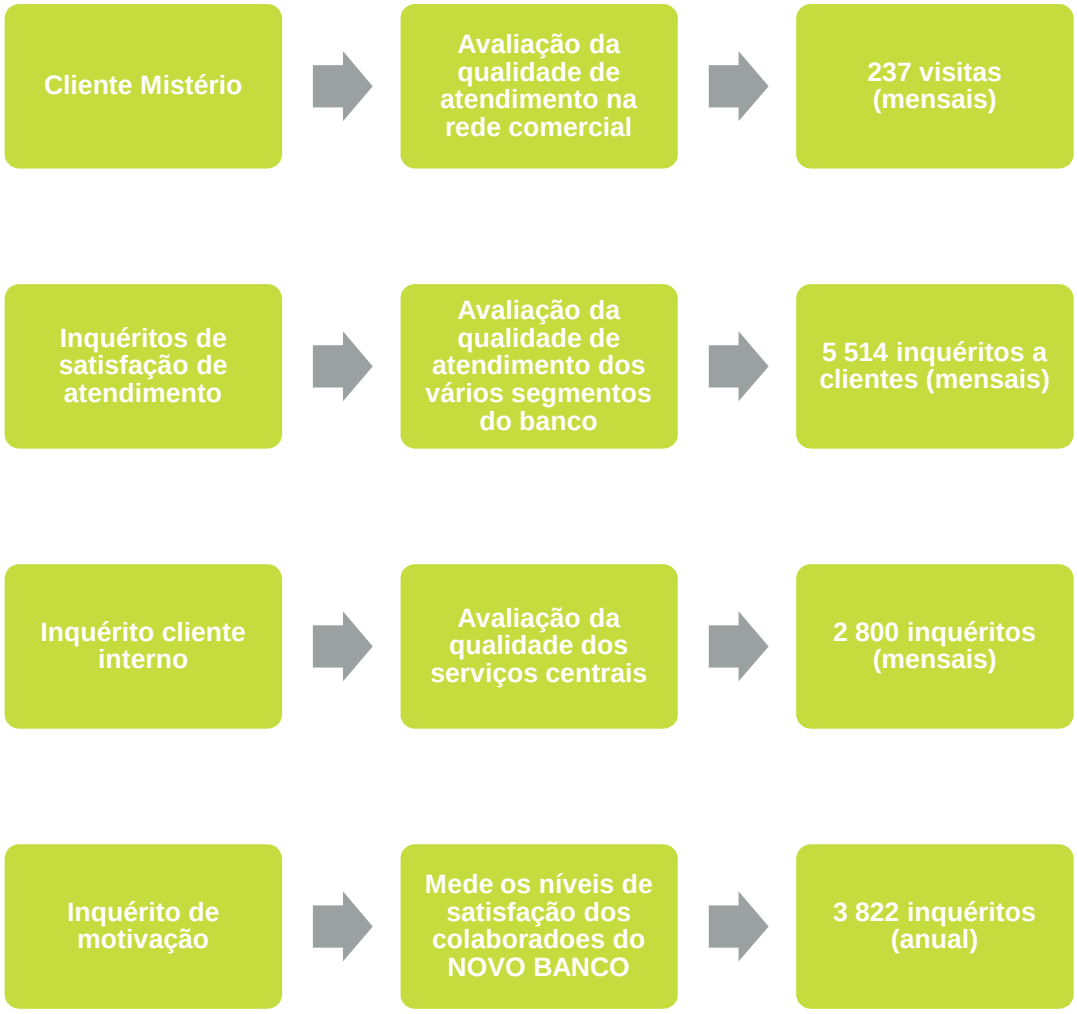
Do ponto de vista operacional, a "Estratégia de Orientação para o Cliente" do NOVO BANCO, é constituída por quatro etapas dinâmicas e contínuas:



A partir destes mecanismos o NOVO BANCO obtém os contributos necessários para desenvolver os serviços adequados a prestar aos seus clientes, melhorando continuamente os processos e níveis de serviço.

Ciente da importância do *feedback* dos clientes em relação à atividade desenvolvida, o NOVO BANCO realizou diferentes estudos, nomeadamente, satisfação de atendimento, momentos de verdade (abertura e fecho de conta), medições de níveis de serviço, *focus group*, inquéritos de satisfação de atendimento e de produto. Estes estudos permitem ao Banco auscultar este *stakeholder*, possibilitando o diálogo contínuo, que permite aos clientes transmitir os aspetos positivos, e aqueles que consideram alvo de melhoria.

Em 2014, para aferir a qualidade de serviço, o NOVO BANCO realizou as seguintes visitas e inquéritos:



Fonte: Inquéritos realizados pelo Departamento de Organização e Qualidade entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014

Ainda no âmbito da estratégia de diálogo contínuo com os clientes, o NOVO BANCO disponibiliza o seguinte conjunto de meios de auscultação:

- NB Net;
- NB Direto – 707 247 365;
- Balcões NOVO BANCO, Centros de Empresas e Centros *Private*.

De acordo com os inquéritos de satisfação realizados em 2014 verifica-se que cerca de 8,7 em cada 10 clientes de retalho e cerca de 8,2 em cada 10 médias empresas estão muito satisfeitos.



Fonte: Departamento de Organização e Qualidade, inquéritos de satisfação com o atendimento realizados de 4 de agosto a 31 de dezembro

A gestão de reclamações, outro dos processos utilizados pelo NOVO BANCO na auscultação dos clientes, teve um contributo importante para este resultado. A gestão de reclamações segue os seguintes passos:

- análise dos motivos da(s) falha(s) que origina(m) a reclamação
- quantificação dos prejuízos decorrentes da reclamação
- implementação de medidas corretivas e preventivas, de forma a evitar a recorrência da reclamação.

Em 2014, o índice de reclamações por cada 1 000 clientes ativos situou-se nos 1,1.

Fornecedores

O Grupo NOVO BANCO encara o envolvimento com os seus cerca de 5 000 fornecedores como um fator de extrema importância, uma vez que para além de parceiros comerciais, são igualmente agentes ativos da divulgação de boas práticas. Através da aquisição de bens e serviços, o Banco tem a oportunidade de influenciar o desempenho social e ambiental da cadeia de valor, cooperando com os fornecedores no desenvolvimento das soluções mais adequadas.

O Grupo NOVO BANCO encontra-se muito atento e recetivo a aplicar as boas práticas que lhe são transmitidas pelos seus fornecedores, mas também procura agir determinadamente na promoção da defesa e proteção do ambiente e nas condições de emprego e ética empresarial.

É neste ambiente de partilha de boas práticas que são construídos os pilares do programa de desenvolvimento sustentável.

Princípios de Relacionamento com Fornecedores Grupo NOVO BANCO

É um espaço de partilha, entre o Grupo e os seus fornecedores, em que todos contribuem para uma relação mutuamente vantajosa e de sucesso, baseada no respeito por princípios de boa conduta (imparcialidade, transparência, qualidade e eficiência).

Neste espaço, o Grupo NOVO BANCO convida formalmente todos os seus fornecedores (atuais e potenciais) a subscreverem estes princípios e a adotarem condutas de respeito pelo ambiente, boas condições de emprego e ética.

Os Princípios de Relacionamento com Fornecedores NOVO BANCO encontram-se disponíveis na área de Sustentabilidade do *site* do NOVO BANCO através do link: www.novobanco.pt/fornecedores

Portal de Fornecedores do Grupo NOVO BANCO

No âmbito de uma atitude responsável e coerente na seleção dos seus fornecedores, o Grupo NOVO BANCO desenvolveu o Portal de Fornecedores GNB, onde todos os fornecedores regulares (com uma faturação superior a 10 000 euros/ano) devem estar registados. Os potenciais fornecedores devem também proceder a um registo neste portal para serem incluídos em novos processos de consulta.

O processo de registo no Portal é um processo de qualificação e de apresentação de fornecedores. No registo é feita uma recolha de todas as informações relevantes, nomeadamente capacidades e valências, produtos e serviços comercializados, estrutura económico e financeira, estrutura de clientes e referências de serviços mais relevantes, certidões de conformidade de não dívida emitidas pela Autoridade Tributária e Segurança Social, entre outros aspetos.
Em 31 de dezembro de 2014, do universo de fornecedores identificados, 428 tinham submetido o seu pedido de registo dos quais 246 já concluíram o seu processo.

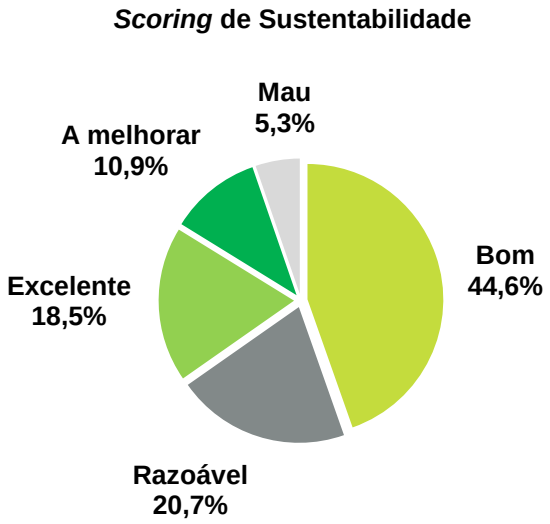
O grau de cobertura, em termos de faturação, de fornecedores com registo concluído ou em processo de registo (pré-registados) no Portal de Fornecedores era de 93,4% à data de 31 de dezembro de 2014.

O NOVO BANCO continuará a desenvolver todos os esforços para sensibilizar os seus fornecedores para a importância do processo de registo e para as vantagens que daí decorrem, das quais se destacam a possibilidade de aceder *online* ao *status* dos documentos de faturação ao NOVO BANCO, bem como aos respetivos avisos de pagamento eletrónicos efetuados pelo Banco.

O Portal de Fornecedores do GRUPO NOVO BANCO encontra-se disponível via *internet*. (https://fornecedores.novobanco.pt/)

Scoring de Sustentabilidade

Com base na informação disponibilizada por cada fornecedor, o Grupo NOVO BANCO efetua o cálculo do "*score de sustentabilidade*", que considera aspetos laborais e éticos, aspetos de higiene e segurança no trabalho e aspetos de ambiente. Este indicador constitui um critério de decisão na contratação, privilegiando-se os fornecedores que partilhem dos mesmos princípios e boas práticas do Banco. Cerca de 18,5% dos Fornecedores do Grupo NOVO BANCO registados no Portal tem um *score* excelente e cumulativamente 63,1% tem um *score* de Bom ou Excelente.



Prazo de pagamento a Fornecedores

A política de pagamentos do NOVO BANCO é feita tendo por base as seguintes formas de atuação responsável:

- Negociação de prazos de pagamento reduzidos, em linha com as boas práticas do mercado. No que diz respeito aos prazos de pagamento contratualizados com fornecedores a norma seguida é o pagamento a 30 dias.
- Garantia de cumprimento dos prazos estabelecidos, acautelando segurança, compromisso e respeito na relação entre cliente e fornecedor.
- Disponibilização do *status* dos documentos de aviso de pagamento e de faturação de uma forma simples, direta e a todo o momento, através do *login* à conta do fornecedor no Portal de Fornecedores (via *internet*).

Em 2014 o "prazo médio de pagamento a fornecedores" foi de 19 dias.

Pegada Ambiental

O setor financeiro é um dos principais impulsionadores da economia, desempenhando um papel fulcral no acesso ao capital dos diversos setores, exercendo deste modo uma função importante no desenvolvimento sustentável e na problemática das alterações climáticas, uma das principais questões da atualidade.

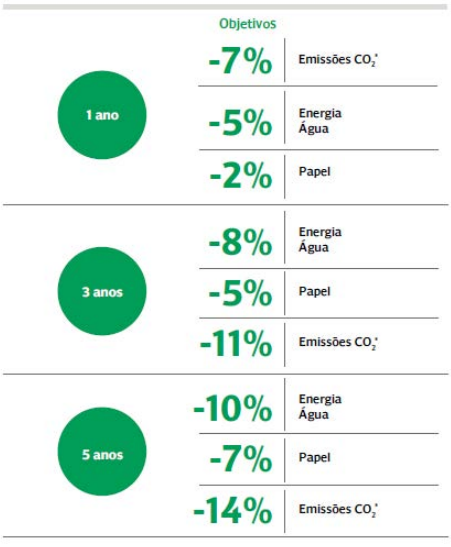
O Grupo NOVO BANCO, seguindo as linhas de orientação do Banco Mundial, reconhece que as alterações climáticas constituem uma das maiores preocupações a nível mundial, tendo vindo a incorporar estas preocupações nos seus produtos. Do mesmo modo o Banco conduz as suas próprias atividades, de forma a minimizar a sua pegada ambiental, através da melhoria contínua da eficiência do consumo de recursos.

Objetivos Ambientais

Os objetivos ambientais assumidos pelo Grupo NOVO BANCO têm como finalidade consolidar a sua gestão responsável, reduzindo a pegada ambiental da sua atividade.

De forma a atingir os objetivos definidos, foram estabelecidas medidas e ações a implementar, bem como uma monitorização semestral dos seus resultados.

Tendo como base o ano 2014, os objetivos de redução de consumos de energia, emissões de CO2, consumo de papel e consumo de água, estabelecidos para os próximos 5 anos (2014-2018), evidenciam o grau de compromisso do Grupo NOVO BANCO e um consequente envolvimento e motivação de todos os intervenientes na organização para alcançar uma maior eficiência ambiental.



*Consumo de eletricidade de kWh por colaborador

Consumo de Energia

Com vista à redução dos seus consumos de eletricidade, o Banco tem vindo a implementar, ao longo dos anos, diversas iniciativas, nomeadamente:

- Redução do nº de locais de consumo;
- Instalação de iluminação e equipamentos (ex: AVAC) mais eficientes do ponto de vista energético.

O NOVO BANCO utiliza uma aplicação de *software* de gestão de energia, uma solução inovadora que combina a energia e equipamento de monitorização ambiental, com o intuito de melhorar a monitorização e a redução do consumo de energia. Além da implementação de mecanismos automáticos de poupança, o *software* de gestão de energia inclui também programas de formação e sensibilização dos colaboradores. Esta solução permite centralizar as informações, analisar os consumos e tendências, detetar oportunidades de poupança de energia, determinar o desperdício de energia, e avaliar o cumprimento das metas.

Deste modo o NOVO BANCO está apto a monitorizar em tempo real todos os consumos de energia de cerca de 50% dos seus balcões e 18 edifícios centrais.

Entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014, o Grupo NOVO BANCO consumiu cerca de 23 413 744 kWh de eletricidade, dos quais 3 016 763 kWh dizem respeito ao *data center* de eletricidade. O consumo por colaborador situou-se em 2014 nos 3 883 kWh.

Emissões de CO2

Ciente da importância da monitorização das emissões de CO2, o NOVO BANCO assumiu como fulcral a elaboração de um inventário das emissões decorrentes da sua atividade, através de especialistas externos que calculam todas as emissões diretas e indiretas (âmbito 1, 2 e 3), de acordo com as diretrizes do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas (IPCC), do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa do WRI/WBCSD.

De agosto a dezembro de 2014 o inventário de emissões de CO2 totalizou 9 748 toneladas (âmbito 1 ,2 e 3), sendo que o consumo de combustíveis fósseis e o consumo de eletricidade representa a maior fonte de emissão de gases com efeito estufa:

Origem	Toneladas	Toneladas /colaborador
Decorrente da eletricidade	2 961	0,49
Viagem dos colaboradores casa-trabalho-casa	3 169	0,55

Consumo de Água

O Grupo NOVO BANCO tem vindo a implementar diversas medidas de redução do consumo de água, com o objetivo de reduzir os consumos, nomeadamente substituição das torneiras tradicionais por torneiras com temporizador e a sensibilização dos colaboradores para comunicar todas as anomalias detetadas.

Entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014, o consumo de água situou-se nos 34 242 metros cúbicos de água, cerca de 5,7 metros cúbicos por colaborador.

Consumo de Papel

A racionalização do papel é um compromisso estrutural que foi assumido pelo Grupo NOVO BANCO nas suas duas vertentes de utilização: interna e externa. Este compromisso passa essencialmente pela sensibilização e mudança de hábitos dos seus colaboradores e clientes, tendo como principal intuito sensibilizar estes grupos de *stakeholders* para a utilização eficiente do papel impresso.

A nível interno o consumo de papel no período compreendido entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014 situou-se nos seguintes parâmetros:

- Papel branco para uso interno - 138 toneladas;
- Impressos *finishing* e extração - 83 toneladas;
- Papel reciclado para uso interno - 1 tonelada.

No período acima referido cada colaborador consumiu cerca de 23 quilos de papel.

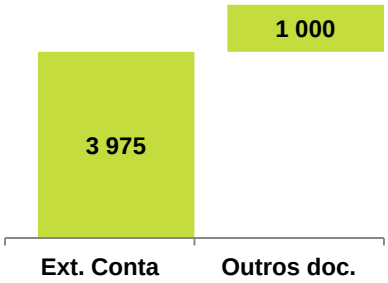
Cerca de 94% do papel consumido no Grupo é papel certificado, ou seja, papel cuja produção reduz o impacto ambiental, protegendo e preservando a biodiversidade.

Nos cinco meses de atividade mencionados, e tendo em conta a diminuição e reaproveitamento dos seus resíduos, o Grupo NOVO BANCO enviou cerca 78 toneladas do papel consumido (cerca de 46%) e 47 toneladas de cartão para reciclagem.

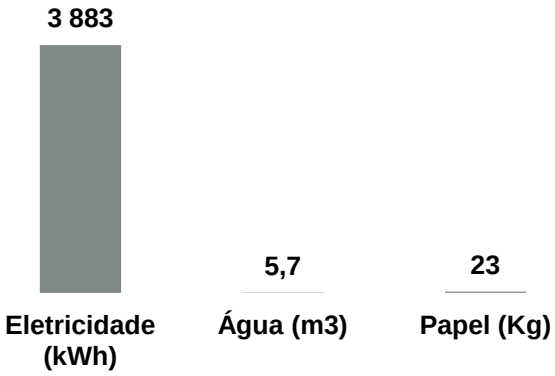
No âmbito do compromisso estabelecido de redução do consumo de papel o NOVO BANCO promoveu a desmaterialização da comunicação enviada a clientes, disponibilizando os respetivos documentos *online*.

Entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014 cerca de 15 000 novos extratos de conta passaram a ser digitais deixando de ser enviados em papel. Entre agosto de dezembro do mesmo ano foram emitidos na globalidade cerca de 5 milhões de documentos digitais.

Documentos Digitais (milhões)



Pegada Ambiental por colaborador

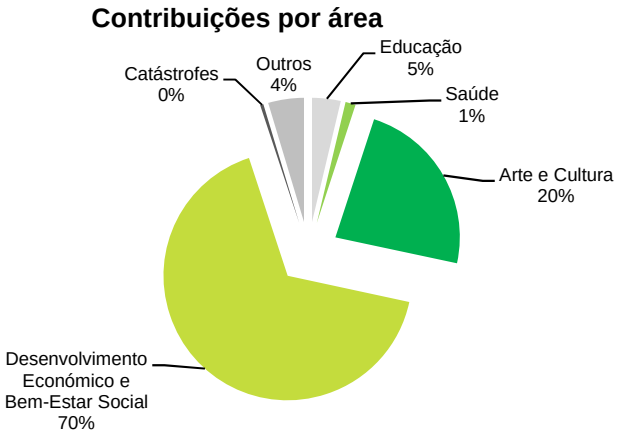


Arquitetura da Responsabilidade Social

O NOVO BANCO desenvolve uma arquitetura de responsabilidade social com o propósito de ajudar a criar soluções para questões importantes nas comunidades em que o Banco exerce a sua atividade, nomeadamente:

- Mecenato Cultural
- Ciência & Inovação
- Inclusão Financeira
- Solidariedade

O programa de responsabilidade social do NOVO BANCO chegou a cerca de 94 500 pessoas, com donativos repartidos por: i) investimento na comunidade, que contou com 72% dos donativos; ii) solidariedade, que contou com 26% dos donativos; e iii) ações comerciais, com 2% de donativos.



Mecenato Cultural - Apoiar as atividades de instituições que promovem o progresso cultural do País e o acesso ao património cultural português

Com a sua política de mecenato cultural, o NOVO BANCO promove o acesso do público à cultura nacional, com destaque para a Fotografia Contemporânea.

• **NOVO BANCO Photo** – o mais importante prémio de arte contemporânea realizado em Portugal, e que abrange a produção artística desenvolvida por autores dos países de língua oficial portuguesa. Numa parceria com o Museu Coleção Berardo, este prémio promove uma política cultural ativa, de intercâmbio cultural e integração dos artistas plásticos contemporâneos de língua portuguesa no panorama nacional.

• **NOVO BANCO REVELAÇÂO** - iniciativa que visa produção e criação artística de jovens talentos portugueses, tendo por base uma lógica de divulgação, lançamento e apoio a todos os que recorram ao medium fotografia. Realizado em parceria com a Fundação de Serralves, o NOVO BANCO Revelação premeia anualmente jovens artistas com idade inferior a 30 anos.

• **RFLEX CAIS/NOVO BANCO** - prémio dedicado à valorização da fotografia em Portugal, realizado em pareceria com a CAIS. Este prémio reforça e amplia os efeitos positivos de uma iniciativa nacional de âmbito artístico, aliando a fotografia a temas socialmente relevantes.

• **Espaço NOVO BANCO** - espaço situado no *financial district* de Lisboa, representa a forma como o Banco se tem vindo a relacionar com aquela que elegeu como a área central da sua política de mecenato cultural: a fotografia. Neste espaço o Banco pretende divulgar a arte contemporânea.

• **Coleção de Fotografia Contemporânea do NOVO BANCO** – localizada no Espaço NOVO BANCO, é atualmente uma das maiores coleções privadas de fotografia da Península Ibérica. Em 2014 foi selecionada como uma das 100 melhores coleções empresariais de arte do mundo. A Coleção integra artistas de todo o mundo e de todas as gerações, sendo composta por cerca de 1 000 obras de mais de 280 artistas de 38 nacionalidades.

Na estratégia de mecenato cultural do NOVO BANCO destaca-se ainda:

• **Coleção de Numismática NOVO BANCO** - reúne cerca de 13 500 peças, algumas das quais exemplares únicos ou muito raros. Abrangendo um período de cerca de 2 000 anos, inclui também um núcleo de moedas hispano-romanas, suevas, visigodas e árabes que correram em território português.

• **Biblioteca Pina Martins** – composta por mais de 7 000 volumes, reunidos ao longo de décadas em Portugal e no estrangeiro, é um dos mais relevantes acervos bibliográficos existentes no País e uma das mais importantes bibliotecas privadas sobre estudos humanísticos da Europa. O núcleo mais antigo do acervo inclui incunábulos, edições aldinas e outras publicações raras dos séculos XV e XVI. Humanista, investigador e bibliófilo, o Professor José Vitorino de Pina Martins foi um dos mais importantes investigadores e conhecedores portugueses do Humanismo Renascentista.

Ciência & Inovação - Identificar e incentivar soluções inovadoras, promovendo novos negócios e novos empreendedores

• **Concurso Nacional de Inovação** - iniciativa que divulga e premeia projetos de investigação aplicados a setores críticos para o futuro da economia portuguesa. Esta iniciativa nasceu de uma vontade de contribuir de forma efetiva para a disseminação de uma cultura de inovação em Portugal. A edição de 2014, que contou com 88 candidaturas, nas áreas de 'Saúde, Serviços e Tecnologias de Informação e Comunicação', 'Competitividade Industrial' e 'Recursos Naturais & Ambiente', teve como grande vencedor o setor da saúde com um prémio no valor de 85 mil euros.

• **Suplemento de Inovação NOVO BANCO** - Com o Diário Económico, o NOVO BANCO editou o suplemento de Inovação, que retratou a estratégia do grupo no âmbito da inovação.

Inclusão Financeira - Formar, educar e comunicar conceitos financeiros com o objetivo de promover a aquisição responsável de soluções financeiras

Com o seu programa de Literacia Financeira, o NOVO BANCO visa contribuir para a formação de uma geração de consumidores de serviços financeiros crescentemente informada e com maior poder de análise e de decisão.

O programa baseia-se em 3 pilares:

- **Processo Pedagógico**, projeto Olimpíadas de Matemática, organizadas anualmente pela Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM), é um concurso de problemas de Matemática, que visa incentivar e desenvolver o gosto pela Matemática, dirigido aos estudantes dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e a todos os que frequentam o ensino secundário.
- **Finanças Pessoais** – sessões de Literacia Financeira, que têm lugar em todo o país, destinadas a utentes da Cáritas Portuguesa que auxiliam na gestão da poupança e dos gastos mensais das famílias. O NOVO BANCO realizou 20 ações de formação destinadas a cerca de 400 pessoas (técnicos e utentes da Cáritas em 12 cidades, incluindo a Madeira e arquipélago dos Açores)

• **Oferta Comercial** – ver detalhe na página 23 no ponto sobre Microcrédito.

Solidariedade - Auxiliar organizações que atuam no apoio social em áreas diversas como o combate à pobreza, exclusão social e saúde, entre outros

O NOVO BANCO, no âmbito da solidariedade desenvolveu ações próprias e ações em parceria com instituições de solidariedade Social.

• **Ações próprias**

i) NOVO BANCO *Crowdfunding* - plataforma *online* de angariação de donativos, que em dezembro de 2014 contava com mais de 3 950 donatários e mais de 140 mil euros angariados. O NOVO BANCO *Crowdfunding* e a Cáritas Portuguesas iniciaram um projeto de inclusão social que visa, através do empreendedorismo, autonomizar financeiramente pessoas em situação de desemprego (preferencialmente);

ii) Programa de Voluntariado - promove, em parceria com a GRACE, a solidariedade e a participação dos colaboradores nas diferentes iniciativas de responsabilidade social. A GRACE articula os contactos com as IPSS e causas com necessidades de voluntariado e acompanha o NOVO BANCO na organização e realização das ações;

iii) Ações emblemáticas de angariação de bens para apoio a pessoas/famílias carenciadas, onde se destaca a ação cabazes de Natal. O NOVO BANCO entrega de cabazes de Natal com bens alimentares básicos a famílias carenciadas, identificadas pela Cáritas Portuguesa, em Portugal Continental e ilhas.

• **Parcerias**

i) Banco de Bens Doados - mecenas do projeto que entrega bens e produtos não alimentares doados por empresas e entidades às instituições particulares de solidariedade social e a pessoas carenciadas;

ii) Associação Novo Futuro - mecenas da associação que exerce a sua atividade no acolhimento e apoio a crianças e jovens privados de ambiente familiar;

iii) Cáritas Portuguesa - parceria que tem como principal objetivo contribuir e apoiar a atuação da Cáritas. Esta contribuição é feita através do Fundo Social Solidário, um fundo criado pela Cáritas Portuguesa que através das estruturas mais localizadas, pretende chegar junto daqueles que vivem em dificuldades;

iv) Associação Acreditar - financiamento de dois quartos do lar de Lisboa que acolhe crianças com cancro e sua família, que em regime de tratamento ambulatório, precisem de recorrer a serviços hospitalares num espaço acolhedor e adaptado às suas necessidades.

Evolução Previsível do Grupo NOVO BANCO
Principais Riscos e Incertezas

As prioridades definidas pelo Conselho de Administração para o NOVO BANCO em 2015 passam por procurar atingir:

(i) um crescimento dos depósitos acima dos 10%;
(ii) um rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos) abaixo dos 120%;
(iii) o registo de um rácio CET 1 acima dos 8,5% e
(iv) a obtenção de um resultado bruto de exploração acima dos 350 milhões de euros.

A prossecução destes objetivos encontra-se condicionada pela evolução da economia portuguesa cujas previsões do Banco de Portugal apontam para uma taxa de crescimento do PIB de 1,7% para 2015 (projeção para 2014: 0,9%). No entanto, o crescimento da taxa de desemprego nos primeiros meses do ano indicia que o caminho da recuperação económica ainda está longe de estar consolidado.

Para além das limitações da conjuntura atual o desempenho do NOVO BANCO debate-se ainda com outra condicionante relacionada com os efeitos da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo. A aplicação da medida de resolução, que tem vindo a desenvolver-se em várias etapas deverá conduzir à aquisição do NOVO BANCO por um acionista, que se espera, estável e com capacidade para assumir o controlo de um banco comercial universal de relevo na zona euro.

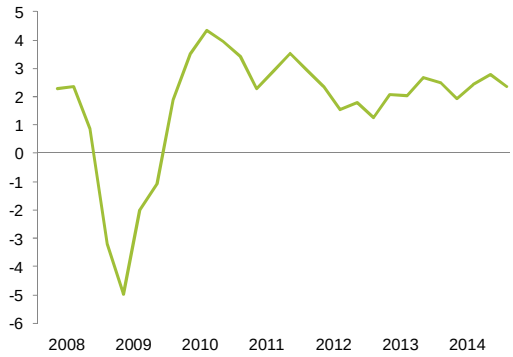
A Administração e os colaboradores vão continuar a realizar todos os esforços de recuperação da imagem e credibilidade do NOVO BANCO tendo em vista o aumento do volume de negócios e o acrescentar valor para o acionista.

3. Enquadramento Macroeconómico

2014 marcado por manutenção do ritmo de expansão, com comportamento desigual entre economias desenvolvidas e emergentes

A economia mundial cresceu 3,3% em 2014, mantendo o ritmo de expansão observado no ano anterior. Subjacente a esta evolução esteve um comportamento desigual entre as diferentes áreas económicas, com uma recuperação da atividade nas economias desenvolvidas e um abrandamento no conjunto das economias emergentes.

Crescimento do PIB global (taxa homóloga, %)

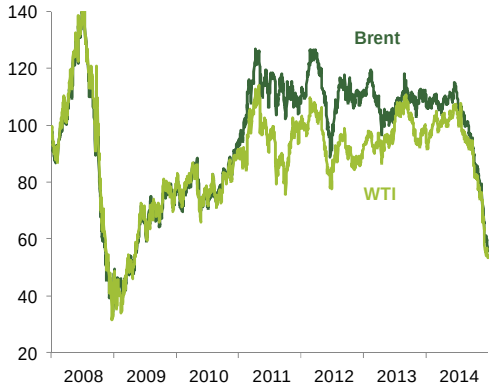


Fonte: Bloomberg

O PIB dos Estados Unidos cresceu 2,4% em 2014, após um registo de 2,2% no ano anterior, suportado por uma política monetária expansionista, pela atenuação da natureza restritiva da política orçamental e pela queda significativa do preço do petróleo.

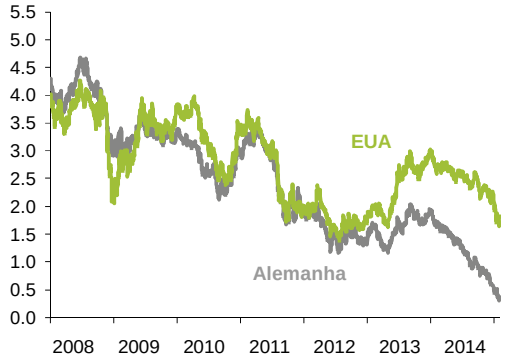
A Reserva Federal manteve a *target* rate dos *Fed funds* inalterada em 0%-0,25% e prosseguiu uma política de *quantitative easing* até outubro, sinalizando uma postura paciente em relação a uma futura subida dos juros. Neste contexto, e na ausência de pressões inflacionistas relevantes, a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos desceu de 3,03% para 2,17%. A recuperação da atividade num ambiente de ampla liquidez traduziu-se em ganhos significativos dos principais índices acionistas, com o *S&P 500*, o *Dow Jones* e o *Nasdaq* a registarem variações anuais de 11,4%, 7,5% e 13,4%, respetivamente. A redução da taxa de desemprego, de 6,7% para 5,6% da população ativa, não se traduziu em pressões inflacionistas pela via salarial. A inflação homóloga manteve-se muito contida, situando-se em 0,8% no final do ano. Para um quadro de baixa inflação nas economias desenvolvidas contribuiu a queda significativa do preço do petróleo (-49,7% no Brent, para USD 55,8/barril, e 45,9% no WTI, para USD 53,3/barril). Este comportamento resultou de uma moderação da procura mas, sobretudo, de uma expansão da oferta, associada ao aumento da produção de *shale oil* e à decisão da OPEP de não reduzir o seu *output* em resposta à queda dos preços.

Preço do Petróleo Brent e WTI (USD/Barril)



Fonte: Bloomberg

***Yields* dos *Treasuries* e *Bunds* a 10 anos (%)**



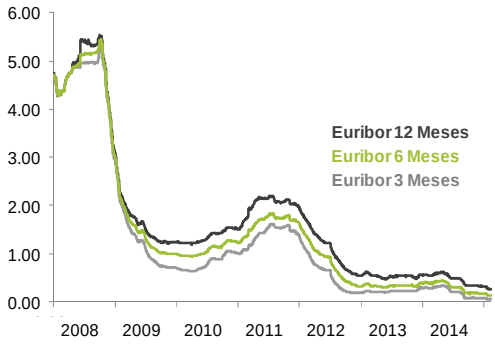
Fonte: Bloomberg

No seu conjunto, os mercados emergentes foram penalizados pelo início do *tapering* do *quantitative easing* pelo Fed, pelos receios em torno do abrandamento da atividade na China e por um aumento dos riscos geopolíticos, em particular associados às tensões entre a Ucrânia e a Rússia. O crescimento da economia chinesa recuou de 7,8% para 7,4%, sobretudo em função do arrefecimento do setor imobiliário e da atividade industrial. A tendência de desaceleração foi, contudo, mitigada a partir do 2º trimestre, por um conjunto de estímulos seletivos de política económica. O índice acionista *Shanghai Composite* valorizou-se perto de 53% em 2014, beneficiando do relaxamento da política monetária e de um forte aumento do *margin trading*.

Zona Euro

Depois de uma queda de 0,5% em 2013, o PIB da Zona Euro cresceu 0,9% em 2014. Apesar de sinais de estabilização no 2º semestre, o crédito ao setor privado não financeiro manteve-se em queda, sobretudo no segmento das empresas, com os diferentes setores da economia a prosseguirem um processo de desalavancagem. A evolução do crédito foi ainda restringida pela incerteza em torno da *asset quality review* e dos *stress tests* aos bancos europeus, cujos resultados – globalmente favoráveis – foram conhecidos apenas em outubro. O BCE anunciou, em junho e em setembro, dois cortes de 10 bps na taxa de juro das operações principais de refinanciamento, levando esta taxa para 0,05%. No mesmo período, a taxa de juro da facilidade de depósitos foi reduzida de 0% para -0,2%. A autoridade monetária introduziu, ainda, as *Targeted Long Term Refinancing Operations* e um novo programa de aquisição de *asset-backed securities* e de *covered bonds*, com o objetivo de melhorar os mecanismos de transmissão da política monetária. Não obstante esta postura expansionista do BCE, as expectativas de inflação na Zona Euro registaram uma clara tendência de queda e, no conjunto de 2014, a inflação homóloga diminuiu de 0,8% para -0,2%. As medidas atrás referidas e a expectativa de um reforço adicional dos estímulos monetários (que viria a concretizar-se, já em janeiro de 2015, no anúncio de um programa de *quantitative easing* com um montante inicial de *EUR 1,1 trillion*) resultaram numa diminuição significativa dos juros de mercado na segunda metade de 2014.

Taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses (%)



Fonte: Bloomberg

A Euribor a 3 meses diminuiu de um máximo de 0,347%, no início do 2º trimestre, para 0,078% no final do ano, enquanto a *yield* dos *Bunds* a 10 anos recuou de 1,929% para 0,541% no conjunto do ano. O euro depreciou se 12,3% face ao dólar, para EUR/USD 1,21, tendo esta tendência sido prolongada no início de 2015, para valores em torno de EUR/USD 1,13. O final de 2014 e o início de 2015 seriam marcados por um aumento da incerteza política, com uma deterioração da perceção de risco face à Grécia e um aumento da volatilidade nos mercados financeiros. No conjunto de 2014, os principais índices acionistas europeus oscilaram entre as perdas e os ganhos moderados. Os índices *FTSE100* e *CAC40* recuaram 2,7% e 0,5%, respetivamente. O índice alemão *DAX* valorizou-se 2,65%.

Taxa de câmbio EUR/USD

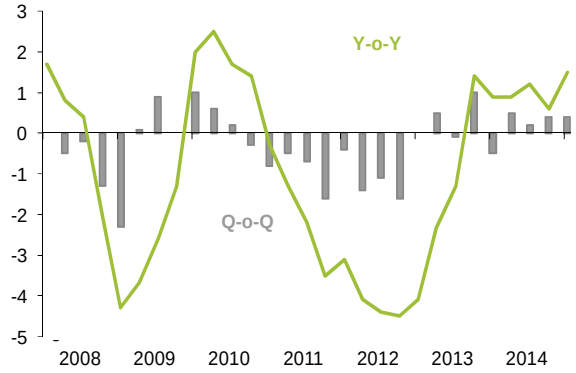


Fonte: Bloomberg

Portugal e Espanha

O ano de 2014 foi marcado pela saída de Espanha e Portugal dos respetivos programas de assistência financeira e por uma melhoria da perceção de risco face a estas economias. O PIB de Espanha cresceu 1,4% no conjunto do ano, após contração de 1,2% em 2013, com uma recuperação da procura interna e uma estabilização do setor imobiliário. Neste contexto, e não obstante uma queda no 4º trimestre, o índice IBEX valorizou-se 3,7% no conjunto do ano. A *yield* dos títulos de dívida pública espanhola a 10 anos desceu de 4,15% para 1,61%. Em Portugal, o PIB cresceu 0,9% em 2014, após três anos de contração. Esta evolução assentou, sobretudo, numa recuperação da procura interna. O consumo privado cresceu 2,1%, depois de uma contração de 1,4% em 2013, beneficiando de um aumento do rendimento disponível real e de uma melhoria da confiança das famílias. A taxa média anual de desemprego reduziu-se de 16,2% para 13,9% da população ativa. A formação bruta de capital fixo cresceu 5,2%, a partir do aumento da despesa em máquinas e equipamentos e em material de transporte. A despesa em construção atenuou, por sua vez, a tendência de queda dos últimos anos. O setor do turismo revelou um dinamismo elevado em 2014, prosseguindo a tendência dos anos anteriores. O crescimento das exportações foi, no entanto, penalizado por fatores não recorrentes (relacionados com o encerramento temporário de unidades produtivas nos setores automóvel e da refinação) e, apesar de uma recuperação no 2º semestre, recuou de 6,4% para 3,4%. Por sua vez, as importações avançaram 6,2%, em aceleração face ao ano anterior, refletindo a recuperação da procura interna.

Portugal - Crescimento do PIB (taxas trimestral e homóloga, %)



Fonte: INE

A capacidade líquida de financiamento da economia, medida pelo excedente do saldo conjunto das balanças corrente e de capital, ascendeu a 1,9% do PIB. O défice das contas públicas atingiu um valor de 3,4% do PIB (excluindo efeitos não recorrentes), abaixo da meta de 4%. Os sinais de reequilíbrio financeiro, o crescimento da atividade económica e o impacto positivo das medidas do BCE resultaram numa melhoria da perceção externa sobre a economia portuguesa, que se traduziu na saída antecipada do programa de assistência económica e financeira (em Maio) e numa melhoria das condições de acesso ao financiamento de longo prazo nos mercados de capitais. A *yield* das OTs a 10 anos desceu, no conjunto do ano, de 6,13% para 2,69%, prolongando esta tendência no início de 2015.

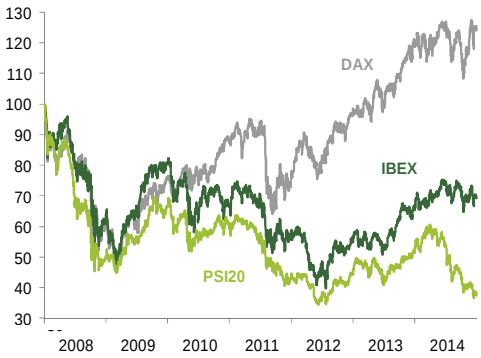
Yields das Obrigações do Tesouro Português a 2 e 10 anos (%)



Fonte: Bloomberg

A instabilidade vivida no setor financeiro, com a resolução do Banco Espírito Santo no início de agosto, condicionou a evolução da confiança e o financiamento da atividade económica, e penalizou fortemente o mercado acionista, com o índice PSI-20 a perder perto de 27% no ano. Em todo o caso, e não obstante alguns sinais de moderação do crescimento no último trimestre, a economia portuguesa mostrou-se resiliente perante este evento, com a generalidade dos indicadores avançados a suportar um cenário de recuperação da atividade em 2015. Uma capacidade produtiva excedentária e a queda dos preços dos bens energéticos pressionaram em baixa a inflação, com a variação média anual dos preços a fechar o ano em -0,3%. Já os preços da habitação seguiram uma tendência positiva, com uma variação média anual de 4,3%, refletindo sobretudo o aumento da procura de habitação por parte de não residentes.

Índices Acionistas DAX, IBEX e PSI 20 (Janeiro 2008 = 100)



Fonte: Bloomberg

4. Gestão Financeira e Mercado de Capitais

O NOVO BANCO tem uma abordagem conservadora à gestão do risco de liquidez, encontrando-se a sua estrutura desenhada para que seja efetuada de acordo com as regras regulamentares aplicadas em cada geografia onde atua e, simultaneamente, garanta o cumprimento de todas as suas responsabilidades, quer em condições normais de mercado, quer em condições de *stress*.

A gestão do risco de liquidez no NOVO BANCO é efetuado na ótica de:

- Liquidez de curto prazo;
- Liquidez estrutural; e
- Liquidez de contingência.

Deste modo, o NOVO BANCO implementou procedimentos internos com o objetivo de aumentar a sua resiliência numa eventual situação de *stress*. Estes procedimentos medem com precisão os riscos de liquidez que o Banco enfrenta e consideram situações de escassez de liquidez e financiamento. Foi a eficiência desta gestão de liquidez que permitiu que o Banco sobrevivesse ao período mais severo da crise ocorrida entre o início de agosto e meados de outubro. Neste período, também se intensificou o envio de informações para os reguladores Banco de Portugal (BdP) e Banco Central Europeu (BCE).

Uma das principais componentes da gestão do risco de liquidez no Grupo NOVO BANCO é a sua política de financiamento, a qual privilegia a diversificação das fontes de financiamento. Contudo, ao longo dos últimos meses de 2014, o foco da política de financiamento tem sido a recuperação dos recursos de clientes, com os valores do final de 2014 a demonstrarem o sucesso desta política, tendo os depósitos recuperado 4,2 mil milhões de euros, face ao valor mínimo de 22,4 mil milhões de euros atingido no final de setembro de 2014.

O NOVO BANCO monitoriza os seus níveis de liquidez de curto prazo através de relatórios diários de *mismatch*, preparados de acordo com as diretrizes preestabelecidas e sinais de alerta definidos internamente que permitem capturar potenciais sinais de crise com impacto sobre o Banco, nomeadamente risco idiossincrático, risco de contágio (devido a tensões nos mercados) ou as repercussões de uma crise económica no Banco. Este processo garante que o Conselho de Administração tem um papel permanente e ativo na gestão de liquidez e na avaliação do risco. Simultaneamente, o Banco também reporta diariamente a sua posição de liquidez ao Banco de Portugal e ao BCE e, semanalmente, é efetuada uma *conference call* com a *Joint Supervisory Team* (JST).

Semanalmente, o Conselho de Administração monitoriza a evolução da posição de liquidez, incluindo ativos elegíveis, e *buffers* de liquidez, os principais movimentos de entradas e saídas de caixa, evolução de depósitos, financiamento de médio e longo prazo, financiamento por parte dos bancos centrais, *gap* de liquidez e tesouraria com a sua evolução por unidade de negócio, bem como os sinais de alerta definidos.

No que se refere à liquidez estrutural, o Grupo NOVO BANCO elabora um reporte mensal de liquidez (para mais detalhes consultar o ponto Risco de Liquidez, no capítulo 5. Gestão de Riscos), tendo em consideração não só a data de maturidade efetiva dos vários produtos como a sua maturidade comportamental, através do qual são determinados para cada *time bucket* os *mismatches* estruturais. Com base neste mapa, e considerando as metas orçamentais estabelecidas, é elaborado um plano anual de financiamento da atividade, que é revisto periodicamente e favorece, sempre que possível, os instrumentos de financiamento de médio/ longo prazo, em detrimento dos instrumentos de curto prazo.

Adicionalmente, o *Capital and Asset Liability Committee* (CALCO), que reúne mensalmente, também analisa a posição de liquidez do Banco, nomeadamente, a evolução do balanço, uma ampla análise dos *gaps* e indicadores chave da atividade (*gaps* de liquidez e comercial, taxas de depósito e crédito). Em síntese, é efetuada uma avaliação abrangente do risco de liquidez e a sua evolução, com especial enfoque nos *buffers* de liquidez atuais e geração/manutenção dos ativos elegíveis.

Como plano de contingência de liquidez, o Banco definiu um conjunto de medidas que, quando acionadas, permitirão abordar e/ou minimizar os efeitos de uma crise de liquidez. Estas medidas têm como objetivo

responder às necessidades de liquidez em cenários de *stress* e mantêm-se acionadas desde o início de agosto de 2014, em resposta à crise que levou a constituição do Banco.

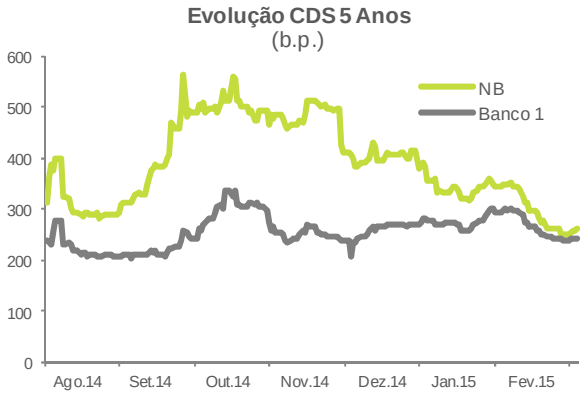
Gestão de Liquidez e *Funding* em 2014

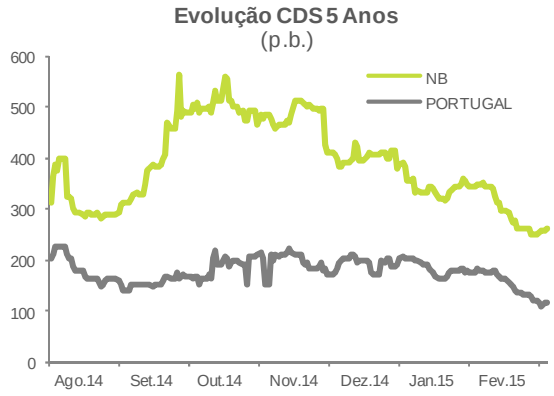
As políticas dos bancos centrais voltaram a ser decisivas para a evolução dos mercados financeiros em 2014, com destaque para o BCE. No decorrer do ano, face aos crescentes riscos deflacionistas numa conjuntura de fraco crescimento económico, o BCE desceu a taxa diretora europeia para um novo mínimo histórico (0,05%), simultaneamente anunciou um novo programa de cedência de liquidez (TLTRO – *Targeted Long Term Refinancing Operation*) e iniciou medidas de liquidez não convencionais.

As pressões deflacionistas acabariam por ser acentuadas pela queda significativa dos preços do petróleo na segunda metade do ano, aumentando assim a expectativa de medidas adicionais de liquidez por parte do BCE, nomeadamente através da compra de obrigações soberanas.

A elevada liquidez no mercado gerou um movimento de procura de títulos de maior rentabilidade e, consequentemente, a redução das *yields*, nomeadamente na dívida soberana da periferia.

Os níveis dos *CDS's* do NOVO BANCO, apesar de refletirem a crise do banco mesmo após a medida de resolução, demonstraram nos últimos meses a convergência para os níveis de mercado observados noutras instituições a operar em Portugal.

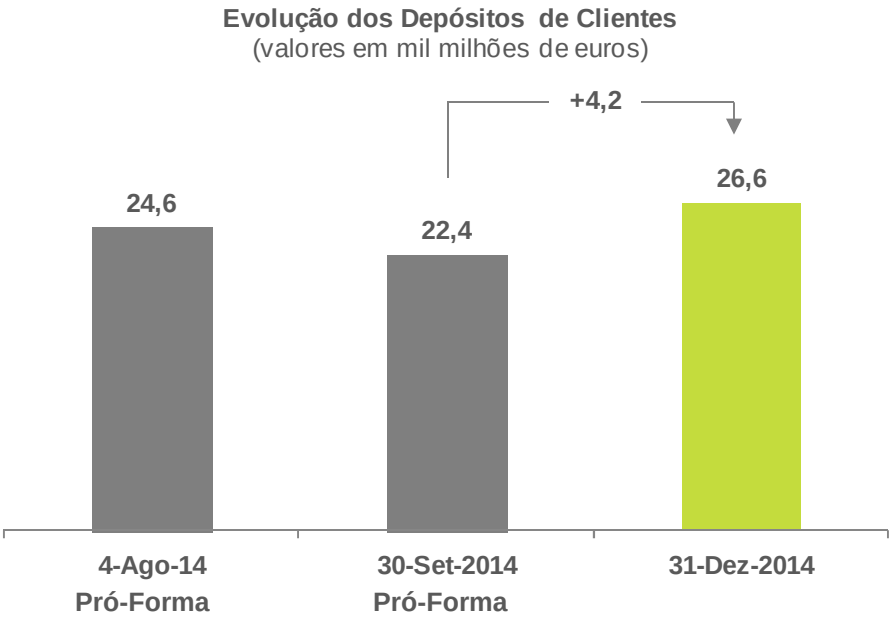




Imediatamente a seguir à resolução, a forte e progressiva redução dos depósitos de clientes, aliada à falta de acesso aos mercados financeiros e à impossibilidade de recurso a fundos adicionais de operações de política monetária colocaram o Banco numa situação de escassez de liquidez extrema. Face à deterioração significativa da posição de liquidez do banco, foi ativado o plano de contingência de liquidez, concebido para responder e minimizar os efeitos de uma crise de liquidez e do qual constam, entre outros, as fontes de financiamento contingentes. O NOVO BANCO foi forçado a recorrer então à Assistência de Liquidez de Emergência ("ELA").

No entanto, a situação de liquidez do Banco continuou fortemente pressionada nos meses seguintes à resolução (agosto e setembro), com a contínua redução dos depósitos de clientes. Em outubro, após a entrada da atual Administração, a posição de liquidez do Banco começou a melhorar, em resultado do crescimento dos depósitos de clientes e da venda de ativos.

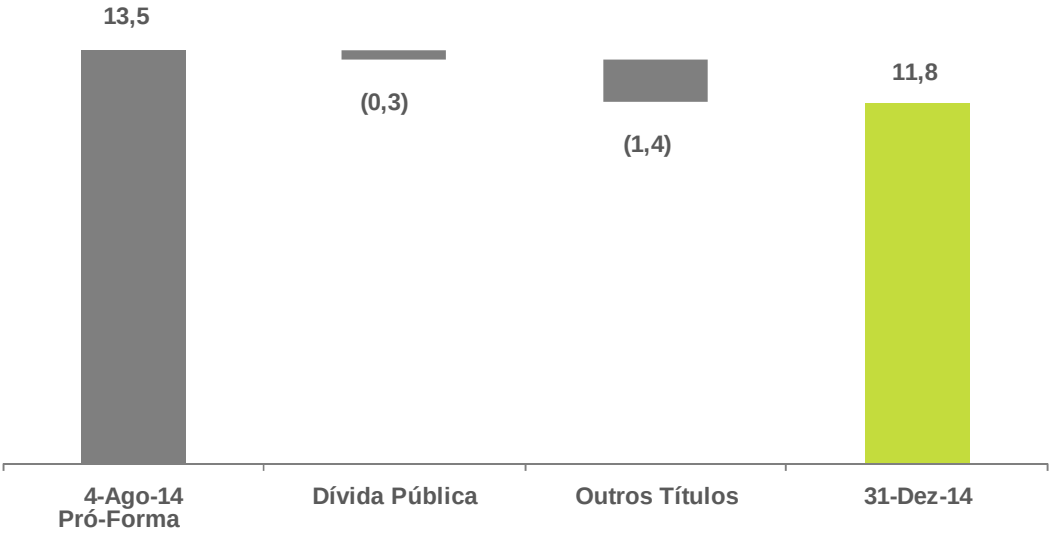
De facto, apesar de no seguimento da medida de resolução, a liquidez do Banco ter sido fortemente pressionada pela contínua diminuição dos depósitos de clientes até finais de setembro, após este período, assistiu-se a uma estabilização durante o mês de outubro e a partir desta data, iniciou-se o processo de recuperação dos depósitos, tendo registado um aumento de 18% face ao mês de setembro (4,2 mil milhões de euros), ou 2 mil milhões de euros face a agosto.



Simultaneamente ao esforço de recuperação dos depósitos de clientes, o NOVO BANCO continuou com o seu processo de desalavancagem, nomeadamente através da aceleração da venda de ativos.

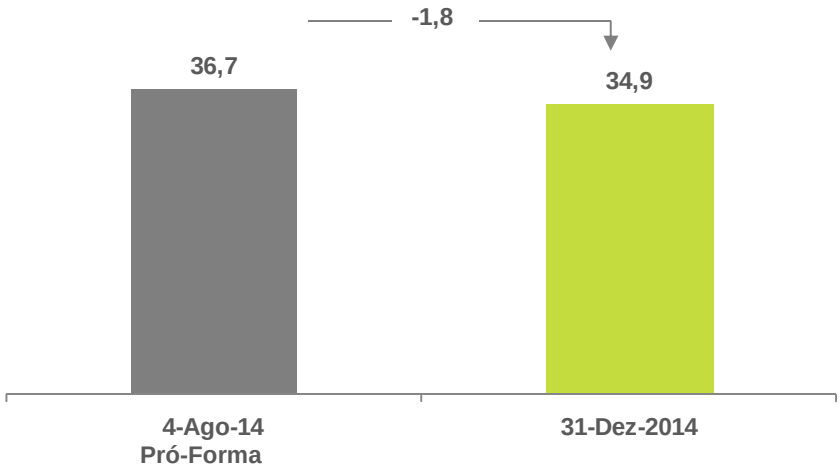
Numa primeira fase esta venda de ativos foi muito centrada na carteira de títulos, que reduziu mais de 1,7 mil milhões de euros face ao balanço de abertura, dos quais 18% correspondem à venda de dívida pública.

Evolução da Carteira de Títulos
(valores em mil milhões de euros)

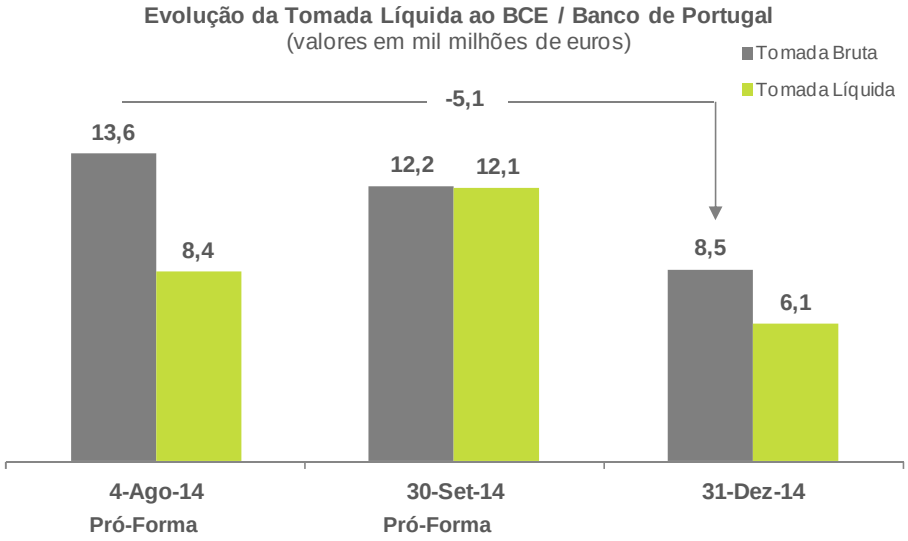


Adicionalmente, a venda de alguns créditos, a amortização e não renovação de linhas de crédito permitiram uma redução da carteira de crédito em cerca de 1,8 mil milhões de euros entre agosto e o final do ano.

Evolução da Carteira de Crédito (Liquido)
(valores em mil milhões de euros)

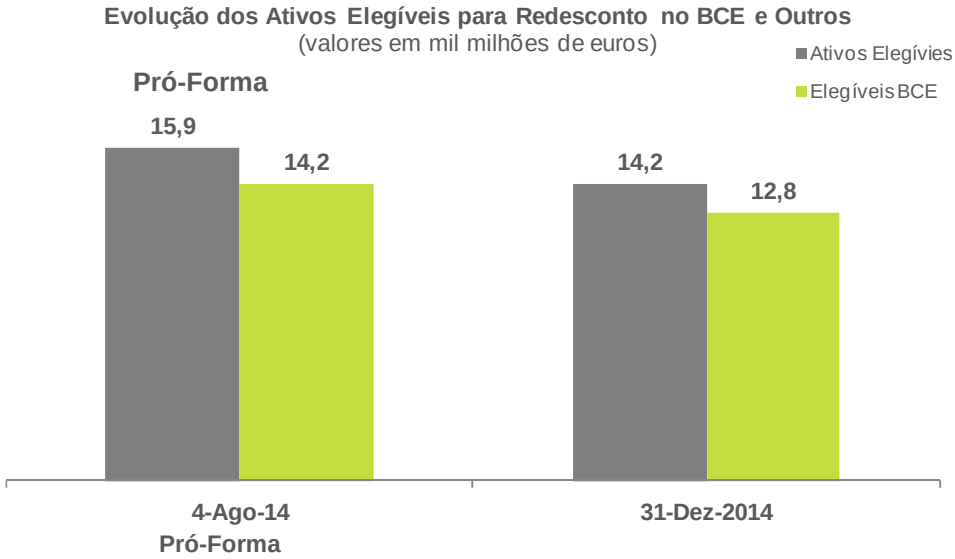


Assim, até ao final de dezembro a situação de liquidez do NOVO BANCO melhorou consideravelmente. Nessa data, o financiamento obtido junto do BCE era de 8,5 mil milhões de euros o que representa uma redução de 5,1 mil milhões de euros face a agosto. Se a este valor forem adicionados os depósitos em bancos centrais, a tomada líquida a bancos centrais era de 6,1 mil milhões de euros à mesma data (representando uma diminuição de 2,3 mil milhões de euros).



À semelhança de outros bancos do sistema, o NOVO BANCO participou na linha de financiamento estabelecida pelo BCE, denominada por operações direcionadas de refinanciamento de prazo alargado, "TLTRO", com um montante de 1,6 mil milhões de euros em setembro de 2014, o que representa 19% da tomada global ao BCE.

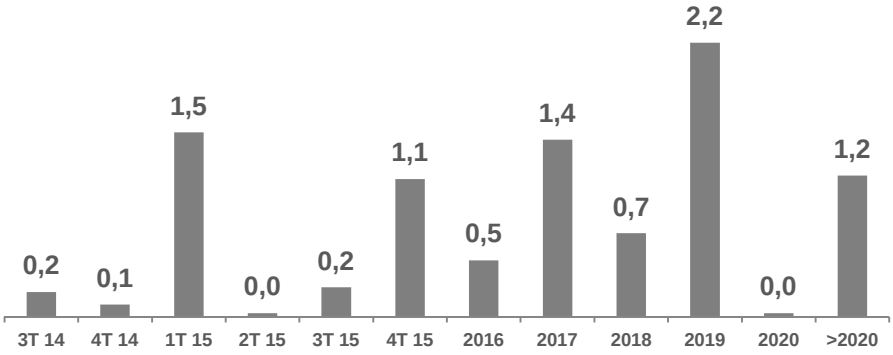
No âmbito da sua política de gestão de liquidez, o NOVO BANCO mantém um esforço constante de geração e otimização da sua carteira de ativos elegíveis para redesconto junto do BCE, bem como a identificação de ativos elegíveis para operações junto do mercado. Assim, por forma a garantir a criação de uma reserva adicional de liquidez, em dezembro, o NOVO BANCO procedeu à extensão do prazo de três emissões de obrigações garantidas pela República Portuguesa, no montante de 3,5 mil milhões de euros.



No final de 2014, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto ascendia a 14,2 mil milhões de euros, dos quais 12,8 mil milhões de euros elegíveis para redesconto junto do BCE, o que corresponde a um decréscimo de 1,4 mil milhões de euros. Neste total está incluída a exposição à dívida

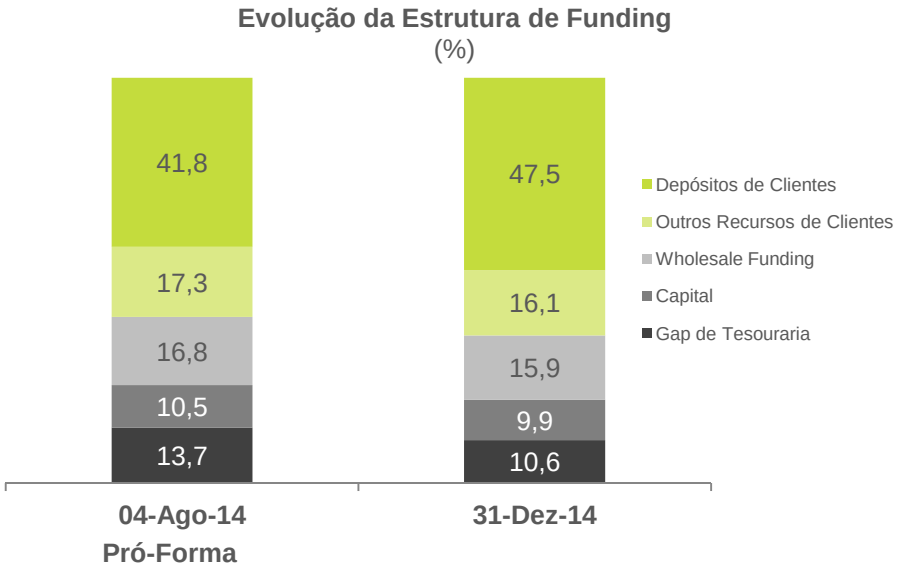
pública portuguesa (que exclui a posição detida pela GNB Vida), no montante global de 0,9 mil milhões de euros (dos quais 0,4 mil milhões de euros com maturidade até 1 ano). Relativamente à exposição à dívida pública de outros países periféricos, o NOVO BANCO detinha uma exposição de 1,2 mil milhões de euros na sua maioria com maturidade até 1 ano, repartidos da seguinte forma: 1,1 mil milhões de euros em dívida pública italiana, 100 milhões de euros em dívida pública espanhola e uma exposição residual de 8 milhões de euros em dívida pública grega.

Perfil de Maturidades a 31 de dezembro de 2014
(valores em mil milhões de euros)



Até o final de 2014, o NOVO BANCO reembolsou 0,3 mil milhões de euros de dívida, que foi substituída com financiamento de mercado. Em 2015, o NOVO BANCO terá que reembolsar 2,9 mil milhões de euros, dos quais 1,5 mil milhões de euros já foram reembolsados durante o primeiro trimestre do ano (entre janeiro e fevereiro). Os restantes reembolsos estão concentrados no último trimestre do ano.

Como corolário do anteriormente descrito, a evolução da estrutura de financiamento do Grupo, a 31 de dezembro de 2014, destaca-se pela recuperação significativa da sua base de recursos de clientes que representam já 64% do total da estrutura de financiamento, e por uma diminuição do seu *gap* de tesouraria.



5. Gestão de Riscos

O risco está implícito no negócio bancário e, por esse motivo, o NOVO BANCO está naturalmente exposto a variados riscos, decorrentes de fatores externos e internos, nomeadamente em função das características dos mercados em que atua, incluindo o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional.

A função de gestão de risco, sendo vital para o desenvolvimento da atividade do NOVO BANCO, visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra sujeito, tanto interna como externamente, e desempenha as suas competências de forma independente face às áreas funcionais, prestando o aconselhamento relativo à gestão de riscos ao órgão de administração. A evolução dos níveis de risco é reportada mensalmente ao Comité de Risco.

Organização

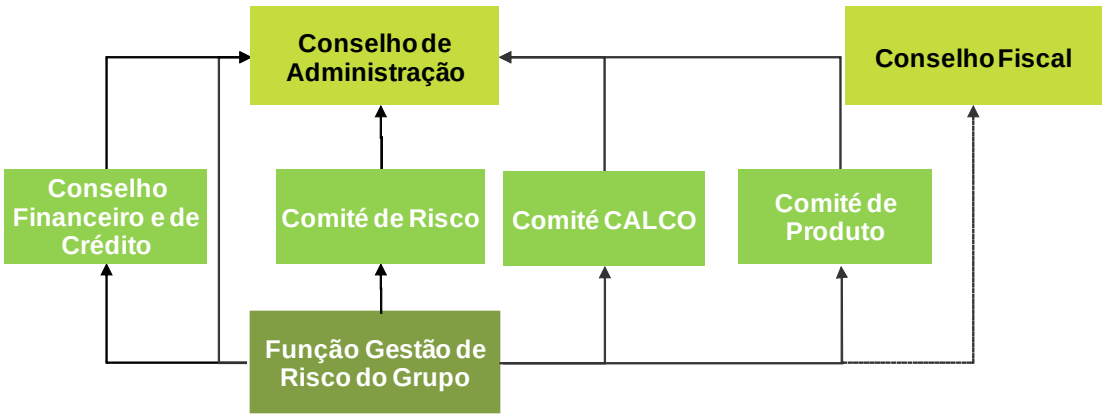
A função de Gestão de Risco, operacionalmente, está centralizada no Departamento de Risco Global (DRG) e é independente das áreas de negócio, incorporando de forma consistente os conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo:



As funções do Departamento de Risco Global (DRG) incluem:

- Identificação, avaliação, controlo e reporte dos diferentes tipos de risco assumidos, de forma a permitir a gestão global do risco e o cumprimento das normas internas e regulamentares, bem como monitorização e dinamização de ações de mitigação;
- Implementação das políticas de risco definidas pelo Conselho de Administração;
- Contribuir para os objetivos de criação de valor através do desenvolvimento e monitorização de metodologias para identificação e quantificação dos riscos, como modelos de *rating* internos e rácios de liquidez; e ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como o desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de otimização da base de capital;
- Desenvolvimento do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e dos testes de esforço (*stress tests*).

O esquema que descreve a estrutura de Comités relevantes para a função de risco no Grupo NOVO BANCO é o seguinte:



Órgãos Superiores	
Conselho de Administração	Responsável por definir o perfil de risco objetivo através da fixação de limites globais e específicos. Compete-lhe igualmente fixar os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que o Grupo detém as competências e recursos necessários para tal.
Conselho Fiscal	Órgão de fiscalização, é responsável pela apreciação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno, v.g. das funções de gestão de riscos, de *compliance* e de auditoria interna que lhe estão subjacentes e do respetivo ajustamento às necessidades do NOVO BANCO.

A fim de tornar mais eficiente o controlo das decisões estratégicas do Conselho de Administração, bem como a preparação das mesmas, foram criados comités especializados que assumem, em linha com as decisões do Conselho de Administração, um importante papel na área de gestão e controlo dos riscos:

Comités Especializados	
Comité de Risco	Responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para todos os tipos de risco, nomeadamente de crédito e operacional, assim como por analisar a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/clientes.
Conselho Financeiro e de Crédito	Responsável por decidir as principais operações de crédito em que o Grupo intervém, de acordo com as políticas de risco definidas para o Grupo. A situação de tesouraria do Banco e a evolução dos mercados financeiros são igualmente objeto de controlo nesta reunião diária.
Comité de Gestão de Capital, Ativos e Passivos (*Capital, Assets and Liabilities Committee* - CALCO)	Responsável pela definição de objetivos e monitorização da evolução em matéria de crescimento da atividade creditícia e de captação de recursos de clientes, estratégia de financiamento (gestão do *mismatch* do balanço) e de preços/margens, bem como de otimização do capital. Compete, igualmente, a este Comité, aprovar a oferta de produtos de recursos e os respetivos preços a praticar.
Comité de Produto	Responsável pela aprovação de produtos e serviços das várias unidades e estruturas comerciais do Grupo NOVO BANCO, cobrindo produtos de ativo e passivo.

Comités de Suporte	
Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC)	Análise e avaliação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento da sua qualidade creditícia, definição das opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância ativa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/grupos analisados, e à análise e validação dos níveis de imparidade de crédito previamente determinados, em função dos critérios objetivos estabelecidos.
Grupo de Acompanhamento do Risco (GAR)	Aprofundamento da análise e controlo do risco de crédito, com a participação e intervenção das áreas do Banco com competências técnicas
Grupo de Acompanhamento de Risco Imobiliário (GARI)	Devido ao risco associado ao setor imobiliário, desenvolve-se uma vertente específica destinada à monitorização de clientes enquadrados neste setor
Comité de Risco de IT	Tem como o objetivo o acompanhamento da execução das políticas adotadas pelo Banco em matéria de gestão de risco de sistemas de informação.

Risco de Crédito

Ajustamento ao nível Organizacional

Nos primeiros meses de atividade do NOVO BANCO, merece destaque a criação de um Departamento de Crédito, que iniciou a sua atividade, em novembro de 2014. Este novo Departamento tem como missão executar a função decisão de crédito no NOVO BANCO.

A criação do Departamento de Crédito consagrou a segregação das funções de gestão da relação comercial com os clientes, que se mantém a cargo dos departamentos comerciais do NOVO BANCO, e decisão das operações de crédito de tais clientes, função agora assumida por este departamento.

Esta evolução da estrutura organizativa do Banco representa um reforço da especialização funcional dentro do Grupo e torna evidente a opção por uma abordagem com maior peso da análise técnica e de risco na tomada de decisão.

A decisão de crédito mantém como elemento de suporte determinante as notações de risco dos clientes (*scorings* e *ratings*) e as análises e recomendações do Departamento de Risco Global (DRG). Desta forma, o atual modelo de decisão de crédito incorpora uma filosofia de *checks and balances*, que sustenta uma delegação material de poderes de decisão, através da intervenção de 3 áreas independentes e com papéis bem definidos (área comercial, área de crédito e área de risco).

Ao nível das políticas e processos de crédito e de risco, a criação do Departamento de Crédito, foi, de forma evidente, o tema com maiores implicações estruturais e que mais marcou a diferença na reta final do ano de 2014. O NOVO BANCO tem vindo a reduzir o seu apetite de risco, nomeadamente em setores como a promoção imobiliária e a construção e, na redução da concentração da sua exposição creditícia por cliente.

As notações de risco dos clientes são um elemento da maior importância, como suporte às decisões de negócio.

O NOVO BANCO detém a certificação IRB, dispondo de modelos de risco desenvolvidos internamente e que cobrem os principais portefólios de crédito de empresas e de particulares: Médias Empresas, Pequenas Empresas, Start-Ups, Empresários em Nome Individual, Crédito à Habitação, Crédito Individual e Cartões de Crédito. Além disso, o Banco recorre aos *templates* desenvolvidos pela *Risk Solutions* e customizados para a realidade portuguesa, para a atribuição interna de *rating* a Grandes Empresas, Municípios, Instituições Financeiras, *Project Finance* e *Acquisition Finance*, entre outros portefólios.

O NOVO BANCO desenvolveu igualmente modelos *de Loss Given Default* (LGD) e *Credit Conversion Factors* (CCF), assentes em dados internos. Em 2015, será concluído o processo em curso de estimação do parâmetro de risco *Expected Loss Best Estimate* (ELBE).

Em termos do modelo de *governance* para monitorizar a performance dos modelos de risco (PDs, LGDs e CCFs), merece realce a existência de uma unidade de validação de modelos, independente da unidade de desenvolvimento e que, desde o final de 2014, está integrada no Departamento de Auditoria Interna (DAI). Esta transferência do Departamento de Risco Global para o Departamento de Auditoria Interna surgiu na sequência de uma recomendação do Banco de Portugal. A unidade de validação independente tem como responsabilidade aferir se cada um dos modelos de risco internos mantém boa capacidade preditiva e adequada calibração, condições para que continuem a ser utilizados no suporte à tomada de decisões de negócio e no cálculo de capital regulamentar. O exercício de validação é um exercício recorrente, devendo a validação dos modelos ser avaliada com periodicidade mínima anual.

Na atividade desenvolvida pela equipa de modelização do Departamento de Risco Global, em 2014, merecem destaque a recalibração dos modelos de *rating* de empresas e a revisão da definição interna de incumprimento. Em ambos os casos, as alterações introduzidas decorreram de recomendações do Banco de Portugal.

Monitorização do Risco de Crédito

As atividades de acompanhamento e de controlo do Risco de Crédito implementadas no Grupo NOVO BANCO têm por objetivo medir e controlar a evolução do Risco de Crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, definir medidas objetivas relativamente a situações concretas, cujas especificidades indiciem uma deterioração de risco, bem como de estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco do Grupo NOVO BANCO, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo constituída essencialmente pelos seguintes processos:

- Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC);
- Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR); e
- Análise global do perfil de risco da carteira de crédito.

Acompanhamento de Clientes com sinais de alerta (CARC)

O processo de acompanhamento de clientes com sinais de alerta é desenvolvido ao longo do ano, no formato presencial, em reuniões realizadas com todas as estruturas comerciais e presididas pela Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC), das quais emanam ações de seguimento específico, sujeitas a reporte ao Administrador do Pelouro.

A CARC tem por principais funções:

- Proceder à análise e avaliação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento da qualidade creditícia, tendo por base os seguintes elementos:
  - Perfil económico e financeiro dos clientes;
  - Tipologia da exposição de crédito dos clientes;
  - A natureza e valor das garantias recebidas, dando atenção às datas a que se reportam as respetivas avaliações e às entidades que as realizaram;
  - Sinais de alerta detetados no perfil comportamental dos clientes nas suas relações com o Banco e com o sistema financeiro em geral.
- Definir as opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância ativa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/ grupo analisados;
- Análise dos níveis de imparidade de crédito.

Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR)

O Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR) tem como objetivo o aprofundamento da análise e controlo do risco de crédito já desenvolvido no âmbito do processo CARC. Devido ao risco associado ao setor do

imobiliário, desenvolveu-se uma vertente específica destinada à monitorização dos clientes que se enquadram neste setor, dando origem ao GAR Imobiliário (GARI).

No âmbito do processo GAR/GARI, os clientes são diariamente classificados ao longo de uma escala de risco gradativa – *Pré-Watchlist*, *Watchlist* e Recuperação – mediante a verificação de determinados critérios de risco predefinidos.

Para os clientes alocados às referidas classes de risco estão estruturadas as ações a executar com base em ferramentas de trabalho *standardizadas* (questionário de causas de risco, ações de mitigação a desenvolver ou planos de recuperação).

Mediante as degradações de classificação de risco automaticamente definidas pelo modelo, os clientes que apresentam um maior risco de crédito são analisados em sede de reunião mensal do GAR/GARI. Neste âmbito, são analisadas as características económico-financeiras dos clientes, as ações de mitigação de risco desenvolvidas e/ou em desenvolvimento e é definida a sua adequada classificação de risco, a necessária atuação futura, assim como, a estrutura que melhor convier à adoção das novas medidas de mitigação de risco.

No período de 4 de agosto a 31 dezembro de 2014, no âmbito das reuniões do GAR/GARI, foram analisados um total de 260 clientes, com responsabilidades superiores a 1,8 mil milhões de euros.

Análise global do perfil de risco da carteira de crédito

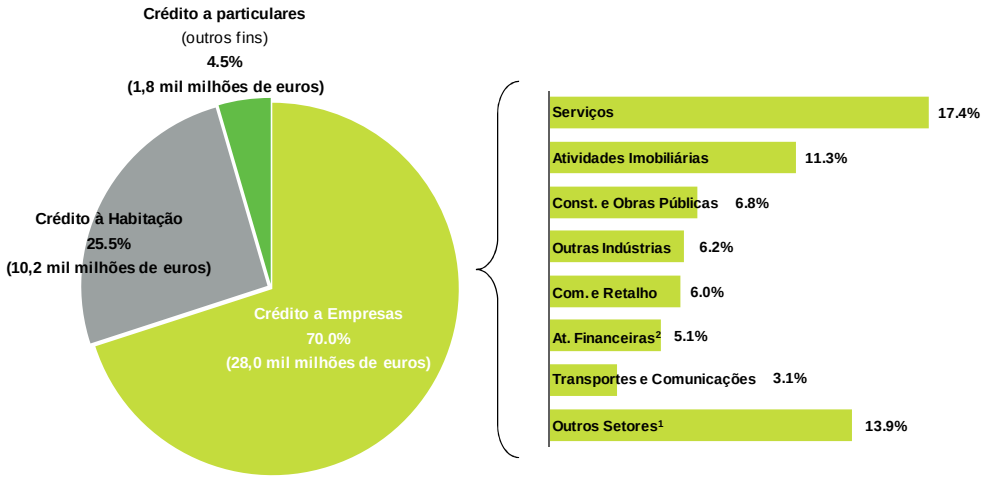
No grupo NOVO BANCO é efetuada uma gestão permanente da carteira de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão do risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito, sendo o perfil de risco dos portefólios de crédito (nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias) apresentado mensalmente no Comité de Risco. São igualmente objeto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

Distribuição Setorial da Carteira de Crédito

A análise da distribuição setorial da carteira de crédito permite demonstrar, por um lado, o continuado enfoque do Grupo NOVO BANCO no suporte ao tecido empresarial e, por outro lado, a manutenção de níveis de concentração conservadores.

Carteira de Crédito total de dezembro 2014 (40,1 mil milhões de euros, exposição bruta)

(excluindo créditos securitizados)



[1] Representa outros setores da economia cada um com um peso inferior a 3%
[2] Inclui Fundos de Investimento

Distribuição Geográfica da Carteira de Crédito

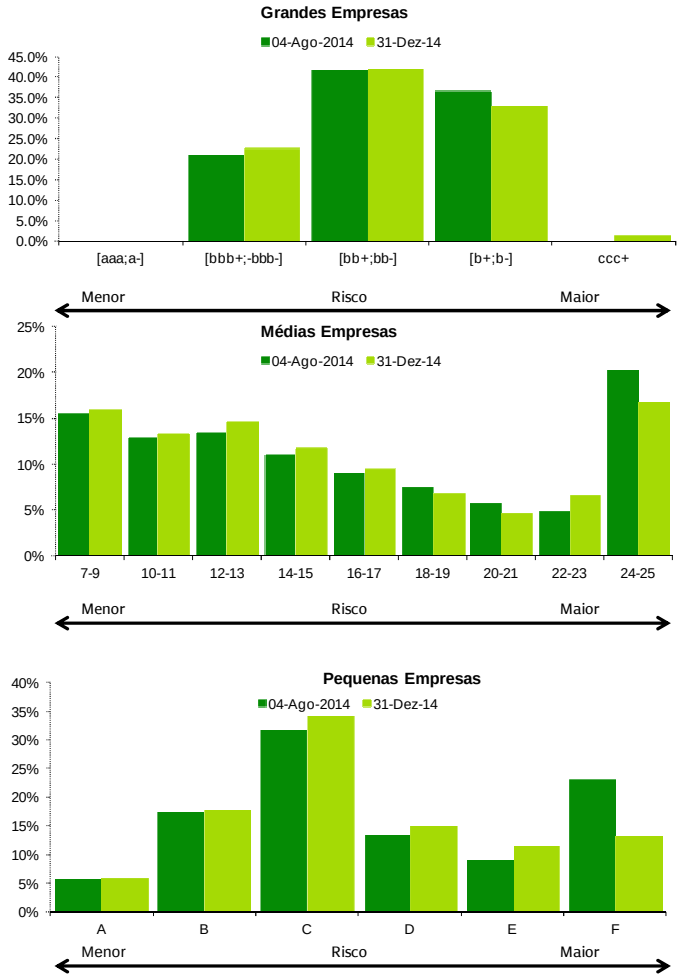
Relativamente à distribuição geográfica da carteira de crédito, a atividade internacional que representa 17,5% da carteira de crédito decresceu 5,4% no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

milhões de euros

	Atividade Doméstica			Atividade Internacional			Total Grupo NOVO BANCO		
	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	peso face ao total	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	peso face ao total	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	peso face ao total
Habitação	10 099	9 873	29.9%	312	357	5.1%	10 410	10 230	25.5%
Particulares (outro)	1 546	1 506	4.6%	398	315	4.5%	1 944	1 821	4.5%
Subtotal	**11 644**	**11 379**	**34.5%**	**710**	**672**	**9.6%**	**12 354**	**12 051**	**30.1%**
Empresas	22 584	21 650	65.5%	6 725	6 359	90.4%	29 308	28 009	69.9%
Crédito Total	**34 228**	**33 029**		**7 435**	**7 032**		**41 663**	**40 060**	

Distribuição da carteira de crédito por notação de *rating*

O Grupo NOVO BANCO utiliza, no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito, os seus sistemas de *ratings* internos, cujas probabilidades médias de incumprimento refletem, tanto nos segmentos de Empresas como nos de Retalho, o contexto da atividade económica.



Qualidade do Crédito

Apesar do nível de provisionamento e correspondentes níveis elevados de cobertura da carteira de crédito com que o NOVO BANCO iniciou a sua atividade, tornou-se necessário prosseguir com um esforço adicional de provisionamento ao longo de 2014 fazendo evoluir de 11,9% para 12,8% o nível de provisionamento da carteira de crédito a clientes.

Qualidade do Crédito a Clientes

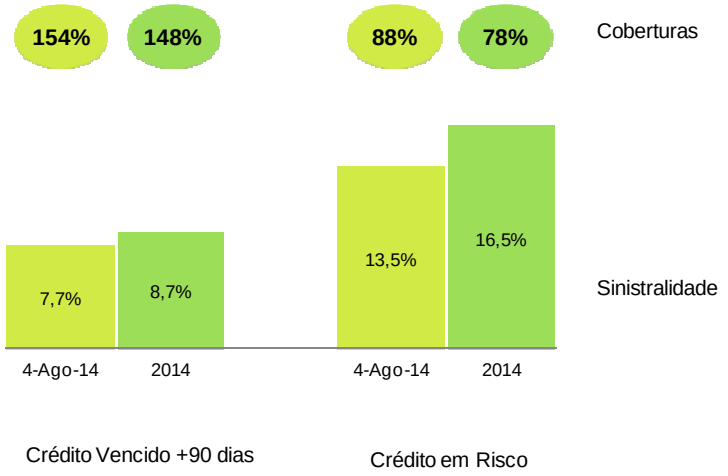
milhões de euros

	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez- 2014	Variação absoluta	Variação relativa
Dados de Base (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	41 663	40 060	-1 602	-3,8%
Crédito Vencido	3 393	3 917	524	15,5%
Crédito Vencido > 90 dias	3 217	3 468	251	7,8%
Crédito em Risco [1]	5 620	6 593	973	17,3%
Crédito Reestruturado [2]	5 403	5 893	490	9,1%
Crédito Reestruturado não incluido no Crédito em Risco [2]	3 894	4 145	251	6,4%
Provisões para Crédito	4 945	5 131	186	3,8%
Reforço de provisões para crédito (acumulado)	-	378	-	-
Indicadores (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	8,1%	9,8%	1,6 p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	7,7%	8,7%	0,9 p.p.	
Crédito em Risco [1] / Crédito a Clientes (bruto)	13,5%	16,5%	3,0 p.p.	
Crédito Reestruturado [2] / Crédito a Clientes (bruto)	13,0%	14,7%	-	
Crédito Reestruturado não incluido no Crédito em Risco [2]/ Crédito a Clientes (bruto)	9,3%	10,3%	-	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	145,7%	131,0%	-14,8 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	153,7%	147,9%	-5,8 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito em Risco [1]	88,0%	77,8%	-10,2 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Clientes	11,9%	12,8%	0,9 p.p.	
Carga de Provisões para Crédito	-	2,3%	- p.p.	
Carga Líquida de Recuperaçõesde Créditos Abatidos ao Activo	-	2,2%	- p.p.	

[1] De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal.
[2] De acordo com a definição constante da Instrução nº32/2013 do Banco de Portugal.

O rácio crédito vencido há mais de 90 dias/crédito a clientes evoluiu para 8,7% (em 4 de agosto de 2014 era 7,7%). O respetivo rácio de cobertura por provisões mantém-se em níveis confortáveis de 147,9% (153,7% em 4 de agosto 2014), apesar do decréscimo verificado (-5,8 pp.).

Sinistralidade e Cobertura por Provisões



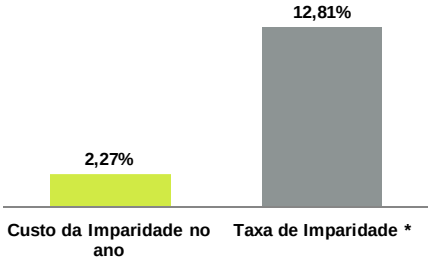
Refletindo os efeitos do agravamento do contexto macroeconómico, o rácio de crédito em risco aumentou de 13,5% para 16,5% em dezembro de 2014. Esta evolução foi influenciada, dada a sua expressão na carteira, fundamentalmente pelo incremento da sinistralidade do crédito a empresas (que passou de 15,6% para 19,2%).

Crédito em Risco por Tipo de Crédito

	Sinistralidade		Cobertura		Imparidade de balanço	
	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14
Crédito Total	**13,5%**	**16,5%**	**88,0%**	**77,8%**	**11,9%**	**12,8%**
Empresas	15,6%	19,2%	99,6%	87,5%	15,5%	16,8%
Habitação	7,2%	7,5%	24,5%	24,9%	1,8%	1,9%
Particulares (outro)	16,3%	24,0%	70,2%	51,2%	11,4%	12,3%

No que respeita às provisões para carteira de crédito, sublinha-se o reforço efetuado de 378 milhões de euros, que representou um custo de imparidade médio de 2,27% no ano de 2014.

Provisões para Carteira de Crédito



* Saldo de Provisões para Crédito / Saldo de Crédito Bruto

Exposição a Mercados Emergentes

A exposição a mercados emergentes, em moeda estrangeira, no final do exercício de 2014, determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos de cálculo do risco país, elevava-se a 4 006 milhões de euros, representando 6,1% do ativo consolidado.

milhões de euros

Países	Coeficiente Risco BdP	31-Dez-2014					
		Exposição bruta *		Garantias e Deduções **	Exposição Líquida		
		Total	Reserva Justo Valor		Total	em Moeda Estrangeira	Estrutura (%)
América Latina		**2 629**	**0**	**234**	**2 396**	**726**	**85**
Bahamas	10%	1	0	1	0	0	0
Brasil	0%	2 143	0	24	2 119	453	75
México	0%	264	0	20	244	240	9
Panamá	0%	78	0	51	27	27	1
Venezuela	50%	139	0	135	4	4	0
Outros		4	0	2	2	2	0
Leste Europeu		**185**	**0**	**6**	**179**	**47**	**6**
Croácia	10%	0	0	0	0	0	0
Ucrânia	50%	1	0	1	0	0	0
Outros		184	0	5	179	47	6
Ásia-Pacífico		**245**	**0**	**134**	**111**	**110**	**4**
Rep. Popular da China	0%	25	0	2	23	23	1
India	10%	133	0	130	3	3	0
Macau	0%	81	0	0	81	81	3
Turquia	10%	1	0	0	0	0	0
Outros		4	0	2	3	2	0
África		**947**	**0**	**825**	**123**	**122**	**4**
África do Sul	0%	18	0	12	6	6	0
Angola	10%	797	0	797	0	0	0
Cabo Verde	10%	91	0	1	91	91	3
Marrocos	10%	1	0	1	0	0	0
Outros		40	0	14	26	26	1
Total		4 006	0	1 198	2 808	1 006	100
% Activo Líquido		6,1%			4,3%	1,5%	

* Exposição deduzida de provisões para risco país

** Inclui Trade Finance < 1 ano no valor de 214 milhões de euros

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, de mercadorias, ou de imóveis, volatilidade e *spread* de crédito.

O Risco de Mercado é controlado numa visão a curto prazo (dez dias) para a carteira de negociação e numa visão de médio prazo (um ano) para a carteira bancária.

- **Risco da Carteira de Negociação**

A. Práticas de Gestão

O principal elemento de medição do risco de mercado consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para a qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). O Grupo NOVO BANCO utiliza a simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias úteis para calcular o VaR. As volatilidades e correlações são históricas, com base num período de observação de 1 ano.

De forma a calibrar a medição do VaR são efetuados diariamente exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efetivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva. Como complemento ao VaR, têm também sido utilizados cenários extremos (*stress tests*) para avaliação das consequentes perdas potenciais. Estas análises são efetuadas quer tendo como base um período de *stress* real, quer através de análise de sensibilidade aplicando choques extremos individuais aos fatores de risco.

O Grupo NOVO BANCO tem em vigor limites de VaR e de *stop loss* para as suas carteiras, de forma a limitar as perdas a que o grupo se encontra sujeito. No quarto trimestre de 2014 passaram do Departamento Financeiro para o Departamento de Risco as funções de controlo operacional do risco de mercado (por fator de risco e mesa de negociação) e de risco contraparte. O controlo de limites é efetuado diariamente.

Durante o ano de 2014, foi diminuído o limite de *Value at Risk* para as áreas de negociação e criado igualmente um limite associado à dívida pública das carteiras de disponível para venda e justo valor.

O risco de mercado, comparativamente com os seus limites, é reportado diariamente às áreas de negócio e respetivas direções, é mensalmente analisado no Comité CALCO e trimestralmente alvo de reporte em Comité de Risco.

B. Análise de Risco de Mercado

O Grupo NOVO BANCO apresenta um valor em risco (VaR) de 50,6 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014 (incluindo BESI no valor de 9,9 milhões de euros), nas suas posições da carteira de negociação em ações, taxa de juro, volatilidade e *spread* de crédito, na posição global de mercadorias e cambial e na posição em dívida pública das carteiras disponível para venda e justo valor. Este valor compara com 24,9 milhões de euros a 4 de agosto de 2014, sendo no entanto de realçar o alargamento do âmbito deste cálculo, bem como a introdução de alterações metodológicas.

milhões de euros

Value at Risk 99% 10 dias		
	04-Ago-14	**31-Dez-14**
Cambial	8,8	11,5
Taxa de Juro	1,7	8,4
Ações e Mercadorias	9,1	33,9
Crédito	10,2	21,9
Volatilidade	2,3	2,2
Ef. Diversificação	-7,2	-27,3
Total	**24,9**	**50,6**

Os 50,6 milhões de euros correspondentes ao VaR Total provêm, essencialmente, dos riscos de ações, *spread* de crédito e cambial.

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos, tendo sido aplicados choques extremos individuais a todos os fatores de risco, tendo como base as variações, mais e menos positivas, verificadas a 10 dias nos últimos 20 anos.

- **Risco da Carteira Bancária**

Os riscos da carteira bancária referem-se a movimentos adversos nas taxas de juro, nos spreads de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis, em exposições que o Banco detém no seu balanço (*non-trading*). As participações do GNB Vida são controladas autonomamente pela área de risco da entidade.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares, como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afetam a carteira bancária da Instituição.

As variações nas taxas de juro de mercado afetam a margem financeira do Banco através da alteração dos proveitos e dos custos associados aos produtos de taxa de juro e através da alteração do valor subjacente dos seus ativos, passivos e instrumentos fora de balanço.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada com base na metodologia do *Bank for International Settlements* (BIS). Segundo este método, são classificadas todas as rubricas do ativo, do passivo e extrapatrimoniais que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de refixação da taxa de juro.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de cálculo da *duration* e consiste num cenário de *stress test* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 pontos base, em todos os escalões de taxa de juro (Instrução 19/2005 do Banco de Portugal).

O risco de taxa de juro da carteira bancária advém essencialmente da combinação entre o crédito e as obrigações de taxa fixa de longo prazo, com as responsabilidades representadas por títulos de taxa fixa a longo prazo e os recursos de clientes.

Para além dos choques paralelos são efetuados choques não paralelos na curva de rendimentos para medir os efeitos dessas variações na sensibilidade do capital económico.

Adicionalmente, o Grupo NOVO BANCO efetua a medição do risco de taxa de juro da carteira bancária a partir da medida do VaR histórico a um ano, com um intervalo de confiança de 99%. Esse valor cifrou-se a 31 de dezembro de 2014 em 108 milhões de euros.

O risco de taxa de juro do balanço é reportado mensalmente às áreas de negócio e respetivas direções e é analisado no CALCO e trimestralmente alvo de reporte em Comité de Risco.

Outros Riscos da Carteira Bancária

O risco de *spread* de crédito de um ativo, reflete a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um ativo na mesma moeda.

O risco das Participações Financeiras, o risco dos Fundos de Investimento, o risco dos Certificados de Seguro ao Portador (CSP) e o Risco Imobiliário podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Para medir estes riscos, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano. Complementarmente, procede-se à análise da simulação de cenários extremos.

- **Risco do Fundo de Pensões**

O risco de fundo de pensões é o risco resultante do valor dos passivos (responsabilidades do fundo) exceder o valor dos ativos (investimentos do fundo). Nesta situação o Banco tem a responsabilidade de financiar a diferença incorrendo na correspondente perda (contribuições do Grupo para o fundo).

Com o objetivo de mensurar o risco do fundo de pensões do Grupo NOVO BANCO, são estimados os ativos e passivos com o horizonte temporal de 1 ano.

O rendimento estimado dos ativos do fundo corresponde às perdas máximas que o Fundo pode incorrer num período de 1 ano. Este é determinado através do cálculo, para um intervalo de confiança de 99%, do VaR a 1 ano da carteira de ativos do Fundo de pensões, à data de referência.

As responsabilidades são atualizadas tendo como base o custo corrente projetado a 1 ano.

O Grupo NOVO BANCO utiliza para a quantificação do risco do fundo de pensões, os mesmos modelos e metodologias que para a determinação dos riscos materiais incorridos pelos ativos do Grupo NOVO BANCO.

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A. Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco, mesmo que não se tenham materializado em perdas financeiras.

As metodologias de gestão definidas encontram-se suportadas nos documentos reconhecidos como melhores práticas, nomeadamente os princípios e abordagens de gestão do risco operacional emanadas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

O modelo de gestão de risco operacional implementado é suportado por uma estrutura organizacional específica, no Departamento de Risco Global, dedicada exclusivamente ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, sendo fundamental para o seu sucesso a participação ativa dos Representantes de Risco

Operacional dos Departamentos, Sucursais e Subsidiárias, e suas equipas, aos quais compete o cumprimento dos procedimentos instituídos e a gestão quotidiana do Risco Operacional.

Neste Modelo de Gestão instituído também é crucial a participação de outros departamentos, com funções transversais no Grupo NOVO BANCO, como o Departamento de Compliance, nomeadamente a sua Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno, e o Departamento de Auditoria.

Compete ao Departamento de Risco Global e a cada Representante de Risco Operacional nomeado nas instituições financeiras do Grupo NOVO BANCO, materialmente relevantes, implementar as práticas de gestão de risco operacional, em função das metodologias em vigor, compreendendo os seguintes elementos:

- Identificação e reporte de Incidentes de risco operacional na plataforma informática corporativa do Grupo NOVO BANCO. Esta base de dados contempla incidentes que originaram perdas, mas também as ocorrências com impactos positivos ou sem impactos relevados contabilisticamente. Sendo essencial, para a gestão de risco, o pleno conhecimento destas situações para as mitigar.
- Execução de Processos de Controlo de Registo de Eventos, de modo a verificar a eficácia dos processos de identificação de risco implementados em cada instituição financeira e, em paralelo, garantir a captura e conformidade da informação relativa aos incidentes com impacto financeiro. O principal Processo de Controlo baseia-se na verificação dos movimentos financeiros contabilizados em determinadas rubricas versus os incidentes registados na base de dados;
- Identificação e sistematização de fontes de risco e potenciais incidentes, de modo a definir as responsabilidades de reporte de incidentes, nas instituições, como meio de promover uma cultura de risco (*awareness*) e melhoria do processo de identificação estabelecido;
- Realização de Exercícios de *Self-assessment* periódicos de modo a identificar os maiores riscos, bem como as ações a desenvolver para os mitigar;
- Monitorização de fontes de risco através de *Key Risk Indicators* (KRI), transversais ao Grupo NOVO BANCO, permitindo uma análise comparativa, e alguns específicos para fazer face às necessidades de controlo do risco de algumas Unidades;
- Realização de análises de cenários pontuais, para determinadas fontes de risco;
- Identificação e monitorização da implementação de ações de eliminação ou mitigação das fontes de risco apuradas, pela análise de incidentes, *self-assessment*, KRI ou *workshops* com vários responsáveis das Unidades;
- Emissão de informação de gestão consolidada para a gestão de topo do Grupo NOVO BANCO, bem como relatórios específicos para determinadas Unidades;
- Formação e partilha de experiências, numa perspetiva de *lessons learned* e de melhores práticas a desenvolver pelas várias unidades do Grupo NOVO BANCO;

- Processo de cálculo dos requisitos de fundos próprios de acordo com o Método *Standard*, processo que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos (calculados em cada ano), relativamente aos segmentos de atividade regulamentares.

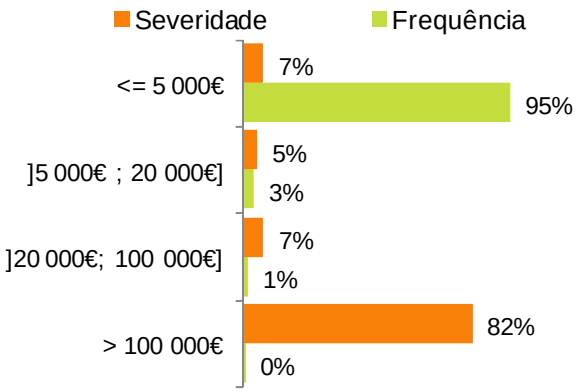
Em 2014, manteve-se o esforço de consolidação dos processos de gestão de risco operacional, tendo sido realizados projetos de implementação em novas áreas, em particular na Sucursal do Luxemburgo. Em várias unidades orgânicas do Grupo NOVO BANCO, foram realizadas ações de alerta, sensibilização e formação para a consolidação da cultura de Risco Operacional.

Bem como o desenvolvimento e implementação, em várias unidades do Grupo NOVO BANCO, do Modelo de Risco de IT, permitindo a avaliação de risco, no que concerne à gravidade dos incidentes detetados.

B. Análise do Risco Operacional

O Perfil de Risco Operacional do Grupo NOVO BANCO caracteriza-se por uma frequência significativa de incidentes com impacto financeiro associado pouco relevante, e um conjunto muito reduzido de incidentes de risco com severidade material.

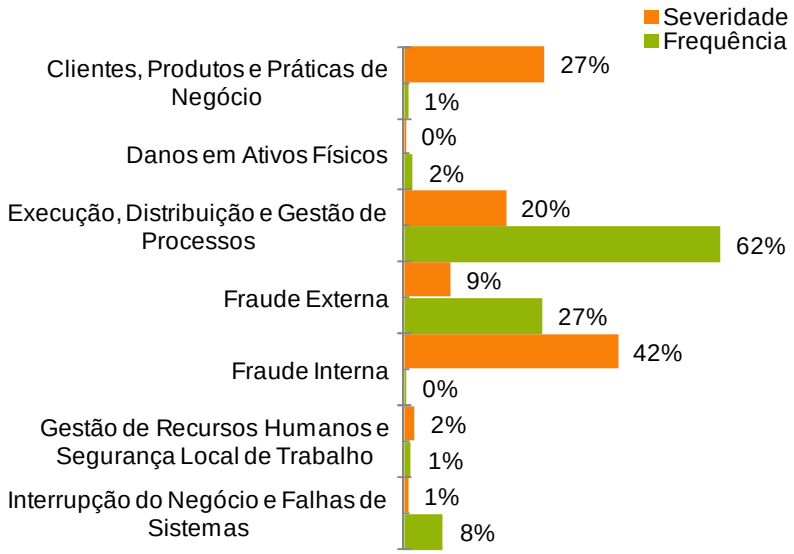
Verifica-se que 95% dos incidentes apresentam impacto financeiro negativo inferior a 5 mil euros, justificando 7% do total das perdas reportadas de risco operacional. Observa-se um número reduzido de incidentes com severidade mais significativa (superior a 100 mil euros) representam 82% do impacto total, tendo sido implementadas medidas para colmatar as insuficiências identificadas.



Os incidentes de risco operacional identificados são devidamente reportados, pelas várias unidades financeiras, na aplicação informática de Risco Operacional do Grupo NOVO BANCO (AGIRO), permitindo a sua caracterização completa e sistematizada, bem como o controlo das ações de mitigação identificadas.

Todos os incidentes são classificados de acordo com as Categorias de Risco do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, e das Linhas de Negócio e Tipologias de Risco de Basileia.

A tipologia de risco Execução, Distribuição e Gestão de Processos apresenta o índice de frequência mais elevado, pois enquadra 62% dos incidentes, representando 20% do impacto financeiro negativo suportado. Os incidentes enquadrados nesta tipologia são frequentes e habituais no sistema bancário, uma vez que se observa um elevado número de transações diariamente processadas.



Em termos de volumetria, destacam-se as Fraudes Externas, com particular destaque para as fraudes com cartões, tendência similar à observada no sistema financeiro, apresentam índices de frequência (27%) e severidade (9%).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.

- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinanciar a dívida que está a maturar, na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

Os bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de transformação de maturidades (emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo), sendo desta forma crucial uma gestão prudente do risco de liquidez.

A. Práticas de Gestão

O Grupo NOVO BANCO estabeleceu uma estrutura de gestão do risco de liquidez, com responsabilidades e processos claramente identificados, de forma a garantir que todos os participantes na gestão do risco de liquidez estão perfeitamente coordenados, e que os controlos de gestão são efetivos.

O risco de liquidez é reportado diariamente às áreas de negócio e respetivas direções, é mensalmente analisado no CALCO e trimestralmente alvo de reporte em Comité de Risco.

B. Análise do Risco de Liquidez

A melhoria da posição de liquidez verificada desde a data da abertura, deve-se essencialmente ao aumento significativo dos depósitos verificados no último trimestre do ano, à venda de ativos financeiros, e à redução de crédito que permitiu concretizar a diminuição do financiamento junto do BCE para um valor de 8,5 mil milhões de euros o que representa uma redução de 5,1 mil milhões de euros face a agosto. Se a este valor forem adicionados os depósitos junto de bancos centrais, o financiamento líquido junto do BCE era de 6,1 mil milhões de euros no final do ano (redução de 2.3 mil milhões de euros face a 4 de agosto). Verificou-se igualmente uma redução do rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos) que passou de 140% a 4 agosto, para 126% no final do exercício.

No final de 2014, a carteira elegível para operações de redesconto era de 14,2 mil milhões de euros, dos quais 12,8 mil milhões de euros elegíveis para redesconto junto do BCE.

De acordo com a instrução 13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os

ativos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até 1 ano do Grupo NOVO BANCO melhorou de -7,9% à data da abertura para -2,0% no final do exercício. Esta melhoria deveu-se essencialmente ao aumento do financiamento através de depósitos.

O Grupo NOVO BANCO continua a seguir todas as alterações legislativas por forma a cumprir com as obrigações regulamentares, nomeadamente em relação aos novos rácios de liquidez de Basileia III - LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*).

Solvabilidade

- ## Gestão de capital e solvabilidade regulamentar

O principal objetivo da gestão de capital consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo NOVO BANCO em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as regras de cálculo dos requisitos de fundos próprios e os níveis de solvabilidade definidos pelas entidades de supervisão nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo BCE.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Grupo NOVO BANCO.

Os rácios de solvabilidade do Grupo NOVO BANCO são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia III, vertido no Regulamento (EU) nº 575/2013 e legislação portuguesa conexa, estando o Grupo NOVO BANCO autorizado a utilizar o método das notações internas (método IRB) para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco de crédito e o método padrão tanto para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco de mercado como para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco operacional.

Solvabilidade

	4-Ago-14	31-Dez-14
Rácio *Common Equity Tier I*	10,3%	9,5%
Rácio *Tier I*	10,3%	9,5%
Rácio de Solvabilidade	10,3%	9,5%

O Grupo NOVO BANCO atingiu, em dezembro de 2014, o valor de 9,5% para o rácio *Common Equity Tier I*, superando assim o mínimo regulamentar. De salientar que, considerando o Regime Especial dos Ativos por Impostos Diferidos introduzido pela Lei nº 61/2014 de 26 de agosto, com entrada em vigor em janeiro de 2015, o rácio *Common Equity Tier I* do Grupo NOVO BANCO teria atingido os 9,7%, caso aplicado em 31 de dezembro de 2014.

Fundos Próprios

Atualmente, no ordenamento jurídico de Basileia III, os elementos de capital do Grupo NOVO BANCO para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em Fundos Próprios Principais de nível 1 (ou *Common Equity Tier I*), Fundos Próprios de nível 1 (ou *Tier I*), Fundos Próprios de nível 2 (ou *Tier II*) e Fundos Próprios Totais,

O capital prudencial é essencialmente constituído por elementos de *Common Equity Tier I*.

Apresenta-se de seguida a decomposição dos principais itens de capital regulamentar e contabilístico (na ótica prudencial).

milhões de euros

	Consolidado	
	04-08-2014 [a]	31-Dez-14
Capital ordinário realizado	4 900	4 900
Reservas e Resultados transitados	982	948
Reservas e Resultados do Exercício	-	(498)
Reservas de reavaliação	84	(70)
Interesses que não controlam	125	212
A - Capital Próprio contabilístico	**6 091**	**5 492**
Reservas de Reavaliação	(115)	(214)
Interesses que não controlam	(15)	(107)
B - Ajustamentos prudenciais ao Capital Próprio	**(130)**	**(321)**
Goodwill e outros intangíveis	(414)	(423)
Impostos diferidos	(291)	(277)
Participações em sociedades financeiras	(63)	(101)
Outros	(25)	72
C - Deduções prudenciais	**(793)**	**(729)**
D - *Common Equity Tier I* (A+B+C)	**5 168**	**4 442**
Instrumentos elegíveis para *Tier I*	2	2
Deduções a *Tier I*	(2)	(2)
E - *Tier I*	**5 168**	**4 442**
Instrumentos elegíveis para *Tier II*	143	136
Deduções a *Tier II*	(128)	(136)
F - *Tier II*	**15**	**-**
G - Fundos Próprios Elegíveis	**5 183**	**4 442**

[a] valores reexpressos com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014, determinando que a responsabilidade contraída pelo Banco Espírito Santo perante a Oak Finance Luxembourg não foi transferida para o NOVO BANCO (esta determinação conduziu à retificação da reserva de originação, que se traduziu numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 na qual se deliberou que as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões de reforma e sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva não foram transferidas para o NOVO BANCO (variação negativa na reserva de originação equivalente a 25,8 milhões de euros)

Ativos Ponderados pelo Risco

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos ponderados pelo risco atingiram 46 982 milhões de euros, sendo 44 094 milhões de euros (94% do total) provenientes do risco de crédito e contraparte, 1 164 milhões de euros do risco de mercado e 1 724 milhões de euros do risco operacional.

Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Grupo NOVO BANCO utiliza o método IRB para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco de crédito em conformidade com as regras dispostas no Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Os ativos ponderados pelo risco de crédito do Grupo NOVO BANCO sofreram uma diminuição significativa entre o momento da abertura e 31 de dezembro de 2014, superior a 2 000 de milhões de euros, para 44 094 milhões de euros, devido à forte redução do ativo consequência do esforço de diminuição da atividade.

Ativos Ponderados pelo Risco em 31 de dezembro de 2014
Por classe de risco

milhões de euros

	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco [1]
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	83	2%
Instituições	2 835	53%
Empresas	31 029	69%
Carteira de Retalho	2 600	20%
Outros	7 545	59%
Total	**44 094**	**54%**

[1] Ponderador de Risco: Ativos Ponderados pelo Risco / Posição em Risco Original

Risco de Mercado

Como referido previamente, o Grupo NOVO BANCO calcula os ativos ponderados pelo risco de mercado de acordo com o método padrão.

A 31 de dezembro de 2014, os ativos ponderados pelo risco de mercado ascenderam a 1 164 milhões de euros, sendo que os principais contribuintes são o risco de taxa de Juro / instrumentos de dívida (59% do total) e o risco cambial (29% do total).

Variação Anual dos Ativos Ponderados pelo Risco

milhões de euros

		04-Ago-14	31-Dez-14	Variação
Instrumentos de Dívida	Risco Específico	212	47	-165
	Risco Geral	564	636	71
	Risco Não delta*	0	0	0
	OIC**	0	0	0
Títulos de Capital	Risco Específico	56	32	-24
	Risco Geral	61	85	25
	Risco Não delta*	23	24	2
	OIC**	0	0	0
Risco de Mercadorias	Risco Geral	2	1	-1
	Risco Não delta*	1	0	-1
Risco Cambial	Risco Geral	311	337	27
	Risco Não delta	55	1	-54
Total		**1 284**	**1 164**	**-120**

* Risco aplicado a produtos não lineares (opções) e engloba o risco gama e vega. O risco gama corresponde ao risco do ativo subjacente (segunda derivada) e o risco vega ao risco volatilidade

** Organismos de Investimento Coletivo - Fundos de Investimento

A variação dos ativos ponderados pelo risco de mercado deveu-se, essencialmente, à descida do risco específico de taxa de juro, tendo sido parcialmente compensada pela subida do risco geral de taxa de juro.

Risco Operacional

O Grupo NOVO BANCO calcula os ativos ponderados pelo risco operacional de acordo com o método padrão, que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos, calculados em cada ano, relativamente aos segmentos de atividade regulamentares.

Entre agosto e dezembro de 2014, os ativos ponderados pelo risco evidenciaram um decréscimo de 579 milhões de euros, como consequência essencialmente do aumento do contributo negativo do segmento de Negociação e vendas.

milhões de euros

	04-Ago-14		31-Dez-14	
	RFP*	**RWA****	**RFP***	**RWA****
Grupo NOVO BANCO	**184**	**2 303**	**138**	**1 724**
Financiamento das empresas	9	117	7	94
Negociação e vendas	-18	-223	-65	-815
Intermediação relativa à carteira de retalho	2	29	2	26
Banca comercial	120	1 498	131	1 638
Banca de retalho	61	757	53	661
Pagamento e liquidação	0	0	0	0
Serviços de agência	0	4	0	4
Gestão de ativos	10	121	9	116

* Requisitos de fundos próprios

** Ativos ponderados pelo risco (RWA - *Risk Weighted Assets*)

6. Atividade e Resultados

A Atividade e Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 refletem a situação particular que envolveu a criação do NOVO BANCO.

Neste capítulo estão descritos os principais desafios enfrentados pelo Banco durante este período.

6.1 Atividade e Resultados do Grupo NOVO BANCO

- **Confiança dos clientes e captação de recursos**

Ganhar a confiança dos clientes e recuperar a captação de recursos de retalho foi a opção estratégica central que permitiu ao NOVO BANCO alcançar uma estrutura de financiamento mais estável e retomar a normalidade operacional. Os esforços desenvolvidos para merecer a confiança dos clientes conduziram à recuperação dos recursos em balanço perdidos nos dois primeiros meses de atividade.

Recursos Totais de Clientes

milhões de euros

	4-Ago-14 (Pró-forma) (a)	30-Set-14 (Pró-forma) (a)	31-Dez-14	Variação de 4-Ago a 30-Set-14	Variação no 4ºtrimestre
Recursos de Clientes de Balanço	**34 780**	**32 074**	**35 640**	**-2 706**	**3 566**
Depósitos	24 617	22 404	26 626	-2 213	4 222
Outros recursos de clientes (1)	1 538	1 481	1 313	- 57	- 168
Obrigações colocadas em Clientes	2 030	2 161	1 861	131	- 300
Produtos de seguro vida	6 595	6 029	5 841	- 566	- 188
Recursos de Desintermediação	**9 227**	**8 050**	**7 099**	**-1 177**	**- 951**
Recursos Totais de Clientes	**44 006**	**40 125**	**42 739**	**-3 881**	**2 614**

(a) Dados considerando a classificação do Banco Espírito Santo de Investimento como unidade em descontinuação nos termos do IFRS 5

(1) Inclui cheques e ordens a pagar, operações de venda com acordo de recompra e outros recursos

Com efeito, entre 4 de agosto e 30 de setembro os recursos totais de clientes diminuíram 3,9 mil milhões de euros, equivalentes a uma redução de 8,8%, dos quais 2,2 mil milhões de euros representaram uma redução na carteira de depósitos, 0,6 mil milhões de euros em produtos de seguro-vida e 1,2 mil milhões de euros nos recursos de desintermediação. No último trimestre foi possível alcançar um aumento de 2,6 mil milhões de euros nos recursos totais de clientes, com especial destaque para o acréscimo de 4,2 mil milhões de euros nos depósitos.

Este aumento reflete os efeitos de campanhas suportadas por um *franchise* comercial dinâmico, com uma oferta ampla de soluções de depósitos o que permitiu reconquistar a confiança dos clientes e reverter o ciclo de saídas de fundos tanto de clientes particulares como de empresas.

- **Processo de desalavancagem**

A implementação do plano de desalavancagem teve como objetivo a redução do balanço através do redimensionamento da carteira de títulos e da alienação seletiva de ativos.

Crédito a Clientes

A estratégia do NOVO BANCO no que respeita ao crédito concedido foi conduzida com o máximo rigor e seletividade apoiando as pequenas e médias empresas, bem como empresas exportadoras.

Crédito a Clientes

milhões de euros

	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Empresas	**29 308**	**28 009**	**1 300**	**-4,4%**
Crédito a Particulares	**12 354**	**12 051**	**- 303**	**-2,5%**
Habitação	10 410	10 230	- 180	-1,7%
Outro Crédito	1 944	1 821	- 123	-6,3%
Crédito a Clientes (bruto)	**41 663**	**40 060**	**-1 602**	**-3,8%**
Provisões	**4 945**	**5 131**	**186**	**3,8%**
Crédito a Clientes (liquido)	**36 718**	**34 929**	**-1 789**	**-4,9%**

O crédito a clientes líquido teve uma redução de 1,8 mil milhões de euros nos cinco meses de atividade, operada tanto na atividade doméstica (-1,4 mil milhões de euros) como na área internacional (-0,4 mil milhões de euros). A redução da carteira foi extensiva a todos os segmentos, tendo o crédito à habitação diminuído em 180 milhões de euros (-1,7%), o outro crédito a particulares 123 milhões de euros (-6,3%) e o crédito a empresas 1,3 mil milhões de euros (-4,4%).

Carteira de títulos

A carteira de títulos, para além de constituir a principal fonte de ativos elegíveis para operações de financiamento junto do BCE, foi gerida também como instrumento originador de liquidez, procedendo-se, para o efeito, a uma redução da carteira no valor de 1,7 mil milhões de euros.

Carteira de Títulos
(valores líquidos de imparidade)

milhões de euros

	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	Variação	
			absoluta	relativa
Obrigações	4 509	3 558	- 951	-21,1%
Outra Dívida Pública	3 175	2 600	- 576	-18,1%
Dívida Pública Portuguesa	1 670	1 948	278	16,7%
Outros	4 113	3 658	- 455	-11,1%
Total	**13 467**	**11 764**	**-1 704**	**-12,7%**

Operação de venda do BES Investimento

A 8 de dezembro de 2014, o NOVO BANCO celebrou com a *Haitong International Holdings Limited* (empresa constituída em Hong Kong e detida pela *Haitong Securities Co. Ltd*. (sociedade com as ações admitidas à negociação *na Shanghai Stock Exchange* e na *Stock Exchange of Hong Kong Limited*, um contrato de compra e venda da totalidade do capital social do BESI pelo preço de 379 milhões de euros. A conclusão da operação encontra-se dependente da obtenção das necessárias aprovações regulatórias.
Na presente data, a operação já obteve aprovação ou não oposição de um conjunto de entidades regulatórias, Banco de Portugal, Autoridade da Concorrência Portuguesa, *China Securities Regulatory Commission* e *Shanghai Municipal Financial Service Office* da China, *Financial Conduct Authority* do Reino Unido, *Urząd Ochrony Konkurencji I Konsumentów* (*Competition and Consumer Protection Office*) da Polónia e *Directorate-General for Competition* da União Europeia. De momento, aguarda-se a aprovação da operação por parte do Banco Central Europeu, bem como a confirmação do Banco Central do Brasil.

Esta iniciativa levou à exclusão do BESI do perímetro de consolidação integral do NOVO BANCO, passando a ser apresentado nas demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS 5. Em 31 de dezembro de 2014 os ativos das unidades em descontinuação elevavam-se a 4,2 mil milhões de euros e os passivos a 3,1 mil milhões de euros.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda, que incluem os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, as instalações descontinuadas e os ativos de sociedades detidas para venda.

A prossecução do objetivo de alienação de ativos não correntes detidos para venda constituiu outro dos vetores de atuação da gestão, na medida em que são geradores de liquidez e têm efeitos positivos no redimensionamento do balanço. No entanto, decorrente do processo de atualização dos registos de propriedade destes ativos não estar ainda concluído, não foi possível ao Grupo concretizar outras relevantes de ativos registados nesta rubrica de balanço, situação que se encontra em vias de resolução.

Ativos não correntes detidos para venda

milhões de euros

	4-Ago-14 (Pró-forma)	31-Dez-14	Variação
Imóveis	2 591	2 768	176
Provisões	(818)	(824)	(7)
Nível de Provisionamento	*31,6%*	*29,8%*	*-1,8 pp*
Imóveis (líquido)	1 773	1 943	170
Equipamento e outros ativos por recuperação de crédito	15	16	2
Provisões	(2)	(2)	0
Equipamento e outros ativos por recuperação de crédito (líquido)	12	14	2
Ativos de sociedades detidas para venda	919	1 192	274
Provisões	(310)	(403)	(92)
Nível de Provisionamento	*33,8%*	*33,8%*	*0,0 pp*
Ativos de sociedades detidas para venda (líquido)	609	790	181
Ativos não correntes detidos para venda	**3 525**	**3 977**	**452**
Provisões	**(1 130)**	**(1 229)**	**(99)**
Nível de Provisionamento	***32,1%***	***30,9%***	***-1,2 pp***
Ativos não correntes detidos para venda (líquido)	**2 394**	**2 747**	**353**

Os Ativos não correntes detidos para venda ascendiam a quase 4,0 mil milhões de euros e tinham provisões de 1,2 mil milhões de euros, que representam uma cobertura próxima dos 31%.

- **Melhoria da liquidez**

O aumento expressivo dos depósitos no quarto trimestre, a venda de ativos financeiros, a redução de crédito e o encaixe com a realização do capital possibilitaram a geração de liquidez que permitiu concretizar uma significativa redução do financiamento junto do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e uma melhoria do rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos).

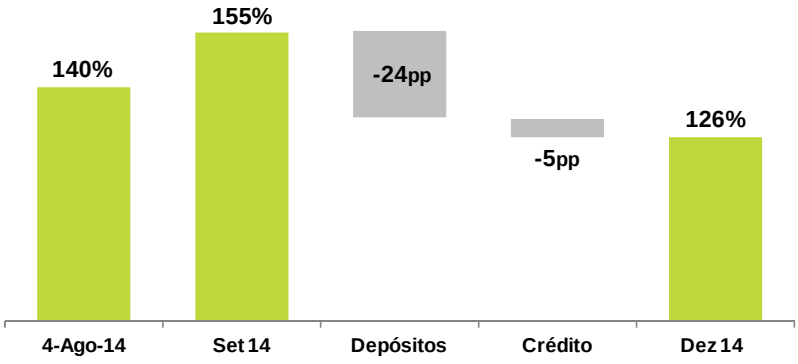
O financiamento junto do SEBC era de 13,6 mil milhões de euros à data do início da atividade tendo-se reduzido para 8,5 mil milhões de euros no final do exercício.

O NOVO BANCO participou na linha de financiamento criada pelo BCE denominada *Targeted Long Term Refinancing Operations* (TLTRO), com um montante de 1,6 mil milhões de euros em setembro de 2014. Por forma a garantir a criação de uma reserva adicional de liquidez, em dezembro, o NOVO BANCO procedeu à extensão do prazo de três emissões de obrigações garantidas pela República Portuguesa no montante de 3,5 mil milhões de euros.

No final de 2014, o valor nominal da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto junto do Sistema Europeu de Banco Centrais (SEBC) ascendia a 14,2 mil milhões de euros, dos quais 12,8 mil milhões de euros elegíveis para redesconto junto do BCE. Neste total está incluída a exposição à dívida pública portuguesa (que exclui a posição detida pela GNB Vida), no montante global de 0,9 mil milhões de euros (dos quais 0,4 mil milhões de euros com maturidade até 1 ano). Relativamente à exposição à dívida pública de outros países periféricos, o NOVO BANCO detinha uma exposição de 1,2 mil milhões de euros quase toda com maturidade até 1 ano, repartidos da seguinte forma: 1,1 mil milhões de euros de dívida pública italiana, 0,1 mil milhões de euros de dívida pública espanhola e uma exposição residual de 8 milhões de euros em dívida pública grega.

A recuperação da carteira de depósitos aliada à redução da carteira de crédito conduziu a uma melhoria expressiva do rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos) que passou de 140% à data da abertura, agravando-se em setembro para 155%, tendo posteriormente iniciado uma tendência de melhoria para se situar em 126% no final do exercício.

Evolução do Rácio de Transformação



- **Gestão do capital**

O Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram em 26 de junho de 2013 a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 que passaram a regular na União Europeia, respetivamente, o acesso à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento e a determinação de requisitos prudenciais a observar por aquelas mesmas entidades a partir de 1 de janeiro de 2014. O Aviso 6/2013, de 23 de dezembro, do Banco de Portugal veio regulamentar o regime transitório previsto naquele Regulamento em matéria de fundos próprios, estabelecer medidas de preservação de capital e determinar um rácio de Common Equity Tier I (CET1) não inferior a 7%.

Nos termos das referidas regras, os rácios de capital do Grupo NOVO BANCO, a 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014, eram como segue:

Ativos de Risco, Capitais Elegíveis e Rácios de Capital
BIS III (CRD IV/CRR)

mil milhões de euros

		4-Ago-14	31-Dez-14
Ativos de Risco Equivalentes	(A)	50,4	47,0
Fundos Próprios			
Common Equity Tier I	(B)	5,2	4,4
Tier I	(C)	5,2	4,4
Tier II		0,0	0,0
Fundos Próprios Totais	(D)	5,2	4,4
Rácio *Common Equity Tier I*	(B/A)	10,3%	9,5%
Rácio *Tier I*	(C/A)	10,3%	9,5%
Rácio de Solvabilidade	(D/A)	10,3%	9,5%

O processo de desalavancagem do balanço conduziu a uma redução dos ativos ponderados pelo risco - *Risk Weighted Assets* (RWA) - que atingiram, em 31 de dezembro de 2014, os 47,0 mil milhões de euros, ou seja 3,4 mil milhões de euros abaixo do registo de 4 de agosto de 2014. De referir que os valores relativos ao BESI apresentados no balanço como ativos de unidades em descontinuação concorrem ainda para os ativos ponderados pelo risco do Grupo para efeitos prudenciais.

Por outro lado e em relação ao balanço de abertura, verificou-se uma redução dos fundos próprios elegíveis devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- redução da taxa de desconto na avaliação das responsabilidades com pensões de reforma de 3,5% para 2,5% que, acompanhada do desempenho desfavorável dos ativos do fundo, representou um desvio atuarial de 270 milhões de euros (o qual ainda não incorpora o impacto da decisão de 11 de fevereiro de 2015 do Banco de Portugal[1]); e
- incorporação dos prejuízos do exercício no montante de 497,6 milhões de euros.

A conjugação dos fundos próprios e dos RWA no final do exercício de 2014 determinou um rácio CET 1 de 9,5%.

Regime Especial dos Ativos por Impostos Diferidos

Nos termos da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o NOVO BANCO aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (AID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios a empregados, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2015. O referido regime prevê que aqueles ativos possam ser convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo reporte um resultado líquido negativo ou quando entre em liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

O rácio CET 1 pró-forma, considerando o regime especial dos ativos por impostos diferidos, é de 9,7%, a 31 de dezembro de 2014.

Crédito sobre o BES Angola/ Banco Económico

A medida de resolução do Banco de Portugal determinou que o crédito concedido ao BES Angola e os juros corridos, no montante global de 3 438 milhões de euros, fossem transferidos para o NOVO BANCO devidamente provisionados.

No dia 20 de outubro de 2014 o Banco Nacional de Angola tomou um conjunto de decisões de saneamento financeiro do BES Angola com impactos sobre o empréstimo do NOVO BANCO, dando origem às seguintes novas operações:

- Contrato de crédito comum, no valor de 41 596 milhões de *kwanzas* (equivalente a 317 milhões de euros), em que 50% do empréstimo tem penhor de obrigações do Tesouro angolano; este empréstimo tem vencimento em 30 de abril de 2016;

- Contrato de empréstimo subordinado no valor de 41 595 milhões de *kwanzas* (equivalente a 317 milhões de euros) e com reembolso de capital até 30 de novembro de 2024; e
- Subscrição de ações representativas de 9,7% do capital social do Banco Económico por um valor 7 000 milhões de *kwanzas* (equivalente a 54 milhões de euros).

Daqui resultou o desreconhecimento do valor remanescente da anterior dívida do BES Angola através da utilização de 2 750 milhões de euros de provisões existentes no balanço de abertura preliminarmente constituídas no momento da criação do NOVO BANCO.

• Resultados e Rendibilidade

A demonstração de resultados do Grupo NOVO BANCO engloba os proveitos e custos do período compreendido entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014.

O desempenho do Grupo NOVO BANCO, nos primeiros cinco meses da sua existência, foi condicionado pelas circunstâncias excecionais que ditaram a sua criação e que se refletiram em vários domínios da sua atividade, bem assim como pela conjuntura nacional caracterizada por fraco dinamismo da atividade económica, níveis de desemprego elevados e taxas de juro muito baixas.

Demonstração dos Resultados

milhões de euros

		de 4-Ago a 31-Dez-14
	Resultado Financeiro	265,5
+	Serviços a Clientes	178,2
=	**Produto Bancário Comercial**	**443,7**
+	Resultados de Operações Financeiras e Diversos	339,6
=	**Produto Bancário**	**783,3**
-	Custos Operativos	355,4
=	**Resultado Bruto**	**427,9**
	Resultado Bruto Comercial	***88,3***
-	**Provisões líquidas de Reposições**	**699,1**
	para Crédito	378,1
	para Títulos	199,7
	para Outros Ativos e Contingências	121,2
=	**Resultado antes de Impostos**	**-271,2**
-	Impostos	215,5
-	Contribuição sobre o Setor Bancário	13,0
=	**Resultado após Impostos**	**-499,6**
-	Interesses que não Controlam	-2,0
=	**Resultado do Exercício**	**-497,6**

O resultado apurado pelo Grupo NOVO BANCO foi negativo em 497,6 milhões de euros sendo de sublinhar os seguintes aspetos:

- O produto bancário comercial elevou-se a 443,7 milhões de euros, com um contributo de 265,5 milhões de euros do resultado financeiro e de 178,2 milhões de euros dos serviços a clientes;

- Os custos operativos situaram-se em 355,4 milhões de euros não refletindo ainda, na plenitude, o esforço levado a cabo na sua redução;
- O resultado antes de provisões e imparidades (resultado bruto) atingiu 427,9 milhões de euros;
- As provisões atingiram o valor de 699,1 milhões de euros, o que conjuntamente com o aumento registado nos custos com impostos decorrentes da alteração da taxa de IRC aplicável no apuramento dos impostos diferidos, condicionou o resultado do Grupo NOVO BANCO.

Excluindo os fatores de natureza não recorrente, o resultado apurado foi negativo em 270 milhões de euros.

Fatores de Natureza Não Recorrente
(valores líquidos do efeito fiscal)

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Resultado líquido reportado	**-497,6**
Alteração da taxa de imposto [(1)]	129,4
Imparidade para Portugal Telecom / OI	108,4
Imparidade para crédito	48,7
Perdas em sociedades detidas para venda	101,3
Reavaliação de passivos	-210,6
Provisões para outros ativos e contingências	29,9
Custos operativos (inclui reformas antecipadas)	20,5
Resultado líquido "recorrente"	**-270,0**

(1) Ajustamento da taxa de imposto do IRC de 23% para 21% e dos impostos diferidos por diferenças temporárias para 29%.

Resultado Financeiro

O desempenho do resultado financeiro foi condicionado pelos níveis mínimos históricos atingidos pelas taxas de juro de referência e pela necessidade de estabilizar o financiamento da atividade através dos recursos de clientes e ao mesmo tempo promover a redução do financiamento do SEBC. Em consequência o resultado financeiro, que representa 34% do produto bancário, elevou-se a 265,5 milhões de euros com a margem financeira anualizada a situar-se em 1,21%, decorrente de uma taxa média de 3,39% de remuneração dos ativos financeiros e de uma taxa média de 2,18% dos passivos, que comparam com 0,09% da média da Euribor a 3 meses no mesmo período.

Resultado Financeiro e Margem Financeira

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14		
	Capitais Médios	**Tx Média**	**Proveitos / Custos**
ATIVOS FINANCEIROS	53 469	3,39%	745
Crédito a Clientes	41 009	3,38%	570
Aplicações Monetárias	5 525	0,54%	12
Títulos e Outras Aplicações	6 936	5,71%	163
APLICAÇÕES DIFERENCIAIS	-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	**53 469**	**3,39%**	**745**
PASSIVOS FINANCEIROS	52 149	2,24%	480
Depósitos de Clientes	24 622	1,48%	150
Recursos Titulados e Outros	13 778	5,28%	299
Recursos do BCE	11 023	0,26%	12
Outros Recursos	2 726	1,74%	20
RECURSOS DIFERENCIAIS	1 321	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	**53 469**	**2,18%**	**480**
MARGEM/RESULTADO		**1,21%**	**265**
Euribor 3 meses (valor médio)		**0,09%**	

O crédito a clientes constitui a principal categoria de ativos financeiros (76,7%) a que está associada uma taxa média anualizada de 3,38%; do lado dos recursos, destaque para os depósitos, cujo saldo médio foi de 24,6 mil milhões de euros (taxa média anualizada de 1,48%), enquanto a divida titulada e outros passivos atingiram 13,8 mil milhões de euros com uma taxa média de 5,28%.

A permanência das taxas de juro de referência em níveis próximo de zero ou mesmo negativas constitui um desafio sem precedentes à gestão de ativos e passivos e à sua rendibilização.

Serviços a Clientes

A dezembro, após cinco meses de operação já como Grupo NOVO BANCO, o comissionamento decorrente da prestação de serviços bancários a clientes, saldou-se por um contributo positivo para os resultados no valor de 178,2 milhões de euros, repartido como segue:

Comissões de Serviços a Clientes

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Cobrança de Valores	3,0
Operações sobre Títulos	9,9
Garantias Prestadas	22,2
Gestão de Meios de Pagamento	28,0
Comissões sobre Empréstimos e Similares [1]	28,3
Créditos Documentários	14,3
Gestão de Ativos [2]	29,9
Cartões	10,0
Bancasseguros	21,8
Assessoria, *Servicing* e Diversos [3]	10,9
TOTAL	**178,2**

[1] Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance* , financiamentos externos e *factoring*
[2] Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras
[3] Inclui custos com as garantias prestadas pelo Estado

Na atividade do Grupo NOVO BANCO salientamos a importância:

- Dos serviços de *cross selling* – bancasseguros e gestão de ativos, produtos das seguradoras e gestoras de fundos do Grupo colocadas na rede de balcões – que representam praticamente um terço do total e que a partir do mês de setembro têm vindo a evidenciar o efeito positivo da progressiva consolidação da confiança na marca NOVO BANCO por parte dos clientes;
- Da função de apoio às empresas visível em produtos como as garantias prestada, os créditos documentários e os serviços associados à gestão dos empréstimos e similares (mais de 36% do comissionamento);
- Dos produtos mais ligados à função de pagamentos – os cartões (10 milhões de euros) e a gestão de meios de pagamento (28 milhões de euros), que inclui os cheques, as transferências, as ordens de pagamento, os POS e ATM e as comissões de manutenção de contas à ordem.

O Grupo NOVO BANCO considera a prestação de serviços de qualidade como uma das fontes de geração de receitas de primordial relevo, apostando em produtos inovadores (como o Express Bill, produto com uma vertente de crédito e garantia que possibilita às empresas uma eficiente gestão dos seus pagamentos garantindo aos fornecedores o cumprimento dos prazos), numa procura permanente de criação de valor acrescentado aos serviços que presta como fator diferenciador da concorrência.

Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de operações financeiras e diversos foram positivos em 339,6 milhões de euros.

Resultados de Operações Financeiras e Diversos

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	**420,5**
Taxa de Juro	26,5
Reavaliação de passivos	296,6
Crédito	-47,0
Cambial e Outros	144,4
Ações	**-9,1**
Negociação	-13,9
Dividendos	4,8
Outros Resultados	**-71,8**
TOTAL	**339,6**

Na sequência da medida de resolução seguiu-se um período caracterizado por um contexto bastante complexo, tendo a gestão de liquidez e cambial assumido as principais preocupações da gestão financeira.

As posições cambiais geradas pelos ajustamentos ao balanço e transferência de ativos e passivos para o NOVO BANCO, obrigou a que fossem reformulados os mecanismos de cobertura dos riscos cambiais num ambiente de escassa liquidez e reduzido acesso aos mercados. No entanto a posição em dólares americanos permitiu aproveitar a valorização experimentada por esta moeda face ao euro, o que conduziu ao registo de resultados cambiais positivos.

Fundamentalmente pela redução das *yields* nas obrigações seniores do NOVO BANCO ocorreu uma redução dos passivos dos *Special Purpose Entities* (SPE) consolidados no balanço, dado que os ativos desses SPE são essencialmente constituídos por obrigações emitidas pelo Grupo.

Os “Outros Resultados”, para além de incorporarem o impacto da reclassificação do BESI como ativo em descontinuação na sequência do contrato de venda, incluem ainda os custos com prémios da atividade seguradora.

Custos Operativos

A redução dos custos de funcionamento constituiu um objetivo essencial a prosseguir desde o início de funções do Conselho de Administração e que se deverá manter no futuro. Os custos incorridos nos cinco meses de atividade foram de 355,4 milhões de euros, apresentando no 4º trimestre uma redução de 12,0% em relação aos custos comparáveis do trimestre anterior.

Custos Operativos

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Custos com Pessoal	178,0
Gastos Gerais Administrativos	139,5
Amortizações	37,9
TOTAL	**355,4**
TOTAL excluindo custos não recorrentes (1)	**329,5**

(1) Designadamente custos com reformas antecipadas, custos com *Asset Quality Review* (AQR) e consultadoria

No que respeita aos custos com pessoal, que totalizaram 178,0 milhões de euros, sublinha-se o facto de incluírem 22,0 milhões de euros de custos com a reforma antecipada de 53 colaboradores. No total, e desde 4 de agosto até ao final do exercício de 2014, ocorreu uma redução de 121 colaboradores no NOVO BANCO, em base individual, e de 165 empregados considerando a totalidade do Grupo. Excluindo os encargos não recorrentes os custos com pessoal foram de 156,4 milhões de euros.

Custos com Pessoal

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Remunerações	130,7
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	47,3
TOTAL	**178,0**
TOTAL excluindo custos não recorrentes (1)	**156,4**

(1) designadamente custos com reformas antecipadas

Relativamente aos gastos gerais administrativos, que totalizaram 139,5 milhões de euros, o quadro seguinte detalha a desagregação dos mesmos por natureza.

Gastos Gerais Administrativos

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Rendas e Alugueres	18,3
Comunicações e Expedição	9,3
Deslocações e Despesas de Representação	2,7
Publicidade e Publicações	7,8
Conservação e Reparação	7,8
Transporte de Valores	2,1
Serviços de Informática	24,1
Limpeza	2,6
Mão-de-Obra Eventual	1,7
Custos Judiciais, Contencioso e Notariado	8,8
Sistema Eletrónico de Pagamentos	3,1
Consultoria e Auditoria	17,8
Outros Serviços	33,4
TOTAL	**139,5**
TOTAL excluindo custos não recorrentes [(1)]	**134,2**

[(1)] designadamente custos com *Asset Quality Review* (AQR) e consultadoria

Provisões

O facto das economias portuguesa e europeia ainda não terem entrado num ciclo de crescimento mais vigoroso, propiciador de um ambiente atrativo de investimento e de redução do desemprego, não permitiu que se verificasse uma inversão dos índices de risco e, consequentemente, uma redução significativa do reforço de provisões para fazer face às imparidades.

Reforço de Provisões

milhões de euros

	de 4-Ago a 31-Dez-14
Crédito a Clientes	378,1
Títulos	199,7
Ativos não Correntes detidos para Venda	57,7
Outros Ativos e Contingências	63,6
TOTAL	**699,1**

Com efeito, o custo total com imparidades elevou-se a 699,1 milhões de euros, sendo de destacar as seguintes particularidades:

- No crédito a clientes o reforço de provisões totalizou 378,1 milhões de euros sendo de sublinhar o efeito de desvalorização de alguns colaterais financeiros decorrente da queda acentuada no valor das ações, sobretudo no mercado doméstico e da alteração do período de emergência (período de tempo que medeia entre a ocorrência e a observação do evento de perda) utilizado na determinação da imparidade em base coletiva;
- Nos títulos, para além da queda significativa geral do PSI 20, assinala-se a desvalorização nas participações na Portugal Telecom e na Oi, tendo o Grupo NOVO BANCO reconhecido imparidades que totalizaram 199,7 milhões de euros para toda a carteira de títulos;
- Nos ativos não correntes detidos para venda registou-se um reforço de 57,7 milhões de euros; e
- Nos outros ativos e contingências o reforço foi de 63,6 milhões de euros.

6.2 Atividade e Resultados do NOVO BANCO Individual

- **Atividade**

A atividade do NOVO BANCO, no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, desenvolveu-se em torno das linhas de orientação já referenciadas para o Grupo.

Assim, e apesar do enorme desafio que a adoção da medida de resolução constitui e não obstante a excecionalidade e complexidade da sua aplicação, o NOVO BANCO conseguiu recuperar a confiança dos clientes e estabilizar os seus meios de financiamento do Banco, visível na evolução favorável da captação de depósitos de clientes.

No 4º trimestre registou-se um acréscimo de cerca de 4,4 mil milhões de euros de depósitos, performance que superou largamente as perdas registadas até 30 de setembro (-3,4 mil milhões de euros) e levou a que no final do exercício fosse visível um acréscimo de 992 milhões de euros face à abertura.

Evolução da Atividade

milhões de euros

Variáveis	04-Ago-14	30-Set-14	31-Dez-14	Variação de 4-Ago a 30-Set-2014	Variação no 4º trimestre
Ativo Líquido	**62 709**	**57 112**	**56 291**	**-5 587**	**-831**
Crédito a Clientes (bruto)	**38 092**	**37 719**	**36 269**	**- 373**	**-1 450**
Crédito a Particulares	9 590	9 502	9 344	- 88	- 158
- Habitação	7 800	7 733	7 666	- 67	- 67
- Outro Crédito a Particulares	1 790	1 769	1 679	- 21	- 90
Crédito a Empresas	28 501	28 217	26 924	- 284	-1 293
Recursos de Clientes de Balanço	**28 297**	**24 952**	**29 087**	**-3 345**	**4 135**
- Depósitos	26 847	23 472	27 839	-3 375	4 367
- Obrigações e Outros Titulos colocados em Clientes	1 450	1 480	1 248	30	- 232

A adoção de medidas de desalavancagem, tendo em vista a redução do balanço, levou a uma redução de 10,2% do ativo (face ao valor do balanço de abertura em 4 de agosto de 2014) que se situou em 56,3 mil milhões de euros no final de 2014.

Ao nível da carteira de crédito a atuação pautou-se por um grande rigor e seletividade sem deixar de apoiar as pequenas e médias empresas em geral e, em particular, as empresas exportadoras.

A carteira de crédito a clientes bruto registou uma redução de 1,8 mil milhões de euros, extensível a todos os segmentos, mas com especial incidência no crédito a empresas (-1,6 mil milhões de euros).

A qualidade da carteira de crédito, no final do período, evidencia um agravamento dos rácios de sinistralidade, com o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias a evoluir para 8,7% e o rácio de cobertura a situar-se em 165,7%. De realçar a evolução da cobertura do crédito total (vivo e vencido) que tem vindo a aumentar e que, no final do ano de 2014, se situava em 14,5% (mais 140 pontos base face a 4 de agosto de 2014).

Qualidade de Crédito a Clientes

milhões de euros

	04-Ago-14	31-Dez-14	Variação absoluta	Variação relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	38 092	36 269	- 1 823	-4,8%
Crédito Vencido	3 056	3 509	453	14,8%
Crédito Vencido > 90 dias	2 893	3 168	275	9,5%
Provisões para Crédito	4 966	5 251	284	5,7%
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	8,0	9,7	1,7	p.p.
Crédito Vencido >90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	7,6	8,7	1,1	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	162,5	149,7	-12,9	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	171,6	165,7	-5,9	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	13,0	14,5	1,4	p.p.

• Resultados

Entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014, o NOVO BANCO registou um resultado líquido negativo acumulado de 648,6 milhões de euros, destacando-se como maior contribuinte para o mesmo a carga de provisionamento (514,5 milhões de euros), que em conjunto com os custos operativos (309,3 milhões de euros), superaram o produto bancário gerado (334,3 milhões de euros).

Demonstração dos Resultados

milhões de euros

		de 4-Ago a 31-Dez-14
	Resultado Financeiro	**173,6**
+	Serviços a Clientes	141,4
=	**Produto Bancário Comercial**	**315,0**
+	Resultados de Operações Financeiras e Diversos	19,3
=	**Produto Bancário**	**334,3**
-	Custos Operativos	309,3
=	**Resultado Bruto**	**25,0**
-	Provisões líquidas de Reposições	514,5
	para Crédito	409,1
	para Títulos	231,3
	para Outros Ativos e Contingências	-125,9
=	**Resultado antes de Impostos**	**-489,5**
-	Impostos	146,1
-	Contribuição sobre o Setor Bancário	13,0
=	**Resultado do Exercício**	**-648,6**

O produto bancário total atingiu 334,3 milhões de euros, com o resultado financeiro a apresentar um contributo de 52% e os serviços a clientes de 42%. O registo de custos operativos próximo do valor do produto bancário condicionou os indicadores de eficiência que registam valores superiores a 90%. Os custos com pessoal, no montante de 147,7 milhões de euros, incorporam 19,8 milhões de euros de reformas antecipadas e representam 48% dos custos operativos.

• Atividade das Sucursais

O NOVO BANCO dispõe de Sucursais no exterior que dão suporte ao desenvolvimento da atividade do Banco e do Grupo no exterior.

A síntese da atividade das sucursais do NOVO BANCO encontra-se no capítulo 2. O Grupo NOVO BANCO, no ponto Banca Comercial Internacional.

7. Governo da Sociedade

Informação sobre o Governo da Sociedade

A - Participações qualificadas no capital social do NOVO BANCO

Participações qualificadas no capital social do NOVO BANCO em 31 de dezembro de 2014

Fundo de Resolução	Número de ações	% capital social com direito de voto
Diretamente	4.900.000.000	100%
Total imputável	4.900.000.000	100%

B - Acionistas titulares de direitos especiais

Identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem acionistas titulares de direitos especiais

C - Restrições em matéria de direito de voto

Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem restrições ao exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

D - Nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e alteração dos estatutos da sociedade

Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são nomeados pelo Banco de Portugal, sob proposta da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução (cfr. artigo 145.º-G, n.º 11 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e artigo 8.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 13/2012).

Os referidos membros podem a todo o tempo ser exonerados das suas funções por deliberação do Banco de Portugal, cabendo ao Banco de Portugal nomear outros em sua substituição, sob proposta da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução.

A alteração dos estatutos do NOVO BANCO, nos termos legais, é deliberada pela Assembleia Geral.

Informação detalhada sobre os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização está descrita no ponto 1. O NOVO BANCO.

E - Poderes do órgão de administração

Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

O Conselho de Administração tem a sua competência definida por lei e pelos estatutos do NOVO BANCO, com as limitações inerentes ao seu estatuto de banco de transição e as limitações decorrentes dos compromissos assumidos na sequência da decisão da Comissão Europeia relativa à resolução do Banco Espírito Santo, S.A..

Neste sentido, para além dos poderes normais de gestão, cabe em especial ao Conselho de Administração, nos termos dos estatutos e do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 13/2012, que regula os bancos de transição, nomeadamente:

a) Preparar e apresentar planos de atividades, com periodicidade semestral, a submeter ao Banco de Portugal e ao Fundo de Resolução;

b) Pautar a sua atuação pelo objetivo de maximizar o valor dos ativos recebidos com vista a potenciar a sua alienação em condições favoráveis;

c) Alienar certos elementos patrimoniais do NOVO BANCO, S.A., tendo sempre em conta os princípios orientadores da sua atividade e as circunstâncias do mercado;

d) Dinamizar a atividade operacional em termos que permitam preservar o valor do negócio;

d) Dar cumprimento às orientações e recomendações transmitidas pelo Banco de Portugal, ao abrigo das respetivas competências legais;

e) Apoiar o Banco de Portugal na preparação da alienação, total ou parcial, do capital social do NOVO BANCO ou do seu património.

O Conselho de Administração não tem competência para deliberar um aumento de capital.

F - Sistemas de controlo interno e de gestão de risco

Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

O NOVO BANCO detém um sistema de controlo interno (SCI), cuja gestão está confiada ao Departamento de Compliance. Neste âmbito, a sua missão passa por gerir o SCI de forma eficiente e eficaz, monitorizar os riscos e controlos, reportar externamente às entidades de supervisão e, internamente, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, às restantes estruturas responsáveis pela monitorização do SCI do NOVO BANCO, aos *sponsors* dos processos de negócio, de suporte e tecnológicos.

No NOVO BANCO, o controlo dos riscos está organizado de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de compliance. As principais estruturas que se dedicam à prevenção e controlo dos riscos na atividade, são o Comité de Risco, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito, o Grupo de Acompanhamento de Risco, o Departamento de Risco Global, o Departamento de Compliance e o Departamento de Auditoria Interna.

Informação detalhada sobre a gestão de risco no NOVO BANCO encontra-se descrita no ponto 5. Gestão de Riscos.

8. Demonstrações Financeiras

8.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOVO BANCO, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

milhares de euros

	04.08.2014 (b)	04.08.2014 reexpresso com as deliberações de 22.12.2014 e 11.02.2015 (a)	31.12.2014
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5 401 256	5 401 256	2 747 077
Disponibilidades em outras instituições de crédito	673 488	673 488	490 856
Ativos financeiros detidos para negociação	2 258 854	2 258 854	1 062 517
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 567 297	2 567 297	2 230 388
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 498 253	11 498 253	9 478 469
Aplicações em instituições de crédito	1 100 617	1 100 617	1 044 286
Crédito a clientes	38 569 431	38 569 431	34 929 314
Ativos com acordo de recompra	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-
Derivados de cobertura	391 761	391 761	404 582
Ativos não correntes detidos para venda	2 399 063	2 399 063	2 747 168
Ativos de unidades em descontinuação	-	-	4 209 800
Propriedades de investimento	305 493	305 493	297 133
Outros ativos tangíveis	427 067	427 067	397 088
Ativos intangíveis	335 938	335 938	253 732
Investimentos em associadas e filiais excluidas da consolidação	428 053	428 053	402 289
Ativos por impostos correntes	30 137	30 137	29 962
Ativos por impostos diferidos	2 865 379	2 858 194	2 505 608
Provisões técnicas de resseguro cedido	9 197	9 197	8 038
Outros ativos	3 203 952	3 129 175	2 179 173
Devedores por seguro direto e resseguro	20 890	20 890	1 263
Outros	3 183 062	3 108 285	2 177 910
TOTAL DO ATIVO	**72 465 236**	**72 383 274**	**65 417 480**
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	13 824 376	13 824 376	8 611 709
Passivos financeiros detidos para negociação	1 404 249	1 404 249	1 045 648
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	4 180 247	4 180 247	2 623 864
Recursos de clientes e outros empréstimos	27 281 015	26 657 915	27 938 053
Responsabilidades representadas por títulos	11 153 571	11 153 571	9 032 956
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-
Derivados de cobertura	121 187	121 187	104 140
Contratos de Investimento	4 889 337	4 889 337	4 379 442
Passivos não correntes detidos para venda	215 244	215 244	330 903
Passivos de unidades em descontinuação	-	-	3 072 720
Provisões	567 250	567 250	409 723
Provisões técnicas	1 705 871	1 705 871	1 461 070
Passivos por impostos correntes	82 898	82 898	34 273
Passivos por impostos diferidos	80 765	80 765	50 309
Instrumentos representativos de capital	-	-	-
Outros passivos subordinados	75 251	75 251	54 794
Outros passivos	1 306 580	1 325 201	858 063
Credores por seguro direto e resseguro	24 753	24 753	10 132
Outros	1 281 827	1 300 448	847 931
TOTAL DO PASSIVO	**66 887 841**	**66 283 362**	**60 007 667**
CAPITAL			
Capital	4 900 000	4 900 000	4 900 000
Prémios de emissão	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-
Ações próprias	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	(70 255)
Outras reservas e resultados transitados	543 486	1 066 003	948 267
Resultado do exercício	-	-	(497 645)
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses que não controlam	133 909	133 909	129 446
TOTAL DO CAPITAL	**5 577 395**	**6 099 912**	**5 409 813**
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	**72 465 236**	**72 383 274**	**65 417 480**

a) Balanço inicial reexpresso com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014, determinando que a responsabilidade contraída pelo Banco Espírito Santo perante a Oak Finance Luxembourg não foi transferida para o NOVO BANCO (esta determinação conduziu à retificação da reserva de originação, que se traduziu numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 na qual se deliberou que as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões de reforma e sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva não foram transferidas para o NOVO BANCO (variação negativa na reserva de originação de 25,8 milhões de euros).

b) Balanço inicial, incorporando as deliberações do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 e 11 de agosto de 2014 comunicadas pelo Banco de Portugal ao Novo Banco, de acordo com o artigo 11º, nº 7, do Aviso 13/2012, ao abrigo da carta NºADM/2014/0121, de 3 de dezembro de 2014. (conforme publicado em www.novobanco.pt/SITE/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=752397&fext.=.pdf).

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NOVO BANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DO PERÍODO ENTRE 4 DE AGOSTO E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

milhares de euros

	de 04.08.14 a 31.12.14
Juros e rendimentos similares	781 667
Juros e encargos similares	516 207
Margem financeira	**265 460**
Rendimentos de instrumentos de capital	4 774
Rendimentos de serviços e comissões	225 331
Encargos com serviços e comissões	56 423
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(21 207)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	34 213
Resultados de reavaliação cambial	75 119
Resultados de alienação de outros ativos	5 642
Prémios líquidos de resseguro	17 799
Custos com sinistros líquidos de resseguro	273 706
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro	239 264
Outros resultados de exploração	248 777
Produto da atividade	**765 043**
Custos com pessoal	178 055
Gastos gerais administrativos	139 496
Amortizações do exercício	37 850
Provisões líquidas de reposições e anulações	(35 163)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	378 120
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	262 500
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	93 594
Diferenças de consolidação negativas	-
Resultado de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	5 221
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**(284 188)**
Impostos sobre o rendimento	
Correntes	28 885
Diferidos	186 575
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**(499 648)**
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	143
Resultado após impostos de atividades em descontinuação	(46 612)
Interesses que não controlam	(2 003)
Resultado consolidado do exercício	**(497 645)**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

8.2 Demonstrações Financeiras Individuais

NOVO BANCO, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

milhares de euros

	31.12.2014			04.08.2014 reexpresso com as deliberações de 22.12.2014 e 11.02.2015 (a)	04.08.2014 (b)
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido		
ATIVO					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 724 884	-	2 724 884	5 361 395	5 361 395
Disponibilidades em outras instituições de crédito	214 258	-	214 258	369 414	369 414
Ativos financeiros detidos para negociação	1 295 491	-	1 295 491	1 274 803	1 274 803
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 245 882	-	1 245 882	1 541 803	1 541 803
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 389 418	824 748	7 564 670	8 287 546	8 287 546
Aplicações em Instituições de Crédito	2 939 598	108 813	2 830 785	2 598 473	2 598 473
Crédito a clientes	36 268 522	4 926 735	31 341 787	33 484 839	33 484 839
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	405 235	-	405 235	353 090	353 090
Ativos não correntes detidos para venda	2 172 925	459 196	1 713 729	1 167 172	1 167 172
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	1 068 452	763 563	304 889	315 311	315 311
Ativos intangíveis	733 153	633 235	99 918	102 043	102 043
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 025 538	642 863	1 382 675	1 798 817	1 798 817
Ativos por impostos correntes	14 928	-	14 928	14 818	14 818
Ativos por impostos diferidos	2 532 431	-	2 532 431	2 856 746	2 863 931
Outros ativos	2 919 591	300 305	2 619 286	3 101 138	3 175 914
TOTAL DE ATIVO	**64 950 306**	**8 659 458**	**56 290 848**	**62 627 408**	**62 709 369**
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais	8 471 659	-	8 471 659	13 472 827	13 472 827
Passivos financeiros detidos para negociação	1 078 260	-	1 078 260	1 087 235	1 087 235
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	4 347 939	-	4 347 939	5 365 817	5 365 817
Recursos de clientes e outros empréstimos	27 838 824	-	27 838 824	26 223 970	26 847 070
Responsabilidades representadas por títulos	7 785 141	-	7 785 141	7 927 383	7 927 383
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	230 555	-	230 555	271 802	271 802
Derivados de cobertura	104 669	-	104 669	83 307	83 307
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	825 947	-	825 947	1 265 053	1 265 053
Passivos por impostos correntes	25 537	-	25 537	18 326	18 326
Passivos por impostos diferidos	77 096	-	77 096	245 080	245 080
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	687 540	-	687 540	976 537	974 796
TOTAL DE PASSIVO	**51 473 167**	**-**	**51 473 167**	**56 937 337**	**57 558 696**
CAPITAL					
Capital	4 900 000	-	4 900 000	4 900 000	4 900 000
Prémios de emissão	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	(200 696)	-	(200 696)	-	
Outras reservas e resultados transitados	766 997	-	766 997	790 071	250 673
Resultado do exercício	(648 620)	-	(648 620)	-	-
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-
TOTAL DE CAPITAL	**4 817 681**	**-**	**4 817 681**	**5 690 071**	**5 150 673**
TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL	**56 290 848**	**-**	**56 290 848**	**62 627 408**	**62 709 369**

a) Balanço inicial reexpresso com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014, determinando que a responsabilidade contraída pelo Banco Espírito Santo perante a Oak Finance Luxembourg não foi transferida para o NOVO BANCO (esta determinação conduziu à retificação da reserva de originação, que se traduziu numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 na qual se deliberou que as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões de reforma e sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva não foram transferidas para o NOVO BANCO (variação negativa na reserva de originação de 25,8 milhões de euros).

b) Balanço inicial, incorporando as deliberações do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 e 11 de agosto de 2014 comunicadas pelo Banco de Portugal ao Novo Banco, de acordo com o artigo 11º, nº 7, do Aviso 13/2012, ao abrigo da carta NºADM/2014/0121, de 3 de dezembro de 2014 (conforme publicado em www.novobanco.pt/SITE/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=752398&fext.=.pdf).

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NOVO BANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS DO PERÍODO ENTRE 4 DE AGOSTO E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

milhares de euros

	de 04.08.14 a 31.12.14
Juros e rendimentos similares	639 666
Juros e encargos similares	466 030
Margem financeira	**173 636**
Rendimentos de instrumentos de capital	7 474
Rendimentos de serviços e comissões	178 534
Encargos com serviços e comissões	43 803
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(29 023)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	22 375
Resultados de reavaliação cambial	32 466
Resultados de alienação de outros ativos	(896)
Outros resultados de exploração	(19 354)
Produto bancário	**321 409**
Custos com pessoal	147 747
Gastos gerais administrativos	126 219
Amortizações do exercício	35 353
Provisões líquidas de reposições e anulações	(369 529)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	446 721
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	301 237
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	136 078
Resultado antes de impostos	**(502 417)**
Impostos	**146 203**
Correntes	16 395
Diferidos	129 808
Resultado após impostos	**(648 620)**
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(1 321)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

9. Notas Finais

- **Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada**

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245ª do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do NOVO BANCO, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

(i) as demonstrações financeiras individuais do NOVO BANCO, S.A., relativas ao período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;

(ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo NOVO BANCO, relativas ao período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de fevereiro;

(iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do NOVO BANCO e do Grupo NOVO BANCO, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 17 de junho de 2015;

(iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do NOVO BANCO e do Grupo NOVO BANCO no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

- **Proposta de Aplicação dos Resultados do NOVO BANCO**

Nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com a alínea b) do nº 2 do artigo 11.º dos Estatuto do Banco, o Conselho de Administração do NOVO BANCO propõe, para aprovação da Assembleia Geral, que o prejuízo apurado nas contas individuais relativas ao período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, no montante 648 619 839,68 euros seja integrado na rubrica de “Outras Reservas e Resultados Transitados” do balanço.

- **Guia de Leitura para a informação de Sustentabilidade**

O âmbito da informação de sustentabilidade reportada abrange todas as Sociedades do Grupo NOVO BANCO. Para consulta do âmbito específico de cada indicador, por favor consulte a Tabela *Global Reporting Initiative* (GRI).

O relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) e com os princípios do *standard* AA1000APS. Foram ainda considerados os princípios de reporte definidos no *Framework* desenvolvido pelo *Internacional Integrated Reporting Council* (IRCC), para a elaboração de relatórios integrados.

Trata-se do primeiro relatório de sustentabilidade do NOVO BANCO, um banco de transição, na sequência da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014.
O Grupo NOVO BANCO pretende, apesar da sua curta duração, estar alinhado com as melhores práticas de reporte, deste modo determinou que o primeiro relatório de sustentabilidade estivesse de acordo com a versão 4 do GRI (GRI 4 "*Core*"). A versão GRI4 ajudou o NOVO BANCO a concentrar a comunicação nas questões (sociais, ambientais e económicas) mais relevantes para o negócio e para os seus *stakeholders* durante um período de 5 meses em 2014.

O relatório foi sujeito a verificação de acordo com os princípios definidos pela ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements* 3000), por uma entidade independente, a *PricewaterhouseCoopers &* Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA.

Estrutura do Reporte de Sustentabilidade

A estrutura de reporte de informação de Sustentabilidade do Grupo NOVO BANCO foi definida tendo por base a relevância dos vários temas, baseados no quadro de valores anunciado pelo Conselho de Administração que deverão nortear o NOVO BANCO, através dos 10 mandamentos. Assim, no presente Relatório apresenta-se a resposta do NOVO BANCO a todos os temas considerados materiais neste período, sendo a informação sobre os restantes temas, considerados não materiais, disponibilizada na Tabela GRI e no *site*. Todos estes documentos, assim como outra informação de sustentabilidade, encontram-se disponíveis em www.novobanco.pt.

Na tabela seguinte indica-se o capítulo e a página com a resposta do NOVO BANCO a cada tema material, bem como a correspondência entre os temas materiais e os aspetos materiais do GRI4.

Temas Materiais	Mandamento NOVO BANCO	Correspondência com aspetos Materiais do GRI4	Localização no Relatório	Página
Satisfação do Cliente	Mandamentos 1 e 8 O Cliente e Eficiência	• Rotulagem de Produtos e Serviços	Responsabilidade Corporativa • Clientes	49
Inclusão financeira de pessoas e empresas	Mandamento 1,5, 6, 8 Cliente, Liderança, Solidez, Eficiência	• Impactos Económicos Indiretos • Portefólio de Produtos	• Produtos de Poupança • Microcrédito • Produtos e Serviços Ambientais	22 23 25
Desenvolvimento do Capital Humano	Mandamento 3 e 10 A Equipa, Orgulho e Pertença	• Emprego • Formação e Educação • Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Responsabilidade Corporativa • Colaboradores	38
Ética e integridade nas relações com as partes interessadas	Mandamento 2 Ética e Transparência	• Ética e Integridade • Envolvimento com *Stakeholders* • Não discriminação • Combate à corrupção	Responsabilidade Corporativa • Envolvimento com os *Stakeholders* • Colaboradores • Fornecedores • Código de Conduta e Branqueamento de capitais	38 38 51 46 e 48
Gestão / Monitorização responsável dos fornecedores	Mandamento 6 Solidez	• Práticas de Compra • Avaliação Ambiental de Fornecedores • Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais • Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos • Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	Responsabilidade Corporativa • Fornecedores	51
Inovação dos produtos e serviços	Mandamento 1 e 8 Cliente e Eficiência		• Apoio à Inovação	28
Ecoeficiência nos balcões, edifícios e operações do Banco	Mandamento 7 Objetividade	• Materiais • Energia • Água • Emissões • Efluentes e Resíduos	Responsabilidade Corporativa • Pegada Ambiental	54
Cidadania corporativa e filantropia (apoio à Comunidade)	Mandamento 1 e 10 Cliente e Orgulho e Pertença	• Comunidades Locais • Portefólio de Produtos	• Responsabilidade Social	57

Contactos para informação adicional sobre Sustentabilidade:

Gabinete de Sustentabilidade:
Paulo Tomé (email: paulo.tome@novobanco.pt)
Cláudia Sousa (email: claudia.arenga.sousa@novobanco.pt)

- **Nota de agradecimento**

O Conselho de Administração do Novo Banco manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela Cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Lisboa, 17 de junho de 2015

O Conselho de Administração

Eduardo José Stock da Cunha

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Vítor Manuel Lopes Fernandes

José João Guilherme

Francisco Ravara Cary

Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

GRUPO NOVO BANCO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014
Juros e proveitos similares	5	781 667
Juros e custos similares	5	(516 207)
Margem financeira		**265 460**
Rendimentos de instrumentos de capital		4 774
Rendimentos de serviços e comissões	6	225 331
Encargos com serviços e comissões	6	(56 423)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(21 207)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	34 213
Resultados de reavaliação cambial	9	75 119
Resultados de alienação de outros ativos	10	5 642
Prémios líquidos de resseguro	11	17 799
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	(273 706)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	239 264
Outros resultados de exploração	14	295 246
Produto da atividade		**811 512**
Custos com pessoal	15	(178 055)
Gastos gerais administrativos	17	(139 496)
Depreciações e amortizações	29 e 30	(37 850)
Provisões líquidas de anulações	39	35 163
Imparidade do crédito líquida de reversões	25	(378 120)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões	23 e 24	(262 500)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	27, 30, 31 e 33	(93 594)
Custos operacionais		**(1 054 452)**
Resultados de associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial	31	5 221
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		**(237 719)**
Impostos sobre o rendimento		
Correntes	40	(28 885)
Diferidos	40	(186 575)
		(215 460)
Resultado de atividades em continuação		**(453 179)**
Resultado de atividades descontinuadas	27	143
Resultado de atividades em descontinuação	53	(46 612)
Resultado líquido do período		**(499 648)**
Atribuível aos acionistas do Banco		**(497 645)**
Atribuível aos interesses que não controlam	44	**(2 003)**
		(499 648)
Resultados por ação básicos (em euros)	18	(0,10)
Resultados por ação diluídos (em euros)	18	(0,10)
Resultados por ação básicos de atividades em continuação (em euros)	18	(0,09)
Resultados por ação diluídos de atividades em continuação (em euros)	18	(0,09)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO NOVO BANCO

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014
Resultado líquido do período		
Atribuível aos acionistas do Banco		(497 645)
Atribuível aos interesses que não controlam	44	(2 003)
		(499 648)
Outro rendimento integral do período		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Remensurações de planos de benefícios definidos	16	(249 552)
Impostos sobre remunerações de planos de benefícios definidos	a)	156
		(249 396)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio	a)	(7 564)
Efeito fiscal	a)	(5 231)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	a)	5
		(12 790)
Ativos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais no período	44	357 421
Ganhos e perdas incluídos em resultados do período	44	(233 956)
Impostos diferidos	44	(27 941)
		95 524
Total de outro rendimento integral do período		**(166 662)**
Total do rendimento integral do período		**(666 310)**
Atribuível aos acionistas do Banco		**(664 307)**
Atribuível aos interesses que não controlam		**(2 003)**
		(666 310)

a) Ver Demonstração de Alterações no Capital Próprio

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO NOVO BANCO

BALANÇO CONSOLIDADO
EM 4 DE AGOSTO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014	04.08.2014 reexpresso com deliberações de 22.12.2014 e 11.02.2015 (a)	04.08.2014 (b)
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	2 747 077	5 401 256	5 401 256
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	490 856	673 488	673 488
Ativos financeiros detidos para negociação	21	1 062 517	2 258 854	2 258 854
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	22	2 230 388	2 567 297	2 567 297
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	9 478 469	11 498 253	11 498 253
Aplicações em instituições de crédito	24	1 044 286	1 100 617	1 100 617
Crédito a clientes	25	34 929 314	38 569 431	38 569 431
Derivados para gestão de risco	26	404 582	391 761	391 761
Ativos não correntes detidos para venda	27	2 747 168	2 399 063	2 399 063
Ativos de unidades em descontinuação	53	4 209 800	-	-
Propriedades de investimento	28	297 133	305 493	305 493
Outros ativos tangíveis	29	397 088	427 067	427 067
Ativos intangíveis	30	253 732	335 938	335 938
Investimentos em associadas	31	402 289	428 053	428 053
Ativos por impostos correntes	40	29 962	30 137	30 137
Ativos por impostos diferidos	40	2 505 608	2 858 194	2 865 379
Provisões técnicas de resseguro cedido	32	8 038	9 197	9 197
Outros ativos	33	2 179 173	3 129 175	3 203 952
Devedores por seguro direto e indireto		1 263	20 890	20 890
Outros activos		2 177 910	3 108 285	3 183 062
Total de Ativo		**65 417 480**	**72 383 274**	**72 465 236**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	34	8 611 709	13 824 376	13 824 376
Passivos financeiros detidos para negociação	21	1 045 648	1 404 249	1 404 249
Recursos de outras instituições de crédito	35	2 623 864	4 180 247	4 180 247
Recursos de clientes	36	27 938 053	26 657 915	27 281 015
Responsabilidades representadas por títulos	37	9 032 956	11 153 571	11 153 571
Derivados para gestão de risco	26	104 140	121 187	121 187
Contratos de investimento	38	4 379 442	4 889 337	4 889 337
Passivos não correntes detidos para venda	27	330 903	215 244	215 244
Passivos de unidades em descontinuação	53	3 072 720	-	-
Provisões	39	409 723	567 250	567 250
Provisões técnicas	32	1 461 070	1 705 871	1 705 871
Passivos por impostos correntes	40	34 273	82 898	82 898
Passivos por impostos diferidos	40	50 309	80 765	80 765
Passivos subordinados	41	54 794	75 251	75 251
Outros passivos	42	858 063	1 325 201	1 306 580
Credores por seguro direto e indireto		10 132	24 753	24 753
Outros passivos		847 931	1 300 448	1 281 827
Total de Passivo		**60 007 667**	**66 283 362**	**66 887 841**
Capital Próprio				
Capital	43	4 900 000	4 900 000	4 900 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	44	878 012	1 066 003	543 486
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco		(497 645)	-	-
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco		**5 280 367**	**5 966 003**	**5 443 486**
Interesses que não controlam	44	129 446	133 909	133 909
Total de Capital Próprio		**5 409 813**	**6 099 912**	**5 577 395**
Total de Passivo e Capital Próprio		**65 417 480**	**72 383 274**	**72 465 236**

a) Balanço inicial reexpresso com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014, determinando que a responsabilidade contraída pelo Banco Espírito Santo perante a Oak Finance Luxembourg não foi transferida para o NOVO BANCO (esta determinação conduziu à retificação da reserva de originação, que se traduziu numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 na qual se deliberou que as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões de reforma e sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva não foram transferidas para o NOVO BANCO (variação negativa na reserva de originação de 25,8 milhões de euros).

b) Balanço inicial, incorporando as deliberações do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 e 11 de agosto de 2014 comunicadas pelo Banco de Portugal ao Novo Banco, de acordo com o artigo 11º, nº 7, do Aviso 13/2012, ao abrigo da carta NºADM/2014/0121, de 3 de dezembro de 2014.
(conforme publicado em www.novobanco.pt/SITE/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=752397&fext.=.pdf).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO NOVO BANCO

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral			Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e Outro rendimento integral	Total				
Saldo em 4 de agosto de 2014	**4 900 000**	**99 130**	**444 356**	**543 486**	-	**5 443 486**	**133 909**	**5 577 395**
Impacto da reexpressão	-	-	522 517	522 517	-	522 517	-	522 517
Saldo em 4 de agosto de 2014 (reexpresso)	**4 900 000**	**99 130**	**966 873**	**1 066 003**	-	**5 966 003**	**133 909**	**6 099 912**
Outro rendimento integral								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	95 524	-	95 524	-	95 524	-	95 524
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidos de imposto	-	-	(249 396)	(249 396)	-	(249 396)	-	(249 396)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	5	5	-	5	-	5
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto **(a)**	-	-	(12 795)	(12 795)	-	(12 795)	-	(12 795)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(497 645)	(497 645)	(2 003)	(499 648)
Total do rendimento integral do período	-	**95 524**	**(262 186)**	**(166 662)**	**(497 645)**	**(664 307)**	**(2 003)**	**(666 310)**
Alterações à reserva originária **(b)**	-	-	(16 715)	(16 715)	-	(16 715)	-	(16 715)
Outros movimentos	-	-	(1 210)	(1 210)	-	(1 210)	-	(1 210)
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 44)	-	-	(3 404)	(3 404)	-	(3 404)	(2 460)	(5 864)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**4 900 000**	**194 654**	**683 358**	**878 012**	**(497 645)**	**5 280 367**	**129 446**	**5 409 813**

(a) Inclui as diferenças de conversão cambial de economias hiperinflacionárias

(b) Resulta dos esclarecimentos à Medida de Resolução prestados pelo Banco de Portugal após a data de publicação do balanço de abertura (ver Nota 44)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO NOVO BANCO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos		986 709
Juros e custos pagos		(534 303)
Serviços e comissões recebidas		225 427
Serviços e comissões pagas		(60 412)
Prémios de seguros		(262 427)
Recuperações de créditos		6 871
Contribuições para o fundo de pensões		(380 913)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(302 815)
		(321 863)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		(5 087 115)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		27 578
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(12 688 760)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		14 268 790
Emissão de contratos de investimento de seguros		(420 062)
Aplicações em outras instituições de crédito		(863 850)
Recursos de outras instituições de crédito		(153 496)
Crédito a clientes		1 468 019
Recursos de clientes e outros empréstimos		2 383 896
Derivados para gestão do risco		(19 613)
Outros ativos e passivos operacionais		(137 335)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**(1 543 811)**
Impostos sobre os lucros pagos		(150 550)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**(1 694 361)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(2 637)
Dividendos recebidos		4 774
Compra de imobilizações e propriedades de investimento		(26 157)
Venda de imobilizações e propriedades de investimento		1 568
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(22 452)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(1 177 501)
Reembolso de passivos subordinados		(1 292)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(1 178 793)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**(2 895 606)**
Caixa e equivalentes no início do período [1]		**5 725 625**
Efeito de alterações de perímetro de consolidação	53	(50 547)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		189 572
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(2 895 606)
Caixa e equivalentes no fim do período		**2 969 044**
Caixa e equivalentes engloba:		
Caixa	19	186 604
Disponibilidades em Bancos Centrais	19	2 560 473
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		(268 889)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	490 856
Total		**2 969 044**

[1] Este montante já inclui 4 815 milhões de euros relativos ao aumento de capital realizado em dinheiro aquando da constituição do Banco. A realização do restante capital (85 milhões de euros) para perfazer o total de 4 900 milhões de euros ocorreu em 11 de agosto de 2015.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Grupo NOVO BANCO

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **NOVO BANCO, S.A.** foi constituído no dia 3 de agosto de 2014 por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de dia 3 de agosto de 2014 (20 horas), ao abrigo do nº 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF)[1], aprovado pelo DL nº 298/92, de 31 de dezembro, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES), nos termos dos nºs 1 e 3, alínea c) do artigo 145º-C do RGICSF.

Como determinado pelo Ponto Dois da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de dia 3 de agosto de 2014 (20 horas), na redação que lhe foi dada por deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto (17 horas), [doravante "deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014" ou "deliberação"], foram transferidos para o NOVO BANCO, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 145º-H do RGICSF, os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, de acordo com os critérios definidos no Anexo 2 à deliberação, descritos como segue:

Ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, SA, objeto de transferência para o NOVO BANCO, SA

1. *Ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, SA (BES), registados na contabilidade, que são objeto da transferência para o NOVO BANCO, SA, de acordo com os seguintes critérios:*

(a) *Todos os ativos, licenças e direitos, incluindo direitos de propriedade do BES são transferidos na sua totalidade para o NOVO BANCO, SA com exceção dos seguintes:*

(i) Ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo Angola, S.A.;

(ii) Ações representativas do capital social do Espírito Santo Bank (Miami);

(iii) Ações representativas do capital social do Aman Bank (Líbia);

(iv) Ações próprias do Banco Espírito Santo, S.A.;

[1] As referências efetuadas ao RGICSF referem-se à versão em vigor na data da medida de resolução e em 31 de dezembro de 2014. A atual versão do RGICSF sofreu alterações, nomeadamente no art.º 145 por força da Lei 23/4 2015, de 26 de Março, que entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação.

(v) Direitos de crédito sobre a Espírito Santo International e seus acionistas, os acionistas da Espírito Santo Control, as entidades que estejam em relação de domínio ou de grupo, nos termos do disposto do artigo 21.° do Código dos Val ores Mobiliários, com a Espírito Santo International e créditos detidos sobre as entidades que estejam em relação de domínio ou de grupo, nos termos do disposto do artigo 21.° do Código dos Valores Mobiliários, com a Espírito Santo Financial Group (doravante designado "Grupo Espírito Santo"), com exceção (A) dos direitos de crédito sobre a Espírito Santo Financial Group, garantidos por penhor financeiro sobre a totalidade das ações da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, (B) dos créditos sobre entidades incluídas no perímetro de supervisão consolidada do BES (doravante designado "Grupo BES"), e (C) dos créditos sobre as seguradoras supervisionadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, a saber: Companhia de Seguros Tranquilidade, T-Vida-Companhia de Seguros, Europ Assistance e, Seguros Logo;

(vi) Disponibilidades no montante de dez milhões de euros, para permitir à Administração do BES, proceder às diligências necessárias à recuperação e valorização dos seus ativos e satisfazer os seus encargos de natureza tributária ou administrativa.

***(b)** As responsabilidades do BES perante terceiros que constituam passivos ou elementos extrapatrimoniais deste são transferidos na sua totalidade para o NOVO BANCO, SA, com exceção dos seguintes ("Passivos Excluídos"):*

(i) Passivos para com (a) os respetivos acionistas, cuja participação seja igual ou superior a 2% do capital social ou por pessoas ou entidades que nos dois anos anteriores à transferência tenham tido participação igual ou superior a 2% do capital social do BES, membros dos órgãos de administração ou de fiscalização, revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas ou pessoas com estatuto semelhante noutras empresas que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a instituição, (b) as pessoas ou entidades que tenham sido acionistas, exercido as funções ou prestado os serviços referidos na alínea anterior nos quatro anos anteriores à criação do NOVO BANCO, SA, e cuja ação ou omissão tenha estado na origem das dificuldades financeiras da instituição de crédito ou tenha contribuído para o agravamento de tal situação; (c) os cônjuges, parentes ou afins em 1.0 grau ou terceiros que atuem por conta das pessoas ou entidades referidos nas alíneas anteriores, (d) os responsáveis por factos relacionados com a instituição de crédito, ou que deles tenham tirado benefício, diretamente ou por interposta pessoa, e que estejam na origem das dificuldades financeiras ou tenham contribuído, por ação ou omissão no âmbito das suas responsabilidades, para o agravamento de tal situação, no entender do Banco de Portugal;

(ii) Obrigações contraídas perante entidades que integram o Grupo Espírito Santo e que constituam créditos subordinados nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, com exceção das entidades integradas no Grupo BES cujas responsabilidades perante o BES foram transferidas para o NOVO BANCO, sem prejuízo, quanto a esta entidade, da exclusão prevista na subalínea (v);

(iii) Obrigações contraídas ou garantias prestadas perante terceiros relativamente a qualquer tipo de responsabilidades de entidades que integram o Grupo Espírito Santo, com exceção das entidades integradas no Grupo BES cujas participações sociais tenham sido transferidas para o NOVO BANCO, SA;

(iv) Todas as responsabilidades resultantes da emissão de instrumentos que sejam, ou em algum momento tenham sido, elegíveis para o cômputo dos fundos próprios do BES e cujas condições tenham sido aprovadas pelo Banco de Portugal;

(v) Quaisquer responsabilidades ou contingências, nomeadamente as decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais;

(vi) Quaisquer responsabilidades ou contingências do BES relativas a ações, instrumentos ou contratos de que resultem créditos subordinados perante o BES;

(vii) Quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo, sem prejuízo de eventuais créditos não subordinados resultantes de estipulações contratuais, anteriores a 30 de junho de 2014, documentalmente comprovadas nos arquivos do BES, em termos que permitam o controlo e fiscalização das decisões tomadas.

(c) *No que concerne às responsabilidades do BES que não são objeto de transferência, estas permanecem na esfera jurídica do BES;*

(d) *Todos os restantes elementos extrapatrimoniais do BES são transferidos na sua totalidade para o NOVO BANCO, SA com exceção dos relativos ao Banco Espírito Santo Angola, S.A., ao Espírito Santo Bank (Miami) e ao Aman Bank (Líbia);*

(e) *Os ativos sob gestão do BES ficam sob gestão do NOVO BANCO, SA;*

(f) *Todos os trabalhadores e prestadores de serviços do BES são transferidos para o NOVO BANCO, SA;*

(g) *Qualquer garantia relacionada com qualquer obrigação transferida para o NOVO BANCO, SA também é transferida para o NOVO BANCO, SA. Qualquer garantia relacionada com qualquer obrigação não transferida para o NOVO BANCO, SA também não será transferida para o NOVO BANCO, SA.*

2. *Após a transferência prevista nas alíneas anteriores, o Banco de Portugal pode a todo o tempo transferir ou retransmitir, entre o BES e o NOVO BANCO, SA, ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, nos termos do artigo 145.°H, número 5.°.*

3. *O BES celebrará com o NOVO BANCO, SA, um contrato confirmatório de transmissão de ativos e passivos regidos por lei estrangeira e/ou situados no estrangeiro, nos termos definidos pelo Banco de Portugal, que incluirá a obrigação do BES de assegurar que dá cumprimento a quaisquer formalidades e procedimentos necessários para este efeito.*

4. *Tendo em consideração que os sistemas de notação incluídos no âmbito de autorização IRB concedida ao BES, em base consolidada, com referência a partir de 31 de março de 2009, transitam na sua plenitude para o NOVO BANCO, SA, o Banco de Portugal considerando que se mantêm satisfeitos os requisitos estabelecidos no Capítulo 3 do Título II da Parte II do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 (CRR), e que os sistemas em matéria de gestão e notação das posições em risco de crédito permanecem sólidos e são aplicados com integridade, decide, ao abrigo do n.º 1 do artigo 143.° do mesmo Regulamento autorizar o NOVO BANCO, SA, a calcular os montantes das posições ponderadas pelo risco utilizando o Método IRB, com efeitos imediatos e nos mesmos termos da autorização concedida ao BES.*

5. *Os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais são transferidos pelo respetivo valor contabilístico, sendo os ativos ajustados em conformidade com os valores constantes do Anexo 2A, por forma a assegurar uma valorização conservadora, a confirmar na auditoria prevista no Ponto Três.*

6. *Em função desta valorização, apuram-se necessidades de capital para o NOVO BANCO, SA, de 4900 milhões de euros.*

7. *Mantém-se em vigor, para as pessoas que exerceram funções nos órgãos de administração e fiscalização do BES, durante os mandatos iniciados em 2012 e até conclusão das necessárias averiguações, as medidas operacionais e cautelares de execução da presente deliberação, que impedem a transferência para o NOVO BANCO, SA das responsabilidades perante essas pessoas.*

8. *A comprovação de que as pessoas a que se refere o ponto (c) da subalínea (i) da alínea (b) do presente Anexo não atuam por conta das pessoas ou entidades referidos nos pontos anteriores e de que, em consequência, o direito aos fundos depositados pertence ao titular formal das contas deve obedecer às seguintes regras: a) a comprovação compete ao NOVO BANCO, SA; b) a comprovação deve ter em conta, entre outras circunstâncias relevantes, as atividades profissionais das pessoas em causa, o seu grau de dependência em relação às pessoas referidas nos pontos anteriores, o seu nível de rendimentos e o montante depositado; c) a comprovação deve ser documentada e arquivada em termos que permitam o controlo e fiscalização das decisões tomadas. Enquanto estas decisões não forem tomadas mantêm-se em vigor as medidas operacionais de execução da presente deliberação.*

9. *A transferência decretada (e, conforme aplicável, confirmada pela celebração do contrato confirmatório de transferência determinado pelo Banco de Portugal) não pretende conferir a quaisquer contrapartes ou terceiros quaisquer novos direitos nem permitir exercer quaisquer direitos que na ausência dessa transferência não existissem ou não pudessem ser exercidos*

sobre ou com relação aos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, assim transferidos, incluindo quaisquer direitos de denúncia, resolução ou de decretar o vencimento antecipado ou de compensar (netting / set-off), nem dar lugar a (i) qualquer incumprimento, (ii) alteração de condições, direitos ou obrigações, ou (iii) sujeição a aprovações ou (iv) direito a executar garantias, (v) direito a efetuar retenções ou compensações (netting / set-off) entre quaisquer pagamentos ou créditos ao abrigo de tais ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos.

Nos termos do número 1 do artigo 3º dos Estatutos, "O NOVO BANCO, S.A., tem por objeto a administração dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos do Banco Espírito Santo, S.A., para o NOVO BANCO, S.A., e o desenvolvimento das atividades transferidas, tendo em vista as finalidades enunciadas no artigo 145º-A do RGICSF.

O NOVO BANCO, enquanto banco de transição, tem uma duração limitada no tempo (artigo 145º-G, nº12 do RGICSF). De acordo com os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, o NOVO BANCO tem que ser alienado num prazo máximo de dois anos desde a data da sua constituição.

Por força do artigo 153º-B do RGICSF, o Fundo de Resolução é o detentor único do capital social do NOVO BANCO, S.A. que é representado por 4 900 milhões de ações nominativas com valor nominal de um euro por ação num total de 4 900 milhões de euros.

O NOVO BANCO S.A. tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº195 em Lisboa.

O Grupo NOVO BANCO (à frente designado por Grupo ou Grupo NB) dispõe de uma rede de retalho de 675 balcões em Portugal e no estrangeiro, incluindo sucursais em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 8 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas diretamente no NOVO BANCO:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
NOVO BANCO, SA	2014	-	Portugal	Banca		
GNB - Companhia de Seguros Vida, SA (GNB VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	87,50%	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Novo Banco Servicios Corporativos, SL	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros e gestão imobiliária	100,00%	Integral
Novo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de ativos	95,00%	Integral
Novo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Novo Banco dos Açores, SA (NBA)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca eletrónica	75,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Novo Banco Ásia, SA (NB ÁSIA)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA. (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão ações preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
GNB - Recuperação de Credito, ACE (GNBREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	82,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	88,26%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	65,97%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,81%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME / NOVO BANCO	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	56,78%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - Novo Banco	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - Novo Banco II	2011	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	97,42%	Integral
ImoInvestimento – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
Prediloc Capital – Fundo Especial de Investimento Imobiliáro Fechado	2006	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
Imogestão – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2006	2013	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
Arrábida - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2006	2013	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
Invesfundo VII – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2008	2013	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	95,86%	Integral
Espírito Santo Logística - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	2007	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	77,54%	Integral
FLITPTREL VIII, SA	2011	2011	Portugal	Exploração empreendimentos turísticos	10,00% [a)]	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
GNB - Companhia de Seguros, SA (GNB SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00% [c)]	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezie, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nanium, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% [b)]	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% [b)]	Eq. Patrimonial
Ijar Leasing Algérie	2011	2011	Argélia	Leasing	35,00%	Eq. Patrimonial
Edenred Portugal, SA	1984	2013	Portugal	Prestação de serviços diversos	50,00% [c)]	Eq. Patrimonial
Multipessoal Recursos Humanos - SGPS, S.A	1993	1993	Portugal	Gestão de participações sociais	22,52%	Eq. Patrimonial

a) Esta entidade foi incluída no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades através de um acordo parassocial
b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme referido na nota 2.2
c) Entidades consolidadas pelo método de equivalencia patrimonial devido à respetiva decomposição dos direitos de voto dar o controlo aos outros accionistas

b) Subgrupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	**2006**	**2006**	**Alemanha**	**Gestão de participações sociais**	**100,00%**	**Integral**
Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)	**2006**	**2006**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**100,00%**	**Integral**
Banco Internacional de Cabo Verde, SA	2010	2010	Cabo Verde	Banca	100,00%	Integral
Moza Banco, SA	2008	2010	Moçambique	Banca	49,00%	Eq. Patrimonial
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	**1992**	**1992**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**89,99%**	**Integral**
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
GNB - International Management, SA	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	89,81%	Integral
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
Capital Mais - Assessoria Financeira, SA	1998	1998	Portugal	Serviços de assessoria financeira	89,99%	Integral
Espírito Santo International Asset Management, Ltd.	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de patrimónios	89,99%	Integral
GNB - Participações Internacionais, SGPS, SA	1996	1996	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	31,50%	Eq. Patrimonial
BESAACTIF Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	31,50%	Eq. Patrimonial
Novo Activos Financieros, SA	**1988**	**2000**	**Espanha**	**Gestão de ativos**	**95,00%**	**Integral**
Novo Banco Gestión, SGIIC, S.A	2001	2001	Espanha	Gestão de ativos	95,00%	Integral
Novo Banco Pensiones, SGFP, SA	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	95,00%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	**2000**	**2000**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**100,00%**	**Integral**
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
Yunit Serviços, SA	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
FCR Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Eq. Patrimonial
Fundo Bem Comum, FCR	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	20,00%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	**2006**	**2006**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**65,97%**	**Integral**
Atlantic Ventures Corporation	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	65,97%	Integral
Sousacamp, SGPS, SA	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	25,79%	Eq. Patrimonial
Global Active - SGPS, SA	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	29,46%	Eq. Patrimonial
Outsystems, SA	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	19,32% b)	Eq. Patrimonial
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	21,35%	Eq. Patrimonial
Multiwave Photonics, SA	2003	2008	Portugal	Tecnologias de informação	13,69% b)	Eq. Patrimonial
Bio-Genesis	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	19,74% b)	Eq. Patrimonial
YDreams - Informática, SA	2000	2009	Portugal	Tecnologias de informação	31,66%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	**2009**	**2009**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**100,00%**	**Integral**
Righthour, SA	2013	2013	Portugal	Prestação de serviços	100,00%	Integral
Imbassaí Participações, SA	2009	2013	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Lírios Investimentos Imobiliários, Ltda	2007	2013	Brasil	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
UCH Investimentos Imobiliários, Ltda	2007	2013	Brasil	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
UCS Participações e Investimentos, Ltda	2004	2013	Brasil	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
UR3 Investimentos Imobiliários, Ltda	2007	2013	Brasil	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	**2009**	**2009**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**60,81%**	**Integral**
Nutrigreen, SA	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	12,16% b)	Eq. Patrimonial
Advance Ciclone Systems, SA	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	24,32%	Eq. Patrimonial
Watson Brown, HSM, Ltd	1997	2009	Reino Unido	Reciclagem de borracha	21,83%	Eq. Patrimonial
Domática, Electrónica e Informática, SA	2002	2011	Portugal	Tecnologias de informação	17,88% b)	Eq. Patrimonial
Fundo FCR PME / NOVO BANCO	**1997**	**1997**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**56,78%**	**Integral**
Enkrott SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,03% b)	Eq. Patrimonial
Palexpo - Espaços à Sua Medida, SA	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	28,10%	Eq. Patrimonial
Otherlog, SA	2014	2014	Portugal	Logística	18,82% b)	Eq. Patrimonial

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
GNB - Companhia de Seguros Vida, SA (GNB VIDA)	**1993**	**2006**	**Portugal**	**Seguros**	**100,00%**	**Integral**
Caravela Defensive Fund	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
Caravela Balanced Fund	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	54,95%	Integral
ES Short Bond	2014	2014	Luxemburgo	Fundo de Investimento	73,38%	Integral
ES Plano Dinâmico	2008	2012	Portugal	Fundo de Investimento	97,49%	Integral
ES Arrendamento	2009	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
Orey Reabilitação Urbana	2006	2012	Portugal	Fundo de Investimento	77,32%	Integral
Fimes Oriente	2004	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	**2002**	**2003**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**71,66%**	**Integral**
ES Concessions International Holding, BV	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Empark - Aparcamientos y Servicios, SA	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	15,92% [b)]	Eq. Patrimonial
Esconcessions Spain Holding BV	2013	2013	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Auvisa - Autovia de los Viñedos, SA	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	35,83%	Eq. Patrimonial
Ascendi Group SGPS, SA	2010	2010	Portugal	Gestão de participações sociais	28,66%	Eq. Patrimonial
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)	**1927**	**1993**	**França**	**Banca**	**87,50%**	**Integral**
BESV Courtage, SA	1975	1975	França	Sociedade de investimentos	87,50%	Integral
AOC Patrimoine, SAS	2006	2013	França	Gestão de ativos	87,50%	Integral
Marignan Gestion, SA	1986	2009	França	Gestão de ativos	87,50%	Integral
Société Lyonnaise de Marchands de Biens	1993	2002	França	Gestão de investimentos imobiliários	87,43%	Integral
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel	1995	1995	França	Gestão de investimentos imobiliários	90,31%	Integral
Groupe CFCA, SAS	1998	2010	França	Gestão de participações sociais	26,21%	Eq. Patrimonial

b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme referido na nota 2.2

Adicionalmente, tendo presente os requisitos do IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

	Ano de Constituição	Ano de aquisição	Sede	% interesse económico	Método de consolidação
Lusitano SME No.1 plc (*)	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc (*)	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC (*)	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc (*)	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV (*)	2010	2010	Holanda	97,60%	Integral
Lusitano Finance No. 3 (*)	2011	2011	Portugal	100%	Integral

(*) - Entidades estruturadas constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo nestas operações, determinado com base na percentagem detida da equity pieces dos respectivos veículos (ver Nota 48).

A consolidação destas entidades tem os seguintes impactos nas contas do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	128 811	113 353
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	2 679 730	2 800 223
Responsabilidades representadas por títulos	535 265	559 237

Adicionalmente, no âmbito da subscrição de instrumentos financeiros por clientes, o NOVO BANCO, como determinado pelo IFRS 10, consolidou três entidades (Euro Aforro, Top Renda, Poupança Plus), cujos ativos eram constituídos por obrigações seniores emitidas pelo BES (antecessor do NOVO BANCO) que transitaram para o NOVO BANCO. Neste processo, as obrigações do passivo do NOVO BANCO (responsabilidades representadas por títulos) foram extintas sendo os recursos obtidos dos

clientes classificados na rubrica de Recursos de clientes. O impacto da consolidação destes veículos é o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	2 223	2 129
Ativos financeiros detidos para venda	(32 854)	(32 854)
Ativos por impostos diferidos	56 325	142 610
Recursos de clientes e outros empréstimos	441 984	728 753
Responsabilidades representadas por títulos	(278 391)	(276 055)
Outras provisões	73 638	74 719
Outras reservas e resultados transitados	(415 532)	(415 532)
Resultado líquido	203 995	-

O resultado líquido de 204,0 milhões de euros inclui 296,6 milhões de euros (antes do efeito fiscal) relativos à reavaliação dos passivos (ver Notas 14 e 36).

Adicionalmente, foi identificado um 4º veículo cujo valor deverá rondar os 77 milhões de euros, e pelo facto de até à data não se possuir informação sobre este veículo, o mesmo foi provisionado na totalidade.

Durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo NOVO BANCO foram as seguintes:

- Empresas subsidiárias

- Em novembro de 2014, procedeu-se à liquidação da sociedade Mandel Partners, SCA;
- No início de dezembro de 2014 o NOVO BANCO celebrou com a Haitong International Holdings Limited, um contrato de venda de 100% da sua participada Banco Espírito Santo Investimento, SA (BESI), fazendo com que esta subsidiária deixasse de ser consolidada pelo método integral e passasse a ser classificada, nos termos do IFRS 5, como uma unidade em descontinuação (ver nota 53).

- Empresas associadas

- Em novembro de 2014 foi constituída a Otherlog, S.A., na qual o Fundo FCR PME NOVO BANCO realizou 33,15% do capital social, pelo montante de 887 milhares de euros.

Durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
Empresas subsidiárias							
BESI	-	-	-	379 000	-	379 000	(38 887) **(b)**
FCR PME BES	600	-	600	-	-	-	-
Fungere	550	-	550	-	-	-	-
Fungepi Novo Banco II	10 812	74 050	84 862	-	-	-	-
Imoinvestimento	-	74 050	74 050	-	-	-	-
ES Ventures II	-	436	436	-	-	-	-
	11 962	148 536	160 498	379 000	-	379 000	(38 887)
Empresas associadas							
Otherlog, SA	887	-	887	-	-	-	-
ES Ventures Inovação e Internacionalização	-	1 750	1 750	-	-	-	-
	887	1 750	2 637	-	-	-	-
	12 849	**150 286**	**163 135**	**379 000**	**-**	**379 000**	**(38 887)**

(a) Aumentos / reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

(b) Resultado apurado à data da assinatura do contrato de venda, com referência às demonstrações financeiras do BESI de 30 de novembro de 2014 (ver Nota 53)

Os valores de aquisição acima indicados são relativos a aumentos da percentagem de participação em subsidiárias já anteriormente controladas pelo Grupo. O impacto destas aquisições ao nível dos Interesses que não controlam estão incluídos na Nota 44, no respetivo quadro de movimento, na linha "Variações resultantes de alterações no perímetro de consolidação e de percentagens de controlo".

No início de dezembro de 2014 o NOVO BANCO celebrou com a Haitong International Holdings Limited, um contrato de venda de 100% da sua participada Banco Espírito Santo Investimento, SA (BESI), fazendo com que esta subsidiária deixasse de ser consolidada pelo método integral e passasse a ser classificada, nos termos do IFRS 5, como um ativo não corrente detido para venda.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do NOVO BANCO, S.A. (Banco ou NOVO BANCO) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do NOVO BANCO agora apresentadas reportam-se a 31 de dezembro de 2014, sendo que os resultados correspondem ao período decorrido entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014. Os resultados gerados pelas subsidiárias e associadas entre 1 de janeiro e 3 de agosto de 2014 foram incorporados na rubrica de reservas. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na sua preparação são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 4 de agosto de 2014.

Contudo, e tal como descrito na Nota 54, o Grupo adotou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2014, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2014. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adotadas em conformidade.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 54.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda, propriedades de investimento e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de gestão de 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de junho de 2015, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Anual, que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Nas notas relativas a saldos de balanço a seguir apresentadas, considerou-se para efeitos de comparabilidade o balanço de abertura a 4 de agosto de 2014 reexpresso.

Apresenta-se de seguida a reconciliação entre (i) o balanço inicial publicado no dia 3 de dezembro de 2014 incorporando a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 comunicada pelo Banco de Portugal ao NOVO BANCO, de acordo com o artigo 11º, nº 7, do Aviso 13/2012, (conforme publicado **www.novobanco.pt/SITE/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=752397&fext.=.pdf**) e (ii) o balanço inicial reexpresso com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014 (que determinou que a responsabilidade contraída pelo BES perante a Oak Finance Luxembourg não foi, em momento nenhum, transferida para o NOVO BANCO, conduzindo à retificação da reserva de originação numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação de 11 de fevereiro de 2015 do Conselho de Administração do Banco de Portugal, ao abrigo do disposto nos artigos 145.º- G, n.º 1, e 145.º- H, n.º 2, alínea a) e b), do RGICSF na qual se decidiu que:

"*a) Para efeitos de execução da deliberação do Banco de Portugal, clarifica-se que as responsabilidades do Banco Espírito Santo não transferidas para o NOVO BANCO nos termos da subalínea i) da alínea b) do ponto 1 do Anexo 2 da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20:00 horas), com a redação que lhe foi dada pela deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto de 2014 (17:00 horas) abrangem as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões e complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva e que se encontrem abrangidos pela subalínea i) da alínea b) do ponto 1 do Anexo 2 da mesma deliberação, tal como definidas pelo Contrato de Sociedade do Banco Espírito Santo e nos Regulamentos da Assembleia Geral do Banco Espírito Santo para os quais o Contrato de Sociedade remete, não tendo, por isso, sido transferidas para o NOVO BANCO, sem prejuízo das responsabilidades decorrentes exclusivamente do contrato de trabalho com o Banco Espírito Santo.*

b) O NOVO BANCO e o Banco Espírito Santo devem adequar os seus registos contabilísticos à presente deliberação, adotando as medidas de execução necessárias à sua adequada aplicação."

O impacto da deliberação de 11 de fevereiro de 2015 do Banco de Portugal encontra-se refletido no balanço do Grupo NOVO BANCO. Contudo, até à presente data, a ASF ainda não formalizou a sua aprovação, razão pela qual os valores contabilizados podem estar sujeitos a correções futuras decorrentes da decisão final da ASF (ver Nota 16).

GRUPO NOVO BANCO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 4 DE AGOSTO DE 2014

(milhares de euros)

	Publicado em 03.12.2014	Deliberação de 22.12.2014	Deliberação de 11.02.2015	Reexpresso com deliberações de 22.12.2014 e 11.02.2015
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5 401 256	-	-	5 401 256
Disponibilidades em outras instituições de crédito	673 488	-	-	673 488
Ativos financeiros detidos para negociação	2 258 854	-	-	2 258 854
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 567 297	-	-	2 567 297
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 498 253	-	-	11 498 253
Aplicações em instituições de crédito	1 100 617	-	-	1 100 617
Crédito a clientes	38 569 431	-	-	38 569 431
Derivados para gestão de risco	391 761	-	-	391 761
Ativos não correntes detidos para venda	2 399 063	-	-	2 399 063
Propriedades de investimento	305 493	-	-	305 493
Outros ativos tangíveis	427 067	-	-	427 067
Ativos intangíveis	335 938	-	-	335 938
Investimentos em associadas	428 053	-	-	428 053
Ativos por impostos correntes	30 137	-	-	30 137
Ativos por impostos diferidos	2 865 379	-	(7 185)	2 858 194
Provisões técnicas de resseguro cedido	9 197	-	-	9 197
Outros ativos	3 203 952	(74 777)	-	3 129 175
Devedores por seguro direto e indireto	20 890	-	-	20 890
Outros activos	3 183 062	(74 777) **(a)**	-	3 108 285
Total de Ativo	**72 465 236**	**(74 777)**	**(7 185)**	**72 383 274**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	13 824 376	-	-	13 824 376
Passivos financeiros detidos para negociação	1 404 249	-	-	1 404 249
Recursos de outras instituições de crédito	4 180 247	-	-	4 180 247
Recursos de clientes	27 281 015	(623 100)	-	26 657 915
Responsabilidades representadas por títulos	11 153 571	-	-	11 153 571
Derivados para gestão de risco	121 187	-	-	121 187
Contratos de investimento	4 889 337	-	-	4 889 337
Passivos não correntes detidos para venda	215 244	-	-	215 244
Provisões	567 250	-	-	567 250
Provisões técnicas	1 705 871	-	-	1 705 871
Passivos por impostos correntes	82 898	-	-	82 898
Passivos por impostos diferidos	80 765	-	-	80 765
Passivos subordinados	75 251	-	-	75 251
Outros passivos	1 306 580	-	18 621	1 325 201
Credores por seguro direto e indireto	24 753	-	-	24 753
Outros passivos	1 281 827	-	18 621	1 300 448
Total de Passivo	**66 887 841**	**(623 100)**	**18 621**	**66 283 362**
Capital Próprio				
Capital	4 900 000	-	-	4 900 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	543 486	548 323	(25 806)	1 066 003
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	**5 443 486**	**548 323**	**(25 806)**	**5 966 003**
Interesses que não controlam	133 909	-	-	133 909
Total de Capital Próprio	**5 577 395**	**548 323**	**(25 806)**	**6 099 912**
Total de Passivo e Capital Próprio	**72 465 236**	**(74 777)**	**(7 185)**	**72 383 274**

(a) Refere-se a custos diferidos pagos no início da operação e que estavam a ser periodificados durante a vigência do contrato

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do NOVO BANCO e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo NOVO BANCO) e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade do retorno proveniente do seu envolvimento com esta entidade, e possa apoderar-se do mesmo através do poder que detém sobre esta entidade (controlo de facto) e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as actividades relevantes da entidade. Conforme estabelecido no IFRS 10, o Grupo procede à análise do objetivo e da estruturação do modo como as operações de uma entidade são desenvolvidas na avaliação de controlo sobre esta. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas menos de 50% dos mesmos. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade. O NOVO BANCO realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Entidades Estruturadas (EE's)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos no IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com os quais uma EE é controlada se (i) o Grupo está exposto, ou tem direitos sobre os seus resultados; e (ii) o Grupo detém o poder de afetar os resultados da EE através do controlo que exerce sobre a mesma.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da atividade de gestão de ativos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo exceto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua atividade nos termos definidos no IFRS 10. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respetivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

As concentrações de atividades empresariais ocorridas após 31 de dezembro de 2009, foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição inclui os justos valores: i) dos ativos transferidos, ii) dos passivos assumidos pelo adquirente para com os anteriores acionistas da adquirida, e iii) dos instrumentos de capital próprio emitidos.

Conforme o *IFRS 3 – Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor de aquisição do negócio, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos e quaisquer instrumentos de capital próprio emitidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a respetiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no período em que a aquisição ocorre. As perdas de imparidade do *goodwill* não são reversíveis no futuro.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflete as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das

quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do NOVO BANCO.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas serão registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, serão registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças serão reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para

euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

As diferenças cambiais referentes a relações de cobertura de fluxos de caixa, e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, caso existam, são reconhecidas em outro rendimento integral.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo.

As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 33) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado em resultados até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

- Cobertura de fluxos de caixa *(cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado

acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo não tinha operações de cobertura classificados como cobertura de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente do instrumento principal (hospedeiro ou acolhimento) quando as suas características económicas e os seus riscos não estão estritamente relacionados o contrato hospedeiro ou contrato de acolhimento, e o contrato agregado (derivado embutido e contrato hospedeiro ou contrato de acolhimento) não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de

acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva

perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados, com base em características semelhantes de risco de crédito em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

A metodologia descrita implica a assunção por parte do Grupo de juízos sobre pressupostos e estimativas, sendo que a utilização de outros pressupostos poderia resultar em níveis diferentes de perdas por imparidade.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.6. Outros ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos disponíveis para venda e ficará, durante 2 anos, impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinada com base na cotação de fecho (*bid-price*), no preço da última transação efetuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros não podem ser reclassificados para ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou significativa no seu valor de mercado face ao custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Estes ativos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital em que as perdas por imparidade não podem ser revertidas e as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Ativos cedidos com acordo de recompra, empréstimos de títulos e vendas a descoberto

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos que não constam do ativo do Grupo. São registadas como um passivo financeiro de negociação, pelo justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Os ganhos e perdas resultantes da variação do respetivo justo valor são diretamente reconhecidas em resultados.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As ações preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo – com exceção dos produtos estruturados em que os derivados embutidos foram bifurcados e registados separadamente e reavaliados ao justo valor – por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do Grupo NOVO BANCO, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

2.12. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do grupo) é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são

remensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Grupo tem como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. Para os imóveis registados no balanço do NOVO BANCO e das restantes instituições de crédito que integram o perímetro de consolidação do Grupo, considera-se o valor de venda imediata como o respetivo justo valor; para os imóveis detidos por fundos de investimento, o justo valor é apurado pela média de duas avaliações, obtidas de entidades independentes, considerando as condições normais de mercado. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) *Método de Mercado*

O Método de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) *Método do Rendimento*

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) *Método do Custo*

O Método de Custo tem por finalidade refletir o montante que seria exigido correntemente para substituir o ativo nas atuais condições, decompondo o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

Os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda refletem, fundamentalmente, ativos e passivos de sociedades adquiridas pelo Grupo no âmbito de operações de reestruturação de crédito que o Grupo pretende alienar no prazo de um ano. Por se tratar de aquisições de entidades no âmbito de operações de reestruturação de crédito, tais aquisições são contabilizadas ao justo valor e qualquer diferença entre este justo valor e o valor do crédito extinto por via da aquisição, é reconhecida como uma imparidade do crédito. No momento da aquisição de uma entidade que obedece ao conceito de subsidiária e cujo objetivo é a sua revenda, a mesma é objeto de consolidação de acordo com os procedimentos habituais implementados pelo Grupo, sendo os seus ativos e passivos mensurados ao justo valor determinado na data da aquisição. Contudo, nestes casos em particular, os ativos são classificados como ativos não correntes detidos para venda e os passivos como passivos não correntes detidos para venda. Nessa base, e na data da primeira consolidação, o valor líquido dos ativos e passivos dessa subsidiária, reflete o respetivo justo valor determinado na data da aquisição (que resulta da operação de reestruturação do crédito).

Estas subsidiárias continuam a ser consolidadas até à sua venda efetiva. Em cada data de balanço o valor líquido contabilístico dos respetivos ativos e passivos é comparado com o justo valor, líquido dos custos de venda, e é reforçada a imparidade sempre que aplicável. Os ativos relativos a operações descontinuadas são registados de acordo com as políticas de valorização aplicáveis a cada categoria de ativos, conforme disposto no IFRS 5.

Na determinação do justo valor das subsidiárias detidas para venda o Banco usa as seguintes metodologias:

- no caso de subsidiárias cujos ativos são formados predominantemente por bens imobiliários, o seu justo valor é determinado por referência ao valor desses ativos com base em avaliações efetuadas por peritos independentes;
- para as restantes entidades, o justo valor é determinado com base na metodologia dos cash flows futuros descontados, utilizando pressupostos consistentes com o risco associado ao negócio da subsidiária em avaliação.

2.13. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Na data do desreconhecimento de um ativo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

2.14. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um

exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido estimado.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme referido na nota 16, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma foram calculadas a 4 de agosto de 2014 (com referência a 30 de junho de 2014) e em 31 de dezembro de 2014, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o juro líquido de juros foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Grupo NB tem o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado periodicamente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo remensurações e custos de serviços passados, será reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) que vierem a ser atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro e o Grupo não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos passivos são sempre contabilizados, independentemente da performance do NOVO BANCO.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18. Provisões e Passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à

obrigação. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Serão reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos será reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são sempre objeto de divulgação, exceto nos casos em que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não será separada e será classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco será reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.24. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

As transferências de e para a rubrica Propriedades de Investimento, podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao uso do imóvel. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor, à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado para propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento e ao justo valor subsequentemente, sendo a diferença de valorização apurada à data da transferência reconhecida em reservas de reavaliação.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

As Propriedades de Investimento registadas decorrem apenas da atividade seguradora e de outras actividades não bancárias.

2.25. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída

aos segurados, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro (IFRS 4). Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme o IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas. Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir ("*Shadow accounting*")

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisão para compromissos de taxa ("Liability adequacy test")

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

Resseguro

No decurso normal da atividade seguradora, o Grupo cede negócio. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradoras, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos ativos relacionados com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando que o actual quadro contabilístico exige que sejam realizados julgamentos e calculadas estimativas que incorporam algum grau de subjetividade, o uso de parâmetros diferentes ou julgamentos com base em evidências diferentes podem resultar em estimativas diferentes.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

Considera-se que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, pelo que há necessidade de se avaliar toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, em conformidade com os princípios do IFRS 13 – Justo Valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida incorpora diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas.

3.4. Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no ativo do Grupo é revisto periodicamente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades geradoras de caixa do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo goodwill, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa a ser testada é inferior ao seu valor contabilístico.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para a determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida (i) está exposto, ou tem direitos, à variabilidade do retorno proveniente do seu envolvimento com esta entidade e (ii) pode apoderar-se desse retorno através do seu poder.

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamentos para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno de uma entidade e tem o poder de apoderar-se desse retorno. Na utilização desse julgamento, o Grupo analisa pressupostos e estimativas. Assim, outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação fosse diferente, com impacto direto no balanço.

3.6. Impostos sobre o rendimento

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização tábuas atuariais, pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e taxas de desconto. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo NOVO BANCO para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.8. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística Provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados, (iii) provisão para sinistros, (iv) provisão para compromissos de taxa e (v) provisão para prémios não adquiridos. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta.

3.9. Propriedades de investimento e Ativos não correntes detidos para venda

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor destes ativos é apurado com base em avaliações, conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviço, utilizando os métodos de mercado, rendimento ou custo, tal como definidos na Nota 2.12. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos poderá resultar num nível diferente de justo valor com impacto respetivo valor de balanço reconhecido.

3.10. Provisões

O Grupo reconhece provisões destinadas a cobrir as perdas a incorrer com ofertas comerciais aprovadas em sede de Conselho de Administração do Banco, e na sequência da não oposição do Banco de Portugal. O valor das provisões corresponde à melhor estimativa do NOVO BANCO a esta data.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo NOVO BANCO desenvolve a sua atividade centrada no setor financeiro direcionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado natural de atuação.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o NOVO BANCO como principal unidade operacional – com uma rede de 596 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (34 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, Luxemburgo, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 8 escritórios de representação – com o NB Açores (17 balcões), Banco BEST (17 balcões), NB Ásia, Banco Internacional Cabo Verde, BES Vénétie, ESAF, GNB Seguros (ramo de seguros não vida) e GNB Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Gestão de Ativos; (4) Atividade

de Seguros Vida; (5) Mercados; e (6) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do NOVO BANCO, bem como as unidades do Grupo com a qual a atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional (encarada numa ótica de centro de investimento), é complementada a nível do Conselho de Administração do NOVO BANCO, pela definição de estratégias e planos comerciais próprios de cada unidade.

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca Comercial Nacional

Este Segmento Operacional inclui a atividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

a) **Retalho:** corresponde à atividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento dos pequenos negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia;

b) **Empresas e Institucionais:** congrega a atividade em Portugal com as empresas de média e grande dimensão, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 22 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municípios. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e vocação exportadora;

c) ***Private Banking*:** agrega a atividade com clientes *private* integrando todos os produtos do ativo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e os produtos de seguros.

Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja atividade é dirigida tanto a empresas como a particulares, excluindo o negócio de gestão de ativos, o qual está integrado no segmento correspondente.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos as sucursais do NOVO BANCO em Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde, Luxemburgo e Venezuela. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da prossecução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

Gestão de Ativos

Segmento que engloba a atividade de gestão de ativos desenvolvida em território nacional e no estrangeiro através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de gestão de carteiras.

Seguros Vida

Este segmento de negócio abrange a atividade desenvolvida pela Companhia de Seguros GNB Vida, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização, e PPR´s.

Mercados

Neste segmento inclui-se a atividade de gestão financeira global do Grupo, que engloba tanto a tomada e cedência de fundos nos mercados financeiros, como o investimento e gestão de risco de instrumentos de crédito, de taxa de juro, cambial e de ações, quer de natureza estratégica quer relacionados com a atividade corrente da área de mercados. Considera-se ainda a atividade com investidores institucionais não residentes e os efeitos decorrentes de decisões de ordem estratégica com impacto transversal a todo o Grupo.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde a um segmento operacional na verdadeira aceção do conceito, trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

4.2. Critérios de imputação da atividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual o Conselho de Administração toma decisões, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adotados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada *per si* atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, ativos, passivos, proveitos e custos.

Estruturas do NOVO BANCO dedicadas ao Segmento

A atividade do NOVO BANCO abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada, para os produtos não massa, diretamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Atividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afetação da totalidade do capital próprio do NOVO BANCO ao segmento de Mercados.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excecional são analisadas

casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respetiva atividade e resultados incluídos no segmento de Mercados.

Juros ativos e passivos

Sendo a atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados para o caso das associadas do NOVO BANCO. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afetas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Ativos não correntes

Os ativos não correntes, na ótica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis, os Ativos intangíveis e os Ativos não correntes detidos para venda. No NOVO BANCO estes ativos encontram-se afetos ao segmento de Mercados; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Impostos sobre o rendimento

A componente de impostos sobre o rendimento é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais, para efeitos da monitorização de performance dos Segmentos Operacionais, realizada pelo Conselho de Administração. Os ativos e passivos por impostos diferidos estão afetos ao segmento Mercados.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o NB Ásia, Banco Internacional de Cabo Verde, Novo Banco Servicios, Novo AF, BES Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, Moza Banco, Ijar Leasing Argélie, as sucursais do NOVO BANCO em Londres, Espanha, Nova Iorque, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo e ainda as unidades localizadas no exterior da ESAF e do BESI.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014									
	Retalho	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros Vida	Mercados	Centro corporativo	**Total**
Resultado financeiro	149 529	119 541	30 087	94 309	-	445	15 575	(144 026)	-	265 460
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	61 119	74 997	4 822	26 705	-	17 404	8 771	(24 910)	-	168 908
Outros proveitos operacionais	1 248	2 212	972	42 561	-	1 065	(29 704)	358 790	-	377 144
Proveitos operacionais totais	211 896	196 750	35 881	163 575	-	18 914	(5 358)	189 854	-	811 512
Custos operacionais	167 824	284 244	8 316	162 600	-	6 238	36 503	308 200	80 527	1 054 452
Dos quais:										
Provisões/Imparidade	*31 765*	*261 965*	*2 207*	*92 639*	-	*(156)*	*30 025*	*280 606*	-	*699 051*
Depreciações e amortizações	*18 992*	*2 250*	*717*	*9 788*	-	*98*	*325*	*3 539*	*2 141*	*37 850*
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas	-	-	-	672	-	453	-	4 096	-	5 221
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam	**44 072**	**(87 494)**	**27 565**	**1 647**	-	**13 129**	**(41 861)**	**(114 250)**	**(80 527)**	**(237 719)**
Proveitos operacionais intersegmentos	*44*	*3 202*	-	*125 792*	-	*268*	*84*	*(118 685)*	-	*10 705*
Total do Ativo líquido	**14 323 851**	**19 876 989**	**1 778 771**	**15 575 264**	**4 436 620**	**213 420**	**7 484 306**	**1 728 259**	-	**65 417 480**
Total do Passivo	**14 220 016**	**19 964 483**	**1 751 246**	**14 210 762**	**3 995 709**	**18 538**	**7 072 328**	**(1 225 416)**	-	**60 007 666**
Investimentos em associadas	-	-	-	**36 501**	-	**1 948**	-	**363 840**	-	**402 289**
Investimentos em ativos tangíveis	**75**	-	-	**5 585**	-	**80**	**10**	**8 673**	**59**	**14 482**
Investimentos em ativos intangíveis	**257**	-	-	**4 815**	-	**85**	**177**	**10 329**	**1**	**15 664**
Investimentos em ativos não correntes	**491**	-	-	**7 874**	-	-	**723**	**584 816**	-	**593 904**

Os saldos incluídos no segmento Banca de Investimento referem-se ao BESI, classificado como unidade em descontinuação em resultado do contrato de venda assinado no mês de dezembro de 2014 com a Haitong International Holdings (ver Nota 53).

O reporte efetuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014									
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do exercício	(466 350)	(45 188)	43 374	(13 617)	(499)	(4 476)	(564)	(239)	(1 456)	(8 630)	(497 645)
(do qual: relativo a unidades em descontinuação)	*(16 038)*	*(9 966)*	-	*(13 460)*	*829*	*(2 891)*	*(1 017)*	-	-	*(4 069)*	(46 612)
Proveitos operacionais intersegmentos	*(117 135)*	*2 961*	*28 162*	*96 769*	*(850)*	-	-	*56*	*769*	-	*10 732*
Ativo líquido	47 575 982	3 571 392	4 863 712	4 566 340	2 244 162	1 868 822	1 948	138 562	121 632	464 928	65 417 480
(do qual: relativo a unidades em descontinuação)	*1 872 986*	*117 724*	-	-	*279 312*	*1 850 117*	-	-	-	*89 661*	4 209 800
Investimentos em associadas	330 408	-	1 300	-	-	-	1 948	-	-	68 633	402 289
Investimentos em ativos tangíveis	8 847	1 850	13	119	-	-	-	-	587	3 066	14 482
Investimentos em ativos intangíveis	11 436	2 024	57	269	-	-	-	2	1 019	857	15 664
Investimentos em ativos não correntes	586 030	7 874	-	-	-	-	-	-	-	-	593 904

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares			
Juros de crédito	564 965	5 421	570 386
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	25 415	25 415
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	11 655	623	12 278
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	88 961	-	88 961
Juros de derivados para gestão de risco	-	76 361	76 361
Outros juros e proveitos similares	8 266	-	8 266
	673 847	**107 820**	**781 667**
Juros e custos similares			
Juros de responsabilidades representadas por títulos	234 242	12 161	246 403
Juros de recursos de clientes	103 171	40 640	143 811
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	12 603	18 588	31 191
Juros de passivos subordinados	1 232	-	1 232
Juros de derivados para gestão de risco	-	36 267	36 267
Outros juros e custos similares	57 303	-	57 303
	408 551	**107 656**	**516 207**
	265 296	**164**	**265 460**

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Rendimentos de serviços e comissões	
Por serviços bancários prestados	122 421
Por garantias prestadas	54 604
Por operações realizadas com títulos	5 120
Por compromissos perante terceiros	9 867
Outros rendimentos de serviços e comissões	33 319
	225 331
Encargos com serviços e comissões	
Por serviços bancários prestados por terceiros	26 289
Por garantias recebidas	18 107
Por operações realizadas com títulos	4 056
Por compromissos assumidos perante terceiros	165
Outros encargos com serviços e comissões	7 806
	56 423
	168 908

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 17,8 milhões de euros relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 37).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	2 082	455	1 627
De outros emissores	2 135	798	1 337
Ações	754	5 213	(4 459)
Outros títulos de rendimento variável	-	3 280	(3 280)
	4 971	**9 746**	**(4 775)**
Instrumentos financeiros derivados			
Contratos sobre taxas de câmbio	258 089	65 872	192 217
Contratos sobre taxas de juro	859 398	934 430	(75 032)
Contratos sobre ações/índices	289 819	303 883	(14 064)
Contratos sobre créditos	36 230	74 676	(38 446)
Outros	14 946	16 563	(1 617)
	1 458 482	**1 395 424**	**63 058**
Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Títulos			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	4 840	1 254	3 586
De outros emissores	19 580	6 165	13 415
Ações	3 068	11 831	(8 763)
Outros títulos de rendimento variável	16 334	66 852	(50 518)
	43 822	**86 102**	**(42 280)**
Outros ativos financeiros [1]			
Aplicações em instituições de crédito	-	17	(17)
Crédito a clientes	17 820	494	17 326
	17 820	**511**	**17 309**
Passivos financeiros [1]			
Recursos de instituições de crédito	291	20 853	(20 562)
Recursos de clientes	37 000	23 728	13 272
Débitos representados por títulos	11 293	5 499	5 794
Produtos de seguros vida	2 345	55 368	(53 023)
	50 929	**105 448**	**(54 519)**
	112 571	**192 061**	**(79 490)**
	1 576 024	**1 597 231**	**(21 207)**

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objeto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui ainda um efeito positivo de 26,5 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu

reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

No período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 4 600 milhares de euros.

NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Proveitos	**Custos**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	32 530	4 813	27 717
De outros emissores	15 347	6 533	8 814
Ações	2 488	793	1 695
Outros títulos de rendimento variável	8 250	12 263	(4 013)
	58 615	**24 402**	**34 213**

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Proveitos	**Custos**	**Total**
Reavaliação cambial	608 183	533 064	75 119
	608 183	**533 064**	**75 119**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Créditos a clientes	(45)
Ativos não correntes detidos para venda	3 952
Outros	1 735
	5 642

NOTA 11 – PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Prémios brutos emitidos	38 328
Prémios de resseguro cedido	(20 529)
Prémios líquidos de resseguro	17 799

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2014
Tradicionais	23 782
Capitalização com participação nos resultados	14 546
	38 328

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definidos pelo IFRS 4, os contratos de seguros emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

NOTA 12 – CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2014
Seguro direto	
Montantes pagos	292 063
Variação da provisão para sinistros	(15 101)
	276 962
Resseguro cedido	
Montantes pagos	(3 223)
Variação da provisão para sinistros	(33)
	(3 256)
	273 706

NOTA 13 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Provisão matemática	239 824
Provisão para participação nos resultados	546
Outras provisões técnicas	(857)
Provisões para resseguro	(929)
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	316
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	364
	239 264

Decorrente da celebração de um tratado de resseguro em junho de 2013, mediante o qual a GNB Vida ressegurou toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de junho de 2013, a GNB Vida recebeu um *upfront fee*, tendo transferido todos os riscos e benefícios associados a estes contratos. Nessa base, os riscos de (i) vida, (ii) invalidez, e (iii) anulação de contratos foram transferidos, pelo que o *upfront fee* foi reconhecido na totalidade naquela data líquido do respetivo *value in force* da carteira, reconhecido como um ativo na data de aquisição da GNB Vida. A partir dessa data, a GNB Vida passou a ceder ao ressegurador todos os prémios e sinistros associados às apólices incluídas no âmbito deste tratado, efetuando o *servicing* destes contratos, bem como a distribuição dos respetivos produtos.

NOTA 14 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Outros proveitos / (custos) de exploração	
Serviços informáticos	96
Ganhos/(Perdas) na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 37 e 41)	19 818
Resultados de operações de crédito	6 871
Serviços não recorrentes de consultoria	884
Impostos diretos e indiretos	(7 533)
Reavaliação de passivos	296 581
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(5 142)
Contribuição para o fundo de resolução	(3 471)
Contribuição sobre o setor bancário	(13 038)
Quotizações e donativos	(1 330)
Outros	1 510
	295 246

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de outros resultados de exploração apresenta um montante de 296,6 M€ referente à reavaliação de passivos inerentes à consolidação das EE com obrigações emitidas pelo Grupo (ver Nota 1).

NOTA 15 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Vencimentos e salários	122 668
Remunerações	122 177
Prémios por antiguidade (ver Nota 16)	491
Encargos sociais obrigatórios	37 426
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 16)	9 368
Outros custos	8 593
	178 055

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo NOVO BANCO, são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de dezembro de 2014				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	479	108	3 448	4 035
Remunerações variáveis	-	-	115	115
Sub total	**479**	**108**	**3 563**	**4 150**
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	110	-	2 682	2 792
Total	**589**	**108**	**6 245**	**6 942**

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Diretores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do NOVO BANCO e os Administradores das empresas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor do crédito concedido pelo Grupo NOVO BANCO ao pessoal chave da gestão ascendia a 11 441 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2014, o número de colaboradores do Grupo NOVO BANCO, decompõe-se como segue:

	31.12.2014
Colaboradores do Novo Banco	6 327
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	1 395
Total colaboradores do Grupo	**7 722**

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo NOVO BANCO analisa-se como segue:

	31.12.2014
Funções diretivas	719
Funções de chefia	936
Funções específicas	3 277
Funções administrativas e outras	2 790
	7 722

NOTA 16 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Aos trabalhadores bancários é ainda assegurada a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), gerido pelo Sindicato respetivo, tendo o Banco de efetuar contribuições obrigatórias correspondentes a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal. O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios

complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.
O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20:00 horas), com a redação que lhe foi dada pela deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto de 2014 (17:00 horas), não foram transferidas para o NOVO BANCO quaisquer obrigações contraídas pelo BES, perante os membros do órgão de administração do BES, incluindo os que exerceram essas funções nos quatro anos anteriores à criação do NOVO BANCO e cuja ação ou omissão tenha estado na origem das dificuldades financeiras da instituição de crédito ou tenha contribuído para o agravamento de tal situação. Nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 11 de fevereiro de 2015, o Banco de Portugal clarificou que as responsabilidades do BES não transferidas para o NOVO BANCO nos termos acima referidos abrangem as responsabilidades referentes às pensões de reforma e de sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos administradores do BES que tenham sido membros da sua Comissão Executiva, tal como definidas no Contrato de Sociedade do BES e nos Regulamentos da Assembleia Geral do BES para os quais o Contrato de Sociedade remete, não tendo, por isso, sido transferidas para o NOVO BANCO, sem prejuízo das responsabilidades decorrentes exclusivamente do contrato de trabalho com o BES.

As responsabilidades decorrentes exclusivamente do contrato de trabalho com o BES foram transferidas para o NOVO BANCO. Face ao atrás exposto apenas as responsabilidades do fundo de pensões decorrentes do Plano Complementar CE foram partidas permanecendo uma parte (acima descrita) no BES e sendo transferidas para o NOVO BANCO as restantes conjuntamente com as responsabilidades do Fundo de Pensões respeitantes ao plano Base e ao Plano Complementar.

Para a quantificação dos montantes respeitantes à separação dos ativos do Fundo de pensões afetos às responsabilidades que permaneceram no BES, decorrente da deliberação do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 e às que foram transferidas para o NOVO BANCO, procedeu-se à separação do património existente a 3 de agosto de 2014, de forma proporcional às responsabilidades calculadas à mesma data, afetos a cada um dos grupos de ex-participantes e beneficiários alocados a cada uma das entidades. Da separação efetuada nestes termos, resultará um nível de financiamento no Plano Complementar da Comissão Executiva igual, a 3 de agosto de 2014, para cada um dos associados do Fundo (NOVO BANCO e BES).

O método de separação de responsabilidades e dos ativos do Fundo de Pensões entre o NOVO BANCO e o BES, descrito no parágrafo anterior, resulta da recomendação da ASF transmitida à

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões. Contudo, até à presente data, a ASF ainda não formalizou a sua aprovação, razão pela qual os valores apresentados na nota podem estar sujeitos a correções futuras decorrentes da decisão final da ASF.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões e por benefícios de saúde são iguais e apresentam-se como segue:

	31-12-2014	
	Pressupostos	**Verificado**
Pressupostos Atuariais		
Taxas de rendimento projetado	2,5%	-16,0%
Taxa de desconto	2,5%	-
Taxa de crescimento de pensões	0,5%	-1,5%
Taxa de crescimento salarial	1,0%	0,1%
Tábua de Mortalidade masculina	TV 73/77 - 1 ano	
Tábua de Mortalidade feminina	TV 88/90	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A determinação da taxa de desconto com referência a 31 de dezembro de 2014 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2014
Ativos	5 400
Reformados e sobreviventes	5 988
TOTAL	**11 388**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2014:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Total das responsabilidades (a)	**(1 501 971)**	**(1 404 711)**
Coberturas		
Saldo dos Fundos	**1 441 732**	**1 239 566**
Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Notas 33 e 42)	**(60 239)**	**(165 145)**
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral (b)	**265 065**	**15 513**

(a) a repartição das responsabilidades entre pensionistas e ativos não se encontra disponível à data em virtude de se tratar de valores provisórios a aguardar aprovação

(b) à data de balanço de abertura do NOVO BANCO, os desvios atuariais que transitaram do Banco originário foram incluídos na Reserva Originária

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente e avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Responsabilidades no início do período	**1 404 711**
Custo do serviço corrente	3 440
Custo dos juros	20 326
Contribuições dos participantes	1 281
(Ganhos) e perdas atuariais no período:	
- Alteração de pressupostos (financeiros)	129 355
- (Ganhos) e perdas de experiência	14 251
Pensões pagas pelo fundo	(16 330)
Reformas antecipadas	6 006
Diferenças cambiais e outros [(1)]	(61 069)
Responsabilidades no final do período	**1 501 971**

[(1)] inclui 59 982 milhares de euros relativos à alteração do método de consolidação do BESI para atividades em descontinuação.

A evolução do valor dos fundos de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo dos fundos no início do período	**1 239 566**
Rendimento esperado do fundo	17 780
Ganhos/(perdas) actuariais	(119 040)
Contribuições do Grupo	380 527
Contribuições dos empregados	1 281
Pensões pagas pelo fundo	(16 330)
Diferenças cambiais e outros (1)	(62 052)
Saldo dos fundos no final do período	**1 441 732**

(1) inclui 60 275 milhares de euros relativos à alteração do método de consolidação do BESI para atividades em descontinuação.

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Ações	284 778
Obrigações	328 806
Imóveis	349 234
Outros	478 914
Total	**1 441 732**

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Imóveis	276 147
Outros	3 750
Total	**279 897**

Em 31 de dezembro de 2014, o fundo detém unidades de participação do Fundo ES Ventures III, o qual integra o perímetro de consolidação do Grupo.

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no início do período	**15 513**
(Ganhos) e perdas atuariais no período:	
- Alteração de pressupostos	129 355
- (Ganhos) e perdas de experiência	133 291
Outros	(13 094)
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no final do período	**265 065**

Durante o ano de 2013, a idade legal de reforma, para os trabalhadores abrangidos pelo Regime de Segurança Social, passou de 65 anos para os 66 anos de idade. Contudo, o plano de benefícios definidos do Grupo não foi alterado, tendo-se mantido a idade de reforma aos 65 anos. Esta alteração legal tem assim um impacto ao nível do co-financiamento da Segurança Social no que respeita às responsabilidades dos colaboradores no ativo que estão abrangidos pelo plano e que foram transferidos para a Segurança Social no âmbito dos acordos tripartidos atrás mencionados.

O impacto decorrente da alteração da idade legal de reforma em 2013 de 65 anos para os 66 anos de idade, com consequências ao nível do co-financiamento da Segurança Social relativamente às responsabilidades com os trabalhadores no ativo abrangidos pelo plano e transferidos para o regime de Segurança Social no âmbito dos acordos tripartidos, traduziram-se num desvio atuarial negativo de cerca de 8 milhões de euros.

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Custo do serviço corrente	3 440
Custo/(proveito) de juros	3 014
Reformas antecipadas	6 006
Outros	(78)
Custos com benefícios pós emprego	**12 382**

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
No início do período	**(165 145)**
Custo do período	(12 382)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(249 552)
Contribuições efetuadas no período	380 527
Outros	(13 687)
No final do período	**(60 239)**

O resumo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência a 31 de dezembro de 2014 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Responsabilidades	(1 501 971)
Saldo dos fundos	1 441 732
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**(60 239)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	14 251
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	86 175

A duração média das responsabilidades dos planos de benefício definido é de aproximadamente de 17 anos.

Não estão previstas contribuições para os planos de benefícios definidos para o exercício seguinte, uma vez que se espera que o rendimento do fundo seja suficiente para cobrir as variações das responsabilidades.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 29 799 milhares de euros e 29 131 milhares de euros, respetivamente (ver Nota 42). Os custos reconhecidos no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 com os prémios por antiguidade foram de 491 milhares de euros.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 17 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Rendas e alugueres	18 310
Publicidade e publicações	7 790
Comunicações e expedição	9 343
Conservação e reparação	7 761
Deslocações e representação	2 746
Transporte de valores	2 094
Seguros	2 431
Serviços de informática	24 096
Trabalho independente	2 559
Mão de obra eventual	1 658
Sistema eletrónico de pagamentos	3 109
Serviços judiciais, contencioso e notariado	8 817
Consultoria e auditoria	17 773
Água, energia e combustíveis	4 246
Material de consumo corrente	1 375
Outros custos	25 388
	139 496

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações, custos com formação e fornecimentos externos diversos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Até um ano	1 497
De um a cinco anos	10 302
	11 799

Os honorários faturados durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalha-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Revisão legal das contas anuais	2 332
Outros serviços de garantia de fiabilidade	935
Consultoria fiscal	63
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	85
Valor total dos serviços faturados	**3 415**

NOTA 18 – RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício/período.

(milhares de euros)

	31.12.2014
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco	**(497 645)**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	**4 900 000**
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do NOVO BANCO (em euros)	**(0,10)**
Resultado por ação básico de atividades em continuação atribuível aos acionistas do NOVO BANCO (em euros)	**(0,09)**

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

NOTA 19 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Caixa	186 604	142 198
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	707 465	4 844 672
Outros bancos centrais	1 853 008	414 386
	2 560 473	5 259 058
	2 747 077	**5 401 256**

A 4 de agosto de 2014 a rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal incluía o montante de 4 815 milhões de euros relativos ao capital subscrito e realizado pelo Fundo de Resolução. A parte remanescente do capital, no valor de 85 milhões de euros, foi realizada no dia 6 de agosto de 2014.

Adicionalmente, esta rubrica inclui depósitos de caráter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 207 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 30 milhões de euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1348/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2014 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,17% (4 de agosto de 2014: 0,15%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2014 foi incluído no período de observação de 10 de dezembro de 2014 a 27 de janeiro de 2015, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 202,6 milhões de euros.

NOTA 20 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	38 205	102 566
Cheques a cobrar	99 582	276 770
	137 787	**379 336**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	325 932	259 337
Cheques a cobrar	53	73
Outras disponibilidades	27 084	34 742
	353 069	**294 152**
	490 856	**673 488**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 21 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	51 557	774 475
De outros emissores	69	63 091
Ações	3 662	107 789
Outros títulos de rendimento variável	120	288
	55 408	**945 643**
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 007 109	1 313 211
	1 062 517	**2 258 854**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 045 648	1 390 097
Vendas a descoberto	-	14 152
	1 045 648	**1 404 249**

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	983	21 043
De 3 meses a um ano	5 148	27 665
De um a cinco anos	33 156	764 531
Mais de cinco anos	12 339	24 327
Duração indeterminada	3 782	108 077
	55 408	**945 643**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a rubrica Ativos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	51 557	-	51 557	79 019	695 456	774 475
De outros emissores	39	30	69	35 708	27 383	63 091
Ações	3 648	14	3 662	99 090	8 699	107 789
Outros títulos de rendimento variável	120	-	120	288	-	288
	55 364	**44**	**55 408**	**214 105**	**731 538**	**945 643**

O detalhe dos títulos detidos para negociação por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 49.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 50 – Gestão dos riscos de atividade.

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	428 459	5 221	9 235	930 482	5 375	8 475
- vendas	433 804			932 003		
Currency Swaps						
- compras	266 537	76	217	2 653 031	197	1 477
- vendas	265 483			2 653 069		
Currency Futures [a]						
- compras	1 748	-	-	1 474 877	-	-
- vendas	29 417			963 147		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	14 387	13 553	11 061	34 860	15 188	12 321
- vendas	15 819			36 618		
Currency Options						
- compras	1 424 471	50 173	23 664	1 171 971	18 788	17 808
- vendas	1 386 828			710 810		
		69 023	**44 177**		**39 548**	**40 081**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements						
- compras	-	-	23	1 014 982	351	201
- vendas	200 000			1 614 982		
Interest Rate Swaps						
- compras	11 961 777	836 302	888 441	22 439 375	1 184 611	1 157 884
- vendas	11 981 142			22 447 930		
Swaption - Interest Rate Options	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Caps & Floors						
- compras	173 639	14 294	14 190	1 641 905	28 414	27 095
- vendas	210 051			1 676 353		
Interest Rate Futures [a]						
- compras	-	-	-	2 660 699	-	-
- vendas	-			2 551 719		
Interest Rate Options						
- compras	-	-	-	2 894 117	2 129	1 495
- vendas	-			2 894 117		
		850 596	**902 654**		**1 215 505**	**1 186 675**
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps						
- compras	298 489	38 959	39 940	461 706	16 866	23 940
- vendas	289 966			453 183		
Equity / Index Options						
- compras	27 464	28 007	53 241	192 392	15 897	57 773
- vendas	765 678			984 622		
Equity / Index Futures [a]						
- compras	43 626	-	-	105 714	-	-
- vendas	121 968			63 647		
Future Options [a]						
- compras	1	-	-	70 036	-	-
- vendas	-			-		
		66 966	**93 181**		**32 763**	**81 713**
Contratos sobre risco de incumprimento						
Credit Default Swaps						
- compras	574 888	20 524	5 636	934 960	25 395	81 628
- vendas	574 888			928 687		
		20 524	**5 636**		**25 395**	**81 628**
Total		**1 007 109**	**1 045 648**		**1 313 211**	**1 390 097**

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem (ver Nota 33)

O Grupo procede ao cálculo do "Credit Value Adjustment" (CVA) para os instrumentos derivados de acordo com a seguinte metodologia: (i) Ótica de portfólio - o cálculo do *CVA* resulta da aplicação, à exposição agregada de cada contraparte, de uma perda esperada e de uma taxa de recuperação, tendo em consideração a duração média estimada para cada exposição; (ii) Ótica de individual - assenta no cálculo da exposição com recurso a métodos estocásticos (*Expected Positive Exposure*)

que se traduz no cálculo da exposição esperada de justo valor que cada derivado deverá assumir no período de vida remanescente. Posteriormente são aplicadas, à exposição apurada, uma perda esperada e uma taxa de recuperação.

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos derivados detidos de negociação por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Nocional		Justo valor (líquido)	Nocional		Justo valor (líquido)
	Compra	Venda		Compra	Venda	
Até 3 meses	2 594 139	2 657 325	(53 098)	9 825 426	9 096 936	(120 036)
De 3 meses a um ano	2 108 714	2 784 288	38 975	7 564 206	8 076 431	64 647
De um a cinco anos	2 711 110	2 988 836	(24 518)	8 929 678	9 933 656	(10 952)
Mais de cinco anos	7 801 523	7 844 595	102	12 361 797	11 803 864	(10 545)
	15 215 486	**16 275 044**	**(38 539)**	**38 681 107**	**38 910 887**	**(76 886)**

NOTA 22 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	237 017	164 045
De outros emissores	725 762	1 006 106
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 267 609	1 397 146
	2 230 388	**2 567 297**

A opção do Grupo em designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	77 325	214 093
De 3 meses a um ano	82 839	79 893
De um a cinco anos	368 646	383 726
Mais de cinco anos	458 571	423 846
Duração indeterminada	1 243 007	1 465 739
	2 230 388	**2 567 297**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	237 017	-	237 017	164 045	-	164 045
De outros emissores	584 197	141 565	725 762	697 948	308 158	1 006 106
Ações e outros títulos de rendimento variável	772 156	495 453	1 267 609	730 860	666 286	1 397 146
	1 593 370	**637 018**	**2 230 388**	**1 592 853**	**974 444**	**2 567 297**

O detalhe dos títulos detidos ao justo valor através de resultados por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 49.

NOTA 23 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo [1]	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade acumuladas	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	**4 103 483**	**164 192**	**(8 752)**	**-**	**4 258 923**
Residentes	1 683 949	108 542	(1 705)	-	1 790 786
Não residentes	2 419 534	55 650	(7 047)	-	2 468 137
De outros emissores	**2 834 235**	**78 863**	**(32 188)**	**(48 459)**	**2 832 451**
Residentes	1 929 288	17 398	(25 224)	(23 866)	1 897 596
Não residentes	904 947	61 465	(6 964)	(24 593)	934 855
Ações	**1 717 713**	**90 117**	**(9 365)**	**(568 926)**	**1 229 539**
Residentes	669 062	15 747	(1 614)	(400 318)	282 877
Não residentes	1 048 651	74 370	(7 751)	(168 608)	946 662
Outros títulos de rendimento variável	**1 303 940**	**279**	**(6 976)**	**(139 687)**	**1 157 556**
Residentes	943 155	(3 481)	(3 153)	(116 587)	819 934
Não residentes	351 898	12 647	(3 823)	(23 100)	337 622
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**9 959 371**	**333 451**	**(57 281)**	**(757 072)**	**9 478 469**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	**4 893 905**	**79 451**	**(6 427)**	**(4)**	**4 966 925**
Residentes	1 540 023	65 596	(2 640)	-	1 602 979
Não residentes	3 353 882	13 855	(3 787)	(4)	3 363 946
De outros emissores	**3 834 169**	**74 989**	**(13 029)**	**(74 555)**	**3 821 574**
Residentes	2 381 026	15 253	(2 027)	(31 256)	2 362 996
Não residentes	1 453 143	59 736	(11 002)	(43 299)	1 458 578
Ações	**1 633 355**	**33 010**	**(36 273)**	**(427 803)**	**1 202 289**
Residentes	655 285	12 553	(11 047)	(305 555)	351 236
Não residentes	978 070	20 457	(25 226)	(122 248)	851 053
Outros títulos de rendimento variável	**1 655 731**	**12 944**	**(12 090)**	**(149 120)**	**1 507 465**
Residentes	1 155 217	1 486	(118)	(133 834)	1 022 751
Não residentes	500 514	11 458	(11 972)	(15 286)	484 714
Saldo a 4 de agosto de 2014	**12 017 160**	**200 394**	**(67 819)**	**(651 482)**	**11 498 253**

[1] Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

À data de 4 de agosto de 2014 as reservas de justo valor do Grupo respeitam às reservas das subsidiárias do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países "periféricos" da zona euro é apresentada na Nota 50 – Gestão dos riscos de atividade.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos Ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	651 482
Dotações	211 528
Utilizações	(14 673)
Reversões	(11 785)
Diferenças de câmbio e outras [(a)]	(79 480)
Saldo final	**757 072**

[(a)] inclui a saída de 16 083 milhares de euros relativos ao BESI, que passou a ser classificado como atividade em descontinuação

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento temporal dos ativos financeiros detidos para venda, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	1 735 722	2 146 045
De 3 meses a um ano	1 465 553	2 142 414
De um a cinco anos	1 040 317	1 589 968
Mais de cinco anos	2 854 893	2 862 468
Duração indeterminada	2 381 984	2 757 358
	9 478 469	**11 498 253**

As principais exposições em ações, com referência a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, são as seguintes:

(milhares de euros)

31.12.2014					
Descrição	**Custo de aquisição**	**Reserva de Justo valor**		**Imparidade**	**Valor de balanço**
		Positiva	**Negativa**		
Portugal Telecom	346 678	-	-	(269 274)	77 404
Oi, SA	74 955	-	(3 547)	(40 882)	30 526
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	81 004	9 413	-	-	90 417
	502 637	**9 413**	**(3 547)**	**(310 156)**	**198 347**

(milhares de euros)

04.08.2014					
Descrição	**Custo de aquisição**	**Reserva de Justo valor**		**Imparidade**	**Valor de balanço**
		Positiva	**Negativa**		
Portugal Telecom	346 678	-	(5 937)	(201 775)	138 966
Oi, SA	74 960	-	(19 920)	-	55 040
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	81 002	4 258	-	-	85 260
	502 640	**4 258**	**(25 857)**	**(201 775)**	**279 266**

A desagregação dos ativos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 228 853	30 070	4 258 923	4 686 040	280 885	4 966 925
De outros emissores	924 303	1 908 148	2 832 451	1 565 018	2 256 556	3 821 574
Ações	339 407	890 132	1 229 539	420 254	782 035	1 202 289
Outros títulos de rendimento variável	344 372	813 184	1 157 556	650 911	856 554	1 507 465
	5 836 935	**3 641 534**	**9 478 469**	**7 322 223**	**4 176 030**	**11 498 253**

O detalhe dos títulos disponíveis para venda por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 49.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 45.

NOTA 24 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos em outras instituições de crédito	39 863	17 107
Empréstimos	54 773	113 137
Aplicações de muito curto prazo	-	7 520
Outras aplicações	-	2 618
	94 636	**140 382**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	387 365	3 484 466
Aplicações de muito curto prazo	51 767	12 326
Empréstimos	59 845	77 514
Outras aplicações	402 721	36 446
	901 698	**3 610 752**
Aplicações vencidas	389 910	391 471
	1 386 244	**4 142 605**
Perdas por imparidade	(341 958)	(3 041 988)
	1 044 286	**1 100 617**

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas por imparidade incluem 339,9 milhões de euros para a exposição ao ES Bank Panamá, que se encontra totalmente provisionada em 4 de agosto de 2014. As perdas por imparidade incluíam ainda em 4 de agosto de 2014 (i) 2 750,4 milhões de euros para a exposição ao Banco Económico no valor de 3 438,1 milhões de euros e (ii) 275,3 milhões de euros para a exposição ao ES Bank Panamá no valor de 338,8 milhões de euros que se encontra registada na subsidiária BIBL (ver nota 50).

No decorrer do mês de outubro de 2014 o Banco Nacional de Angola (BNA) tomou um conjunto de decisões de saneamento financeiro do BES Angola (atualmente Banco Económico) com impacto sobre o empréstimo do NOVO BANCO. Neste âmbito foi constituído (i) um novo empréstimo sénior no valor equivalente a 317 milhões de euros, 50% do qual coberto por títulos de dívida pública angolana, (ii) um empréstimo subordinado de 317 milhões de euros e conversão de 54 milhões de euros de dívida em 9,7% do capital no Banco Económico. O diferencial da dívida anterior, no valor de 2 750,4 milhões de euros, totalmente provisionado no balanço de abertura, foi objeto de desreconhecimento, tendo-se procedido à utilização da referida provisão.

No âmbito das medidas de saneamento aplicadas ao Banco Económico foi aprovado um aumento de capital em numerário de 65 milhões de Kwanzas, que adicionados aos 7 milhões de Kwanzas por conversão de dívida do NOVO BANCO, totalizam um capital social de 72 milhões de Kwanzas (equivalente a 575 milhões de euros, ao câmbio de 31 de dezembro de 2014), detalhado como segue:

	Valor (milhões de kwanzas)	%
GENI	14,3	19,9
LEKTRON CAPITAL	22,3	31,0
SONANGOL EP	11,5	16,0
SONANGOL VIDA	11,5	16,0
SONANGOL HOLDINGS	5,3	7,4
NOVO BANCO	7,0	9,7
	72,0	100,0

Tendo presente (i) o haircut implícito de 80% em resultado das medidas de saneamento aplicadas pelo BNA, da qual resultou uma imparidade já reconhecida pelo NOVO BANCO de 2.750,4 milhões de euros, (ii) as entradas de capital (new money) acima efetuadas pela nova estrutura acionista de referência do Banco Económico e (iii) o atual cumprimento dos empréstimos em vigor junto do NOVO BANCO, a Administração do NOVO BANCO não estima qualquer perda por imparidade adicional sobre a exposição total do NOVO BANCO junto do Banco Económico em 31 de dezembro e 2014, no montante total de 688 milhões de euros.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	244 092	893 469
De 3 meses a um ano	80 932	2 801 194
De um a cinco anos	356 553	50 999
Mais de cinco anos	314 757	5 472
Duração indeterminada	389 910	391 471
	1 386 244	**4 142 605**

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	3 041 988
Dotações	63 009
Utilizações	(2 940 961)
Reversões	(252)
Diferenças de câmbio e outras [(a)]	178 174
Saldo final	**341 958**

[(a)] inclui a saída de 248 milhares de euros relativos ao BESI, que passou a ser classificado com atividade em descontinuação e 190 580 milhares de euros de variação cambial relativa à provisão para a exposição ao Banco Económico, a qual foi utilizada durante o mês de outubro, conforme anteriormente referido

NOTA 25 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	12 004 144	12 787 449
Créditos em conta corrente	3 533 539	4 088 732
Locação financeira	1 933 695	2 043 457
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	193 120	249 931
Factoring	760 863	861 611
Descobertos	13 570	84 533
Outros créditos	39 913	147 200
A particulares		
Habitação	9 340 446	9 532 179
Consumo e outros	1 216 134	1 337 571
	29 035 424	**31 132 663**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 702 414	5 624 841
Créditos em conta corrente	1 038 097	1 321 725
Locação financeira	72 115	93 229
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	401 058	401 593
Factoring	76 025	52 238
Descobertos	369 921	164 812
Outros créditos	351 742	425 004
A particulares		
Habitação	769 228	767 109
Consumo e outros	326 921	385 315
	7 107 521	**9 235 866**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	449 009	181 326
De 3 meses a 1 ano	803 861	672 608
De 1 a 3 anos	1 515 506	1 655 493
Há mais de 3 anos	1 148 937	939 741
	3 917 313	**3 449 168**
	40 060 258	**43 817 697**
Perdas por imparidade	(5 130 944)	(5 248 266)
	34 929 314	**38 569 431**

A contabilização do BESI como unidade em descontinuação contribuiu para uma redução do valor de crédito a clientes em 2 155 milhões de euros (líquido de imparidade: 1 945 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 2 679,7 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 2 800,2 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, as entidades estruturadas são consolidadas pelo Grupo (ver Nota 1 e 48). Os passivos associados a estas

operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 37 e 48).

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de crédito a clientes inclui 5 359,3 milhões de euros de crédito à habitação afeto à emissão de obrigações hipotecárias (4 de agosto de 2014: 5 351,9 milhões de euros) (ver Nota 37).

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2014, 326 398 milhares de euros registados em balanço ao justo valor através de resultados (4 de agosto de 2014: 536 212 milhares de euros) (ver Nota 49).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor dos juros e comissões registados em balanço relativos a operações de crédito ascende a 30 960 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 85 650 milhares de euros).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	5 256 209	4 674 189
De 3 meses a um ano	3 947 120	6 228 048
De um a cinco anos	7 523 555	8 160 789
Mais de cinco anos	19 416 061	21 305 503
Duração indeterminada	3 917 313	3 449 168
	40 060 258	**43 817 697**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	5 248 266
Dotações	975 922
Utilizações	(162 026)
Reversões	(597 802)
Efeito do desconto	(44 892)
Diferenças de câmbio e outras [(a)]	(288 524)
Saldo final	**5 130 944**

[(a)] inclui a saída de 210 088 milhares de euros relativos ao BESI, que passou a ser classificado como atividade em descontinuação

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014						
	Créditos com sinais de imparidade		Créditos sem sinais de imparidade		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	15 038 925	4 623 258	12 969 871	92 782	28 008 796	4 716 040	23 292 756
Crédito a particulares - Habitação	2 050 471	182 130	8 179 590	8 844	10 230 061	190 974	10 039 087
Crédito a particulares - Outro	541 484	215 800	1 279 917	8 130	1 821 401	223 930	1 597 471
Total	17 630 880	5 021 188	22 429 378	109 756	40 060 258	5 130 944	34 929 314

(milhares de euros)

	04.08.2014						
	Créditos com sinais de imparidade		Créditos sem sinais de imparidade		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	15 677 133	4 786 327	15 781 471	56 810	31 458 604	4 843 137	26 615 467
Crédito a particulares - Habitação	2 069 982	177 166	8 340 792	5 452	10 410 774	182 618	10 228 156
Crédito a particulares - Outro	541 033	209 512	1 407 286	12 999	1 948 319	222 511	1 725 808
Total	18 288 148	5 173 005	25 529 549	75 261	43 817 697	5 248 266	38 569 431

Os créditos com sinais de imparidade correspondem aos créditos com evidência objetiva de perda ("Créditos em default") e aos créditos classificados como "Créditos de Risco Superior". A evidência objetiva de perda verifica-se quando ocorre um evento de "*default*", isto é, no momento a partir do qual sucede uma alteração significativa na relação credor-mutuário, a qual sujeita o credor a uma perda monetária. Os "Créditos de Risco Superior" correspondem a créditos sem evidências objetivas de perda, mas com indícios de risco (e.g. clientes com crédito vencido há mais de 30 dias e menos de 90 dias; clientes em contencioso na Central de Responsabilidades de Crédito; clientes com *rating/scoring* de risco superior; clientes pertencentes ao Departamento de Acompanhamento e Estruturação de Empresas; e crédito reestruturado por dificuldades financeiras do devedor que não se encontra em *default*).

Os créditos sem sinais de imparidade dizem respeito aos "Créditos de risco baixo". São classificados como "Créditos de risco baixo" todas as exposições que não apresentem qualquer dos indícios de Risco Superior acima referidos e as exposições cuja perda por imparidade apurada é igual ou inferior a 0,05%. Estas situações correspondem a créditos, cuja imparidade apurada é imaterial, devido à existência de garantias/colaterais recebidos, passando assim a ser classificados como "Créditos de risco baixo", independentemente da sua classificação original.

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Taxa fixa	2 864 174
Taxa variável	37 196 084
	40 060 258

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente.

Seguidamente apresenta-se o valor do crédito e respetivos colaterais:

(milhares de euros)

	31.12.2014		04.08.2014	
	Valor do crédito	**Justo valor do colateral**	**Valor do crédito**	**Justo valor do colateral**
Crédito à Habitação				
Hipotecas	10 120 931	10 100 513	10 318 944	10 302 653
Penhores	3 113	2 931	3 406	3 204
Não colaterizado	106 017	-	88 424	-
	10 230 061	10 103 444	10 410 774	10 305 857
Outro crédito a particulares				
Hipotecas	285 279	260 193	307 137	293 808
Penhores	253 812	167 415	322 053	199 913
Não colaterizado	1 282 310	-	1 319 129	-
	1 821 401	427 608	1 948 319	493 721
Crédito a empresas				
Hipotecas	7 272 107	6 110 026	7 949 159	6 758 580
Penhores	2 933 002	1 017 941	3 131 065	1 042 874
Não colaterizado	17 803 687	-	20 378 380	-
	28 008 796	7 127 967	31 458 604	7 801 454
Total	**40 060 258**	**17 659 019**	**43 817 697**	**18 601 032**

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	332 154	343 284
De um a cinco anos	953 895	1 049 768
Mais de cinco anos	1 002 031	1 053 991
	2 288 080	2 447 043
Juros vincendos		
Até um ano	56 476	51 254
De um a cinco anos	139 498	173 733
Mais de cinco anos	43 072	40 046
	239 046	265 033
Capital vincendo		
Até um ano	275 678	292 030
De um a cinco anos	814 397	876 035
Mais de cinco anos	958 959	1 013 945
	2 049 034	2 182 010
Imparidade	(299 609)	(275 628)
	1 749 425	**1 906 383**

NOTA 26 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - ativo	152 448	252 134	404 582	141 805	249 956	391 761
Derivados para gestão do risco - passivo	(100 063)	(4 077)	(104 140)	(76 178)	(45 009)	(121 187)
	52 385	**248 057**	**300 442**	**65 627**	**204 947**	**270 574**
Componente de justo valor dos ativos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros						
Aplicações em instituições de crédito	1 143	-	1 143	1 131	-	1 131
Crédito a clientes	81 553	-	81 553	63 687	-	63 687
	82 696	**-**	**82 696**	**64 818**	**-**	**64 818**
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	(90 571)	-	(90 571)	(70 009)	4 321	(65 688)
Recursos de clientes	-	(41 970)	(41 970)	(180)	(43 333)	(43 513)
Responsabilidades representadas por títulos	(13 287)	(321)	(13 608)	(21 168)	(34 591)	(55 759)
	(103 858)	**(42 291)**	**(146 149)**	**(91 357)**	**(73 603)**	**(164 960)**
	(21 162)	**(42 291)**	**(63 453)**	**(26 539)**	**(73 603)**	**(100 142)**

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura

económica de determinados Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

Derivados de cobertura – justo valor

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2014							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado [2]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto [1]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [1]**
Currency Interest Rate Swap	Aplicações em instituições de crédito	Taxa de Juro e câmbio	508 791	(1 677)	(28)	1 143	(17)
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e câmbio	513 947	(79 137)	(18 502)	81 553	17 326
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	348 000	96 414	20 637	(90 571)	(20 562)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	-	-	(180)	-	180
Equity / Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro/ cotação	3 503 800	36 785	(7 814)	(13 287)	4 823
			4 874 538	**52 385**	**(5 887)**	**(21 162)**	**1 750**

[1] Atribuível ao risco coberto
[2] Inclui juro corrido

(milhares de euros)

04.08.2014							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado [2]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto [1]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [1]**
Currency Interest Rate Swap	Aplicações em instituições de crédito	Taxa de Juro e câmbio	505 855	(1 714)	-	1 131	-
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e câmbio	516 687	(60 802)	-	63 687	-
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	348 000	76 396	-	(70 009)	-
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	10 463	2 180	-	(180)	-
Equity / Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro/ cotação	3 638 278	49 567	-	(21 168)	-
			5 019 283	**65 627**	**-**	**(26 539)**	**-**

[1] Atribuível ao risco coberto
[2] Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2014, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 4,1 milhões de euros foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2014								
		Derivado			Ativo/passivo associado			
Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade [1]
	Activo							
Credit Default Swap	Crédito a clientes	267 783	69 939	(17 769)	-	-	-	267 783
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	6 360 000	49 148	(15 211)	(41 970)	13 092	3 818 561	3 776 591
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 081 125	128 970	15 995	(321)	971	286 573	309 168
		7 708 908	**248 057**	**(16 985)**	**(42 291)**	**14 063**	**4 105 134**	**4 353 542**

[1] Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

(milhares de euros)

04.08.2014								
		Derivado			Ativo/passivo associado			
Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade [1]
	Activo							
Credit Default Swap	Crédito a clientes	267 783	52 743	-	-	-	-	267 799
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	9 550 000	49 362	-	(43 333)	-	7 676 078	7 632 745
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 522 650	81 906	-	6 690	-	362 524	375 481
Credit Default Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	478 178	13 913	-	(25 387)	-	514 390	505 451
Equity Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	814 342	4 896	-	(8 342)	-	367 382	375 529
Equity Option	Responsabilidades Representadas por Títulos	25 274	2 127	-	(3 231)	-	56 724	60 871
		12 658 227	**204 947**	**-**	**(73 603)**	**-**	**8 977 098**	**9 217 876**

[1] Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

Os *credit default swaps* associados a crédito a clientes respeitam a operações de securitização sintéticas conforme referido na Nota 48.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo é positiva e o respetivo valor acumulado ascende em 31 de dezembro de 2014 a 137,2 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 110,6 milhões de euros). O Grupo reconheceu em resultados em 2014 um efeito positivo de 26,5 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (ver Nota 7).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Nocional		Justo valor (líquido)	Nocional		Justo valor (líquido)
	Compra	Venda		Compra	Venda	
Até 3 meses	2 712 447	2 711 210	27 211	1 920 360	1 945 226	4 432
De 3 meses a um ano	1 289 229	1 288 481	3 353	2 876 050	2 973 191	40 746
De um a cinco anos	1 145 240	1 145 240	46 430	2 633 367	2 957 029	44 076
Mais de cinco anos	1 159 700	1 131 899	223 448	1 187 155	1 185 132	181 320
	6 306 616	**6 276 830**	**300 442**	**8 616 932**	**9 060 578**	**270 574**

NOTA 27 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014		04.08.2014	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Ativos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	**1 192 469**	**330 903**	**922 315**	**215 244**
Perdas por imparidade	(402 533)		(310 087)	-
Valor líquido	789 936	330 903	612 228	215 244
Imóveis	2 767 686	-	2 592 317	-
Equipamento	12 263	-	10 661	-
Outros ativos	4 164	-	4 164	-
	2 784 113	**-**	**2 607 142**	**-**
Perdas por imparidade	(826 881)	**-**	(820 307)	**-**
Valor líquido	1 957 232	-	1 786 835	-
	2 747 168	**330 903**	**2 399 063**	**215 244**

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, (i) os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo, e (ii) imóveis adquiridos em dação por recuperação de créditos ou construídos para venda.

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos das subsidiárias adquiridas para revenda detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014				04.08.2014		
	% interesse económico	Valores incorporados pelo Grupo NB			% interesse económico	Valores incorporados pelo Grupo NB	
		Ativo	Passivo	Resultado líquido		Ativo	Passivo
Greenwoods Ecoresorts empreendimentos imobiliários, SA	100,00%	228 275	263	277	97,89%	226 758	289
Sealion Holdings Limited	57,00%	205 260	139 182	1 626	57,00%	213 796	154 316
Portucale - Sociedade De Desenvolvimento Agro - Turistico, S.A.	97,42%	61 805	9 255	127	97,19%	61 384	8 961
Autodril - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	49 173	23	96	100,00%	49 063	9
Ribagolfe - Empreendimentos de Golfe, SA	100,00%	9 898	22	(172)	100,00%	9 823	25
Febagri-Actividades Agropecuárias e Imobiliárias SA	100,00%	10 963	154	(57)	100,00%	12 010	1 144
Quinta da Areia - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	11 994	5	(4)	100,00%	11 997	4
Herdade da Boina - Sociedade Imobiliária	100,00%	9 910	24	(43)	100,00%	9 946	17
JCN - IP - Investimentos Imobiliários e Participações, S.A.	97,42%	21 456	264	(762)	97,19%	21 712	308
Herdade Vale da Mata	100,00%	8 104	139	-	100,00%	8 104	139
Sociedade Imobiliária Quinta D. Manuel I, SA	100,00%	2 911	2	(3)	100,00%	2 913	1
Sociedade Agrícola Turística e Imobiliária da Várzea da Lagoa, SA	100,00%	5 844	4	(47)	100,00%	5 890	3
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos SA	100,00%	5 692	413	(126)	100,00%	5 765	360
Promotur - Empreendimentos Turísticos, SA	99,875%	4 084	690	(30)	99,875%	4 050	676
Imalgarve - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA	100,00%	20 414	3 229	(45)	100,00%	20 330	3 200
Pocahontas P Holdings, Llc	29,49%	61 818	-	-	29,49%	57 038	-
Tertir - Terminais Portuários, SGPS	36,875%	57 391	-	-	36,875%	57 724	-
ES Logística - FEI [1]	-	-	-	-	63,99%	123 255	44 386
Fundo Gespatrimónio Rendimento	53,88%	400 493	175 231	-	-	-	-
ASAS Invest - FEIIF	100,00%	6 049	14	(148)	100,00%	3 192	9
Outros		10 935	1 989	(546)		17 565	1 397
		1 192 469	**330 903**	**143**		**922 315**	**215 244**
Imparidade		(402 533)				(310 087)	
		789 936	**330 903**	**143**		**612 228**	**215 244**

[1] - Consolidado integralmente a partir de dezembro de 2014

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	1 130 394
Dotações / (Reversões)	57 653
Utilizações	(19 144)
Diferenças de câmbio e outras	60 511
Saldo final	**1 229 414**

Adicionalmente às perdas por imparidade o Grupo reconheceu em resultados do período para estes ativos:

- Perdas em imóveis, equipamento e outros ativos, decorrentes da sua alienação, no valor de 4,8 milhões de euros e ganhos de 8,7 milhões de euros; e
- Ganhos de 0,1 milhões de euros decorrentes da incorporação dos resultados das subsidiárias adquiridas para revenda.

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Imóveis e outros ativos	Ativos de subsidiárias adquiridas para revenda	Total
Saldo inicial	2 607 141	922 315	3 529 456
Alterações no perímetro de consolidação	48 364	(129 872)	(81 508)
Entradas	191 123	402 781	593 904
Vendas	(63 118)	-	(63 118)
Outros movimentos	603	(2 755)	(2 152)
Saldo final	**2 784 113**	**1 192 469**	**3 976 582**

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Grupo continua a desenvolver todos os esforços com vista à concretização do programa de alienações estabelecido, dos quais destacamos (i) a existência de um *site* especialmente vocacionado para a venda dos imóveis; (ii) o desenvolvimento e participação em eventos do ramo imobiliário quer no país quer no estrangeiro; (iii) a celebração de protocolos com os diversos agentes de intermediação mobiliária; (iv) a promoção de realização regular de leilões; e (v) a realização de campanhas junto dos centros de maior emigração. De referir que o Grupo, apesar de manter a intenção de venda destes imóveis, solicita regularmente ao Banco de Portugal, ao abrigo do artigo 114º do RGICSF, a prorrogação do prazo de detenção dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio.

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o detalhe dos imóveis incluídos em ativos não correntes detidos para venda por tipologia é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014					04.08.2014	
	Número de imóveis	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico	Justo valor do ativo	Número de imóveis	Valor bruto
Terreno							
Urbano	2 922	588 908	157 868	431 040	487 612	2 862	604 839
Rural	631	266 066	73 874	192 192	211 132	580	218 138
	3 553	854 974	231 742	623 232	698 744	3 442	822 977
Edifícios em desenvolvimento							
Comerciais	182	50 377	17 145	33 232	36 180	166	63 273
Habitação	548	107 338	20 926	86 412	95 040	907	107 000
Outros	83	70 080	17 408	52 672	60 979	107	64 840
	813	227 795	55 479	172 316	192 199	1 180	235 113
Edifícios construídos							
Comerciais	1 534	473 544	246 116	227 428	267 444	1 395	363 319
Habitação	6 746	737 189	113 269	623 920	709 508	5 591	668 310
Outros	1 330	456 219	132 078	324 141	395 755	1 220	464 631
	9 610	1 666 952	491 463	1 175 489	1 372 707	8 206	1 496 260
Outros	-	**17 965**	**45 726**	**(27 761)**	**(27 761)**		**37 967**
	13 976	**2 767 686**	**824 410**	**1 943 276**	**2 235 889**	**12 828**	**2 592 317**

No que respeita aos imóveis incluídos em ativos não correntes detidos para venda, seguidamente apresenta-se o detalhe por antiguidade:

(milhares de euros)

	31.12.2014				
	Até 1 ano	De 1 a 2,5 anos	De 2,5 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total do valor líquido contabilístico
Terreno					
Urbano	51 538	274 517	91 480	13 505	431 040
Rural	67 634	97 756	24 019	2 783	192 192
	119 172	372 273	115 499	16 288	623 232
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	523	24 100	7 073	1 536	33 232
Habitação	4 184	21 092	54 519	6 617	86 412
Outros	26 297	19 621	5 866	888	52 672
	31 004	64 813	67 458	9 041	172 316
Edifícios construídos					
Comerciais	41 792	92 798	64 649	28 189	227 428
Habitação	140 644	240 828	203 733	38 715	623 920
Outros	37 120	193 534	44 065	49 422	324 141
	219 556	527 160	312 447	116 326	1 175 489
Outros	**(27 761)**	**-**	**-**	**-**	**(27 761)**
	341 971	**964 246**	**495 404**	**141 655**	**1 943 276**

(milhares de euros)

	04.08.2014				
	Até 1 ano	De 1 a 2,5 anos	De 2,5 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total do valor Bruto
Terreno					
Urbano	148 180	331 103	104 300	21 256	604 839
Rural	86 955	78 478	36 149	16 556	218 138
	235 135	409 581	140 449	37 812	822 977
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	25 900	29 784	4 241	3 348	63 273
Habitação	16 756	37 571	40 917	11 756	107 000
Outros	5 112	44 432	6 529	8 767	64 840
	47 768	111 787	51 687	23 871	235 113
Edifícios construídos					
Comerciais	38 304	156 460	36 653	131 902	363 319
Habitação	151 978	296 584	181 523	38 225	668 310
Outros	108 487	207 685	109 418	39 041	464 631
	298 769	660 729	327 594	209 168	1 496 260
Outros	**26 453**	**11 449**	**-**	**65**	**37 967**
	608 125	**1 193 546**	**519 730**	**270 916**	**2 592 317**

Em 31 de dezembro de 2014 o valor relativo a instalações descontinuadas incluídas na rubrica Imóveis ascende a 39 565 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 21 009 milhares de euros), tendo o Grupo registado imparidade para estes ativos no valor total de 9 757 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 10 803 milhares de euros).

NOTA 28 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	305 493
Variações de justo valor	(1 043)
Outros movimentos	(7 317)
Saldo final	297 133

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das propriedades tal como determinado por um avaliador registado e independente cuja qualificação profissional e experiência na respetiva categoria e localização da propriedade tenha sido devidamente reconhecida. O justo valor é determinado tendo em consideração transações de mercado recentes para propriedades similares e em localizações semelhantes às das propriedades de investimento do Grupo sempre que possível.

As propriedades de investimento constituem um grupo de ativos detidos pela subsidiária GNB Vida e incluem propriedades comerciais que se encontram alugadas a terceiros. A maioria dos contratos de aluguer não têm um termo específico, sendo possível ao locatário cancelar o mesmo a qualquer momento. Contudo, para uma pequena parcela destas propriedades comerciais alugadas a terceiros, existe uma cláusula inicial de não-cancelamento de cerca de 10 anos. Os alugueres subsequentes são negociados com o locatário.

Em 31 de dezembro de 2014, a diminuição do justo valor das propriedades de investimento, no montante de 1,0 milhões de euros, e as rendas recebidas no aluguer das propriedades de investimento, no montante de 1,3 milhões de euros, estão registadas em “Outros resultados de exploração”.

São utilizados critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado.

NOTA 29 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Imóveis		
De serviço próprio	424 765	437 216
Beneficiações em edifícios arrendados	188 662	203 091
Outros	19	135
	613 446	**640 442**
Equipamento		
Equipamento informático	264 492	279 346
Instalações interiores	129 595	133 215
Mobiliário e material	122 601	129 298
Equipamento de segurança	34 614	34 957
Máquinas e ferramentas	30 438	32 699
Material de transporte	2 522	3 135
Outros	9 111	6 360
	593 373	**619 010**
Outras imobilizações	570	573
	1 207 389	**1 260 025**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	669	1 505
Imóveis	45	209
Equipamento	1 451	889
Outros	4	17
	2 169	**2 620**
	1 209 558	**1 262 645**
Depreciação acumulada	(812 470)	(835 578)
	397 088	**427 067**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**640 442**	**619 010**	**573**	**2 620**	**1 262 645**
Adições	634	11 418	-	2 430	14 482
Abates / vendas	(3 540)	(16 207)	-	(99)	(19 846)
Transferências **(a)**	(22 885)	649	-	(1 540)	(23 776)
Variação cambial e outros movimentos **(b)**	(1 205)	(21 497)	(3)	(1 242)	(23 947)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**613 446**	**593 373**	**570**	**2 169**	**1 209 558**
Depreciações					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**296 155**	**537 813**	**1 610**	**-**	**835 578**
Depreciações do período	7 761	10 674	110	-	18 545
Abates / vendas	(3 459)	(14 753)	-	-	(18 212)
Transferências **(a)**	(3 823)	(40)	-	-	(3 863)
Variação cambial e outros movimentos **(b)**	(5 293)	(14 213)	(72)	-	(19 578)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**291 341**	**519 481**	**1 648**	**-**	**812 470**
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2014	**322 105**	**73 892**	**(1 078)**	**2 169**	**397 088**
Saldo líquido a 4 de agosto de 2014	**344 287**	**81 197**	**(1 037)**	**2 620**	**427 067**

(a) Inclui 23 776 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 863 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(b) Inclui 14 115 milhares de euros de imóveis, 25 742 milhares de euros de equipamento, 354 milhares de euros de imobilizado em curso e 22 569 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à classificação do BESI como atividade em descontinuação

NOTA 30 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Goodwill	**259 622**	**314 181**
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	94 323	66 622
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	663 244	687 917
Outras	1 368	2 151
	664 612	**690 068**
Imobilizações em curso	**19 686**	**32 734**
	1 038 243	**1103 605**
Amortização acumulada	(670 958)	(665 379)
Perdas por imparidade	(113 553)	(102 288)
	253 732	**335 938**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill e Value In Force	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**314 181**	**754 539**	**2 151**	**32 734**	**1 103 605**
Adições:					
Geradas internamente	-	368	-	3 621	3 989
Adquiridas a terceiros	-	5 332	167	6 176	11 675
Abates / vendas	-	(4)	-	-	(4)
Transferências **(a)**	-	16 016	-	(16 493)	(477)
Variação cambial e outros movimentos **(b)**	(54 559)	(18 684)	(950)	(6 352)	(80 545)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**259 622**	**757 567**	**1 368**	**19 686**	**1 038 243**
Amortizações					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**-**	**664 463**	**916**	**-**	**665 379**
Amortizações do período	-	19 215	90	-	19 305
Abates / vendas	-	7	-	-	7
Variação cambial e outros movimentos **(c)**	-	(12 784)	(949)	-	(13 733)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**-**	**670 901**	**57**	**-**	**670 958**
Imparidade					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**102 288**	**-**	**-**	**-**	**102 288**
Perdas por imparidade	13 526	-	-	-	13 526
Variação cambial e outros movimentos **(d)**	(2 261)	-	-	-	(2 261)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**113 553**	**-**	**-**	**-**	**113 553**
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2014	**146 069**	**86 666**	**1 311**	**19 686**	**253 732**
Saldo líquido a 4 de agosto de 2014	**211 893**	**90 076**	**1 235**	**32 734**	**335 938**

(a) Inclui 477 milhares de euros de projectos de investimento descontinuados que foram imputados a custos
(b) Inclui 95 281 milhares de euros relativos à classificação do BESI como atividade em descontinuação
(c) Inclui 16 621 milhares de euros relativos à classificação do BESI como atividade em descontinuação
(d) Inclui 2 261 milhares de euros relativos à classificação do BESI como atividade em descontinuação

O goodwill é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	**04.08.2014**
Subsidiárias		
GNB Vida	234 575	234 575
ES Investment Holding **(a)**	-	49 993
ES Gestion	2 460	2 460
Concordia **(a)**	-	1 716
Imbassaí	13 526	13 526
Outros	1 168	4 018
Outras unidades geradoras de caixa		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	259 622	**314 181**
Perdas por imparidade		
GNB Vida	(100 027)	(100 027)
Concordia **(a)**	-	(1 716)
Imbassaí	(13 526)	-
Outros **(a)**	-	(545)
	(113 553)	(102 288)
	146 069	**211 893**

(a) - BESI passou a consolidar como uma atividade em descontinuação, tendo os investimentos em associadas do BESI passado a ser relevadas na rubrica de ativos não correntes disponíveis para venda

GNB Vida

O valor da GNB Vida foi determinado tendo em consideração o *Embedded Value* e o *Goodwill Value*. O *Embeddeb Value* consiste na soma dos (i) capitais próprios da companhia (ajustados por itens como as mais/ menos-valias não realizadas, líquidas de impostos) e (ii) o valor atual esperado do fluxo de lucros futuros distribuíveis decorrentes das apólices em vigor à data da avaliação (ajustado pelo custo da margem de solvência, pelo valor temporal das opções e garantias e pelo custo dos riscos residuais que não são passíveis de cobertura). O *Goodwill Value* consiste no valor atribuível ao novo negócio a ser desenvolvido pela Companhia no futuro.

Para efeitos da avaliação foram utilizados dados estimados para os próximos 30 anos e uma taxa de desconto de 9,95%, a qual inclui um prémio de risco apropriado aos fluxos futuros estimados. Com base nestes pressupostos o valor recuperável deste investimento é superior ao valor de balanço, incluindo a parte correspondente ao *Goodwill*.

NOTA 31 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos [1]		Resultado Líquido [1]	
	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014
LOCARENT	244 567	232 529	227 287	217 195	17 280	15 334	25 176	-	1 835	-
GNB SEGUROS	115 526	111 600	81 090	82 077	34 436	29 523	66 118	-	4 384	-
ESEGUR	35 132	35 422	21 440	22 631	13 692	12 791	26 424	-	901	-
FUNDO ES IBERIA **a)**	-	15 944	-	1 357	-	14 587	-	-	-	-
ASCENDI GROUP	4 314 000	4 314 000	3 750 000	3 750 000	564 000	564 000	-	-	-	-
EMPARK **b)**	764 299	757 815	630 491	620 006	133 808	137 809	60 371	-	218	-
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS **c)**	208 484	208 484	213 895	213 895	(5 411)	(5 411)	-	-	-	-
UNICRE **b)**	334 788	314 284	196 044	180 432	138 744	133 852	88 490	-	2 311	-
MOZA BANCO	594 321	459 721	541 454	410 139	52 867	49 582	4 458	-	3 156	-

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

[1] Valores gerados após 4 de agosto de 2014

(milhares de euros)

	Custo da participação		Interesse económico		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014
LOCARENT	2 967	2 967	50,00%	50,00%	8 950	7 977	918	-
GNB SEGUROS	3 749	3 749	25,00%	25,00%	8 606	7 378	1 096	-
ESEGUR	9 634	9 634	44,00%	44,00%	12 869	12 472	397	-
FUNDO ES IBERIA **a)**	-	7 972	-	45,93%	-	7 039	-	-
ASCENDI GROUP	188 143	188 143	28,66%	28,66%	149 879	150 075	(196)	-
EMPARK **b)**	55 081	55 081	15,92%	15,92%	51 069	50 314	(154)	-
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS **c)**	41 056	41 056	35,83%	35,83%	34 793	34 792	-	-
UNICRE **b)**	11 497	11 497	17,50%	17,50%	24 280	23 424	404	-
MOZA BANCO	44 921	44 921	49,00%	49,00%	46 970	45 360	1 546	-
Outras	94 769	120 002			66 468	89 222	1 210	-
	451 817	**485 022**			**403 884**	**428 053**	**5 221**	**-**
Imparidade					**(1 595)**	**-**		
					402 289	**428 053**		

a) Sociedade detida pelo BESI que passou a consolidar no Grupo Novo Banco como atividade em descontinuação

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades.

c) Não foram reconhecidas variações patrimoniais sobre esta associada decorrente do processo de venda em curso.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	428 053
Aquisições e investimentos adicionais (ver Nota 1)	2 637
Resultado de associadas	5 221
Reserva de justo valor de associadas	(889)
Alterações no perímetro de consolidação **(a)**	(33 838)
Diferenças de câmbio e outras	1 105
Saldo final	**402 289**

(a) - BESI passou a consolidar como uma atividade em descontinuação, tendo os investimentos em associadas do BESI passado a ser relevadas na rubrica de ativos de unidades em descontinuação

NOTA 32 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3 268	-	3 268	3 631	-	3 631
Provisão matemática	1 404 514	(4 864)	1 399 650	1 644 338	(5 792)	1 638 546
Provisão para sinistros	30 208	(3 169)	27 039	39 000	(3 400)	35 600
Provisão para participação nos resultados	19 845	(5)	19 840	16 525	(5)	16 520
Provisão para compromissos de taxa	3 235	-	3 235	2 377	-	2 377
	1 461 070	(8 038)	1 453 032	1 705 871	(9 197)	1 696 674

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento (ver Nota 38).

O detalhe da provisão matemática apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	25 615	(4 864)	20 751	27 270	(5 792)	21 478
Capitalização com participação nos resultados	1 378 899	-	1 378 899	1 617 068	-	1 617 068
	1 404 514	(4 864)	1 399 650	1 644 338	(5 792)	1 638 546

O detalhe da provisão para sinistros apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	10 306	(3 169)	7 137	12 267	(3 400)	8 867
Capitalização com participação nos resultados	19 902	-	19 902	26 733	-	26 733
	30 208	(3 169)	27 039	39 000	(3 400)	35 600

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 581 milhares de euros relativos a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2014 (4 de agosto de 2014: 533 milhares de euros) e ainda não reportados (IBNR).

O movimento ocorrido na provisão para sinistros durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do período	**39 000**	**(3 400)**	**35 600**
Sinistros ocorridos			
Do próprio ano	275 792	(3 431)	272 361
De anos anteriores	1 171	176	1 347
Montantes pagos			
Do próprio ano	(282 764)	3 090	(279 674)
De anos anteriores	(2 991)	396	(2 595)
Saldo no fim do período	**30 208**	**(3 169)**	**27 039**

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido atribuídos ou incorporados na provisão matemática.

O movimento ocorrido na provisão para participação nos resultados durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do período	16 525	(5)	16 520
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-
Montantes pagos	(1 050)	122	(928)
Montantes estimados atribuíveis	4 370	(122)	4 248
Saldo no fim do período	19 845	(5)	19 840

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a provisão para compromissos de taxa diz respeito ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades, o qual foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.25):

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	3 235	-	3 235	2 377	-	2 377
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
	3 235	-	3 235	2.377	-	2.377

NOTA 33 – OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Contas caução	1 247 987	1 468 665
Produtos Derivados	*874 682*	*1 087 009*
Colaterais CLEARNET, VISA e EBA	*77 948*	*77 969*
Conta caução relacionada com operações de resseguro	*295 357*	*303 687*
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	21 844	26 894
Setor público administrativo	162 417	182 637
Devedores por operações de seguros	1 263	20 890
Outros devedores	582 370	671 229
Proveitos a receber	41 467	31 093
Despesas com custo diferido	110 535	132 148
Pensões de reforma e benefícios de saúde	5 834	-
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 577	10 195
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	17 523	485 279
Outras operações a regularizar	2 179	125 987
Outros ativos	162 101	154 788
	2 365 097	**3 309 805**
Perdas por imparidade	**(185 924)**	**(180 630)**
	2 179 173	**3 129 175**

A rubrica de contas caução incluem, entre outros, os depósitos realizados pelo Grupo a título de caução para que possa contratualizar operações de produtos derivados em mercado organizado (contas margem) e em mercado de balcão (Contract Support Annex – CSA).

Os outros devedores incluem, entre outros:

- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (4 de agosto de 2014: 100 milhões de euros);
- 66,8 milhões de euros de suprimentos e prestações suplementares a entidades no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo que se encontram provisionados em 48,7 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 73,7 milhões de euros; provisões de 55,9 milhões de euros); e
- 112,9 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 110,8 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 112,9 milhões de euros; provisões de 97,5 milhões de euros).

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de dezembro de 2014, o montante de 76 119 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 77 591 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o setor bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	180 630
Dotações	21 850
Utilizações	(2 917)
Reversões	(1 030)
Diferenças de câmbio e outras [(a)]	(12 609)
Saldo final	**185 924**

[(a)] inclui a saída de 7 362 milhares de euros relativos ao BESI, que passou a ser classificado como atividade em descontinuação

NOTA 34 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	385 427	513 346
Outros recursos	8 140 000	13 204 877
	8 525 427	**13 718 223**
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	86 282	106 153
	86 282	**106 153**
	8 611 709	**13 824 376**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 8 286 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Grupo (4 de agosto de 2014: 13 577 milhões de euros) (ver Nota 45).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	6 971 032	5 698 861
De um a cinco anos	1 640 677	8 125 515
	8 611 709	**13 824 376**

NOTA 35 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
No país		
Depósitos	255 052	267 606
Operações com acordo de recompra	140 883	234 471
Outros recursos	29 999	9 544
	425 934	**511 621**
No estrangeiro		
Depósitos	128 321	344 348
Empréstimos	1 042 531	1 326 486
Recursos a muito curto prazo	1 998	167 379
Operações com acordo de recompra	891 807	1 268 719
Outros recursos	133 273	561 694
	2 197 930	**3 668 626**
	2 623 864	**4 180 247**

O saldo da rubrica operações de venda com acordo de recompra corresponde a operações de venda de títulos com acordo de recompra (*repos*), registadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7.

As operações de venda com acordo de recompra no país, no montante de 140,9 milhões de euros maturam no prazo até três meses. No que respeita às operações de venda com acordo de recompra no estrangeiro, o montante de 192,8 milhões de euros maturam no prazo até três meses, sendo o restante (699,0 milhões de euros) num prazo de um a cinco anos.

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	718 192	1 963 316
De 3 meses a um ano	258 187	256 792
De um a cinco anos	1 239 762	1 503 168
Mais de cinco anos	407 723	456 971
	2 623 864	**4 180 247**

NOTA 36 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 515 858	8 388 025
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	15 695 076	14 013 494
Outros	25 024	21 701
	15 720 100	**14 035 195**
Depósitos de poupança		
Reformados	459 975	421 576
Outros **(a)**	1 929 606	2 257 507
	2 389 581	**2 679 083**
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	111 450	121 999
Outros	1 201 064	1 433 613
	1 312 514	**1 555 612**
	27 938 053	**26 657 915**

(a) A 31 de dezembro de 2014, inclui 441 984 milhares de euros de recursos de clientes no âmbito da consolidação das entidades Euro Aforro, Top Renda e Poupança Plus, conforme referido na Nota 1. Deste montante, 194 224 milhares de euros refere-se à estimativa da oferta comercial a apresentar a clientes detentores de instrumentos emitidos por estas entidades.

Em 31 de dezembro 2014, esta rubrica inclui recursos no valor de 3 811 732 milhares de euros registados em balanço ao justo valor através de resultados (4 de agosto de 2014: 7 681 237 milhares de euros) (ver Nota 49).

O saldo da rubrica operações de venda com acordo de recompra corresponde a operações de venda de títulos com acordo de recompra (*repos*), registadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7.

As operações de venda com acordo de recompra no montante de 111,5 milhões de euros maturam no prazo até três meses.

O escalonamento dos Recursos de clientes, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Exigível à vista	8 515 858	8 388 025
Exigível a prazo		
Até 3 meses	10 685 463	8 497 277
De 3 meses a um ano	6 452 213	7 506 410
De um a cinco anos	1 955 005	2 038 440
Mais de cinco anos	329 514	227 763
	19 422 195	**18 269 890**
	27 938 053	**26 657 915**

NOTA 37 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Euro Medium Term Notes (EMTN)	7 102 399	8 093 133
Certificados de depósitos	9 903	326 625
Obrigações	954 804	933 449
Obrigações hipotecárias	884 722	881 608
Outras responsabilidades	81 128	918 756
	9 032 956	**11 153 571**

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tinha emitidas obrigações garantidas pelo Estado Português, no valor nominal de 3 500 milhões de euros, as quais encontravam-se totalmente adquiridas pelo Grupo à data do Balanço (4 agosto de 2014: 3 500 milhões de euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizam 4 040 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	843 250	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 000 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Semestral	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 000 000	-	21-07-2010	21-07-2017	Semestral	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	41 472	15-12-2010	26-01-2018	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 000 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Semestral	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	4 040 000	**884 722**						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo NOVO BANCO, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores.

As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.
O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de dezembro de 2014 a 5 359,3 milhões (4 de agosto de 2014: 5 351,9 milhões de euros) (ver Nota 25).

O movimento ocorrido durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 04.08.2014	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos [a]	Saldo em 31.12.2014
Euro Medium Term Notes (EMTN)	8 093 133	-	(269 173)	198 703	(920 264)	7 102 399
Certificados de depósitos	326 625	-	(314 949) [b]	-	(1 773)	9 903
Obrigações	933 449	-	(32 360)	(16 171)	69 886	954 804
Obrigações hipotecárias	881 608	-	-	(44)	3 158	884 722
Outras responsabilidades	918 756	-	(766 938)	-	(70 690)	81 128
	11 153 571	**-**	**(1 383 420)**	**182 488**	**(919 683)**	**9 032 956**

[a] Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor, variação cambial e ainda 1 138 286 milhares de euros do BESI, que passou a ser classificado com atividade em descontinuação

[b] No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, o Grupo reconheceu um ganho de 21,1 milhões de euros (ver Notas 14 e 41).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	1 479 672	1 090 072
De 3 meses a um ano	1 494 148	2 489 217
De um a cinco anos	4 069 763	5 739 899
Mais de cinco anos	1 989 373	1 834 383
	9 032 956	**11 153 571**

As características essenciais destes recursos para o Grupo são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição		31.12.2014 Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
Novo Banco	BES 3,375%		EUR	2009	843 250	2015	Taxa fixa 3,375%
Novo Banco	BES DUE 3,875%		EUR	2010	403 518	2015	Taxa fixa 3,875%
Novo Banco	BES DUE 4,6%		EUR	2010	41 472	2017	Taxa fixa 4,6%
Novo Banco	BES DUE JULY 16		EUR	2011	59 638	2016	Taxa fixa 6,875%
Novo Banco	BES 4 ANOS 7%		EUR	2012	132 690	2016	Taxa Fixa 7%
Novo Banco	BES 6,9% 2024		EUR	2012	70 611	2024	Taxa Fixa 6,9%
Novo Banco	BES 5,875% 2015		EUR	2012	753 019	2015	Taxa fixa: 5,875%
Novo Banco	BES 4,75% 2018		EUR	2013	520 050	2018	Taxa fixa: 4,75%
Novo Banco	BES 4%		EUR	2014	775 447	2019	Taxa fixa 4%
Novo Banco	BES 2,625%		EUR	2014	719 770	2017	Taxa fixa 2,625%
NB (Sucursal Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001		EUR	2001	47 537	2015	Taxa fixa - 6,09%
NB (Sucursal Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a)	EUR	2008	81 128	2016	Taxa fixa 4,25%
NB (Sucursal Londres)	Certificados de depósito		USD	2014	4 140	2015	Taxa fixa 1,25%
NB (Sucursal Londres)	Certificados de depósito		USD	2014	5 763	2015	Taxa fixa 1,12%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 2		EUR	2012	127 373	2016	Taxa nominal 7%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 3		EUR	2012	112 473	2022	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 5		EUR	2012	43 605	2016	Taxa nominal 7%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 6		EUR	2012	168 831	2022	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 7		EUR	2012	171 213	2019	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 8		EUR	2012	45 250	2015	Taxa nominal 6,75%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 9		EUR	2012	221 114	2015	Taxa nominal 6,75%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 10		EUR	2012	553 812	2019	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 11		EUR	2012	66 995	2015	Taxa nominal 6,75%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 12		EUR	2012	346 913	2019	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 13		EUR	2012	246 527	2019	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 14		EUR	2012	231 395	2019	Taxa nominal 5%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 5.75% 28/06/17		EUR	2012	18 730	2017	Taxa nominal - 5,75%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3% 21/06/22		USD	2012	115 498	2022	Taxa nominal - 3%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 02/01/43		EUR	2013	54 082	2043	Taxa fixa - 3,5%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 23/01/43		EUR	2013	105 922	2043	Taxa fixa - 3,5%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 19/02/2043		EUR	2013	81 386	2043	Taxa fixa - 3,5%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 18/03/2043		EUR	2013	57 667	2043	Taxa fixa - 3,5%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC		EUR	2013	37 475	2048	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 12/02/49		EUR	2014	43 780	2049	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 19/02/49		EUR	2014	43 095	2049	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 27/02/51		EUR	2014	25 682	2051	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 06/03/2051		EUR	2014	12 323	2051	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 13/03/48		EUR	2014	2 630	2048	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 03/04/48		EUR	2014	39 402	2048	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 09/04/52		EUR	2014	36 873	2052	Taxa fixa - 7%
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 16/04/46		EUR	2014	21 690	2046	Taxa fixa - 7%
BES Finance	EMTN 37		EUR	2004	33 957	2029	Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39		EUR	2005	100 063	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 40	a)	EUR	2005	216 098	2035	6,00% indexado à taxa swap
BES Finance	EMTN 56		EUR	2009	11 468	2043	Taxa fixa 7,13%
BES Finance	EMTN 57		EUR	2009	13 138	2044	Taxa fixa 7,09%
BES Finance	EMTN 58		EUR	2009	11 588	2045	Taxa fixa 7,06%
BES Finance	EMTN 59		EUR	2009	10 694	2042	Taxa fixa 6,84%
BES Finance	EMTN 60		EUR	2009	11 215	2040	Taxa fixa 6,91%
BES Finance	EMTN 61		EUR	2009	17 583	2041	Taxa fixa 6,87%
BES Finance	Exchangeable Bonds (EDP)	a)	EUR	2010	10 243	2015	Taxa fixa 3%
BES Finance	Exchangeable Bonds		USD	2012	361 759	2015	Taxa fixa 3,5%
BES Finance	EMTN 81	a)	EUR	2010	5 102	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 82	a)	EUR	2010	5 919	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 83	a)	EUR	2010	6 021	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 84	a)	EUR	2010	5 818	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 85	a)	EUR	2010	6 481	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 96	a)	EUR	2011	6 892	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 97	a)	EUR	2011	6 691	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 98	a)	EUR	2011	7 654	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 99	a)	EUR	2011	7 856	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 100	a)	EUR	2011	8 667	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 106	a)	EUR	2011	6 534	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 107	a)	EUR	2011	8 864	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 108	a)	EUR	2011	8 915	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 109	a)	EUR	2011	9 624	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 110	a)	EUR	2011	10 131	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 113	a)	EUR	2011	70 505	2021	Taxa fixa 5%
BES Finance	EMTN 114	a)	EUR	2011	28 442	2021	Taxa fixa 5%
Lusitano SME nº 1	Lusitano SME nr 1- Classe A		EUR	2006	4 981	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME nº 1	Lusitano SME nr 1- Classe B		EUR	2006	29 084	2028	Euribor + 0,05%
Lusitano SME nº 1	Lusitano SME nr 1- Classe C		EUR	2006	24 245	2028	Euribor + 2,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Lusitano Mortgage nr 6- Classe A		EUR	2007	460 452	2060	Euribor + 0,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Lusitano Mortgage nr 6- Classe B		EUR	2007	6 501	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgage nº 6	Lusitano Mortgage nr 6- Classe C		EUR	2007	10 002	2060	Euribor + 0,45%
					9 032 956		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido

NOTA 38 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O detalhe dos passivos relativos a contratos de investimento apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Contratos de taxa fixa	2 975 244	3 224 800
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1 404 198	1 664 537
	4 379 442	4 889 337

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

O movimento da rubrica de contratos de investimento de taxa fixa durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 foi como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	3 224 800
Novos contratos/ reforços	12 167
Benefícios pagos	(311 468)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1 394)
Juro técnico do período	51 139
Saldo no fim do período	2 975 244

O movimento na rubrica de contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 foi como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	1 664 537
Novos contratos/ reforços	43 568
Benefícios pagos	(173 428)
Resultado técnico	(130 479)
Saldo no fim do período	1 404 198

O escalonamento dos Contratos de Investimento, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	6 292	107 486
De 3 meses a um ano	877 946	392 042
De um a cinco anos	1 896 028	2 409 050
Mais de cinco anos	1 599 176	1 980 759
	4 379 442	**4 889 337**

NOTA 39 – PROVISÕES

No período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	**567 250**
Reforços / (reposições)	(35 163)
Utilizações	(69 426)
Diferenças de câmbio e outras [(a)]	(52 938)
Saldo final	**409 723**

[(a)] inclui 34 295 milhares de euros do BESI, que passou a ser classificado como atividade em descontinuação

O saldo desta rubrica, cujo valor ascende a 409 723 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 567 250 milhares de euros), visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Provisão no valor de 334,2 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 450,6 milhões de euros) para cobertura de custos resultantes de ofertas comerciais aprovadas pelo Conselho de Administração do NOVO BANCO, destinadas aos clientes de retalho que detêm obrigações não subordinadas do NOVO BANCO, a qual inclui 73,6 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 74,2 milhões de euros) relacionados com a EE EG Premium. O Conselho de Administração considera adequado o valor desta provisão tendo por base a experiência já obtida nas negociações realizadas e a expectativa de preços na venda das obrigações e instrumentos financeiros subscritos por clientes;
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 28,1 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 39,4 milhões de euros). As contingências associadas a matérias fiscais incluem, em 31 de dezembro de 2014, provisões no valor de 23,2 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 23,9 milhões de euros) relacionados com a atividade seguradora, dos quais 17,8 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 16,6 milhões de euros) dizem respeito a exercícios já inspecionados e para os quais foi apresentada impugnação judicial sendo o montante total reclamado de 17,8 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 17,8 milhões de euros);
- O valor remanescente, de 47,4 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 77,3 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da atividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 40 – IMPOSTOS

O NOVO BANCO e as empresas filiais e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitos, em termos individuais, ao regime fiscal previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

No exercício de 2014, o NOVO BANCO esteve sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de IRC (23%) aprovada pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro. Acrescem à tributação em sede de IRC a Derrama Municipal, prevista na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a uma taxa máxima de 1,5%, e a Derrama Estadual prevista no artigo 87º-A do Código do IRC, a uma taxa máxima de 7%.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Para efeitos do cálculo do imposto diferido ativo a 31 de dezembro de 2014, foram tomados em consideração os seguintes aspetos:

- A operação de transferência de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, efetuada nos termos da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, constitui uma operação de entrada de ativos, nos termos do artigo 73.º do Código do IRC, sendo-lhe portanto aplicável o regime especial de neutralidade fiscal previsto no referido artigo 73.º e seguintes deste Código para estas operações. Este enquadramento jurídico-tributário teve a concordância expressa da Administração Tributária portuguesa.
- Em conformidade com o referido no parágrafo anterior, os impostos diferidos ativos e passivos relativos a diferenças temporárias de ativos e passivos abrangidos pela transferência efetuada nos termos da referida deliberação foram também transferidos para o NOVO BANCO.
- Nos termos do disposto no número 2 do artigo 145º-AU do RGICSF e das deliberações do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 e de 27 de abril de 2015, o direito à dedução dos prejuízos fiscais declarados pelo BES para efeitos de IRC foi também transferido para o NOVO BANCO. Em conformidade, os correspondentes ativos por impostos diferidos foram também transferidos para o NOVO BANCO. Foi apresentado ao Ministério das Finanças um requerimento ao abrigo do número 4 do artigo 145º-AU do RGICSF para confirmação de que os prejuízos fiscais gerados pelo BES e passíveis de reporte podem ser transmitidos para o NOVO BANCO.
- O Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que regulou a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 8 anos (10 anos, contados a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012).
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios do IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, durante 14 anos, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (16 anos, contados a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012).

- Em conformidade com o referido no parágrafo anterior, os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais, no valor de 25.022 e 159.988 milhares de euros respetivamente, são assim recuperáveis nos prazos de 14 e 8 anos, respetivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Assim, a 4 de agosto de 2014:

- o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa agregada de 29,5%, resultante do somatório da taxa de IRC (23%) aprovada pela Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, da taxa de Derrama Municipal (1,5%) antes referida e de uma taxa média prevista de Derrama Estadual (5%);
- o imposto diferido relativo a prejuízos fiscais reportáveis foi especificamente apurado com base na taxa de IRC (23%).

A 31 de dezembro de 2014:

- o imposto diferido relativo a prejuízos fiscais reportáveis foi especificamente apurado com base na taxa de IRC (21%) aprovada pela Lei nº nº82-B/2014, de 31 de Dezembro, que alterou o Código do IRC;
- o imposto diferido relativo a diferenças temporárias foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório da taxa de IRC (21%), da taxa de Derrama Municipal de 1,5% e de uma taxa média de Derrama Estadual de 6,5%.

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro e pela Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. A 3 de agosto de 2014, e em resultado da operação de transferência de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, para o NOVO BANCO, efetuada nos termos

da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, o NOVO BANCO tinha reconhecido no ativo, como custo diferido, o valor de 12 951 milhares de euros. Este valor foi reconhecido como gasto do NOVO BANCO no período entre 4 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2014.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014
Instrumentos financeiros	134 523	178 915	(40 640)	(92 121)	93 883	86 794
Imparidade de crédito a clientes	956 287	1 631 856	-	-	956 287	1 631 856
Outros ativos tangíveis	-	-	(20 897)	(16 276)	(20 897)	(16 276)
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	46 211	62 469	(48 132)	(238 014)	(1 921)	(175 545)
Provisões	136 397	320 395	-	(10 683)	136 397	309 712
Pensões	214 418	233 744	(147)	(495)	214 271	233 249
Prémios de antiguidade	8 636	8 766	-	-	8 636	8 766
Débitos representados por títulos	-	-	(8 533)	(3 013)	(8 533)	(3 013)
Outros	19 494	21 475	(7 351)	(7 828)	12 143	13 647
Prejuízos fiscais reportáveis	1 065 033	688 239	-	-	1 065 033	688 239
Imposto diferido ativo/(passivo)	**2 580 999**	**3 145 859**	**(125 700)**	**(368 430)**	**2 455 299**	**2 777 429**
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(75 391)	(287 665)	75 391	287 665	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	**2 505 608**	**2 858 194**	**(50 309)**	**(80 765)**	**2 455 299**	**2 777 429**

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis até 2026.

A 31 de dezembro de 2014, os ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue (em milhares de euros):

(milhares de euros)

Ano de caducidade	valor
2018	159 895
2026	905 138

Conforme referido na política contabilística e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa do Banco da sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi efetuada tendo por base o plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração para o período de 2015-2019, sendo que após essa data foi assumido um crescimento constante da atividade até á data de caducidade dos ativos por impostos diferidos gerados em 2014 (12 anos).

A expectativa de geração de resultados tributáveis futuros em Portugal está suportada, fundamentalmente, na evolução favorável:

- da margem financeira, traduzindo o impacto positivo da descida prevista do custo dos depósitos a prazo e normalização do custo de *funding* do Banco;
- da redução dos custos operacionais, refletindo o efeito favorável das diminuições dos números de colaboradores e de sucursais;
- das dotações para imparidades de crédito, em linha com o evolução da atividade do banco suportada nas projeções macroeconómicas;
- dos resultados por operações financeiras, mas abaixo do retorno médio anual histórico de 2% dos ativos subjacentes;
- das comissões, traduzindo-se num crescimento de 5% em linha com o evolução da atividade do banco e ambiente macroeconómico para o país.

As projeções efetuadas pela Gestão para o período 2015-2026 e que suportam os lucros tributáveis futuros estimados pelo NOVO BANCO não incorporam qualquer efeito resultante da entrada de um novo acionista, o que poderia ter impactos diretos, nomeadamente, ao nível de redução adicional do custo de *funding*, para além da que já consta no plano de negócios, da capacidade do NOVO BANCO de captar negócio mas sobretudo ao nível da estratégia definida pela atual Administração para o NOVO BANCO. Não obstante, saliente-se que as referidas projeções foram realizadas numa base de continuidade, tendo por base a informação histórica e previsional considerada adequada para o efeito à presente data mas que deverá ser alvo de nova revisão após a conclusão do processo de venda do NOVO BANCO, enquanto banco de transição."

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	2 777 429
Reconhecido em resultados	(186 575)
Reconhecido em reservas de justo valor	22 019
Reconhecido em outras reservas	(339)
Alteração método de consolidação (BESI)	(102 188)
Transferencia para impostos correntes	(57 729)
Variação cambial e outros	2 682
Saldo final (Ativo / (Passivo))	**2 455 299**

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativo		
IRC a recuperar	27 695	27 942
outros	2 267	2 195
	29 962	30 137
Passivo		
IRC a liquidar	25 148	66 049
outros	9 125	16 849
	34 273	82 898

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2014	
	Reconhecido em resultados	**Reconhecido em reservas**
Instrumentos financeiros	29 689	(22 019)
Imparidade de crédito a clientes	571 752	-
Outros ativos tangíveis	(610)	5 231
Activos intangíveis	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	(173 624)	-
Provisões	124 155	(4 892)
Pensões	18 875	-
Prémios de antiguidade	130	-
Débitos representados por títulos	5 520	-
Outros	1 853	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(391 165)	-
Imposto Diferido	186 575	(21 680)
Impostos Correntes	28 885	3 700
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	**215 460**	**(17 980)**

O imposto corrente reconhecido em reservas no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 de 3 700 milhares de euros é relacionado com mais-valias não realizadas reconhecidas na reserva de justo valor da atividade seguradora.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	
	%	Valor
Resultado antes de impostos		**(284 188)**
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		13 038
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		**(271 150)**
Taxa de imposto do NOVO BANCO	23,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do NOVO BANCO		(62 365)
Dividendos excluídos de tributação	0,4	(1 169)
Alteração da taxa de IRC	(47,7)	129 442
Prejuízos fiscais sem expectativa de utilização	(92,7)	251 491
Imparidades em Participações Financeiras sujeitas a Participation Exemption	49,7	(134 739)
Imparidades e provisões para crédito	22,2	(60 224)
Diferencial de taxas na geração/reversão de diferenças temporárias	(13,6)	36 811
Lucros/prejuízos em unidades com regime de tributação mais favorável	(8,6)	23 207
Imposto de Sucursais e Imposto Retido no estrangeiro	(5,5)	14 890
Diferença na taxa de imposto de filiais	(2,5)	6 869
Outros rendimentos e gastos não relevantes fiscalmente	(2,0)	5 489
Outros	(2,1)	5 757
Total do imposto reconhecido	**(79,5)**	**215 460**

NOTA 41 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Obrigações	28 663	49 167
Empréstimos	10 022	9 911
Obrigações perpétuas	16 109	16 173
	54 794	**75 251**

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2014					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES Vida	Obrigações subordinadas	EUR	2002	45 000	28 663	Euribor 3M + 2,20%	2022
BES Vida	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	45 000	16 109	Euribor 3M + 2,50%	2015 a)
BES Venetie	Empréstimos subordinados	EUR	2002	9 669	10 022	Taxa fixa 4,25%	b)
				99 669	**54 794**		

a) Data da próxima *call option*
b) empréstimo perpétuo

O movimento ocorrido durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 04.08.2014	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos [a]	Saldo em 31.12.2014
Obrigações	49 167	-	-	-	(20 504)	28 663
Empréstimos	9 911	-	-	-	111	10 022
Obrigações perpétuas	16 173	-	-	(15)	(49)	16 109
	75 251	**-**	**-**	**(15)**	**(20 442)**	**54 794**

[a] Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor, variação cambial e ainda 20 996 milhares de euros do BESI, que passou a ser classificado com atividade em descontinuação

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efetuadas durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, o Grupo reconheceu uma perda de 1,3 milhões de euros (ver Notas 14 e 37).

Nos termos da subalínea (iv) da alínea (b) do ponto 1 do anexo 2 da Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, posteriormente alterada pela Deliberação de 11 de agosto de 2014 ("Deliberação de resolução"), não foram transferidas para o NOVO BANCO quaisquer responsabilidades resultantes da emissão de instrumentos financeiros que fossem, ou em algum momento tivessem sido, elegíveis para o cômputo dos fundos próprios do BES, o que inclui os passivos subordinados e outros instrumentos de capital emitidos pela sucursal do BES nas Ilhas Caimão, no montante que, em 31 de dezembro de 2014, ascendia 206 milhões de euros.

Estes instrumentos encontram-se detidos pela sociedade BES Finance, que os adquiriu no momento da respetiva emissão pelo BES, em simultâneo com a colocação de instrumentos financeiros emitidos pela própria BES Finance, nos mesmos termos e condições e por igual montante das emissões realizadas pelo BES. Os instrumentos assim emitidos pela BES Finance beneficiavam de garantia do próprio BES.

A sociedade BES Finance era, à data de emissão dos referidos instrumentos financeiros, detida integralmente pelo BES e era, a 31 de dezembro de 2014, detida integralmente pelo NOVO BANCO, nos termos da Deliberação de resolução.

Neste contexto, e ainda nos termos da Deliberação de resolução, do regime jurídico da resolução e das normas da União Europeia relativas aos auxílios de Estado, não existem no NOVO BANCO responsabilidades relativas aos referidos instrumentos financeiros, pois tais responsabilidades permaneceram no BES. Por essa razão, o Conselho de Administração do NOVO BANCO não refletiu tais responsabilidades no balanço consolidado referente a 31 de dezembro de 2014.

Desde a aplicação da medida de resolução, a sucursal nas Ilhas Caimão não efetuou quaisquer pagamentos nos termos dos contratos de empréstimos subordinados e o Banco de Portugal dispensou o BES do cumprimento de obrigações anteriormente contraídas e, como consequência, nenhum pagamento foi realizado aos detentores dos passivos subordinados do BES Finance. Adicionalmente, o BES Finance não procedeu ao pagamento de dividendo devido nas ações preferenciais.

O Conselho de Administração do NOVO BANCO encontra-se a implementar as medidas necessárias para garantir a separação do passivo do BES Finance, com vista à transferência da sua dívida sénior para uma nova entidade. Durante o mês de maio foram convocadas reuniões no sentido de os obrigacionistas se pronunciarem sobre a sua não oposição à alteração do emitente da dívida sénior. Neste pressuposto, e para efeitos da preparação do balanço consolidado, o NOVO BANCO não incorporou os ativos e passivos subordinados e ações preferenciais do BES Finance.

NOTA 42 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Setor público administrativo	56 433	71 869
Contas caução	75 257	146 317
Credores por operações sobre valores mobiliários	5 615	44 353
Credores por fornecimento de bens	40 127	32 468
Credores por contratos de *factoring*	2 987	8 215
Credores por operações de seguros	10 132	24 753
Outros credores	289 358	271 296
Prémios de antiguidade (ver Nota 16)	29 799	29 131
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 16)	66 073	165 228
Outros custos a pagar	161 617	44 277
Receitas com proveito diferido	27 386	45 166
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	4 988	292 078
Operações cambiais a liquidar	39 168	30 758
Outras operações a regularizar	49 123	119 292
	858 063	**1 325 201**

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica receitas com proveito diferido inclui o valor de 15 142 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 17 996 milhares de euros) relativo ao *value in force* dos restantes contratos adquiridos da GNB Vida, após a operação de resseguro da carteira de seguros vida realizada no exercício de 2013. Este valor será amortizado por contrapartida de resultados durante o período de vida remanescente dos respetivos contratos.

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

NOTA 43 – CAPITAL

Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social do Banco, no valor de 4 900 000 000 euros, é representado por 4 900 000 000 ações nominativas com valor nominal de um euro por ação, estando integralmente subscrito e realizado pelo Fundo de Resolução.

NOTA 44 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS, OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

As reservas do Grupo apresentam o seguinte detalhe a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Reserva originária	756 477	773 192
Reserva de justo valor	194 654	99 130
Outras reservas	(73 119)	193 681
	878 012	**1 066 003**

Reserva originária

A reserva originária resulta da diferença entre os ativos e passivos transferidos do BES para o NOVO BANCO, nos termos definidos na medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao BES. O valor da reserva inclui os efeitos da Medida de Resolução do Banco de Portugal e das conclusões da auditoria levada a cabo pelo auditor independente nomeado pelo Banco de Portugal. A variação da reserva originária resulta de esclarecimentos à medida de resolução prestados pelo Banco de Portugal após a data de publicação do balanço de abertura, e que implicaram ajustamentos ao reconhecimento contabilístico relativo à transferência de ativos e passivos no BES para o NOVO BANCO (ver Nota 2.1).

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam. À data de 4 de agosto de 2014 as reservas de justo valor respeitam às reservas das subsidiárias do Grupo, as quais não foram objeto de resolução por parte do Banco de Portugal.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados				Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios atuariais (Valor líquido de imposto)	Diferenças Cambiais (Valor líquido de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados	
Saldo em 4 de agosto de 2014	**131 353**	**(32 223)**	**99 130**	**(15 513)**	**-**	**982 386**	**966 873**	**1 066 003**
Desvios atuariais	-	-	-	(249 396)	-	-	(249 396)	(249 396)
Alterações de justo valor	123 465	(27 941)	95 524	-	-	-	-	95 524
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(12 795)	-	(12 795)	(12 795)
Alterações à reserva originária	-	-	-	-	-	(16 715)	(16 715)	(16 715)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	5	5	5
Outras variações	-	-	-	-	-	(4 614)	(4 614)	(4 614)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**254 818**	**(60 164)**	**194 654**	**(264 909)**	**(12 795)**	**961 062**	**683 358**	**878 012**

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	9 959 371	12 017 160
Imparidade acumulada reconhecida	(757 072)	(651 482)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	9 202 299	11 365 678
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	9 478 469	11 498 253
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	276 170	132 575
Impostos diferidos	(60 164)	(32 223)
Ganhos / (perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	(889)	-
Reserva de justo valor total	215 117	100 352
Reservas de justo valor das atividades em descontinuação	(17 757)	-
Interesses que não controlam	(2 706)	(1 222)
Reserva de justo valor atribuível aos acionistas do Banco	**194 654**	**99 130**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	**99 130**
Variação de justo valor	(41 072)
Alienações do período	(34 271)
Imparidade reconhecida no período	198 808
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	(27 941)
Saldo no final do período	**194 654**

Outras reservas e resultados transitados

As outras reservas e resultados transitados correspondem às reservas e aos resultados gerados entre 1 de janeiro e 3 de agosto de 2014 provenientes da atividade das subsidiárias do Grupo que não foram objeto de resolução por parte do Banco Portugal.

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			03.08.2014		
	Balanço	Resultados	% interesses que não controlam	Balanço	Resultados	% interesses que não controlam
BESI [a)]	-	-	-	3 731	-	-
ES Concessões	23 862	(264)	28,34%	23 868	-	28,34%
FCR Ventures II	10 058	(571)	34,03%	10 328	-	34,02%
ES Logística	8 055	(12)	22,46%	-	-	-
BES Securities	5 948	-	20,00%	7 456	-	20,00%
BES Investimento do Brasil	28 997	-	20,00%	34 315	-	20,00%
ESAF	14 927	803	10,01%	14 845	-	10,01%
NB Açores	15 565	288	42,47%	16 113	-	42,47%
BEST	17 957	(7)	25,00%	17 975	-	25,00%
BES Vénétie	21 812	760	12,50%	21 156	-	12,50%
Outros	(17 735)	(3 000)		(15 878)	-	
	129 446	**(2 003)**		**133 909**	**-**	

[a)] A 4 de agosto de 2014 corresponde ao valor da emissão de Outros instrumentos de capital

O movimento de interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2014 por ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Interesses que não controlam no início do período	**133 909**
Variações resultantes de alterações no perímetro de consolidação e de percentagens de controlo	4 142
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	226
Dividendos distribuídos	(969)
Variação da reserva de justo valor	1 281
Variação cambial e outros	(7 140)
Resultado líquido do período	(2 003)
Interesses que não controlam no final do período	**129 446**

NOTA 45 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	6 172 304	7 220 732
Ativos financeiros dados em garantia	20 662 143	25 487 246
Créditos documentários abertos	2 384 896	3 215 444
Outros	84 709	69 932
	29 304 052	**35 993 354**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	6 423 030	5 787 654
Compromissos irrevogáveis	1 526 985	1 885 246
	7 950 015	**7 672 900**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- O valor de mercado dos ativos dados em garantia ao Banco Central Europeu no âmbito de operações de cedência de liquidez no montante de 19,2 mil milhões de euros (4 de agosto de 2014: 23,8 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 20,0 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 20,4 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 93,3 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 85,9 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 388,0 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 1 440,0 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Depósito e guarda de valores	44 026 618	55 687 996
Valores recebidos para cobrança	210 526	213 347
Crédito securitizado sob gestão (*servicing*)	2 284 192	2 359 847
Outras responsabilidades por prestação de serviços	2 805 004	5 201 436
	49 326 340	**63 462 626**

Nos termos da medida de resolução aplicada ao BES, constante do Anexo 2 da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (ponto 1., alínea b), subalínea (vii)), fazem parte dos "passivos excluídos" da transferência para o NOVO BANCO "quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo (…)". Deste modo, eventuais responsabilidades sobre este tipo de produtos relacionados com o GES permaneceram na esfera do Banco Espírito Santo.

Nos termos do ponto e alínea acima e subponto (v) fazem parte também dos passivos excluídos "quaisquer responsabilidades ou contingências, nomeadamente as decorrentes de fraude ou de violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contra-ordenacionais".

O NOVO BANCO, enquanto banco de transição resultante da aplicação de uma medida de resolução ao BES ao abrigo do disposto no artigo 145º do RGICSF, incorporou na preparação das suas demonstrações financeiras individuais todo um conjunto de medidas previstas na referida medida de resolução no âmbito da transferência dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES. Considerando que a criação do Banco resulta da aplicação de uma medida de resolução ao BES, a qual originou impactos significativos em terceiros, é significativo o risco de litigância (onde se inclui o respeitante à Oak Finance) envolvendo o Novo Banco e relacionado com a Deliberação de Resolução e com a definição do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração refletiu a Deliberação de Resolução e decisões conexas tomadas pelo Banco de Portugal, bem como a indicação de que não se espera que resultem responsabilidades para o Novo Banco decorrentes daquela litigância, tendo em conta as bases legais e a informação disponível à presente data.

NOTA 46 – DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Fundos de investimento mobiliário	2 709 905	3 852 495
Fundos de investimento imobiliário	765 292	989 353
Fundos de pensões	1 839 818	1 931 195
Bancasseguros	413 135	475 559
Gestão de carteiras	3 055	549 483
Gestão discricionária	1 368 059	1 658 667
	7 099 264	**9 456 752**

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

NOTA 47 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo com partes relacionadas a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014					04.08.2014		
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias
Acionista								
FUNDO DE RESOLUÇÃO	-	-	-	-	3 504	3 470	-	-
Empresas associadas								
ASCENDI GROUP SGPS	525 325	4 550	14 405	65 268	141	495 562	10 047	17 502
LOCARENT	100 505	816	-	3 859	4 544	200 183	720	-
NANIUM	26 057	3 516	188	387	4	26 967	248	188
EMPARK	15	-	-	11	-	122	-	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	152 540	15 815	7 935	21 168	-	152 262	9 617	7 935
PALEXPO	2 897	-	-	-	-	2 897	-	-
GNB SEGUROS	26	10 812	-	41	107	185	11 493	-
ESEGUR	5 869	10	1 008	565	259	6 585	1	1 028
ES CONTACT CENTER	268	238	-	1	3	1 921	-	40
UNICRE	11	2	-	-	-	15 004	4	-
MULTIPESSOAL	15 122	20	980	639	39	17 356	72	1 074
2BCAPITAL	-	-	-	-	-	2 543	1	-
ADVANCE CICLONE SYSTEMS	-	538	321	-	9	-	899	99
AUVISA	868	-	-	18	-	845	-	-
BANCO DELLE TRE VENEZIE	-	35	-	-	-	-	15	10
COPORGEST	22 068	1 189	361	710	29	17 909	964	670
COREWORKS	-	214	-	-	-	152	90	-
DOMÁTICA	73	5	-	-	-	74	20	-
EDENRED	5	31 362	26	-	666	1	32 817	26
ENKROTT	333	2	57	4	-	382	88	57
ESIAM	224	-	-	-	-	198	-	-
FCR ESVInovação	-	3 028	-	-	3	-	879	-
GLOBAL ACTIVE	58	1	-	14	-	2 053	-	-
IBERIA	-	150	-	499	-	-	54	-
MCO2	550	1	-	-	-	-	1	-
MOZA BANCO	35 029	7 401	2 148	2 664	12	49	46 714	1 949
NUTRIGREEN	24 168	17	2 614	1 939	-	23 706	2	2 614
OUTSYSTEMS	-	5 056	-	-	10	-	5 735	-
SOUSACAMP	64	-	-	-	-	5 712	-	-
YDREAMS	7 300	-	9	654	-	7 974	-	200
YUNIT	4 093	55	67	-	-	3 995	82	67
	923 468	**84 833**	**30 119**	**98 441**	**9 330**	**988 107**	**120 563**	**33 459**

Os ativos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é regulada pelo artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011. Os Administradores do NOVO BANCO são partes relacionadas, não existindo em 31 de dezembro de 2014 transações entre os mesmos e o Grupo.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer direta, quer indiretamente:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros do Órgão de Fiscalização e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, de operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 85º do RGICSF;
- a cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros do Órgão de Fiscalização e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros do Órgão de Fiscalização, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artigo 85º do RGICSF, acima referidas;

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF;

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos restantes membros do Conselho de Administração (na qual o(s) administrador(es) beneficiários não pode(m) intervir) e de obtenção de parecer favorável do Órgão de Fiscalização nos casos de concessão de crédito a membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros do Órgão de Fiscalização) e/ou a sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados; e

(iv) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, dois terços dos restantes membros do Conselho de Administração (na qual o(s) administrador(es) relacionado(s) não pode(m) intervir) e de obtenção de parecer favorável do Órgão de Fiscalização, nos casos de concessão de crédito a entidades (não dominadas, direta ou indiretamente, por Administradores Executivos ou por membros do Órgão de Fiscalização) nas quais os membros do Conselho de Administração ou do Órgão de Fiscalização detenham participações qualificadas ou sejam gestores. Estas regras estão refletidas no normativo interno do NOVO BANCO.

Tendo em vista a otimização do processo de concessão de crédito aos órgãos sociais e outros quadros do Grupo NOVO BANCO (GNB), o Conselho de Administração do NOVO BANCO, em dezembro de 2014, deliberou um conjunto de princípios e regras a aplicar às operações de crédito. Este normativo aplica-se a todas as entidades/unidades orgânicas do GNB, ou seja, a todas as empresas cujos direitos de voto ou administradores nomeados do NOVO BANCO, sejam superiores ou iguais a 50%, direta ou indiretamente, incluindo-se nestas unidades as sucursais ou escritórios de representação de qualquer das empresas referenciadas. Terão que ser submetidos, para aprovação prévia do Conselho de Administração do NOVO BANCO todos os empréstimos de qualquer natureza, com ou sem garantias reais, que sejam concedidos, nomeadamente, aos membros dos

órgãos sociais (incluindo administradores, membros do conselho fiscal e revisor oficial de contas), assessores, diretores gerais e diretores coordenadores.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo.

NOTA 48 – SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante atual do crédito	Ativo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	298 553	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	299 387	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	444 692	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	516 264	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	725 295	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	137 923	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	687 131	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	105 414	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 646 516	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534	1 610	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	186 105	Crédito a particulares

Adicionalmente, em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização sintéticas:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial do CDS	Montante atual do CDS	Ativo securitizado
Lusitano Synthetic Limited	Dezembro de 2012	1 000 000	1 000 000	Financiamento M/L Prazo (PME's)
Lusitano Synthetic II Ldt.	Dezembro de 2013	2 000 000	1 832 081	Contas correntes

Os créditos abrangidos pelas operações de securitização Lusitano Finance No. 3 e Lusitano *Leverage Finance* No. 1 não foram desreconhecidos do balanço uma vez que o Banco manteve a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados. As restantes operações de securitização foram desreconhecidas uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo as regras de consolidação estabelecidas no IFRS 10, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 plc são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição (ver Nota 1). Adicionalmente, o

Lusitano Mortgages No. 1 plc, o Lusitano Mortgages No. 2 plc, o Lusitano Mortgages No. 3 plc, o Lusitano Mortgages No. 4 plc e o Lusitano Mortgages No. 5 plc não são consolidados uma vez que não se enquadram nas regras definidas pelo IFRS 10.

O Lusitano Syntethic Limited e o Lusitano Syntethic II Limited são operações de titularização de créditos sintéticas, que se traduzem na contratação por parte do Banco, em cada uma das operações, de um *credit default swap* (CDS), com o objetivo de eliminar o risco de crédito de um *portfólio* de créditos concedidos a empresas. Os créditos afetos a esse *portfolio* continuam a ser reconhecidos no balanço do Banco na rubrica de crédito concedido.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2014, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	*Rating* inicial das obrigações				*Rating* atual das obrigações			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	217 648	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A+	A	A	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A+	Baa2	A-	-
	Classe C	25 000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A+	Ba2	BB	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	A	B2	BB-	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BBB	Caa1	B-	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	215 483	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A+	A3	A	-
	Classe B	30 000	30 000	-	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A+	Baa3	BBB+	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A+	Ba2	BB	-
	Classe D	16 000	16 000	4 000	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B3	B	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	Caa2	B-	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	399 561	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	27 000	15 679	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	BBB	B2	BBB	-
	Classe C	18 600	10 801	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	BB	Caa1	BB-	-
	Classe D	14 400	8 362	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	B	Caa2	B-	-
	Classe E	10 800	7 819	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	427 263	3 579	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Baa3	A-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BB+	B3	BBB	-
	Classe C	19 200	18 150	3 309	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	B+	Caa1	B+	-
	Classe D	24 000	22 687	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB-	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	NA	-	NA	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	630 708	4 290	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BB+	Ba1	BBB+	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	B+	Caa1	B+	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CC	Ca	CCC	-
	Classe E	11 900	11 900	1 700	Dezembro de 2059	N/A	-	N/A	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	6 686	1 707	Dezembro de 2028	A+	-	A-	-	A+	-	A-	-
	Classe B	40 974	29 080	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	24 182	-	Dezembro de 2028	CCC	-	B	-	CCC	-	B	-
	Classe D	28 035	19 897	19 897	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	4 313	4 313	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	499 840	39 929	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	BBB	Baa3	BBB	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	BB-	Ba3	B+	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	B-	Caa1	B	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	CCC	Caa3	CCC	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CC	-	D	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	107 118	99 194	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 156 035	1 156 035	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	A-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB-	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Classe A	352 000	-	-	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe Sub	206 800	3 255	-	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance N.º 3	Classe A	450 700	-	-	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	197 929	197 930	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	24 800	10 000	10 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Synthetic Limited	Senior	900 000	895 007	895 007	Abril de 2034	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mezzanine	80 000	80 000	-	Abril de 2034	-	-	-	-	-	-	-	-
	Junior	20 000	16 671	13 337	Abril de 2034	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Synthetic II Ldt.	Senior	1 800 000	1 797 941	1 797 941	Novembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mezzanine	180 000	180 000	-	Novembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
	Junior	20 000	17 484	13 987	Novembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA 49 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado do Grupo é como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo Amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de dezembro de 2014						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 747 077	-	-	-	2 747 077	2 747 077
Disponibilidades em outras instituições de crédito	490 856	-	-	-	490 856	490 856
Ativos financeiros detidos para negociação	-	55 364	1 007 123	30	1 062 517	1 062 517
Títulos						
Obrigações de emissores públicos	-	*51 557*	-	-	*51 557*	*51 557*
Obrigações de outros emissores	-	*39*	-	*30*	*69*	*69*
Ações	-	*3 648*	*14*	-	*3 662*	*3 662*
Outros títulos de rendimento variável	-	*120*	-	-	*120*	*120*
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	*69 023*	-	*69 023*	*69 023*
Taxas de juro	-	-	*850 596*	-	*850 596*	*850 596*
Crédito	-	-	*20 524*	-	*20 524*	*20 524*
Outros	-	-	*66 966*	-	*66 966*	*66 966*
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 576 821	158 546	495 021	2 230 388	2 230 388
Obrigações de emissores públicos	-	*237 017*	-	-	*237 017*	*237 017*
Obrigações de outros emissores	-	*584 197*	*105 292*	*36 273*	*725 762*	*725 762*
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	*755 607*	*53 254*	*458 748*	*1 267 609*	*1 267 609*
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 611 [a]	*5 836 935*	854 803	2 780 120	9 478 469	9 478 469
Obrigações de emissores públicos	*1 848*	*4 228 853*	-	*28 222*	*4 258 923*	*4 258 923*
Obrigações de outros emissores	-	*924 303*	*751 717*	*1 156 431*	*2 832 451*	*2 832 451*
Ações	*4 763* [a]	*339 407*	*103 086*	*782 283*	*1 229 539*	*1 229 539*
Outros títulos de rendimento variável	-	*344 372*	-	*813 184*	*1 157 556*	*1 157 556*
Aplicações em instituições de crédito	814 329	-	229 957	-	1 044 286	1 044 286
Crédito a clientes	34 602 916	-	*326 398*	-	34 929 314	32 754 084
Derivados para gestão de risco	-	-	404 582	-	404 582	404 582
Taxas de câmbio	-	-	*335*	-	*335*	*335*
Taxas de juro	-	-	*334 309*	-	*334 309*	*334 309*
Crédito	-	-	*69 938*	-	*69 938*	*69 938*
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	**38 661 789**	**7 469 120**	**2 981 409**	**3 275 171**	**52 387 489**	**50 212 259**
Recursos de bancos centrais	8 611 709	-	-	-	8 611 709	8 611 709
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 045 648	-	1 045 648	1 045 648
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	*44 177*	-	*44 177*	*44 177*
Taxas de juro	-	-	*902 654*	-	*902 654*	*902 654*
Crédito	-	-	*5 636*	-	*5 636*	*5 636*
Outros	-	-	*93 181*	-	*93 181*	*93 181*
Outros passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	2 152 054	-	471 810	-	2 623 864	2 576 333
Recursos de clientes	24 126 321	-	3 811 732	-	27 938 053	27 938 053
Responsabilidades representadas por títulos	7 219 789	-	1 813 167	-	9 032 956	10 339 514
Derivados para gestão de risco	-	-	104 140	-	104 140	104 140
Taxas de câmbio	-	-	*176*	-	*176*	*176*
Taxas de juro	-	-	*103 962*	-	*103 962*	*103 962*
Crédito	-	-	*2*	-	*2*	*2*
Outros	-	-	-	-	-	-
Contratos de investimento	2 975 244	-	1 404 198	-	4 379 442	4 397 134
Passivos subordinados	54 794	-	-	-	54 794	93 022
Passivos financeiros	**45 139 911**	-	**8 650 695**	-	**53 790 606**	**55 105 553**

[a] Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
4 de agosto de 2014						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	5 401 256	-	-	-	5 401 256	5 401 256
Disponibilidades em outras instituições de crédito	673 488	-	-	-	673 488	673 488
Ativos financeiros detidos para negociação	-	214 105	2 044 621	128	2 258 854	2 258 854
Títulos						
Obrigações de emissores públicos	-	*79 019*	*695 456*	-	*774 475*	*774 475*
Obrigações de outros emissores	-	*35 708*	*27 255*	*128*	*63 091*	*63 091*
Ações	-	*99 090*	*8 699*	-	*107 789*	*107 789*
Outros títulos de rendimento variável	-	*288*	-	-	*288*	*288*
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	39 548	-	39 548	*39 548*
Taxas de juro	-	-	1 215 505	-	1 215 505	*1 215 505*
Crédito	-	-	25 395	-	25 395	*25 395*
Outros	-	-	32 763	-	32 763	*32 763*
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 592 853	426 724	547 720	2 567 297	2 567 297
Obrigações de emissores públicos	-	*164 045*	-	-	*164 045*	*164 045*
Obrigações de outros emissores	-	*697 948*	*255 245*	*52 913*	*1 006 106*	*1 006 106*
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	*730 860*	*171 479*	*494 807*	*1 397 146*	*1 397 146*
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 830 [a]	7 322 223	1 278 513	2 892 687	11 498 253	11 498 253
Obrigações de emissores públicos	-	*4 686 040*	*280 705*	*180*	*4 966 925*	*4 966 925*
Obrigações de outros emissores	-	*1 565 018*	*957 740*	*1 298 816*	*3 821 574*	*3 821 574*
Ações	*4 830* [a]	*420 254*	*40 066*	*737 139*	*1 202 289*	*1 202 289*
Outros títulos de rendimento variável	-	*650 911*	*2*	*856 552*	*1 507 465*	*1 507 465*
Aplicações em instituições de crédito	1 100 617	-	-	-	1 100 617	1 100 617
Crédito a clientes	38 033 219	-	*536 212*	-	38 569 431	36 327 979
Derivados para gestão de risco	-	-	391 761	-	391 761	391 761
Taxas de câmbio	-	-	*610*	-	*610*	*610*
Taxas de juro	-	-	*304 697*	-	*304 697*	*304 697*
Crédito	-	-	*70 044*	-	*70 044*	*70 044*
Outros	-	-	*16 410*	-	*16 410*	*16 410*
Ativos financeiros	**45 213 410**	**9 129 181**	**4 677 831**	**3 440 535**	**62 460 957**	**60 219 505**
Recursos de bancos centrais	13 824 376	-	-	-	13 824 376	13 824 376
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1 484	1 402 765	-	1 404 249	1 404 249
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	*40 081*	-	*40 081*	40 081
Taxas de juro	-	-	*1 186 675*	-	*1 186 675*	1 186 675
Crédito	-	-	*81 628*	-	*81 628*	81 628
Outros	-	-	*81 713*	-	*81 713*	81 713
Outros passivos financeiros detidos para negociação	-	1 484	12 668	-	14 152	14 152
Recursos de outras instituições de crédito	3 936 238	-	244 009	-	4 180 247	4 123 773
Recursos de clientes	18 976 678	-	7 681 237	-	26 657 915	26 657 915
Responsabilidades representadas por títulos	8 040 707	-	3 112 864	-	11 153 571	12 230 428
Derivados para gestão de risco	-	-	121 187	-	121 187	121 187
Taxas de câmbio	-	-	*470*	-	*470*	*470*
Taxas de juro	-	-	*84 513*	-	*84 513*	*84 513*
Crédito	-	-	*3 618*	-	*3 618*	*3 618*
Outros	-	-	*32 586*	-	*32 586*	*32 586*
Contratos de investimento	3 224 800	-	1 664 537	-	4 889 337	5 253 064
Passivos subordinados	74 971	-	280	-	*75 251*	117 243
Passivos financeiros	**48 077 770**	**1 484**	**14 226 879**	-	**62 306 133**	**63 732 235**

[a] Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Grupo NOVO BANCO, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com o IFRS 13 – Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Grupo considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo). No processo de reavaliação dos Instrumentos Financeiros, o Grupo procede à análise dos diferentes preços no sentido de selecionar aquele que se afigura mais representativo para o instrumento em análise. Adicionalmente, são utilizados como inputs, caso existam, os preços relativos a transações recentes sobre instrumentos financeiros semelhantes os quais são posteriormente comparados com os fornecidos pelas entidades referidas no sentido de melhor fundamentar a opção do Grupo por um dado preço.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

i) Derivados negociados em mercado organizado;
ii) Acções cotadas em bolsa;
iii) Fundos mobiliários abertos cotados em bolsa;
iv) Fundos mobiliários fechados cujos ativos subjacentes são unicamente instrumentos financeiros cotados em bolsa;
v) Obrigações com mais do que um *provider* e em que os instrumentos estejam listados em bolsa;
vi) Instrumentos financeiros com ofertas de mercado mesmo que não disponíveis nas normais fontes de informação (ex. Títulos a negociar com base na *recovery rate*).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Grupo utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

i) Obrigações sem cotação em bolsa;
ii) Derivados (OTC) mercado de balcão; e
iii) Papel comercial em que existem inputs observáveis em mercado, nomeadamente curvas de rendimento e spread de crédito, aplicáveis ao emissor.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

i) Títulos de dívida valorizados com recurso a inputs não observáveis no mercado;
ii) Acções não cotadas;
iii) Fundos imobiliários fechados;
iv) *Hedge Funds*;
v) *Private equities*; e
vi) Fundos de Reestruturação.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	3 440 535
Aquisições	766 722
Saídas por maturidade	(642 145)
Saídas por liquidação	(300 272)
Transferências por entrada	28 050
Transferências por saída	(5 756)
Variação de valor	(11 963)
Saldo no fim do período	3 275 171

Os principais parâmetros utilizados, a 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respetivos prazos:

(%)

	31.12.2014			04.08.2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,0100	0,1750	0,4500	-0,0150	0,1700	0,4500
1 mês	0,0180	0,3100	0,5250	0,0731	0,1700	0,5500
3 meses	0,0780	0,1900	0,6000	0,2080	0,2800	0,6100
6 meses	0,1710	0,5000	0,7400	0,3070	0,3900	0,7600
9 meses	0,1662	0,6000	0,7393	0,3049	0,4800	0,9400
1 ano	0,1635	0,4325	0,6476	0,3070	0,3180	0,8136
3 anos	0,2240	1,2610	1,1400	0,4080	1,0995	1,6588
5 anos	0,3600	1,7900	1,4490	0,6447	1,7650	2,1117
7 anos	0,5320	2,0390	1,6450	0,9410	2,1900	2,3869
10 anos	0,8195	2,2790	1,8430	1,3546	2,5940	2,6540
15 anos	1,1528	2,5020	2,0673	1,7850	2,9610	2,9010
20 anos	1,3268	2,6160	2,1838	1,9701	3,1270	3,0150
25 anos	1,4169	2,6660	2,2211	2,0380	3,2000	3,0450
30 anos	1,4718	2,6910	2,2320	2,0550	3,2360	3,0510

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo *Markit* representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
31 de dezembro de 2014						
CDX USD Main	**23**	-	38,57	66,09	88,32	107,10
iTraxx Eur Main	**22**	-	35,46	62,95	84,44	101,20
iTraxx Eur Senior Financial	**22**	-	-	67,38	-	99,77
4 de agosto de 2014						
CDX USD Main	**22**	12,13	37,61	65,52	86,93	106,90
iTraxx Eur Main	**21**	-	38,57	65,58	88,03	106,02
iTraxx Eur Senior Financial	**21**	-	-	70,18	-	106,18

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2014			04.08.2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	283,60	69,94	49,46	55,15	60,45	38,53
3 anos	102,30	57,67	61,19	59,47	56,66	43,27
5 anos	94,22	49,13	59,26	65,82	45,47	40,23
7 anos	84,35	44,41	55,17	58,28	42,85	36,82
10 anos	67,52	40,68	49,61	46,68	36,95	33,07
15 anos	53,72	35,58	41,94	37,57	35,59	29,03

Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**31.12.2014**	**04.08.2014**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2141	1,3422	9,57	9,34	9,03	8,93	8,93
EUR/GBP	0,7789	0,7972	7,67	7,69	8,30	8,18	8,10
EUR/CHF	1,2024	1,2167	2,95	3,42	3,70	4,08	4,28
EUR/NOK	9,0420	8,4285	15,57	13,61	11,50	10,65	10,40
EUR/PLN	4,2732	4,1716	7,29	7,42	7,50	7,58	7,75
EUR/RUB	72,3370	48,0252	68,60	56,00	48,96	22,50	41,69
USD/BRL [a)]	2,6527	2,2548	15,00	14,50	14,45	14,55	14,65
USD/TRY [b)]	2,3326	2,1352	12,55	12,92	13,58	13,96	14,30

[a)] Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

[b)] Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2014	**04.08.2014**	**Variação %**	**1 mês**	**3 meses**	
DJ Euro Stoxx 50	3 146	3 070	2,47	24,58	21,31	27,02
PSI 20	4 799	5 854	-18,03	24,45	23,11	-
IBEX 35	10 280	10 496	-2,06	25,94	22,61	-
FTSE 100	6 566	6 678	-1,67	18,03	14,69	15,03
DAX	9 806	9 154	7,12	22,50	19,73	19,50
S&P 500	2 059	1 939	6,18	13,76	13,10	15,04
BOVESPA	50 007	56 616	-11,67	33,78	34,02	26,38

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
31 de dezembro de 2014					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 747 077	2 747 077	-	-	2 747 077
Disponibilidades em outras instituições de crédito	490 856	490 856	-	-	490 856
Ativos financeiros disponíveis para venda (ações)	6 611	-	-	6 611	6 611
Aplicações em instituições de crédito	814 329	-	814 329	-	814 329
Crédito a clientes	34 602 916	-	32 427 686	-	32 427 686
Ativos financeiros	**38 661 789**	**3 237 933**	**33 242 015**	**6 611**	**36 486 559**
Recursos de bancos centrais	8 611 709	8 611 709	-	-	8 611 709
Recursos de outras instituições de crédito	2 151 773	-	2 104 242	-	2 104 242
Recursos de clientes	24 126 321	-	24 126 321	-	24 126 321
Responsabilidades representadas por títulos	7 219 789	7 706 794	9 903	828 149	8 544 846
Contratos de investimento	2 975 244	-	2 992 936	-	2 992 936
Passivos subordinados	54 794	37 966	55 056	-	93 022
Passivos financeiros	**45 139 630**	**16 356 468**	**29 288 458**	**828 149**	**46 473 076**

(milhares de euros)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
4 de agosto de 2014					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	5 401 256	5 401 256	-	-	5 401 256
Disponibilidades em outras instituições de crédito	673 488	673 488	-	-	673 488
Ativos financeiros disponíveis para venda (ações)	4 830	-	-	4 830	4 830
Aplicações em instituições de crédito	1 100 617	-	1 100 617	-	1 100 617
Crédito a clientes	38 033 219	-	35 791 767	-	35 791 767
Ativos financeiros	**45 213 410**	**6 074 744**	**36 892 384**	**4 830**	**42 971 958**
Recursos de bancos centrais	13 824 376	13 824 376	-	-	13 824 376
Recursos de outras instituições de crédito	3 936 238	-	3 879 764	-	3 879 764
Recursos de clientes	18 976 678	-	18 976 678	-	18 976 678
Responsabilidades representadas por títulos	8 040 707	6 842 403	328 411	1 956 074	9 126 887
Contratos de investimento	3 224 800	-	3 588 527	-	3 588 527
Passivos subordinados	74 971	38 074	55 038	20 781	113 893
Passivos financeiros	**48 077 770**	**20 704 853**	**26 828 418**	**1 976 855**	**49 510 125**

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 50 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo NOVO BANCO. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo NOVO BANCO ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	3 382 042	2 186 164
Ativos financeiros detidos para negociação	1 058 735	2 150 777
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	962 779	1 170 151
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 091 374	8 788 499
Crédito a clientes	34 929 314	38 569 431
Derivados para gestão de risco	404 582	391 761
Outros ativos	481 611	569 476
Garantias e avales prestados	6 172 304	7 220 732
Créditos documentários	2 384 896	3 215 444
Compromissos irrevogáveis	1 526 985	1 885 246
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	71 276	311 382
	58 465 898	**66 459 063**

O Grupo calcula imparidade em base individual para todos os ativos financeiros que se encontram vencidos. Nos casos em que o valor dos colaterais líquido de haircuts iguale ou exceda a exposição a imparidade individual poderá ser nula. Assim, o Grupo NOVO BANCO não tem ativos financeiros vencidos para os quais não tenha realizado uma análise acerca da sua recuperação e consequente reconhecimento da imparidade respetiva quando verificada.

As subsidiárias do Grupo NOVO BANCO apresentam, em 31 de dezembro de 2014, a exposição seguidamente apresentada ao Grupo Espírito Santo:

(milhares de euros)

	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a clientes	Outros ativos	Garantias prestadas	Exposição total	Imparidade
RIO FORTE	-	2	412	-	414	(375)
ES HEALTH CARE	-	-	17 049	-	17 049	-
ES FINANCIAL GROUP	-	-	2 111	-	2 111	(2 065)
ESF PORTUGAL	-	-	64	-	64	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	15 541	-	15	-	15 556	(14 937)
ES BANK PANAMÁ	339 871	16		-	339 887	(339 871)
OPWAY	-	-	1 871	-	1 871	-
CONSTRUCCIONES SARRIÓN	-	2 161	-	-	2 161	-
OUTROS	16 751	214	113	100	17 178	(116)
TOTAL	**372 163**	**2 393**	**21 635**	**100**	**396 291**	**(357 364)**

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade constituída por segmento era o seguinte:

(milhares de euros)

Segmento	31-12-2014													
	Crédito que não está em risco						Crédito em risco						Crédito Total	
	Sem indícios de imparidade		Com indícios de imparidade		Total		Dias de atraso				Total		Exposição	Imparidade
							<= 90 dias*		>90 dias					
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Empresas	12 840 123	71 735	9 780 101	1 862 099	22 620 224	1 933 834	1 819 951	734 769	3 568 621	2 047 437	5 388 571	2 782 206	28 008 795	4 716 039
Crédito à Habitação	8 323 441	10 262	1 139 668	25 861	9 463 110	36 123	31 918	2 218	735 033	152 633	766 951	154 851	10 230 061	190 974
Outro Crédito a Particulares	1 005 783	9 444	378 314	5 335	1 384 097	14 779	42 534	14 166	394 770	194 985	437 304	209 151	1 821 401	223 930
Total	**22 169 347**	**91 440**	**11 298 084**	**1 893 295**	**33 467 431**	**1 984 735**	**1 894 403**	**751 152**	**4 698 424**	**2 395 055**	**6 592 826**	**3 146 207**	**40 060 257**	**5 130 942**

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco, a falência ou liquidação do devedor entre outros

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção era como segue:

(milhares de euros)

Ano de produção	31-12-2014											
	Empresas			Habitação			Outro Crédito a Particulares			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituida	Número de operações	Montante	Imparidade constituida	Número de operações	Montante	Imparidade constituida	Número de operações	Montante	Imparidade constituida
2004 e anteriores	39 192	1 785 943	531 065	66 488	2 186 951	56 564	207 678	154 989	11 971	313 358	4 127 883	599 599
2005	6 948	627 491	143 278	12 382	670 729	16 583	45 394	61 014	12 751	64 724	1 359 233	172 612
2006	8 610	1 237 844	280 620	20 313	1 173 480	23 587	54 339	80 282	12 148	83 262	2 491 606	316 356
2007	13 461	1 535 336	274 921	32 219	1 749 769	32 479	71 590	125 509	35 504	117 270	3 410 615	342 904
2008	10 221	2 350 514	396 018	21 623	1 293 365	18 875	67 732	139 724	31 585	99 576	3 783 602	446 478
2009	10 632	2 121 611	396 992	14 910	906 601	15 103	52 678	145 467	22 816	78 220	3 173 680	434 911
2010	20 151	2 219 404	418 010	14 054	952 146	12 884	55 580	199 446	28 457	89 785	3 370 997	459 351
2011	13 590	2 281 130	384 379	8 563	464 842	6 365	48 338	192 166	22 558	70 491	2 938 138	413 301
2012	15 948	3 238 641	621 475	5 350	242 961	4 843	54 379	171 474	17 442	75 677	3 653 077	643 760
2013	35 202	4 767 060	593 683	5 900	327 851	2 767	52 378	244 461	21 158	93 480	5 339 372	617 608
2014	36 233	5 843 821	675 599	3 835	261 365	923	43 108	306 868	7 539	83 176	6 412 054	684 062
Total	**210 188**	**28 008 795**	**4 716 039**	**205 637**	**10 230 061**	**190 974**	**753 194**	**1 821 401**	**223 930**	**1 169 019**	**40 060 257**	**5 130 942**

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente, por segmento era o seguinte:

(milhares de euros)

	31-12-2014					
	Avaliação Individual [1]		Avaliação Coletiva [2]		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	10 441 769	3 904 942	17 567 026	811 097	28 008 795	4 716 039
Crédito à Habitação	46 579	10 916	10 183 482	180 058	10 230 061	190 974
Outro Crédito a Particulares	284 073	63 831	1 537 328	160 098	1 821 401	223 930
Total	**10 772 422**	**3 979 689**	**29 287 835**	**1 151 253**	**40 060 257**	**5 130 942**

[1] Créditos cuja imparidade final foi determinada e aprovada pelo Comité de Imparidade
[2] Créditos cuja imparidade final foi determinada de forma automática pelo Modelo de imparidade

Os créditos analisados pelo Comité de Imparidade para os quais não foi alterada a imparidade determinada automaticamente pelo Modelo de imparidade são incluídos e apresentados na "Avaliação colectiva".

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por geografia era o seguinte:

(milhares de euros)

	31-12-2014					
	Avaliação Individual*		Avaliação Coletiva**		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	7 955 905	3 610 177	23 795 706	753 086	31 751 611	4 363 263
Luxemburgo	103 517	14 171	629 984	12 594	733 501	26 765
Venezuela	-	-	97 942	103	97 942	103
Cabo Verde	-	-	38 108	970	38 108	970
Reino Unido	64 144	13 277	1 907 724	1 403	1 971 868	14 681
Espanha	996 116	218 202	1 828 926	132 365	2 825 042	350 567
Ilhas Caimão	43 883	1 629	722 945	248 991	766 828	250 620
EUA	-	-	87 468	1 554	87 468	1 554
França	1 377 524	62 521	-	-	1 377 524	62 521
Irlanda	231 333	59 712	95 734	188	327 067	59 900
Macau	-	-	83 298	-	83 298	-
Total	**10 772 422**	**3 979 689**	**29 287 835**	**1 151 254**	**40 060 257**	**5 130 943**

* Créditos cuja imparidade resulta da análise individual (definida e aprovada pelo Comité de Imparidade)
** Créditos cuja imparidade foi avaliada em base coletiva e determinada de forma automática pelo Modelo de imparidade

A repartição por setores de atividade em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014							
	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	491 934	(54 681)	2 376	-	-	4 986	-	21 816
Indústrias Extractivas	193 870	(15 738)	432	9 853	-	14 675	(1 546)	7 316
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	783 292	(85 665)	20 522	1 501	-	35 656	(382)	73 536
Têxteis e Vestuário	372 085	(68 003)	573	-	-	33 806	(2 105)	13 987
Curtumes e Calçado	73 056	(10 212)	139	-	-	44	(44)	1 527
Madeira e Cortiça	141 161	(44 531)	786	4 141	-	1 329	(1 329)	6 017
Papel e Indústrias Gráficas	310 067	(50 759)	764	-	-	23 716	(15 195)	38 688
Refinação de Petróleo	4 408	(347)	521	24 536	-	6 831	(388)	9 033
Produtos Químicos e de Borracha	468 311	(37 033)	5 321	2 616	-	19 417	(13 571)	54 866
Produtos Minerais não Metálicos	233 569	(40 519)	107	-	-	47 879	(9 940)	15 778
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	739 055	(129 952)	6 714	7 755	-	6 497	(68)	88 419
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	219 108	(25 181)	103	2 005	-	15 830	(7 363)	126 971
Fabricação de Material de Transporte	77 024	(5 271)	-	20 475	-	10 620	(40)	18 353
Outras Industrias Transformadoras	236 250	(43 800)	28	11 270	-	18 343	(11 395)	26 650
Eletricidade, Gás e Água	927 240	(13 211)	84 772	15 377	-	196 097	(12 416)	274 475
Construção e Obras Públicas	2 707 991	(801 274)	234 209	8 725	-	254 295	(555)	1 532 602
Comércio por Grosso e a Retalho	2 420 903	(656 117)	1 441	757	-	82 600	(28 277)	391 866
Turismo	1 281 469	(165 508)	3 166	6 104	-	20 812	(8 023)	91 177
Transportes e Comunicações	1 259 654	(73 702)	185 504	30 546	-	104 550	(48 090)	654 001
Atividades Financeiras	2 032 879	(44 948)	365 255	1 759 296	404 582	5 820 066	(198 103)	131 439
Atividades Imobiliárias	4 542 881	(865 612)	9 720	137 998	-	156 897	(15 965)	310 230
Serviços Prestados às Empresas	4 191 147	(971 324)	78 096	90 413	-	1 164 058	(316 888)	1 230 423
Administração e Serviços Públicos	1 480 284	(50 100)	51 816	63 336	-	2 010 483	-	189 562
Outras atividades de serviços coletivos	2 771 152	(457 067)	10 046	20 845	-	163 130	(52 568)	148 700
Crédito à Habitação	10 230 061	(190 974)	-	-	-	-	-	679 116
Crédito a Particulares	1 821 401	(223 929)	-	-	-	-	-	34 028
Outros	50 006	(5 486)	106	12 839	-	22 924	(12 821)	1 728
TOTAL	**40 060 258**	**(5 130 944)**	**1 062 517**	**2 230 388**	**404 582**	**10 235 541**	**(757 072)**	**6 172 304**

(milhares de euros)

	04.08.2014							
	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	553 241	(36 704)	2 724	-	-	7 228	-	29 617
Indústrias Extractivas	214 087	(16 697)	18 292	18 049	-	79 130	(2 376)	15 524
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	973 799	(80 957)	21 870	17 653	-	43 264	(346)	72 126
Têxteis e Vestuário	386 108	(59 432)	641	-	-	31 807	(2 105)	15 213
Curtumes e Calçado	91 243	(9 659)	273	-	-	44	(44)	1 612
Madeira e Cortiça	147 034	(41 294)	323	37 919	-	13 074	(1 329)	7 874
Papel e Indústrias Gráficas	390 928	(49 756)	3 100	-	-	61 475	(14 995)	46 519
Refinação de Petróleo	3 092	(305)	1 569	54 568	-	86 794	-	6 983
Produtos Químicos e de Borracha	510 360	(26 086)	9 156	13 248	-	49 138	(13 431)	71 782
Produtos Minerais não Metálicos	255 048	(38 312)	2 741	-	-	22 282	(9 938)	16 200
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	802 498	(192 494)	6 177	7 280	-	38 280	(68)	82 893
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	234 902	(23 123)	1 501	5 306	-	23 286	(7 363)	114 329
Fabricação de Material de Transporte	136 105	(8 530)	178	39 445	-	68 958	(40)	71 411
Outras Industrias Transformadoras	217 576	(38 042)	14	43 452	-	32 518	(11 341)	28 532
Eletricidade, Gás e Água	1 339 827	(24 734)	122 396	39 652	-	437 373	(12 416)	365 858
Construção e Obras Públicas	3 246 302	(716 261)	224 672	33 382	-	93 109	(555)	1 781 753
Comércio por Grosso e a Retalho	2 731 567	(515 284)	3 466	80 485	-	74 157	(20 788)	421 425
Turismo	1 400 180	(198 292)	2 936	6 519	-	37 833	(7 994)	93 594
Transportes e Comunicações	1 653 427	(92 925)	294 202	76 549	-	237 780	(5 587)	930 700
Atividades Financeiras	2 066 008	(273 485)	576 227	1 659 152	391 761	4 424 815	(225 361)	240 135
Atividades Imobiliárias	4 784 150	(772 262)	19 520	146 578	-	224 557	(15 965)	360 653
Serviços Prestados às Empresas	4 831 120	(1 094 674)	152 973	92 990	-	1 128 360	(253 810)	1 332 562
Administração e Serviços Públicos	1 554 526	(40 260)	781 411	154 057	-	4 738 559	(725)	194 907
Outras atividades de serviços coletivos	2 821 203	(482 728)	11 660	40 571	-	173 987	(35 206)	163 728
Crédito à Habitação	10 410 774	(182 618)	-	-	-	-	-	612 496
Crédito a Particulares	1 948 319	(222 509)	-	-	-	-	-	139 595
Outros	114 273	(10 843)	832	442	-	21 927	(9 699)	2 711
TOTAL	**43 817 697**	**(5 248 266)**	**2 258 854**	**2 567 297**	**391 761**	**12 149 735**	**(651 482)**	**7 220 732**

Relativamente ao crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, nos termos definidos pela Instrução nº32/2013 do Banco de Portugal, os valores envolvidos em 31 de dezembro de 2014, são os seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Crédito a empresas	3 950 208
Crédito à habitação	339 850
Outro Crédito a particulares	118 696
Crédito a não residentes	1 484 416
Total	**5 893 170**

Apresenta-se de seguida o detalhe das medidas de reestruturação aplicadas aos créditos reestruturados até 31 de dezembro de 2014:

(milhares de euros)

Medida	**31-12-2014**								
	Crédito que não está em risco			**Crédito em risco**			**Total**		
	Número de operações	**Exposição**	**Imparidade**	**Número de operações**	**Exposição**	**Imparidade**	**Número de operações**	**Exposição**	**Imparidade**
Perdão de capital ou juro	6	2 426	605	121	128 446	84 959	127	130 871	85 565
Capitalização de juros	26	103 964	70 141	74	49 157	13 219	100	153 121	83 360
Novo crédito para liquidação total ou parcial da dívida existente	1 999	929 873	393 296	547	194 870	89 848	2 546	1 124 742	483 144
Alargamento do prazo de reembolso	1 137	1 096 884	182 685	592	512 234	193 005	1 729	1 609 118	375 691
Introdução de período de carência de capital ou juro	1 498	630 105	60 668	220	317 223	116 686	1 718	947 328	177 354
Redução das taxas de juro	92	304 858	74 385	37	69 878	24 978	129	374 736	99 362
Alteração do plano de pagamento de *leasing*	178	98 450	3 408	84	71 716	26 748	262	170 165	30 155
Alteração da periodicidade de pagamento de juros	25	197 381	49 369	28	150 228	24 377	53	347 608	73 746
Outros	11 473	780 723	81 824	5 679	254 757	77 265	17 152	1 035 481	159 089
Total	**16 434**	**4 144 664**	**916 382**	**7 382**	**1 748 507**	**651 085**	**23 816**	**5 893 170**	**1 567 467**

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a desagregação do crédito a clientes por ratings é como segue:

(milhões de euros)

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	31.12.2014		04.08.2014	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	2	-	4	0,01%
	[bbb+;-bbb-]	1 529	3,82%	1 737	3,96%
	[bb+;bb-]	3 289	8,21%	4 279	9,77%
	[b+;b-]	5 324	13,29%	6 574	15,00%
	ccc+	1 814	4,53%	1 745	3,98%
Modelos de Médias Empresas	8-9	548	1,37%	593	1,35%
	10-11	463	1,16%	519	1,18%
	12-13	538	1,34%	554	1,26%
	14-15	445	1,11%	457	1,04%
	16-17	385	0,96%	425	0,97%
	18-19	275	0,69%	265	0,60%
	20-21	191	0,48%	233	0,53%
	22-23	264	0,66%	231	0,53%
	24-25	1 446	3,61%	1 394	3,18%
Modelos de Pequenas Empresas	A	59	0,15%	63	0,14%
	B	204	0,51%	242	0,55%
	C	476	1,19%	520	1,19%
	D	202	0,50%	217	0,50%
	E	141	0,35%	139	0,32%
	F	354	0,88%	539	1,23%
Modelos de Crédito Habitação	01	1 272	3,18%	1 250	2,85%
	02	4 477	11,18%	4 397	10,03%
	03	1 350	3,37%	1 399	3,19%
	04	613	1,53%	649	1,48%
	05	465	1,16%	486	1,11%
	06	465	1,16%	489	1,12%
	07	554	1,38%	595	1,36%
	08	522	1,30%	571	1,30%
Modelos de Particulares	01	59	0,15%	74	0,17%
	02	42	0,10%	46	0,10%
	03	100	0,25%	96	0,22%
	04	250	0,62%	226	0,52%
	05	95	0,24%	131	0,30%
	06	111	0,28%	115	0,26%
	07	111	0,28%	110	0,25%
	08	88	0,22%	98	0,22%
	09	184	0,46%	181	0,41%
	10	2	-	3	0,01%
Créditos sem *rating/scoring* interno		11 351	28,33%	12 172	27,81%
TOTAL		**40 060**	**100,00%**	**43 818**	**100,00%**

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura CALCO Capital (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo NOVO BANCO utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2014				04.08.2014
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Agosto
Risco cambial	15 534	11 239	20 127	8 786	8 786
Risco taxa de juro	4 094	3 727	5 256	1 718	1 718
Ações e mercadorias	33 616	22 766	39 860	9 085	9 085
Volatilidade	2 157	3 133	1 411	2 328	2 328
Spread de Crédito	8 826	11 522	14 833	10 158	10 158
Efeito da diversificação	(14 492)	(10 014)	(17 057)	(7 175)	(7 175)
Total	**49 735**	**42 373**	**64 431**	**24 900**	**24 900**

O Grupo NOVO BANCO apresenta um valor em risco (VaR) de 49 735 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 24 900 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo NOVO BANCO calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2014						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 296 202	286 252	3 278 797	11 762	14 645	354 503	350 243
Crédito a clientes	42 124 271	-	24 116 522	9 131 776	2 396 009	5 488 968	990 996
Títulos	13 062 871	5 419 090	2 339 586	1 161 463	674 394	1 050 052	2 418 286
Total			**29 734 905**	**10 305 001**	**3 085 048**	**6 893 523**	**3 759 525**
Recursos de outras Inst. de Crédito	11 848 059	-	8 465 491	134 953	259 782	2 580 185	407 648
Depósitos	26 670 670	-	11 972 321	2 967 162	5 317 552	6 252 953	160 682
Títulos emitidos	9 896 918	-	2 540 345	404 199	1 295 140	4 409 092	1 248 142
Contratos de investimento	4 372 003	1 439 393	59 015	37 300	971 857	476 852	1 387 586
Provisões Técnicas	1 461 070	50 132	9 391	10 036	779 181	175 547	436 783
Total			**23 046 563**	**3 553 650**	**8 623 512**	**13 894 629**	**3 640 841**
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	1 018 807		6 688 342	6 751 351	(5 538 464)	(7 001 106)	118 684
Fora de Balanço	(11 783)		(1 186 370)	(1 202 026)	1 248 309	1 200 720	(87 599)
GAP estrutural	**991 841**		**5 501 972**	**5 549 325**	**(4 290 155)**	**(5 800 386)**	**31 085**
GAP acumulado			**5 501 972**	**11 051 297**	**6 761 142**	**960 756**	**991 841**

(milhares de euros)

	04.08.2014						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	9 712 608	419 041	6 713 669	1 442 320	1 128 920	8 635	23
Crédito a clientes	44 037 032	-	25 207 029	10 103 939	3 018 327	5 091 037	616 700
Títulos	14 899 601	6 137 635	2 829 312	750 461	1 688 550	1 189 576	2 304 067
Total			**34 750 010**	**12 296 720**	**5 835 797**	**6 289 248**	**2 920 790**
Recursos de outras Inst. de Crédito	18 493 803	-	16 448 299	197 299	41 494	1 356 939	449 772
Depósitos	25 070 471	-	10 186 568	3 307 658	5 126 657	6 440 438	9 150
Títulos emitidos	11 051 272	-	1 784 711	736 834	1 892 230	5 567 463	1 070 034
Contratos de investimento	4 891 657	1 741 976	60 154	493 410	183 078	598 207	1 814 832
Provisões Técnicas	1 722 024	78 365	19 850	822 676	23 971	285 950	491 212
Total			**28 499 582**	**5 557 877**	**7 267 430**	**14 248 997**	**3 835 000**
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	2 683 679		6 250 428	6 738 843	(1 431 633)	(7 959 749)	(914 210)
Fora de Balanço	(11 783)		(3 210 039)	(525 616)	1 307 495	2 511 649	(107 050)
GAP estrutural	**2 660 118**		**3 040 389**	**6 213 227**	**(124 138)**	**(5 448 100)**	**(1 021 260)**
GAP acumulado			**3 040 389**	**9 253 616**	**9 129 478**	**3 681 378**	**2 660 118**

De um ponto de vista de carteiras prudenciais são efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

milhares de euros

	31.12.2014			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de dezembro	106 628	(106 628)	52 563	(52 563)
Média do exercício	117 885	(117 885)	66 737	(66 737)
Máximo para o exercício	129 141	(129 141)	80 911	(80 911)
Mínimo para o exercício	106 628	(106 628)	52 563	(52 563)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Grupo, para o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Saldo médio do período	**Juro do período**	**Taxa de juro média**
Ativos monetários	5 524 539	12 278	0,54%
Crédito a clientes	41 009 144	570 386	3,38%
Aplicações em títulos e outros	6 935 627	162 736	5,71%
Aplicações diferenciais	-	-	-
Ativos financeiros e diferenciais	**53 469 310**	**745 400**	**3,39%**
Recursos monetários	13 748 801	31 191	0,55%
Recursos de clientes	24 622 102	149 975	1,48%
Recursos titulados e outros	13 777 843	298 774	5,28%
Recursos diferenciais	1 320 564	-	-
Passivos financeiros e diferenciais	**53 469 310**	**479 940**	**2,18%**
Resultado Financeiro		**265 460**	**1,21%**

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2014				04.08.2014			
		Posições à Vista	**Posições a Prazo**	**Outros elementos**	**Posição Líquida**	**Posições à Vista**	**Posições a Prazo**	**Outros elementos**	**Posição Líquida**
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(454 785)	(56 256)	355 112	(155 929)	(672 292)	(1 899 585)	213 337	(2 358 540)
GBP	LIBRA ESTERLINA	320 682	(313 927)	1 093	7 848	405 303	(273 967)	3 969	135 305
BRL	REAL DO BRASIL	237 496	(193 742)	1 105	44 859	252 222	(9 645)	(183)	242 394
MOP	PATACA	127 624	(143 593)	-	(15 969)	(86 831)	73 296	-	(13 535)
JPY	IENE JAPONÊS	(5 460)	3 038	(8 867)	(11 289)	(6 367)	2 940	(14 783)	(18 210)
CHF	FRANCO SUICO	524	3 593	(2 750)	1 367	(7 530)	9 214	-	1 684
SEK	COROA SUECA	1 647	(1 208)	-	439	(8 180)	7 967	-	(213)
NOK	COROA NORUEGUESA	(29 211)	29 379	-	168	(39 959)	46 889	-	6 930
CAD	DÓLAR CANADIANO	7 933	(2 954)	-	4 979	4 827	(752)	-	4 075
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(3 691)	3 755	-	64	(5 127)	5 145	-	18
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	(15 253)	16 759	-	1 506	(9 422)	11 111	(191)	1 498
VEB	BOLIVAR	64 469	-	-	64 469	54 171	-	-	54 171
PLN	ZLOTY	25 830	(4 727)	19	21 122	16 048	(7 048)	66	9 066
MAD	DIRHAM MARROQUINO	23	83 778	-	83 801	25	81 966	-	81 991
MXN	PESO MEXICANO	(942)	895	-	(47)	(29 780)	2 612	(1 121)	(28 289)
AOA	KWANZA	55 950	-	-	55 950	-	-	-	-
CVE	ESCUDO DE CABO VERDE	21 341	-	-	21 341	1 053	-	-	1 053
HKD	DOLAR DE HONG-KONG	42 841	(25 727)	-	17 114	38 828	(23 725)	-	15 103
	OUTRAS	11 513	339	519	12 371	35 673	1 630	(38 426)	(1 123)
		408 531	**(600 598)**	**346 231**	**154 164**	**(57 338)**	**(1 971 952)**	**162 668**	**(1 866 622)**

Nota: ativo / (passivo)

Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 a exposição do Grupo a dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014				
	Crédito a clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados (1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	1 374 949	157 119	5 736	1 790 786	3 328 590
Espanha	63 877	37 303	(18)	648 568	749 730
Grécia	-	14 417	-	20 841	35 258
Itália	-	47 904	-	1 657 073	1 704 977
	1 438 826	**256 743**	**5 718**	**4 117 268**	**5 818 555**

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

	04.08.2014				
	Crédito a clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados (1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	1 418 636	178 008	5 990	1 602 979	3 205 613
Espanha	103 515	12 546	(33)	691 153	807 181
Grécia	-	3 481	-	72 106	75 587
Itália	-	30 681	-	2 122 359	2 153 040
	1 522 151	**224 716**	**5 957**	**4 488 597**	**6 241 421**

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Exceto no que se refere ao crédito a clientes todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	**1 611 720**	**1 764 761**	**26 025**	**1 790 786**	**-**	**106 837**
Maturidade até 1 ano	511 692	511 986	240	512 226	-	(1 465)
Maturidade superior 1 ano	1 100 028	1 252 775	25 785	1 278 560	-	108 302
Espanha	**552 802**	**642 651**	**5 917**	**648 568**	**-**	**36 455**
Maturidade até 1 ano	75 000	74 976	-	74 976	-	(16)
Maturidade superior 1 ano	477 802	567 675	5 917	573 592	-	36 471
Grécia	**25 000**	**20 000**	**841**	**20 841**	**-**	**(2 105)**
Maturidade superior 1 ano	25 000	20 000	841	20 841	-	(2 105)
Itália	**1 620 000**	**1 654 337**	**2 736**	**1 657 073**	**-**	**15 859**
Maturidade até 1 ano	1 410 000	1 409 281	207	1 409 488	-	742
Maturidade superior 1 ano	210 000	245 056	2 529	247 585	-	15 117
	3 809 522	**4 081 749**	**35 519**	**4 117 268**	**-**	**157 046**
Ativos Financeiros de Negociação						
Portugal	45 766	50 613	944	51 557	-	-
	45 766	**50 613**	**944**	**51 557**	**-**	**-**
Ativos Financeiros ao Justo Valor						
Portugal	104 027	103 808	1 754	105 562	-	-
Espanha	31 989	37 030	273	37 303	-	-
Grécia	17 200	14 244	173	14 417	-	-
Itália	52 916	47 837	67	47 904	-	-
	206 132	**202 919**	**2 267**	**205 186**	**-**	**-**

(milhares de euros)

	04.08.2014					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	**1 459 840**	**1 585 558**	**17 421**	**1 602 979**	**-**	**62 956**
Maturidade até 1 ano	528 820	553 440	1 149	554 589	-	737
Maturidade superior 1 ano	931 020	1 032 118	16 272	1 048 390	-	62 219
Espanha	**620 717**	**680 900**	**10 253**	**691 153**	**-**	**7 527**
Maturidade até 1 ano	299 650	299 565	-	299 565	-	81
Maturidade superior 1 ano	321 067	381 335	10 253	391 588	-	7 446
Grécia	**81 003**	**71 493**	**613**	**72 106**	**-**	**64**
Maturidade até 1 ano	25 000	24 953	-	24 953	-	-
Maturidade superior 1 ano	56 003	46 540	613	47 153	-	64
Itália	**2 065 000**	**2 115 554**	**6 805**	**2 122 359**	**-**	**5 545**
Maturidade até 1 ano	1 690 000	1 687 348	20	1 687 368	-	656
Maturidade superior 1 ano	375 000	428 206	6 785	434 991	-	4 889
	4 226 560	**4 453 505**	**35 092**	**4 488 597**	**-**	**76 092**
Ativos Financeiros de Negociação						
Portugal	70 016	75 524	1 343	76 867	-	-
Espanha	45	53	-	53	-	-
	70 061	**75 577**	**1 343**	**76 920**	**-**	**-**
Ativos Financeiros ao Justo Valor						
Portugal	97 775	100 517	624	101 141	-	-
Espanha	12 346	12 465	28	12 493	-	-
Grécia	3 390	3 440	41	3 481	-	-
Itália	30 133	30 607	74	30 681	-	-
	143 644	**147 029**	**767**	**147 796**	**-**	**-**

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.
O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.

- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinanciar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

A 31 de dezembro de 2014, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto junto do BCE ascendia a 12,9 mil milhões de euros. Neste total está incluída toda a exposição à dívida

pública portuguesa no montante global de aproximadamente 1,8 mil milhões de euros (dos quais 0,6 mil milhões de euros com maturidade até 1 ano).

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	31.12.2014						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	286	286	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	4 010	3 235	27	11	12	9	716
Crédito a clientes	31 970	357	478	909	1 220	1 920	27 086
Títulos	23 262	2 270	429	1 351	1 386	1 088	16 737
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 788	615	15	-	9	108	1 042
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	1 819	281	623	311	273	331	-
Total		**7 044**	**1 572**	**2 582**	**2 900**	**3 456**	**45 581**
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	11 996	1 231	1 881	5 163	110	310	3 302
Depósitos de clientes	26 523	1 013	396	692	332	630	23 459
Títulos Emitidos	9 817	1	498	1 170	388	1 306	6 454
Contratos de investimento	4 372	44	2	4	122	846	3 354
Provisões Técnicas	1 461	58	5	13	20	168	1 197
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 628	2 256	64	9	39	47	213
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 949	304	766	313	377	474	8 715
Total		**4 907**	**3 612**	**7 364**	**1 388**	**3 781**	**46 694**
GAP (Ativos - Passivos)		**2 136**	**(2 040)**	**(4 783)**	**1 512**	**(324)**	
GAP Acumulado		**2 136**	**96**	**(4 687)**	**(3 175)**	**(3 499)**	
Buffer de activos liq > 12 meses							**11 073**

(milhões de euros)

	04.08.2014						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	419	419	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	9 294	5 586	189	100	54	4	3 361
Crédito a clientes	34 749	336	450	1 064	1 933	2 031	28 933
Títulos	25 373	2 642	737	1 509	1 419	3 522	15 544
Provisões Técnicas	17	-	17	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	2 278	1 135	8	-	20	117	998
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	3 281	975	446	528	392	369	572
Total		**11 093**	**1 847**	**3 201**	**3 818**	**6 043**	**49 408**
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	18 620	7 213	123	315	3 151	5 193	2 625
Depósitos de clientes	24 944	590	209	285	245	322	23 292
Títulos Emitidos	10 951	2	303	708	829	1 610	7 499
Contratos de investimento	4 892	109	43	123	140	265	4 212
Provisões Técnicas	1 722	80	8	11	55	43	1 524
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 995	2 526	129	14	22	37	267
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 782	1 015	487	741	477	353	7 709
Total		**11 535**	**1 302**	**2 197**	**4 919**	**7 823**	**47 128**
GAP (Ativos - Passivos)		**(442)**	**545**	**1 003**	**(1 100)**	**(1 780)**	
GAP Acumulado		**(442)**	**103**	**1 106**	**6**	**(1 774)**	
Buffer de activos liq > 12 meses							**11 300**

O *gap* acumulado a um ano passou de -1 774 milhões de euros em 4 de agosto de 2014 para -3 499 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, sendo o *buffer* de ativos líquidos maior que 12 meses de 11 073 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 11 300 milhões de euros). De referir que estes valores incluem a GNB Vida.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido através do indicador (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) * 100 em cada escala cumulativa de maturidade residual. Os ativos líquidos incluem os valores de tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem as emissões, os compromissos assumidos, os

derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do Grupo NOVO BANCO era, a 31 de dezembro de 2014, de -2,00 que compara com -7,88 em 4 de agosto de 2014. De salientar que os valores acima apresentados, calculados no âmbito do reporte da Instrução nº13/2009 ao Banco de Portugal, não incluem a GNB Vida, cuja atividade é regulada pelo Instituto de Seguros de Portugal, que estabelece limites de exposição para diversificação e dispersão prudencial.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a CRD IV/CRR, no contexto do quadro prudencial designado por "Basileia III". No âmbito do risco de Liquidez destaca-se a obrigatoriedade de cumprir com os requisitos para os rácios de *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR). Em janeiro de 2014, foi publicado pelo *Bank of International Settlements*, um documento consultivo referente à revisão do cálculo do NSFR. O Grupo continua a seguir todas as alterações legislativas por forma a cumprir com as obrigações regulamentares.

Seguidamente apresenta-se a informação sobre ativos onerados e não onerados, de acordo com o definido pela Instrução n.º 28/2014 do Banco de Portugal (salientamos que esta informação é elaborada na perspetiva prudencial, cujo perímetro de consolidação difere do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras apresentadas):

(milhares de euros)

Modelo A - Ativos	31.12.2014			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta informação	**16 796 360**		**43 544 234**	
Instrumentos de capital próprio	-	-	3 466 300	3 466 300
Títulos de dívida	2 638 701	2 638 701	1 299 686	1 299 686
Outros ativos	14 157 659		38 778 248	

(milhares de euros)

Modelo B - Colateral recebido	31.12.2014	
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
Colateral recebido pela instituição que presta a informação	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-
Títulos de dívida	-	-
Outro colateral recebido	-	-
Títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS	**3 664 637**	**205 163**

(milhares de euros)

Modelo C - ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	31.12.2014	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS oneradas
Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	11 900 825	16 796 360

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como Representantes de Risco Operacional designados por cada um dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, aos quais compete o cumprimento dos procedimentos instituídos e a gestão quotidiana deste Risco nas suas áreas de competência.

Risco específico da atividade seguradora (ramo vida)

O risco específico da atividade seguradora reflete no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez, risco de descontinuidade.

O risco específico dos seguros é gerido através da combinação de políticas de subscrição (underwriting), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

Tarifação

A GNB Seguros Vida tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direções da empresa. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Administrador Delegado e posterior aprovação, ou não, em sede de Administração.

A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows e a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do Market Consistent Embedded Value.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do Market Consistent Embedded Value, assim como o cálculo do Traditional Embedded value é realizado uma vez por ano pela Companhia e revistos por consultores externos.

Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da GNB Vida é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a GNB Vida cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a GNB Vida constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Gestão de sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem regras claras e formalizadas respeitantes aos procedimentos e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A GNB Vida tem implementado um workflow de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

Resseguro

A GNB Seguros Vida celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade (líquidas de imposto) no *Market Consistant Embedded Value* da Companhia, que inclui os Capitais Próprios e os proveitos futuros associados aos contratos existentes:

	2014
Crescimento de 10% nas despesas	(2. 503.339)
Crescimento de 10% nos resgates	5.060. 186
Decréscimo de 10% nos resgates	(5. 118.323)
Crescimento de 5% na taxa de mortalidade (vida excepto rendas)	346. 622
Decréscimo de 5% na taxa de mortalidade (vida excepto rendas)	(360.394)

Risco específico de seguro

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez. O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias. O risco de

longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro. O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.
A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de cashflows – modelo de *Market Consistent Embedded Value.*

Risco de descontinuidade
O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da GNB Vida. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de cash-flows – modelo de *Market Consistent Embedded Value.*

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
Planos de poupança reforma e produtos de capitalização		
Até dezembro de 1997	GKM 80	4%
De janeiro de 1998 a junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de julho de 1999 a fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de março de 2003 a dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
Seguros em caso de vida		
Rendas		
Até junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de julho de 2002 a dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de janeiro de 2004 a setembro de 2006	GKF 95	3%
Após setembro de 2006	GKF - 3 anos	2%
Outros seguros		
Seguros em caso de morte		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
Seguros mistos		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) No ano de 2013 a taxa técnica foi de 3%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usado na GNB Vida segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Tábua de mortalidade	
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objetivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco Central Europeu, encontrando-se este organismo em estrita cooperação com o Banco de Portugal. Tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, o supervisor estabelece as regras que, a este nível, deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O Grupo encontra-se autorizado a utilizar a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) para o risco de crédito e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

O Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram em 26 de junho de 2013 a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) nº 75/2013 que passaram a regular na União Europeia, respetivamente, o acesso à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento e a determinação de requisitos prudenciais a observar por aquelas mesmas entidades a partir de 1 de janeiro de 2014. Estes normativos transpõem para o ordenamento jurídico europeu as recomendações do Comité de Basileia, normalmente designadas por Basileia III.

O Aviso 6/2013 de 23 de dezembro do Banco de Portugal veio regulamentar o regime transitório previsto naquele Regulamento em matéria de fundos próprios, estabelecer medidas de preservação de capital e determinar um rácio de *Common Equity Tier* I (CET1) não inferior a 7%.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo NOVO BANCO para 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, com base nas informações disponíveis, quadro

regulamentar europeu de Basileia III e considerando os períodos transitórios previstos no Aviso antes mencionado:

(milhões de euros)

		31.12.2014	04.08.2014
Capital ordinário realizado		4 900	4 900
Reservas e Resultados transitados		948	982
Resultado do Exercicio		(498)	-
Reservas de reavaliação		(70)	84
Interesses Minoritários		212	125
A - Capital Próprio contabilístico		**5 492**	**6 091**
Reservas de reavaliação		(214)	(115)
Interesses Minoritários		(107)	(15)
B - Ajustamentos prudenciais ao Capital Próprio		**(321)**	**(130)**
Goodwill e outros intangíveis		(423)	(414)
Impostos diferidos		(277)	(291)
Participações em sociedades financeiras		(101)	(63)
Outros		72	(25)
C - Deduções prudenciais		**(729)**	**(793)**
D - Common Equity Tier I (A+B+C)		**4 442**	**5 168**
Instrumentos elegíveis para Tier I		2	2
Deduções a Tier I		(2)	(2)
E - Tier I		**4 442**	**5 168**
Instrumentos elegíveis para Tier II		136	143
Deduções a Tier II		(136)	(128)
F - Tier II		**-**	**15**
G - Fundos Próprios Elegíveis		**4 442**	**5 183**
H - Ativos de Risco		**46 982**	**50 406**
Rácios Prudenciais			
Rácio Common Equity Tier I	**(D / H)**	**9,5%**	**10,3%**
Rácio Tier I	**(E / H)**	**9,5%**	**10,3%**
Rácio de Solvabilidade	**(G / H)**	**9,5%**	**10,3%**

NOTA 51 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contract Support Annex (CSA)

O NOVO BANCO tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negoceia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negoceiam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 52 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS

No âmbito do processo de restruturação do setor imobiliário português, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem revitalizar aquele setor. Nesse sentido, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incluindo o BES, encorajou a criação de sociedades e de fundos especializados que, através de operações de concentração, agregação, fusão e gestão integradas, permitissem a obtenção das sinergias necessárias à recuperação das empresas. Tendo em vista os referidos objetivos foram constituídas sociedades (empresas-mãe), com participação minoritária do Banco Originário, que, por sua vez, passaram a deter a quase totalidade do capital de certas subsidiárias (subsidiárias daquelas empresas-mãe) com o objetivo de adquirirem certos créditos bancários imobiliários.

Desde o exercício de 2012, foram realizadas um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para aquelas últimas entidades (subsidiárias das empresas-mãe). Estas entidades são responsáveis pela gestão dos ativos recebidos em colateral que, após a cedência dos créditos, têm como objetivo a implementação de um plano de valorização dos mesmos. A quase totalidade dos ativos financeiros cedidos nestas operações foi desreconhecida do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para as referidas entidades terceiras a parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respetivo controlo.

As referidas entidades adquirentes têm uma estrutura de gestão específica, totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data da sua constituição e tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo da entidade;
- administrar e gerir em regime exclusivo e independente os ativos adquiridos, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios da entidade.

As entidades adquirentes são financiadas, predominantemente, através da emissão de instrumentos de capital de natureza sénior que são totalmente subscritos pelas sociedades empresa-mãe. O valor do capital representado por títulos sénior iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos. Adicionalmente, o financiamento pode ser complementado pela subscrição pelos bancos de instrumentos de capital júnior pela diferença entre o valor de balanço dos créditos cedidos e o justo valor que teve por base a valorização do título sénior. Estes instrumentos juniores, quando subscritos pelo Grupo, darão direito a um valor positivo contingente, caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações seniores acrescido da remuneração das mesmas, e encontra-se normalmente limitado a um máximo de 25% do valor global que resulta dos títulos sénior e títulos júnior emitidos.

Considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos, tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados no balanço do Grupo.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos o Grupo subscreveu:

- instrumentos de capital, representativos do capital das sociedades empresas-mãe em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos. Estes títulos encontram-se registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados a mercado, com valorização divulgada regularmente pelas referidas empresas cujas contas são auditadas no final de cada ano;
- instrumentos juniores, emitidos pelas sociedades adquirentes dos créditos que se encontram a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

Das referidas subscrições pelo Grupo NOVO BANCO resultou uma posição claramente minoritária no capital das referidas entidades.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo com algum risco e benefício, o Grupo NOVO BANCO, nos termos da IAS 39.21, procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído que não reteve substancialmente a maior parte dos riscos e benefícios. Adicionalmente e considerando que também não tem controlo, procedeu, nos termos da IAS 39.20c (i), ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida, como se mostra no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valores à data da transferência							
	Valores associados à Cedência de Activos			Subscrição de Títulos				
	Activos Líquidos Cedidos	Valor da Transferência	Resultado Apurado com a Transferência	Acções (Títulos Senior)	Títulos Junior	Total	Imparidade	Valor líquido
Até 31 de dezembro de 2012								
Fundo Recuperação Turismo, FCR	282 121	282 121	-	256 892	34 906	291 798	(34 906)	256 892
FLIT SICAV	252 866	254 547	1 681	235 318	23 247	258 565	(23 247)	235 318
Discovery Portugal Real Estate Fund	96 196	93 208	(2 988)	96 733	-	96 733	-	96 733
Fundo Vallis Construction Sector	66 272	66 272	-	81 002	21 992	102 994	(21 992)	81 002
Fundo Recuperação, FCR	145 564	149 883	4 319	148 787	36 182	184 969	(23 000)	161 969
Até 31 de dezembro de 2013								
Fundo Vallis Construction Sector	18 552	18 552	-	1 606	2 874	4 480	(2 874)	1 606
FLIT SICAV	80 769	80 135	(634)	85 360	-	85 360	-	85 360
Discovery Portugal Real Estate Fund	51 809	45 387	(6 422)	51 955	-	51 955	-	51 955
Fundo Recuperação Turismo, FCR	11 066	11 066	-	-	-	-	-	-
Fundo Recuperação, FCR	52 983	52 963	(20)	726	-	726	-	726
Fundo Reestruturação Empresarial	67 836	67 836	-	99 403	-	99 403	-	99 403
Até 31 de dezembro de 2014								
Discovery Portugal Real Estate Fund	73 802	74 240	438	58 238	-	58 238	-	58 238
Fundo Vallis Construction Sector	-	-	-	1 289	314	1 603	(314)	1 289
Fundo Recuperação, FCR	-	-	-	14 565	-	14 565	-	14 565
Fundo Reestruturação Empresarial	5 389	5 389	-	9 664	-	9 664	-	9 664
Fundo Aquarius	325 895	289 654	(36 241)	104 339	-	104 339	-	104 339
FLIT SICAV	-	-	-	1 500	-	1 500	-	1 500
	1 531 120	**1 491 253**	**(39 867)**	**1 247 377**	**119 515**	**1 366 892**	**(106 333)**	**1 260 559**

A 31 de dezembro de 2014, a exposição total do Grupo em títulos associados às operações de cedência de crédito, ascendia a 1 325,2 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 1 290,0 milhões de euros).

O Grupo mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações das empresas-mãe subscritas. Existiu porém uma operação com a sociedade FLITPTREL VIII em que, pelo facto de a sociedade adquirente deter substancialmente ativos cedidos pelo Grupo e considerando a detenção dos títulos júnior, o teste da variabilidade resultou numa exposição substancial a todos os riscos e benefícios. Nessa circunstância, a operação, no montante inicial de 60 milhões de euros, manteve-se reconhecida no balanço na rubrica de crédito a clientes.

NOTA 53 – ATIVIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

Em 8 de dezembro de 2014, o NOVO BANCO celebrou um contrato de compra e venda da totalidade do capital social da subsidiária Banco Espírito Santo Investimento (BESI), com a sociedade Haitong International Holdings Limited. Esta entidade está sediada em Hong Kong, e é integralmente detida pela Haitong Securities Co.,Ltd, com ações cotadas na Shanghai Stock Exchage e na Stock Exchange of Hong Kong Limited.

A conclusão da transação encontra-se dependente das necessárias aprovações, nomeadamente das Autoridades da Concorrência e de um conjunto de outras autoridades que exercem supervisão sobre as unidades internacionais do BESI. Em 5 de fevereiro de 2015 o Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, informou sobre a sua autorização à alienação do BESI.

De acordo com o IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, o BESI deixou de ser consolidado pelo método integral, passando a ser apresentado nas demonstrações financeiras como atividade em descontinuação. O impacto desta operação traduziu-se no reconhecimento de uma perda ao nível das demonstrações financeiras consolidadas do NOVO BANCO no valor de 38,9 milhões de euros, calculada tendo como referência as demonstrações financeiras do BESI a 30 de novembro de 2014 (data da transação). O Grupo deverá após essa data e até à data de *closing* financeiro da operação, ter por base o exposto no IFRS 5 e mensurar este ativo em descontinuação ao menor de dois valores: valor contabilístico ou o justo valor deduzido de custos de venda (379 milhões de euros). Como tal, e como apresentado de seguida, o resultado de atividades em descontinuação é decomposto da seguinte forma:

(milhares de euros)

	Valor de venda	379 000
	Situação líquida do BESI a 31 de dezembro de 2014	392 167
	Menos-valia consolidada	(13 167)
(+)	Resultado líquido do BESI do período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014	(33 445)
=	**Resultados de atividades em descontinuação**	**(46 612)**

Para efeitos de consolidação dos ativos e passivos de atividades em descontinuação, são eliminadas as respetivas operações de balanço com entidades do Grupo, sendo o valor apurado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Total do ativo do BESI a 31 de dezembro de 2014	4 436 620
Operações intragrupo	(226 820)
Ativos de unidades em descontinuação	**4 209 800**
Total do passivo do BESI a 31 de dezembro de 2014	3 995 709
Operações intragrupo	(922 989)
Passivos de unidades em descontinuação	**3 072 720**

Os dados relativos ao BESI apresentados acima, bem como as demonstrações financeiras preliminares a 31 de dezembro de 2014 apresentadas de seguida, foram as consideradas para efeitos de consolidação no Grupo NOVO BANCO, as diferenças face às contas auditadas divulgadas pelo BESI ao mercado não alteram a mensuração deste ativo em descontinuação de acordo com o IFRS 5.

GRUPO BESI

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	31.12.2014
Ativo	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 524
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49 067
Ativos financeiros detidos para negociação	1 468 475
Ativos financeiros disponíveis para venda	554 679
Aplicações em instituições de crédito	34 308
Crédito a clientes	1 551 145
Derivados para gestão de risco	25 754
Ativos não correntes detidos para venda	3 600
Outros ativos tangíveis	15 494
Ativos intangíveis	77 397
Investimentos em associadas	26 877
Ativos por impostos correntes	5 173
Ativos por impostos diferidos	95 520
Outros ativos	527 607
Total de Ativo	**4 436 620**
Passivo	
Recursos de bancos centrais	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	621 546
Recursos de outras instituições de crédito	1 397 285
Recursos de clientes	448 912
Responsabilidades representadas por títulos	1 072 211
Derivados para gestão de risco	33 940
Provisões	46 425
Passivos por impostos correntes	17 728
Passivos subordinados	37 096
Outros passivos	259 458
Total de Passivo	**3 995 709**
Capital Próprio	
Capital	326 269
Prémios de emissão	8 796
Outros instrumentos de capital	3 731
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	86 816
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	(33 445)
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	**392 167**
Interesses que não controlam	48 744
Total de Capital Próprio	**440 911**
Total de Passivo e Capital Próprio	**4 436 620**

GRUPO BESI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	31.12.2014
Juros e proveitos similares	126 738
Juros e custos similares	99 837
Margem financeira	**26 901**
Rendimentos de instrumentos de capital	13
Rendimentos de serviços e comissões	25 064
Encargos com serviços e comissões	(5 937)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	53 900
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	4 855
Resultados de reavaliação cambial	(38 284)
Resultados de alienação de outros ativos	924
Outros resultados de exploração	(4 273)
Proveitos operacionais	**63 163**
Custos com pessoal	35 223
Gastos gerais administrativos	22 439
Depreciações e amortizações	3 131
Provisões líquidas de anulações	4 916
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(3 172)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16 630
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	15 201
Custos operacionais	**94 368**
Resultados de associadas	111
Resultado antes de impostos	**(31 094)**
Impostos sobre o rendimento	
Correntes	(8 170)
Diferidos	11 053
	2 883
Resultado líquido do período	**(33 977)**
Atribuível aos acionistas do Banco	**(33 445)**
Atribuível aos interesses que não controlam	**(532)**
	(33 977)

GRUPO BESI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO
DO PERÍODO ENTRE 4 DE AGOSTO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	31.12.2014
Fluxos de caixa de actividades operacionais	
Juros e proveitos recebidos	99 519
Juros e custos pagos	(92 290)
Serviços e comissões recebidas	23 641
Serviços e comissões pagas	4 823
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores	(57 879)
	(22 186)
Variação nos activos e passivos operacionais:	
Disponibilidades em Bancos Centrais	1 861
Recursos de Bancos Centrais	(51 788)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	58 944
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(6 109)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	194 421
Aplicações em instituições de crédito	104 217
Recursos de instituições de crédito	(144 517)
Crédito a clientes	296 937
Recursos de clientes e outros empréstimos	(71 100)
Derivados para gestão de risco	27 901
Outros activos e passivos operacionais	(56 549)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros	**332 032**
Impostos sobre os lucros pagos	(2 113)
	329 919
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	31
Dividendos recebidos	13
Compra de imobilizações	(1 716)
Venda de imobilizações	2 080
	408
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	34 453
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	(346 408)
Reembolso de passivos subordinados	(1 024)
Juros de outros instrumentos de capital	(113)
Dividendos de acções ordinárias pagos por subsidiárias	(476)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	**(313 568)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	**16 759**
Caixa e equivalentes no início do exercício	32 321
Caixa e equivalentes no fim do exercício	49 080
	16 759
Caixa e equivalentes engloba:	
Caixa	13
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49 067
Total	**49 080**

NOTA 54 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas e interpretações que se tornaram efetivas entre 1 de janeiro e 4 de agosto de 2014:

IAS 32 (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar o conceito de "deter atualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 36 (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 39 (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento ('*Investment entities*') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 10 (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas'. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 11 (nova), 'Acordos conjuntos'. A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de

empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 12 (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 10, 11 e 12, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 27 (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 28 (revisão 2011),'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Melhorias às normas 2010 – 2012, Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 21 (nova), 'Taxas do governo'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014, ou em data posterior, e que o Banco decidiu não adotar antecipadamente:

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta alteração.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta alteração.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras com a adoção desta alteração.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros)

quando os ativos transferidos não constituem um negócio. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta alteração.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta alteração.

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016).Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta alteração.

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção destas alterações.

Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção destas alterações.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta norma.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo com a adoção desta norma.

NOTA 56 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- De acordo com o comunicado do Banco de Portugal de 17 de abril de 2015, na sequência da análise das sete propostas não vinculativas para a aquisição do NOVO BANCO apresentadas no dia 20 de março, foram selecionadas pelo Banco de Portugal cinco entidades para a terceira fase do procedimento de alienação.

  A decisão do Banco de Portugal foi antecedida de um procedimento de audiência prévia, ao abrigo do qual as entidades não selecionadas nos termos de decisão preliminar dispuseram de um período de dez dias úteis para se pronunciarem sobre o sentido dessa decisão. O Banco de Portugal convidou as entidades selecionadas a apresentarem, até ao final de junho de 2015, Propostas Vinculativas para aquisição do NOVO BANCO. O convite será acompanhado do Caderno de Encargos específico que estabelece o procedimento a seguir na Fase III, no decurso da qual os candidatos têm acesso a informação mais detalhada sobre o NOVO BANCO e têm a oportunidade de realizar uma *due diligence*;

- O Conselho de Administração do NOVO BANCO deliberou em reunião realizada a 3 de dezembro de 2014, no âmbito do processo de reestruturação do Grupo NOVO BANCO, proceder à fusão da Avistar com o NOVO BANCO

2. Anexo – Adoção das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do Commitee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de dezembro e Carta-Circular nº58/2009/DSB de 5 de agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de agosto de 2009 reiterou "a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum* (*FSF*), bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors* (*CEBS*), no que se refere à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade" constantes das Cartas-Circulares nº 46/2008/DSB de 15 de julho de 2008 e nº97/2008/DSB de 3 de dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspetos mencionados nas respetivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou dar-se cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativos ao período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto 2 do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Grupo. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é também apresentada na Nota Explicativa 4[1].

2. Estratégias e objetivos

As estratégias e objetivos do Grupo são divulgados no ponto 1 do Relatório de Gestão. As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 48.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 2 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das atividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 5 do Relatório de Gestão dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo NOVO BANCO.

Na Nota Explicativa 50 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma perceção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão implementados para a sua monitorização e controlo.

[1] Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Na Nota Explicativa 1 consta a informação sobre a constituição do NOVO BANCO no dia 3 de agosto de 2014

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os ativos e passivos detidos para negociação, dos activos e passivos ao justo valor através de resultados e dos ativos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas Explicativas 7 e 8 às demonstrações financeiras. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos ativos disponíveis para venda constam das Notas Explicativas 23 e 44, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota Explicativa 23.

13. Turbulência financeira na cotação das ações

O NOVO BANCO não tem ações cotadas.

14. Risco de perda máxima

No ponto 5 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 50 divulga-se informação relevante sobre as perdas suscetíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 49 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFETADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Grupo

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição à dívida pública portuguesa totalizava 1948 milhões de euros, 686 milhões de euros de dívida pública espanhola, 1705 milhões de euros de dívida pública italiana e 35 milhões de euros de dívida pública grega.

As divulgações sobre esta matéria encontram-se referidas na Nota Explicativa 50.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 50 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos período entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e a quantificação apresentados.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota Explicativa 48. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos ativos segurados

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

As divulgações sobre estas entidades encontram-se referidas nas Notas Explicativas 2 e 48.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas Explicativas 2 e 49 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Grupo NOVO BANCO, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, procura dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado, atendendo por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada ao seu acionista, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual e Semestral, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas e o Relatório de Governo da Sociedade.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, que são objeto de divulgação ao mercado com uma periodicidade semestral, são preparados tendo por base os *IFRS* que conferem um elevado grau de

transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

O Relatório de Governo da Sociedade proporciona uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo.

O Relatório de Sustentabilidade, também parte integrante do Relatório de Gestão Anual, transmite a perspetiva do Grupo em termos de responsabilidade social num contexto dos inúmeros desafios que o mundo atual coloca, sejam ambientais, sociais ou do domínio da inovação e do empreendedorismo.

pwc

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco" ou "Banco"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 65.417.480 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.409.813 milhares de euros, o qual inclui interesses que não controlam de 129.446 milhares de euros e um resultado líquido negativo de 497.645 milhares de euros), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do período compreendido entre 4 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2014 ("Período") findo naquela data, e o correspondente Anexo com as Notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 Conforme divulgado na Nota 41 do Anexo das demonstrações financeiras, nos termos da subalínea (iv) da alínea (b) do ponto 1 do anexo 2 da Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, posteriormente alterada pela Deliberação do mesmo Conselho de 11 de agosto de 2014 ("Deliberação de Resolução"), não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades relativas a instrumentos financeiros que fossem, ou em algum momento tivessem sido, elegíveis para o cômputo dos fundos próprios do Banco Espírito Santo, S.A. ("BES"), o que inclui passivos subordinados e outros instrumentos de capital emitidos pela sucursal do BES nas Ilhas Caimão, nos montantes, em 31 de dezembro de 2014, de 43 milhões de euros e 163 milhões de euros, respetivamente. Estes instrumentos financeiros foram adquiridos aquando da sua emissão e permanecem a esta data na posse da sociedade BES Finance, Ltd ("BES Finance"), atualmente uma filial do Novo Banco, que em simultâneo procedeu à emissão e colocação junto de terceiros de instrumentos financeiros, garantidos pelo próprio BES, nos mesmos termos e condições e por igual montante. Face ao acima exposto, o Conselho de Administração do Novo Banco, em articulação com o Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução, considera que, nos termos da Deliberação de Resolução, do regime jurídico da resolução e das normas da União Europeia relativas aos auxílios de Estado, o Banco não é responsável pelo reembolso dos passivos subordinados e outros instrumentos de capitais emitidos pelo BES Finance, pois estes tiveram indiretamente expressão no património do próprio BES e encontram-se garantidos por este, pelo que não os refletiu no balanço consolidado do Banco em 31 de dezembro de 2014, embora à presente data, estritamente à luz das Normas Internacionais de Contabilidade, não se encontrem reunidas as condições técnicas para o não reconhecimento de tais responsabilidades. Nestas circunstâncias, caso as referidas responsabilidades tivessem sido refletidas no balanço consolidado do Banco em 31 de dezembro de 2014, as rubricas de passivos subordinados e de outros instrumentos de capital apresentar-se-iam aumentadas em 43 milhões de euros e 163 milhões de euros, respetivamente, e a reserva de originação diminuída em 206 milhões de euros.

8 Conforme referido na Nota 40 do Anexo das demonstrações financeiras, o balanço consolidado do Banco em 31 de dezembro de 2014 inclui 1.065 milhões de euros relativos a impostos diferidos ativos originados por prejuízos fiscais, dos quais 160 milhões de euros são referentes a prejuízos fiscais apurados pelo BES em 2013 e transferidos para o Novo Banco ao abrigo da Deliberação de Resolução, e 905 milhões de euros decorrem de prejuízos fiscais apurados em 2014, cuja efetiva recuperabilidade depende da futura obtenção de resultados tributáveis positivos. Tendo em conta que o período máximo de utilização dos referidos prejuízos fiscais é de 5 e 12 anos, consoante tenham sido originados em 2013 ou 2014, respetivamente, consideramos que a estimava de

recuperação dos mencionados impostos diferidos ativos efetuada pelo Conselho de Administração, baseada num plano de negócios abrangendo os exercícios de 2015 a 2026 que assume uma estabilidade dos resultados a partir de 2019, incorpora pressupostos que consideramos otimistas tendo em conta a conjuntura económica atual e o facto de se tratar de um banco de transição. Nestas circunstâncias, as rubricas de impostos diferidos ativos, reserva de originação e resultado líquido do Período, constantes do balanço consolidado do Banco em 31 de dezembro de 2014, encontram-se sobreavaliadas por um montante que não nos é possível quantificar com razoável grau de segurança, tendo em conta a multiplicidade dos pressupostos subjacentes e respetivas correlações, bem como o potencial impacto decorrente da projetada entrada de um novo acionista no Banco.

Opinião

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das situações referidas nos parágrafos nº 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Novo Banco, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do Período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

10 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do Período e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfases

11 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 9 acima, chamamos à atenção para os seguintes aspetos:

11.1 Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo das demonstrações financeiras, os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia preveem que o Novo Banco seja alienado num prazo máximo de dois anos. Não obstante, o Conselho de Administração do Banco considera que, tendo por base o plano de negócios que preparou e a informação prospetiva de que dispõe sobre a rentabilidade, fluxos de caixa e níveis de capital, o Banco tem meios para continuar a desenvolver a sua atividade no futuro previsível, pelo que as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade. Salientamos no entanto que, estando o Banco num processo de venda, o cumprimento do plano de negócios apresentado pelo Conselho de Administração, incluindo nomeadamente a recuperação dos impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais referida no parágrafo 8 acima, está necessariamente condicionado pela estratégia do futuro acionista e pela sua capacidade de gerar negócio relevante para o Novo Banco.

11.2 Conforme referido na Nota 1 do Anexo das demonstrações financeiras, nos termos do regime jurídico da resolução, o Banco de Portugal pode a todo o tempo deliberar transferir ou retransmitir, com efeitos retroativos, entre o BES e o Novo Banco, ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, com os consequentes impactos nas demonstrações financeiras do Banco.

11.3 Considerando que a criação do Banco resulta da aplicação de uma medida de resolução ao BES, a qual originou impactos relevantes em terceiros, é significativo o risco de litigância envolvendo o Novo Banco, relacionado com a Deliberação de Resolução e com a definição do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para este transferidos. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2014, conforme se refere na Nota 45 do Anexo, o Conselho de Administração refletiu a Deliberação de Resolução e decisões conexas tomadas pelo Banco de Portugal, bem como a indicação deste de que não se espera que resultem encargos para o Novo Banco decorrentes daquela litigância, tendo em conta as bases legais e a informação disponível à presenta data.

17 de junho de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas Consolidadas e Individuais

NOVO BANCO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Exmo. Accionista,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos e das Deliberações do Conselho de Administração do Banco de Portugal referentes ao processo de resolução aplicado ao Banco Espírito Santo, SA., cumpre-nos emitir o Relatório Anual e o Parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Novo Banco, SA., as quais compreendem a Demonstração dos resultados individuais e consolidados, a Demonstração do rendimento integral individual e consolidado, o Balanço individual e consolidado, a Demonstração das alterações no capital próprio individual e consolidado, a Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados e o respectivo Anexo com as Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Novo Banco, S.A., relativamente ao período de 4 de Agosto de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Durante o exercício acompanhámos a actividade do Banco e das suas filiais e associadas mais significativas, tendo desenvolvido, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, nomeadamente, as seguintes actividades:

- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Analisámos os aspectos legais e de regulação decorrentes do RGICSF e dos Avisos do Banco de Portugal, tendo verificado que algumas das medidas estabelecidas no Decreto Lei nº 157/2014 de 24 de Outubro, ainda se encontram em análise;
- Acompanhámos os trabalhos de auditoria especial ao balanço de abertura realizados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas;
- Acompanhámos os trabalhos de encerramento das contas mensais, trimestrais e anuais;
- Acompanhámos os relatórios sobre exposição ao Grupo Espírito Santo;
- Acompanhámos os relatórios diários de liquidez;

NOVA BANCO, S.A. ... inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 4.900.000.000,00 Euros.

NOVO BANCO

- Apreciámos o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo emitido em 2014, sobre o qual não foi contudo possível emitir parecer, na medida em que se referia a actividade do período anterior à constituição do Novo Banco, SA. e consequente nomeação deste Conselho Fiscal;

- Procedemos à apresentação mensal de relatórios de actividade ao Fundo de Resolução e ao Banco de Portugal.

Para o exercício das suas funções, este Conselho Fiscal reuniu com o Conselho de Administração e com os responsáveis dos principais departamentos, sempre que se justificou, e participou nas reuniões regulares e extraordinárias do Conselho de Administração, para acompanhamento dos actos da administração e da actividade e dos negócios do Banco, bem como o debate dos assuntos mais relevantes decorrentes das análises realizadas.

No âmbito e para o efeito das análises e verificações efectuadas, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, documentação e esclarecimento das múltiplas questões suscitadas. Em particular, salientam-se as reuniões regulares com os departamentos de Auditoria Interna, Risco e Compliance, para acompanhamento dos aspectos mais relevantes decorrentes da actividade destes departamentos e da eficácia do respectivo sistema de controlo interno.

No que se refere ao acompanhamento das actividades do departamento de auditoria interna, merece especial destaque:

- A participação do conselho fiscal no acompanhamento dos planos de auditoria para 2014 e 2015, tendo tido participação activa na discussão do plano para 2015, elaborado já em 2015; e

- O acompanhamento regular dos relatórios emitidos e a discussão dos principais aspectos, especialmente as deficiências mais significativas e as que, tendo sido geradas em exercícios anteriores, ainda não se encontravam resolvidas.

No período de 4 de Agosto a 31 de Dezembro de 2014, o Conselho Fiscal emitiu 13 pareceres decorrentes de pedidos efetuados pelo Conselho de Administração e pelas Direcções, relacionados, nomeadamente, com:

- A renovação da relação comercial com entidades do Grupo Espírito Santo, tendo em conta as restrições de exposição creditícia impostas pelo Banco de Portugal;

- A verificação da aplicação de diversas medidas relativamente à realização de operações de concessão de crédito a pessoas e entidades especialmente relacionadas com o Grupo Espírito Santo, tendo em conta as restrições impostas pelo Banco de Portugal; e

NOVO BANCO

- A independência da sociedade de revisores oficiais de contas no que diz respeito à prestação de serviços adicionais.

Este Conselho Fiscal efectuou reuniões de trabalho ao longo do ano, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., tanto no âmbito da sua auditoria aos saldos de abertura como no decorrer da auditoria às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. No âmbito da articulação existente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Conselho Fiscal obteve os esclarecimentos necessários e suficientes às questões colocadas no âmbito das suas funções, e, em particular:

- A conformidade dos registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

- A existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título; e

- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada representação do património e dos resultados da sociedade, exceptuando os aspectos relevados como reservas e ênfases nas Certificações Legais das Contas e no Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual e Consolidada emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 17 de Junho de 2015.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, bem como os demais documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes, os quais satisfazem os requisitos legais aplicáveis.

Os documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCopers, SROC, Lda., a qual emitiu as respectivas Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual e Consolidada em 16 de Junho de 2015, com reservas e ênfases, sobre as quais o Conselho Fiscal expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais.

O Relatório de Gestão do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco no seu primeiro exercício de actividade, evidenciando os aspectos mais significativos, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que o Banco se defronta.

O relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

NOVO BANCO, S.A., com sede na Av. da Liberdade, nº 195, 1250-142 Lisboa, com o número único 512 204 918 de pessoa colectiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €4 900 000 000,00

NOVO BANCO

A proposta de aplicação dos resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Face ao exposto, somos de parecer que:

(a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em conta as reservas expressas nas Certificações Legais das Contas;

(b) Seja aprovado o Relatório do Governo das Sociedades;

(c) Seja aprovada a Proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão; e

(d) Se proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos responsáveis pela diversas Direções do Banco e aos demais colaboradores, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Lisboa, 17 de Junho de 2015

O Conselho Fiscal

José Manuel de Oliveira Vitorino
Presidente

José António Noivo Alves Fonseca
Vogal

José Francisco Claro
Vogal

NOVO BANCO, S.A., com sede na Av. da Liberdade nº 195, em Lisboa, com o número único 513 251 514 de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 4.900.000.000,00 Euros

NOVO BANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014
Juros e proveitos similares	4	639 666
Juros e custos similares	4	466 030
Margem financeira		**173 636**
Rendimentos de instrumentos de capital	5	7 474
Rendimentos de serviços e comissões	6	178 534
Encargos com serviços e comissões	6	(43 803)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(29 023)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	22 375
Resultados de reavaliação cambial	9	32 466
Resultados de alienação de outros ativos	10	(896)
Outros resultados de exploração	11	(19 354)
Produto da actividade		**321 409**
Custos com pessoal	12	(147 747)
Gastos gerais administrativos	14	(126 219)
Depreciações e amortizações	25 e 26	(35 353)
Provisões líquidas de anulações	33	369 529
Imparidade do crédito líquida de reversões	22	(446 721)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões	20 e 21	(301 237)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	24, 27 e 28	(136 078)
Custos operacionais		**(823 826)**
Resultado antes de impostos		**(502 417)**
Impostos sobre o rendimento		
Correntes	34	(16 395)
Diferidos	34	(129 808)
Resultado líquido do período		**(648 620)**
Resultados por ação básicos (em euros)	15	(0,13)
Resultados por ação diluídos (em euros)	15	(0,13)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

NOVO BANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014
Resultado líquido do período		**(648 620)**
Outro rendimento integral do período		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Remensurações de planos de benefícios definidos	13	(258 524)
Pensões - regime transitório	a)	(2 282)
		(260 806)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio	a)	18 038
Efeito fiscal	a)	(5 231)
		12 807
Ativos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no período	37	(93 629)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	37	171 738
Impostos sobre o rendimento	37	(21 903)
		56 206
Total de outro rendimento integral do período		**(191 793)**
Total do rendimento integral do período		**(840 413)**

a) Ver Demonstração de Alterações no Capital Próprio

NOVO BANCO, S.A.

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 4 DE AGOSTO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014	04.08.2014 reexpresso com deliberação de 22.12.2014 e 11.02.2015 (a)	04.08.2014 (b)
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	2 724 884	5 361 395	5 361 395
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	214 258	369 414	369 414
Ativos financeiros detidos para negociação	18	1 295 491	1 274 803	1 274 803
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	1 245 882	1 541 803	1 541 803
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	7 564 670	8 287 546	8 287 546
Aplicações em instituições de crédito	21	2 830 785	2 598 473	2 598 473
Crédito a clientes	22	31 341 787	33 484 839	33 484 839
Derivados para gestão de risco	23	405 235	353 090	353 090
Ativos não correntes detidos para venda	24	1 713 729	1 167 172	1 167 172
Outros Ativos tangíveis	25	304 889	315 311	315 311
Ativos intangíveis	26	99 918	102 043	102 043
Investimentos em subsidiárias e associadas	27	1 382 675	1 798 817	1 798 817
Ativos por impostos correntes	34	14 928	14 818	14 818
Ativos por impostos diferidos	34	2 532 431	2 856 746	2 863 931
Outros ativos	28	2 619 286	3 101 138	3 175 914
Total de Ativo		**56 290 848**	**62 627 408**	**62 709 369**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	29	8 471 659	13 472 827	13 472 827
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 078 260	1 087 235	1 087 235
Recursos de outras instituições de crédito	30	4 347 939	5 365 817	5 365 817
Recursos de clientes	31	27 838 824	26 223 970	26 847 070
Responsabilidades representadas por títulos	32	7 785 141	7 927 383	7 927 383
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		230 555	271 802	271 802
Derivados para gestão de risco	23	104 669	83 307	83 307
Provisões	33	825 947	1 265 053	1 265 053
Passivos por impostos correntes	34	25 537	18 326	18 326
Passivos por impostos diferidos	34	77 096	245 080	245 080
Outros passivos	35	687 540	993 416	974 796
Total de Passivo		**51 473 167**	**56 954 216**	**57 558 696**
Capital Próprio				
Capital	36	4 900 000	4 900 000	4 900 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	37	566 301	773 192	250 673
Resultado líquido do período		(648 620)	-	-
Total de Capital Próprio		**4 817 681**	**5 673 192**	**5 150 673**
Total de Passivo e Capital Próprio		**56 290 848**	**62 627 408**	**62 709 369**

a) Balanço inicial reexpresso com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014, determinando que a responsabilidade contraída pelo Banco Espírito Santo perante a Oak Finance Luxembourg não foi transferida para o NOVO BANCO (esta determinação conduziu à retificação da reserva de originação, que se traduziu numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 na qual se deliberou que as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões de reforma e sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva não foram transferidas para o NOVO BANCO (variação negativa na reserva de originação de 25,8 milhões de euros).

b) Balanço inicial, incorporando as deliberações do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 e 11 de agosto de 2014 comunicadas pelo Banco de Portugal ao Novo Banco, de acordo com o artigo 11º, nº 7, do Aviso 13/2012, ao abrigo da carta NºADM/2014/0121, de 3 de dezembro de 2014 (conforme publicado em www.novobanco.pt/SITE/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=752398&fext.=.pdf).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

NOVO BANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

		Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral				
	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e Outro rendimento integral	Total	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 4 de agosto de 2014	**4 900 000**	-	**250 673**	**250 673**	-	**5 150 673**
Impacto da reexpressão	-	-	522 519	522 519	-	522 519
Saldo em 4 de agosto de 2014 (reexpresso)	**4 900 000**	-	**773 192**	**773 192**	-	**5 673 192**
Outro rendimento integral						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	56 206	-	56 206	-	56 206
Pensões - regime transitório	-	-	(2 282)	(2 282)	-	(2 282)
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidos de imposto	-	-	(258 524)	(258 524)	-	(258 524)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto **(a)**	-	-	12 807	12 807	-	12 807
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(648 620)	(648 620)
Total do rendimento integral do período	-	**56 206**	**(247 999)**	**(191 793)**	**(648 620)**	**(840 413)**
Alterações à reserva originária **(b)**	-	-	(16 711)	(16 711)	-	(16 711)
Outros movimentos	-	-	1 613	1 613	-	1 613
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**4 900 000**	**56 206**	**510 095**	**566 301**	**(648 620)**	**4 817 681**

(a) Inclui as diferenças de conversão cambial de economias hiperinflacionárias

(b) Resulta dos esclarecimentos à Medida de Resolução prestados pelo Banco de Portugal após a data de publicação do balanço de abertura (ver Nota 37)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

NOVO BANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 4 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos		776 394
Juros e custos pagos		(449 591)
Serviços e comissões recebidas		178 630
Serviços e comissões pagas		(47 205)
Recuperações de créditos		6 778
Contribuições para o fundo de pensões		(377 434)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(264 706)
		(177 134)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		(4 945 880)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		116 985
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(12 188 212)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		13 201 899
Aplicações em outras instituições de crédito		(408 901)
Recursos de outras instituições de crédito		(1 028 951)
Crédito a clientes		1 439 609
Recursos de clientes e outros empréstimos		1 905 905
Derivados para gestão do risco		(38 977)
Outros ativos e passivos operacionais		(481 528)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**(2 605 185)**
Impostos sobre os lucros pagos		9 999
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**(2 595 186)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos		7 474
Compra de imobilizações e propriedades de investimento		(23 733)
Venda de imobilizações e propriedades de investimento		1 479
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(14 780)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(296 828)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(296 828)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**(2 906 794)**
Caixa e equivalentes no início do período [1]		**5 398 406**
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		187 703
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(2 906 794)
Caixa e equivalentes no fim do período		**2 679 315**
Caixa e equivalentes engloba:		
Caixa	16	178 943
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	2 545 941
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		(259 827)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	214 258
Total		**2 679 315**

[1] Este montante já inclui 4 815 milhões de euros relativos ao aumento de capital realizado em dinheiro aquando da constituição do Banco. A realização do restante capital (85 milhões de euros) para perfazer o total de 4 900 milhões de euros ocorreu em 11 de agosto de 2015.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

NOVO BANCO, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE

O **NOVO BANCO, S.A.** foi constituído no dia 3 de agosto de 2014 por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de dia 3 de agosto de 2014 (20 horas), ao abrigo do nº 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF)[1], aprovado pelo DL nº 298/92, de 31 de dezembro, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES), nos termos dos nºs 1 e 3, alínea c) do artigo 145º-C do RGICSF.

Como determinado pelo Ponto Dois da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de dia 3 de agosto de 2014 (20 horas), na redação que lhe foi dada por deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto (17 horas), [doravante "deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014" ou "deliberação"], foram transferidos para o NOVO BANCO, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 145º-H do RGICSF, os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, de acordo com os critérios definidos no Anexo 2 à deliberação, descritos como segue:

Ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, SA, objeto de transferência para o NOVO BANCO, SA

1. *Ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, SA (BES), registados na contabilidade, que são objeto da transferência para o NOVO BANCO, SA, de acordo com os seguintes critérios:*

(a) *Todos os ativos, licenças e direitos, incluindo direitos de propriedade do BES são transferidos na sua totalidade para o NOVO BANCO, SA com exceção dos seguintes:*

(i) Ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo Angola, S.A.;

(ii) Ações representativas do capital social do Espírito Santo Bank (Miami);

(iii) Ações representativas do capital social do Aman Bank (Líbia);

(iv) Ações próprias do Banco Espírito Santo, S.A.;

[1] As referências efetuadas ao RGICSF, referem-se à versão em vigor na data da medida de resolução e em 31 de dezembro de 2014, a atual versão do RGICSF sofreu alterações, nomeadamente no art.º 145 por força da Lei 23/4 2015, de 26 de Março, que entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação.

(v) Direitos de crédito sobre a Espírito Santo International e seus acionistas, os acionistas da Espírito Santo Control, as entidades que estejam em relação de domínio ou de grupo, nos termos do disposto do artigo 21.° do Código dos Valores Mobiliários, com a Espírito Santo International e créditos detidos sobre as entidades que estejam em relação de domínio ou de grupo, nos termos do disposto do artigo 21.° do Código dos Valores Mobiliários, com a Espírito Santo Financial Group (doravante designado "Grupo Espírito Santo"), com exceção (A) dos direitos de crédito sobre a Espírito Santo Financial Group, garantidos por penhor financeiro sobre a totalidade das ações da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, (B) dos créditos sobre entidades incluídas no perímetro de supervisão consolidada do BES (doravante designado "Grupo BES"), e (C) dos créditos sobre as seguradoras supervisionadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, a saber: Companhia de Seguros Tranquilidade, T-Vida-Companhia de Seguros, Europ Assistance e Seguros Logo;

(vi) Disponibilidades no montante de dez milhões de euros, para permitir à Administração do BES, proceder às diligências necessárias à recuperação e valorização dos seus ativos e satisfazer os seus encargos de natureza tributária ou administrativa.

***(b)** As responsabilidades do BES perante terceiros que constituam passivos ou elementos extrapatrimoniais deste são transferidos na sua totalidade para o NOVO BANCO, SA, com exceção dos seguintes ("Passivos Excluídos"):*

(i) Passivos para com (a) os respetivos acionistas, cuja participação seja igual ou superior a 2% do capital social ou por pessoas ou entidades que nos dois anos anteriores à transferência tenham tido participação igual ou superior a 2% do capital social do BES, membros dos órgãos de administração ou de fiscalização, revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas ou pessoas com estatuto semelhante noutras empresas que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a instituição, (b) as pessoas ou entidades que tenham sido acionistas, exercido as funções ou prestado os serviços referidos na alínea anterior nos quatro anos anteriores à criação do NOVO BANCO, SA, e cuja ação ou omissão tenha estado na origem das dificuldades financeiras da instituição de crédito ou tenha contribuído para o agravamento de tal situação; (c) os cônjuges, parentes ou afins em 1.0 grau ou terceiros que atuem por conta das pessoas ou entidades referidos nas alíneas anteriores, (d) os responsáveis por factos relacionados com a instituição de crédito, ou que deles tenham tirado benefício, diretamente ou por interposta pessoa, e que estejam na origem das dificuldades financeiras ou tenham contribuído, por ação ou omissão no âmbito das suas responsabilidades, para o agravamento de tal situação, no entender do Banco de Portugal;

(ii) Obrigações contraídas perante entidades que integram o Grupo Espírito Santo e que constituam créditos subordinados nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, com exceção das entidades integradas no Grupo BES cujas responsabilidades perante o BES foram transferidas para o NOVO BANCO, sem prejuízo, quanto a esta entidade, da exclusão prevista na subalínea (v);

(iii) Obrigações contraídas ou garantias prestadas perante terceiros relativamente a qualquer tipo de responsabilidades de entidades que integram o Grupo Espírito Santo, com exceção das entidades integradas no Grupo BES cujas participações sociais tenham sido transferidas para o NOVO BANCO, SA;

(iv) Todas as responsabilidades resultantes da emissão de instrumentos que sejam, ou em algum momento tenham sido, elegíveis para o cômputo dos fundos próprios do BES e cujas condições tenham sido aprovadas pelo Banco de Portugal;

(v) Quaisquer responsabilidades ou contingências, nomeadamente as decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais;

(vi) Quaisquer responsabilidades ou contingências do BES relativas a ações, instrumentos ou contratos de que resultem créditos subordinados perante o BES;

(vii) Quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo, sem prejuízo de eventuais créditos não subordinados resultantes de estipulações contratuais, anteriores a 30 de junho de 2014, documentalmente comprovadas nos arquivos do BES, em termos que permitam o controlo e fiscalização das decisões tomadas.

(c) *No que concerne às responsabilidades do BES que não são objeto de transferência, estas permanecem na esfera jurídica do BES;*

(d) *Todos os restantes elementos extrapatrimoniais do BES são transferidos na sua totalidade para o NOVO BANCO, SA com exceção dos relativos ao Banco Espírito Santo Angola, S.A., ao Espírito Santo Bank (Miami) e ao Aman Bank (Líbia);*

(e) *Os ativos sob gestão do BES ficam sob gestão do NOVO BANCO, SA;*

(f) *Todos os trabalhadores e prestadores de serviços do BES são transferidos para o NOVO BANCO, SA;*

(g) *Qualquer garantia relacionada com qualquer obrigação transferida para o NOVO BANCO, SA também é transferida para o NOVO BANCO, SA. Qualquer garantia relacionada com qualquer obrigação não transferida para o NOVO BANCO, SA também não será transferida para o NOVO BANCO, SA.*

2. *Após a transferência prevista nas alíneas anteriores, o Banco de Portugal pode a todo o tempo transferir ou retransmitir, entre o BES e o NOVO BANCO, SA, ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, nos termos do artigo 145.°H, número 5.°.*

3. *O BES celebrará com o NOVO BANCO, SA, um contrato confirmatório de transmissão de ativos e passivos regidos por lei estrangeira e/ou situados no estrangeiro, nos termos definidos pelo Banco de Portugal, que incluirá a obrigação do BES de assegurar que dá cumprimento a quaisquer formalidades e procedimentos necessários para este efeito.*

4. *Tendo em consideração que os sistemas de notação incluídos no âmbito de autorização IRB concedida ao BES, em base consolidada, com referência a partir de 31 de março de 2009, transitam na sua plenitude para o NOVO BANCO, SA, o Banco de Portugal considerando que se mantêm satisfeitos os requisitos estabelecidos no Capítulo 3 do Título II da Parte II do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 (CRR), e que os sistemas em matéria de gestão e notação das posições em risco de crédito permanecem sólidos e são aplicados com integridade, decide, ao abrigo do n.º 1 do artigo 143.° do mesmo Regulamento autorizar o NOVO BANCO, SA, a calcular os montantes das posições ponderadas pelo risco utilizando o Método IRB, com efeitos imediatos e nos mesmos termos da autorização concedida ao BES.*

5. *Os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais são transferidos pelo respetivo valor contabilístico, sendo os ativos ajustados em conformidade com os valores constantes do Anexo 2A, por forma a assegurar uma valorização conservadora, a confirmar na auditoria prevista no Ponto Três.*

6. *Em função desta valorização, apuram-se necessidades de capital para o NOVO BANCO, SA, de 4900 milhões de euros.*

7. *Mantém-se em vigor, para as pessoas que exerceram funções nos órgãos de administração e fiscalização do BES, durante os mandatos iniciados em 2012 e até conclusão das necessárias averiguações, as medidas operacionais e cautelares de execução da presente deliberação, que impedem a transferência para o NOVO BANCO, SA das responsabilidades perante essas pessoas.*

8. *A comprovação de que as pessoas a que se refere o ponto (c) da subalínea (i) da alínea (b) do presente Anexo não atuam por conta das pessoas ou entidades referidos nos pontos anteriores e de que, em consequência, o direito aos fundos depositados pertence ao titular formal das contas deve obedecer às seguintes regras: a) a comprovação compete ao NOVO BANCO, SA; b) a comprovação deve ter em conta, entre outras circunstâncias relevantes, as atividades profissionais das pessoas em causa, o seu grau de dependência em relação às pessoas referidas nos pontos anteriores, o seu nível de rendimentos e o montante depositado; c) a comprovação deve ser documentada e arquivada em termos que permitam o controlo e fiscalização das decisões tomadas. Enquanto estas decisões não forem tomadas mantêm-se em vigor as medidas operacionais de execução da presente deliberação.*

9. *A transferência decretada (e, conforme aplicável, confirmada pela celebração do contrato confirmatório de transferência determinado pelo Banco de Portugal) não pretende conferir a quaisquer contrapartes ou terceiros quaisquer novos direitos nem permitir exercer quaisquer direitos que na ausência dessa transferência não existissem ou não pudessem ser exercidos sobre ou com relação aos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, assim transferidos, incluindo quaisquer direitos de denúncia, resolução ou de decretar o vencimento antecipado ou de compensar (netting / set-off), nem dar lugar a (i) qualquer incumprimento, (ii) alteração de condições, direitos ou obrigações, ou (iii) sujeição a aprovações ou (iv) direito a executar garantias, (v) direito a efetuar*

retenções ou compensações (netting / set-off) entre quaisquer pagamentos ou créditos ao abrigo de tais ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos.

Nos termos do número 1 do artigo 3º dos Estatutos, "O NOVO BANCO, S.A., tem por objeto a administração dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos do Banco Espírito Santo, S.A., para o NOVO BANCO, S.A., e o desenvolvimento das atividades transferidas, tendo em vista as finalidades enunciadas no artigo 145º-A do RGICSF.

O NOVO BANCO, enquanto banco de transição, tem uma duração limitada no tempo (artigo 145º-G, nº12 do RGICSF). De acordo com os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, o NOVO BANCO tem que ser alienado num prazo máximo de dois anos desde a data da sua constituição.

Por força do artigo 153º-B do RGICSF, o Fundo de Resolução é o detentor único do capital social do NOVO BANCO, S.A. que é representado por 4 900 milhões de ações nominativas com valor nominal de um euro por ação num total de 4 900 milhões de euros.

O NOVO BANCO S.A. tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº195 em Lisboa.

O NOVO BANCO dispõe de uma rede de retalho de 639 balcões em Portugal e no estrangeiro, incluindo sucursais em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 8 escritórios de representação no estrangeiro.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do NOVO BANCO, S.A. (Banco ou NOVO BANCO) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2014.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do NOVO BANCO agora apresentadas reportam-se a 31 de dezembro de 2014, sendo que os resultados correspondem ao período decorrido entre 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de junho de 2015 e serão submetidas para aprovação da Assembleia Anual, que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Nas notas relativas a saldos de balanço a seguir apresentadas, considerou-se para efeitos de comparabilidade o balanço de abertura a 4 de agosto de 2014 reexpresso.

Apresenta-se de seguida a reconciliação entre (i) o balanço inicial publicado no dia 3 de dezembro de 2014 incorporando a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 comunicada pelo Banco de Portugal ao NOVO BANCO, de acordo com o artigo 11º, nº 7, do Aviso 13/2012, (conforme publicado em www.novobanco.pt/SITE/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=752398&fext.=.pdf) e (ii) o balanço inicial reexpresso com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 22 de dezembro de 2014 (que determinou que a responsabilidade contraída pelo BES perante a Oak Finance Luxembourg não foi, em momento nenhum, transferida para o NOVO BANCO, conduzindo à retificação da reserva de originação numa variação positiva equivalente a 548,3 milhões de euros) e com a deliberação de 11 de fevereiro de 2015 do Conselho de Administração do Banco de Portugal, ao abrigo do disposto nos artigos 145.º- G, n.º 1, e 145.º- H, n.º 2, alínea a) e b), do RGICSF na qual se decidiu que:

"*a) Para efeitos de execução da deliberação do Banco de Portugal, clarifica-se que as responsabilidades do Banco Espírito Santo não transferidas para o NOVO BANCO nos termos da subalínea i) da alínea b) do ponto 1 do Anexo 2 da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20:00 horas), com a redação que lhe foi dada pela deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto de 2014 (17:00 horas) abrangem as responsabilidades do Banco Espírito Santo referentes às pensões e complementos de pensão de reforma dos Administradores do Banco Espírito Santo que tenham sido membros da sua Comissão Executiva e que se encontrem abrangidos pela subalínea i) da alínea b) do ponto 1 do Anexo 2 da mesma deliberação, tal como definidas pelo Contrato de Sociedade do BES e nos Regulamentos da Assembleia Geral do Banco Espírito Santo para os quais o Contrato de Sociedade remete, não tendo, por isso, sido transferidas para o NOVO BANCO, sem prejuízo das responsabilidades decorrentes exclusivamente do contrato de trabalho com o Banco Espírito Santo.*

b) O NOVO BANCO e o Banco Espírito Santo devem adequar os seus registos contabilísticos à presente deliberação, adotando as medidas de execução necessárias à sua adequada aplicação."

O impacto da deliberação de 11 de fevereiro de 2015 do Banco de Portugal encontra-se refletido no balanço do Grupo NOVO BANCO. Contudo, até à presente data, a ASF ainda não formalizou a sua aprovação, razão pela qual os valores contabilizados podem estar sujeitos a correções futuras decorrentes da decisão final da ASF (ver Nota 13).

NOVO BANCO, S.A.

BALANÇO EM 4 DE AGOSTO DE 2014

(milhares de euros)

	Publicado em 03.12.2014	Deliberação de 22.12.2014	Deliberação de 11.02.2015	Reexpresso com deliberação de 22.12.2014
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5 361 395	-	-	5 361 395
Disponibilidades em outras instituições de crédito	369 414	-	-	369 414
Ativos financeiros detidos para negociação	1 274 803	-	-	1 274 803
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 541 803	-	-	1 541 803
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 287 546	-	-	8 287 546
Aplicações em instituições de crédito	2 598 473	-	-	2 598 473
Crédito a clientes	33 484 839	-	-	33 484 839
Derivados para gestão de risco	353 090	-	-	353 090
Ativos não correntes detidos para venda	1 167 172	-	-	1 167 172
Outros Ativos tangíveis	315 311	-	-	315 311
Ativos intangíveis	102 043	-	-	102 043
Investimentos em subsidiárias e associadas	1 798 817	-	-	1 798 817
Ativos por impostos correntes	14 818	-	-	14 818
Ativos por impostos diferidos	2 863 931	-	(7 185)	2 856 746
Outros ativos	3 175 915	(74 777) **(a)**	-	3 101 138
Total de Ativo	**62 709 370**	**(74 777)**	**(7 185)**	**62 627 408**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	13 472 827	-	-	13 472 827
Passivos financeiros detidos para negociação	1 087 235	-	-	1 087 235
Recursos de outras instituições de crédito	5 365 817	-	-	5 365 817
Recursos de clientes	26 847 070	(623 100)	-	26 223 970
Responsabilidades representadas por títulos	7 927 383	-	-	7 927 383
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	271 802	-	-	271 802
Derivados para gestão de risco	83 307	-	-	83 307
Provisões	1 265 053	-	-	1 265 053
Passivos por impostos correntes	18 326	-	-	18 326
Passivos por impostos diferidos	245 080	-	-	245 080
Outros passivos	974 796	-	18 620	993 416
Total de Passivo	**57 558 696**	**(623 100)**	**18 620**	**56 954 216**
Capital Próprio				
Capital	4 900 000	-	-	4 900 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	250 674	548 323	(25 805)	773 192
Total de Capital Próprio	**5 150 674**	**548 323**	**(25 805)**	**5 673 192**
Total de Passivo e Capital Próprio	**62 709 370**	**(74 777)**	**(7 185)**	**62 627 408**

(a) Refere-se a custos diferidos pagos no início da operação e que estavam a ser periodificados durante a vigência do contrato

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo

valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

As diferenças cambiais referentes a relações de cobertura de fluxos de caixa, e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, caso existam, são reconhecidas em outro rendimento integral.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows)* e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 28) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente do instrumento principal (hospedeiro ou acolhimento) quando as suas características económicas e os seus riscos não estão estritamente relacionados o contrato hospedeiro ou contrato de acolhimento, e o contrato agregado (derivado embutido e contrato hospedeiro ou contrato de acolhimento) não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

O Banco classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 19 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, adquiridos com a intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos disponíveis para venda e ficará, durante 2 anos, impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinada com base na cotação de fecho (*bid-price*) no preço da última transação efetuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros não podem ser reclassificados para ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando

esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital em que as perdas por imparidade não podem ser revertidas e as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos que não constam do ativo do Banco. São registadas como um passivo financeiro de negociação, pelo justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Os ganhos e perdas resultantes da variação do respetivo justo valor são diretamente reconhecidas em resultados.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos – com exceção dos produtos estruturados em que os derivados embutidos foram bifurcados e registados separadamente e reavaliados ao justo valor –, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do NOVO BANCO, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Banco ou da contraparte.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente

da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.11. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do Banco) é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de dois anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco tem como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. Para os imóveis registados no balanço do Banco considera-se o valor de venda imediata como o respetivo justo valor. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

   O Método de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

   Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

   O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

Os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda refletem, fundamentalmente, ativos e passivos de sociedades adquiridas pelo Banco no âmbito de operações de reestruturação de crédito que o Grupo pretende alienar no prazo de um ano. Por se tratar de aquisições de entidades no âmbito de operações de reestruturação de crédito, tais aquisições são contabilizadas ao justo valor e qualquer diferença entre este justo valor e o valor do crédito extinto por via da aquisição, é reconhecida como uma imparidade do crédito.

2.12. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Na data do desreconhecimento de um ativo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

2.13. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido estimado.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos (conforme referido na Nota 13), foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades com pensões de reforma foram calculadas a 4 de agosto de 2014 (com referência a 30 de junho de 2014) e em 31 de dezembro de 2014, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, e serão sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares

consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco tem o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo remensurações e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) que vierem a ser atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração serão contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento serão reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que devam ser reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos a reconhecer nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa serão posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se

revertam no futuro e o Banco não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos passivos são sempre contabilizados, independentemente da performance do NOVO BANCO.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis.

2.17. Provisões e passivos contigentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Serão reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos será reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão será mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são sempre objeto de divulgação, exceto nos casos em que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados serão determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não será separada e será classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco será reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, serão reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados serão reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.24. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O NOVO BANCO é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros através da venda de contratos de seguro dos ramos vida e não vida. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões que estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros revestem as seguintes modalidades:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa predeterminada sobre o valor das subscrições efetuadas através do Banco e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios preestabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;
- outras comissões variáveis, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando que o atual quadro contabilístico exige que sejam realizados julgamentos e calculadas estimativas que incorporam algum grau de subjetividade, o uso de parâmetros diferentes ou julgamentos com base em evidências diferentes podem resultar em estimativas diferentes.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

Considera-se que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, pelo que há necessidade de se avaliar toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, são considerados os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao valor de aquisição;
(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado *(mark to market)* ou de modelos de avaliação *(mark to model)* os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, em conformidade com os princípios da IFRS 13 – Justo valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida incorpora diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas.

3.4. Impostos sobre o rendimento

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização tábuas atuariais, pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e taxas de desconto. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do NOVO BANCO para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor destes ativos é apurado com base em avaliações, conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviço, utilizando os métodos de mercado, rendimento ou custo, tal como definidos na Nota 2.11. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos poderiam resultar num nível diferente de justo valor com impacto respetivo valor de balanço reconhecido.

3.7. Provisões

O Banco reconhece provisões destinadas a cobrir as perdas a incorrer com ofertas comerciais aprovadas em sede de Conselho de Administração do Banco, e na sequência da não oposição do Banco de Portugal e da CMVM. O valor das provisões corresponde à melhor estimativa do NOVO BANCO a esta data.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares			
Juros de crédito	482 519	5 421	487 940
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	7 615	7 615
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	13 033	623	13 656
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	48 313	-	48 313
Juros de derivados para gestão de risco	-	76 094	76 094
Outros juros e proveitos similares	6 048	-	6 048
	549 913	**89 753**	**639 666**
Juros e custos similares			
Juros de responsabilidades representadas por títulos	215 528	12 161	227 689
Juros de recursos de clientes	101 523	40 640	142 163
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	37 061	18 588	55 649
Juros de derivados para gestão de risco	-	36 176	36 176
Outros juros e custos similares	4 353	-	4 353
	358 465	**107 565**	**466 030**
	191 448	**(17 812)**	**173 636**

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	3 450
Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda	4 024
	7 474

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Rendimentos de serviços e comissões	
Por serviços bancários prestados	98 735
Por garantias prestadas	52 775
Por operações realizadas com títulos	3 378
Por compromissos perante terceiros	8 148
Outros rendimentos de serviços e comissões	15 498
	178 534
Encargos com serviços e comissões	
Por serviços bancários prestados por terceiros	19 775
Por garantias recebidas	18 511
Por operações realizadas com títulos	3 655
Outros encargos com serviços e comissões	1 862
	43 803
	134 731

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 17,8 milhões de euros relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 32).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Proveitos	**Custos**	**Total**
Títulos detidos para negociação			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	2 082	455	1 627
De outros emissores	25 760	197	25 563
Ações	754	6 428	(5 674)
Outros títulos de rendimento variável	-	201	(201)
	28 596	**7 281**	**21 315**
Instrumentos financeiros derivados			
Contratos sobre taxas de câmbio	257 896	65 303	192 593
Contratos sobre taxas de juro	690 195	764 429	(74 234)
Contratos sobre ações/índices	188 225	200 662	(12 437)
Contratos sobre créditos	30 860	68 990	(38 130)
Outros	7 393	18 749	(11 356)
	1 174 569	**1 118 133**	**56 436**
Outos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Títulos			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	139	-	139
De outros emissores	11 179	874	10 305
Ações	120	1 050	(930)
Outros títulos de rendimento variável	2 578	134 439	(131 861)
	14 016	**136 363**	**(122 347)**
Outros ativos financeiros (1)			
Aplicações em instituições de crédito	-	17	(17)
Crédito a clientes	17 721	458	17 263
	17 721	**475**	**17 246**
Passivos financeiros (1)			
Recursos de instituições de crédito	291	20 853	(20 562)
Recursos de clientes	37 000	23 728	13 272
Débitos representados por títulos	11 116	5 499	5 617
	48 407	**50 080**	**(1 673)**
	80 144	**186 918**	**(106 774)**
	1 283 309	**1 312 332**	**(29 023)**

(1) inclui a variação de justo valor de ativos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui um efeito positivo de 27,5 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Banco, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Banco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Banco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

No período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 4 600 milhares de euros.

NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Proveitos	**Custos**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	8 912	1 303	7 609
De outros emissores	10 363	2 921	7 442
Ações	157	4	153
Outros títulos de rendimento variável	9 615	2 444	7 171
	29 047	**6 672**	**22 375**

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Proveitos	**Custos**	**Total**
Reavaliação cambial	567 909	535 443	32 466
	567 909	535 443	32 466

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Créditos a clientes	(38)
Ativos não correntes detidos para venda	(1 321)
Outros	463
	(896)

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Outros proveitos / (custos) de exploração	
Serviços informáticos	96
Resultados de operações de crédito	6 778
Serviços não recorrentes de consultoria	884
Impostos diretos e indiretos	(5 359)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(5 062)
Contribuição para o fundo de resolução	(3 448)
Contribuição sobre o setor bancário	(12 952)
Quotizações e donativos	(1 135)
Outros	844
	(19 354)

NOTA 12 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Vencimentos e salários	103 433
Remunerações	103 005
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	428
Encargos sociais obrigatórios	28 287
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	9 260
Outros custos	6 767
	147 747

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de dezembro de 2014				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	479	108	1 251	1 838
Sub total	**479**	**108**	**1 251**	**1 838**
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	110	-	502	612
Total	**590**	**108**	**1 752**	**2 450**

Considera-se "Outro pessoal chave da gestão" os Diretores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do NOVO BANCO.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor do crédito concedido pelo NOVO BANCO ao pessoal chave da gestão ascendia a 3 968 milhares de euros.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efetivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	31.12.2014
Funções diretivas	595
Funções de chefia	823
Funções específicas	2 582
Funções administrativas e outras	2 327
	6 327

NOTA 13 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Aos trabalhadores bancários é ainda assegurada a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), gerido pelo Sindicato respetivo, tendo o Banco de efetuar contribuições obrigatórias correspondentes a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal. O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20:00 horas), com a redação que lhe foi dada pela deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto de 2014 (17:00 horas), não foram transferidas para o NOVO BANCO quaisquer obrigações contraídas pelo BES, perante os membros do órgão de administração do BES, incluindo os que exerceram essas funções nos quatro anos anteriores à criação do NOVO BANCO e cuja ação ou omissão tenha estado na origem das dificuldades financeiras da instituição de crédito ou tenha contribuído para o agravamento de tal situação. Nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 11 de fevereiro de 2015, o Banco de Portugal clarificou que as responsabilidades do BES não transferidas para o NOVO BANCO nos termos acima referidos abrangem as responsabilidades referentes às pensões de reforma e de sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos administradores do BES que tenham sido membros da sua Comissão Executiva, tal como definidas no Contrato de Sociedade do BES e nos Regulamentos da Assembleia Geral do BES para os quais o Contrato de Sociedade remete, não tendo, por isso, sido transferidas para o NOVO BANCO, sem prejuízo das responsabilidades decorrentes exclusivamente do contrato de trabalho com o BES.

As responsabilidades decorrentes exclusivamente do contrato de trabalho com o BES foram transferidas para o NOVO BANCO. Face ao atrás exposto apenas as responsabilidades do fundo de pensões decorrentes do Plano Complementar CE foram partidas permanecendo uma parte (acima descrita) no BES e sendo transferidas para o NOVO BANCO as restantes conjuntamente com as responsabilidades do Fundo de Pensões respeitantes ao plano Base e ao Plano Complementar.

Para a quantificação dos montantes respeitantes à separação dos ativos do Fundo de pensões afetos às responsabilidades que permaneceram no BES, decorrente da deliberação do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 e às que foram transferidas para o NOVO BANCO, procedeu-se à separação do património existente a 3 de agosto de 2014, de forma proporcional às responsabilidades calculadas à mesma data, afetos a cada um dos grupos de ex-participantes e beneficiários alocados a cada uma das entidades. Da separação efetuada nestes termos, resultará um nível de financiamento no Plano

Complementar da Comissão Executiva igual, a 3 de agosto de 2014, para cada um dos associados do Fundo (NOVO BANCO e BES).

O método de separação de responsabilidades e dos ativos do Fundo de Pensões entre o NOVO BANCO e o BES, descrito no parágrafo anterior, resulta da recomendação da ASF transmitida à Sociedade Gestora do Fundo de Pensões. Contudo, até à presente data, a ASF ainda não formalizou a sua aprovação, razão pela qual os valores apresentados na nota podem estar sujeitos a correções futuras decorrentes da decisão final da ASF.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões e por benefícios de saúde são iguais e apresentam-se como segue:

	31-12-2014	
	Pressupostos	**Verificado**
Pressupostos Atuariais		
Taxas de rendimento esperado	2,5%	-16,0%
Taxa de desconto	2,5%	-
Taxa de crescimento de pensões	0,5%	-1,5%
Taxa de crescimento salarial	1,0%	0,1%
Tábua de Mortalidade masculina	TV 73/77 - 1 ano	
Tábua de Mortalidade feminina	TV 88/90	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A determinação da taxa de desconto com referência a 31 de dezembro de 2014 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2014
Ativos	5 271
Reformados e sobreviventes	5 956
TOTAL	**11 227**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2014:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Total das responsabilidades (a)	**(1 470 481)**	**(1 319 604)**
Coberturas		
Saldo dos Fundos	**1 410 335**	**1 151 147**
Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 28 e 35)	**(60 146)**	**(168 457)**
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral (b)	**258 524**	-

(a) a repartição das responsabilidades entre pensionistas e ativos não se encontra disponível à data em virtude de se tratar de valores provisórios a aguardar aprovação
(b) à data de balanço de abertura do NOVO BANCO, os desvios atuariais que transitaram do Banco originário foram incluídos na Reserva Originária

De acordo com a política definida na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente e avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Responsabilidades no início do período	**1 319 604**
Custo do serviço corrente	3 340
Custo dos juros	20 096
Contribuições dos participantes	1 247
(Ganhos) e perdas atuariais no período:	
- Alteração de pressupostos (financeiros)	125 002
- (Ganhos) e perdas de experiência	13 005
Pensões pagas pelo fundo	(16 330)
Reformas antecipadas	6 006
Diferenças cambiais e outros	(1 489)
Responsabilidades no final do período	**1 470 481**

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2014
Saldo dos fundos no início do período	**1 151 147**
Rendimento esperado do fundo	17 526
Ganhos/(perdas) actuariais	(118 921)
Contribuições do Banco	377 434
Contribuições dos empregados	1 247
Pensões pagas pelo fundo	(16 330)
Diferenças cambiais e outros	(1 768)
Saldo dos fundos no final do período	**1 410 335**

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2014
Ações	275 415
Obrigações	312 300
Imóveis	348 546
Outros	474 074
Total	**1 410 335**

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2014
Imóveis	269 363
Total	**269 363**

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no início do período	**-**
(Ganhos) e perdas atuariais no período:	
- Alteração de pressupostos	125 002
- (Ganhos) e perdas de experiência	133 522
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no final do período	**258 524**

Durante o ano de 2013, a idade legal de reforma, para os trabalhadores abrangidos pelo Regime de Segurança Social, passou de 65 anos para os 66 anos de idade. Contudo, o plano de benefícios definidos do Grupo não foi alterado, tendo-se mantido a idade de reforma aos 65 anos. Esta alteração legal tem assim um impacto ao nível do co-financiamento da Segurança Social no que respeita às responsabilidades dos colaboradores no ativo que estão abrangidos pelo plano e que foram transferidos para a Segurança Social no âmbito dos acordos tripartidos atrás mencionados.

O impacto decorrente da alteração da idade legal de reforma em 2013 de 65 anos para os 66 anos de idade, com consequências ao nível do co-financiamento da Segurança Social relativamente às responsabilidades com os trabalhadores no ativo abrangidos pelo plano e transferidos para o regime de Segurança Social no âmbito dos acordos tripartidos, traduziram-se num desvio atuarial negativo de cerca de 8 milhões de euros.

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Custo do serviço corrente	3 340
Custo/(proveito) de juros	3 029
Reformas antecipadas	6 006
Outros	(86)
Custos com benefícios pós emprego	**12 289**

A evolução dos ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
No início do período	**(168 457)**
Custo do exercício	(12 289)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(258 524)
Contribuições efetuadas no período	377 434
Outros	1 690
No final do período	**(60 146)**

O resumo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência a 31 de dezembro de 2014 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Responsabilidades	(1 470 481)
Saldo dos fundos	1 410 335
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**(60 146)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	13 005
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	87 401

A duração média das responsabilidades dos planos de benefício definido é de aproximadamente de 17 anos.

Não estão previstas contribuições para os planos de benefícios definidos para o exercício seguinte, uma vez que se espera que o rendimento do fundo seja suficiente para cobrir as variações das responsabilidades.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 29 057 milhares de euros e 29 131 milhares de euros, respetivamente (ver Nota 35). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 428 milhares de euros.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 14 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Rendas e alugueres	17 052
Publicidade e publicações	6 705
Comunicações e expedição	7 905
Conservação e reparação	5 855
Deslocações e representação	2 373
Transporte de valores	2 020
Seguros	2 183
Serviços de informática	23 588
Trabalho independente	2 154
Mão de obra eventual	1 507
Sistema eletrónico de pagamentos	2 930
Serviços judiciais, contencioso e notariado	8 597
Consultoria e auditoria	16 263
Água, energia e combustíveis	3 285
Material de consumo corrente	1 204
Limpeza	2 244
Segurança e vigilância	1 848
Outros custos	18 506
	126 219

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, formação e custos com serviços prestados pelos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o NOVO BANCO participa.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Até um ano	1 456
De um a cinco anos	9 781
	11 237

Os honorários faturados durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Revisão legal das contas anuais	1 271
Outros serviços de garantia de fiabilidade	835
Consultoria fiscal	63
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	85
Valor total dos serviços faturados	**2 254**

NOTA 15 – RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de euros)

	31.12.2014
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco	**(648 620)**
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas e em circulação (milhares)	4 900 000
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	**(0,13)**

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

NOTA 16 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Caixa	178 943	135 802
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	707 465	4 841 493
Outros bancos centrais	1 838 476	384 100
	2 545 941	5 225 593
	2 724 884	**5 361 395**

A 4 de agosto de 2014 a rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal incluía o montante de 4 815 milhões de euros relativos ao capital subscrito e realizado pelo Fundo de Resolução. A parte remanescente do capital, no valor de 85 milhões de euros, foi realizada no dia 6 de agosto de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui o montante de 201 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 26 milhões de euros), que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1348/2011 do Banco Central Europeu, de 12 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2014 a taxa de remuneração destes depósitos era de 0,17% (4 de agosto de 2014: 0,15%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2014 foi incluído no período de observação de 10 de dezembro de 2014 a 27 de janeiro de 2015, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 196,7 milhões de euros.

NOTA 17 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	93 032	276 084
Depósitos à ordem	14 633	6 809
	107 665	**282 893**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	106 593	86 498
Cheques a cobrar	-	23
	106 593	**86 521**
	214 258	**369 414**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	51 557	72 986
De outros emissores	102 737	76 310
Ações	36 515	113 855
Outros títulos de rendimento variável	119	288
	190 928	**263 439**
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 104 563	1 011 364
	1 295 491	**1 274 803**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 078 260	1 087 235
	1 078 260	**1 087 235**

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos títulos detidos por prazos de maturidade é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	982	1 259
De 3 meses a um ano	5 148	50
De um a cinco anos	33 156	54 169
Mais de cinco anos	115 007	93 815
Duração indeterminada	36 635	114 146
	190 928	**263 439**

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a rubrica Ativos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	51 557	-	51 557	72 986	-	72 986
De outros emissores	39	102 698	102 737	81	76 229	76 310
Ações	3 647	32 868	36 515	80 964	32 891	113 855
Outros títulos de rendimento variável	119	-	119	288	-	288
	55 362	**135 566**	**190 928**	**154 319**	**109 120**	**263 439**

O detalhe dos títulos detidos para negociação por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 41.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 42 – Gestão dos riscos de atividade.

Os Instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	759 821	9 543	9 287	893 687	11 923	5 336
- vendas	760 384			887 336		
Currency Swaps						
- compras	212 388	92	64	1 885 550	198	123
- vendas	211 511			1 883 406		
Currency Futures (a)						
- compras	1 748	-	-	1 474	-	-
- vendas	-			-		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	32 310	24 282	11 061	32 285	22 479	9 961
- vendas	29 525			29 764		
Currency Options						
- compras	1 505 368	50 856	24 574	962 289	18 287	17 887
- vendas	1 399 200			510 888		
		84 773	**44 986**		**52 887**	**33 307**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements						
- compras	-	-	23	-	150	-
- vendas	200 000			600 000		
Interest Rate Swaps						
- compras	11 275 527	904 299	907 442	14 219 035	883 816	866 854
- vendas	11 299 486			14 257 231		
Interest Rate Caps & Floors						
- compras	173 639	14 294	14 190	280 864	14 214	13 802
- vendas	210 051			313 812		
		918 593	**921 655**		**898 180**	**880 656**
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps						
- compras	310 169	46 659	39 940	284 905	14 489	21 986
- vendas	301 646			276 383		
Equity / Index Options						
- compras	147 816	29 733	57 909	322 092	16 015	61 974
- vendas	847 081			1 043 894		
Equity / Index Futures (a)						
- compras	17 288	-	-	79 238	-	-
- vendas	92 456			18 398		
Future Options (a)						
- compras	-	-	-	70 036	-	-
- vendas	-			-		
		76 392	**97 849**		**30 504**	**83 960**
Contratos sobre risco de incumprimento						
Credit Default Swaps						
- compras	594 218	24 805	13 770	864 965	29 793	89 312
- vendas	594 218			864 965		
		24 805	**13 770**		**29 793**	**89 312**
Total		**1 104 563**	**1 078 260**		**1 011 364**	**1 087 235**

(a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente em resultados por contrapartida da conta margem (ver Nota 28)

O Banco procede ao cálculo do "Credit Value Adjustment" (CVA) para os instrumentos derivados de acordo com a seguinte metodologia: (i) Ótica de portfólio - o cálculo do *CVA* resulta da aplicação, à exposição agregada de cada contraparte, de uma perda esperada e de uma taxa de recuperação, tendo em consideração a duração média estimada para cada exposição; (ii) Ótica individual assenta no cálculo da exposição com recurso a métodos estocásticos (*Expected Positive Exposure*) que se traduz no cálculo da exposição esperada de justo valor que cada derivado deverá assumir no período de vida remanescente. Posteriormente são aplicadas, à exposição apurada, uma perda esperada e uma taxa de recuperação.

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento residual, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Nocional		Justo valor líquido	Nocional		Justo valor líquido
	Compra	Venda		Compra	Venda	
Até 3 meses	2 788 922	2 821 675	(39 598)	3 629 351	3 210 028	(86 732)
De 3 meses a um ano	2 420 001	3 100 692	39 597	3 513 572	4 194 442	(4 051)
De um a cinco anos	2 458 397	2 620 388	(40 306)	3 488 094	3 986 681	(53 572)
Mais de cinco anos	7 362 972	7 402 803	66 610	9 265 404	9 294 925	68 484
	15 030 292	**15 945 558**	**26 303**	**19 896 421**	**20 686 076**	**(75 871)**

NOTA 19 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 401	3 187
De outros emissores	20 072	26 967
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 222 409	1 511 649
	1 245 882	**1 541 803**

A opção do Banco para designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento residual, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	202	59 490
De 3 meses a um ano	89 382	13 969
De um a cinco anos	-	111 040
Mais de cinco anos	23 114	16 475
Duração indeterminada	1 133 184	1 340 829
	1 245 882	**1 541 803**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 401	-	3 401	3 187	-	3 187
De outros emissores	-	20 072	20 072	10 396	16 571	26 967
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 897	1 217 512	1 222 409	6 746	1 504 903	1 511 649
	8 298	**1 237 584**	**1 245 882**	**20 329**	**1 521 474**	**1 541 803**

O detalhe dos títulos detidos ao justo valor através de resultados por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 41.

NOTA 20 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo [1]	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade acumuladas	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	**2 069 339**	**17 611**	**(6 906)**	**-**	**2 080 044**
Residentes	781 655	14 543	(37)	-	796 161
Não residentes	1 287 684	3 068	(6 869)	-	1 283 883
De outros emissores	**3 181 842**	**60 397**	**(27 244)**	**(46 110)**	**3 168 885**
Residentes	1 894 405	1 743	(24 864)	(23 866)	1 847 418
Não residentes	1 287 437	58 654	(2 380)	(22 244)	1 321 467
Ações	**1 009 736**	**35 886**	**(1 614)**	**(185 251)**	**858 757**
Residentes	249 976	2 267	(1 614)	(90 628)	160 001
Não residentes	759 760	33 619	-	(94 623)	698 756
Outros títulos de rendimento variável	**2 050 301**	**2 969**	**(2 899)**	**(593 387)**	**1 456 984**
Residentes	2 007 897	1 657	(2 899)	(570 454)	1 436 201
Não residentes	42 404	1 312	-	(22 933)	20 783
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**8 311 218**	**116 863**	**(38 663)**	**(824 748)**	**7 564 670**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	**2 241 647**	**-**	**-**	**-**	**2 241 647**
Residentes	792 070	-	-	-	792 070
Não residentes	1 449 577	-	-	-	1 449 577
De outros emissores	**3 851 728**	**-**	**-**	**(42 730)**	**3 808 998**
Residentes	2 227 641	-	-	(20 053)	2 207 588
Não residentes	1 624 087	-	-	(22 677)	1 601 410
Ações	**912 725**	**-**	**-**	**(161 681)**	**751 044**
Residentes	228 912	-	-	(68 598)	160 314
Não residentes	683 813	-	-	(93 083)	590 730
Outros títulos de rendimento variável	**1 923 857**	**-**	**-**	**(438 000)**	**1 485 857**
Residentes	1 866 654	-	-	(423 251)	1 443 403
Não residentes	57 203	-	-	(14 749)	42 454
Saldo a 4 de agosto de 2014	**8 929 957**	**-**	**-**	**(642 411)**	**8 287 546**

[1] Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países "periféricos" da zona euro é apresentada na Nota 42 – Gestão dos riscos de atividade.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos Ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	642 411
Dotações	201 549
Utilizações	(13 948)
Reversões	(7 436)
Diferenças de câmbio e outras	2 172
Saldo final	**824 748**

A 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o escalonamento dos títulos disponíveis para venda por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	1 491 186	1 508 074
De 3 meses a um ano	1 201 147	1 672 400
De um a cinco anos	179 225	366 030
Mais de cinco anos	2 320 341	2 441 902
Duração indeterminada	2 372 771	2 299 140
	7 564 670	**8 287 546**

A desagregação dos ativos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 051 822	28 222	2 080 044	2 189 664	51 983	2 241 647
De outros emissores	111 224	3 057 661	3 168 885	680 943	3 128 055	3 808 998
Ações	6 157	852 600	858 757	4 770	746 274	751 044
Outros títulos de rendimento variável	61 139	1 395 845	1 456 984	85 536	1 400 321	1 485 857
	2 230 342	5 334 328	7 564 670	2 960 913	5 326 633	8 287 546

O detalhe dos títulos disponíveis para venda por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 41.

NOTA 21 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos em outras instituições de crédito	271 517	645 596
Empréstimos	50 753	99 571
Aplicações de muito curto prazo	585 756	121 360
Outras aplicações	50 562	53 919
	958 588	**920 446**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	874 847	3 812 991
Aplicações de muito curto prazo	241 522	180 782
Empréstimos	408 667	363 009
Outras aplicações	455 974	72 128
	1 981 010	**4 428 910**
	2 939 598	**5 349 356**
Perdas por imparidade	(108 813)	(2 750 883)
	2 830 785	**2 598 473**

Em 4 de agosto de 2014, as perdas por imparidade incluíam 2 750,4 milhões de euros para a exposição ao Banco Económico no valor de 3 438,1 milhões de euros.

No decorrer do mês de outubro de 2014 o Banco Nacional de Angola (BNA) tomou um conjunto de decisões de saneamento financeiro do BES Angola (atualmente Banco Económico) com impacto sobre o empréstimo do NOVO BANCO. Neste âmbito foi constituído (i) um novo empréstimo sénior no valor equivalente a 317 milhões de euros, 50% do qual coberto por títulos de dívida pública angolana, (ii) um empréstimo subordinado de 317 milhões de euros e conversão de 54 milhões de euros de dívida em 9,7% do capital no Banco Económico. O diferencial da dívida anterior, no valor de 2 750,4 milhões de euros, totalmente provisionado no balanço de abertura, foi objeto de desreconhecimento, tendo-se procedido à utilização da referida provisão.

No âmbito das medidas de saneamento aplicadas ao Banco Económico foi aprovado um aumento de capital em numerário de 65 milhões de Kwanzas, que adicionados aos 7 milhões de Kwanzas por conversão de dívida do NOVO BANCO, totalizam um capital social de 72 milhões de Kwanzas (equivalente a 575 milhões de euros, ao câmbio de 31 de dezembro de 2014), detalhado como segue:

	Valor (milhões de kwanzas)	%
GENI	14,3	19,9
LEKTRON CAPITAL	22,3	31,0
SONANGOL EP	11,5	16,0
SONANGOL VIDA	11,5	16,0
SONANGOL HOLDINGS	5,3	7,4
NOVO BANCO	7,0	9,7
	72,0	100,0

Tendo presente (i) o haircut implícito de 80% em resultado das medidas de saneamento aplicadas pelo BNA, da qual resultou uma imparidade já reconhecida pelo NOVO BANCO de 2.750,4 milhões de euros, (ii) as entradas de capital (*new money*) acima efetuadas pela nova estrutura acionista de referência do Banco Económico e (iii) o atual cumprimento dos empréstimos em vigor junto do NOVO BANCO, a Administração do NOVO BANCO não estima qualquer perda por imparidade adicional sobre a exposição total do NOVO BANCO junto do Banco Económico em 31 de dezembro e 2014, no montante total de 688 milhões de euros.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	2 130 398	2 124 651
De 3 meses a um ano	56 544	3 086 136
De um a cinco anos	387 860	80 506
Mais de cinco anos	314 757	5 473
Duração indeterminada	50 039	52 590
	2 939 598	**5 349 356**

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	2 750 883
Dotações	107 124
Utilizações	(2 940 961)
Diferenças de câmbio e outras **(a)**	191 767
Saldo final	**108 813**

(a) inclui 190 580 milhares de euros de variação cambial relativa à provisão para a exposição ao Banco Económico, a qual foi utilizada durante o mês de outubro, conforme anteriormente referido

NOTA 22 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	3 613 971	4 197 900
Empréstimos	11 737 270	12 157 327
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	190 821	245 698
Factoring	758 445	860 186
Descobertos	16 207	82 150
Locação financeira	1 933 695	2 043 457
Outros créditos	39 723	79 468
A particulares		
Habitação	6 804 771	6 947 362
Consumo e outros	1 090 244	1 201 077
	26 185 147	**27 814 625**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 685 714	4 259 667
Créditos em conta corrente	868 334	1 041 284
Descobertos	289 793	80 936
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	395 560	396 240
Locação financeira	72 115	93 229
Factoring	76 025	52 238
Outros créditos	107 353	165 660
A particulares		
Habitação	764 769	762 525
Consumo e outros	315 197	369 257
	6 574 860	**7 221 036**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	340 654	162 058
De 3 meses a 1 ano	581 459	418 059
De 1 a 3 anos	1 494 908	1 584 226
Há mais de 3 anos	1 091 494	891 597
	3 508 515	**3 055 940**
	36 268 522	**38 091 601**
Perdas por imparidade	**(4 926 735)**	**(4 606 762)**
	31 341 787	**33 484 839**

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de crédito a clientes inclui 5 359,3 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 5 351,9 milhões de euros) de crédito à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias (ver Nota 32).

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2014, 322 967 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 306 878 milhares de euros) registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 41).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor dos juros e comissões registados em balanço relativos a operações de crédito ascende a 24 629 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 55 951 milhares de euros).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	5 906 072	5 445 665
De 3 meses a um ano	3 559 702	5 434 660
De um a cinco anos	6 716 797	6 683 611
Mais de cinco anos	16 577 436	17 471 725
Duração indeterminada	3 508 515	3 055 940
	36 268 522	**38 091 601**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	4 606 762
Dotações	950 253
Utilizações	(134 841)
Reversões	(503 532)
Diferenças de câmbio e outras	8 093
Saldo final	**4 926 735**

Em 31 de dezembro de 2014 o crédito vivo inclui 355 145 milhares de euros de crédito renegociado (4 de agosto de 2014: 250 171 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, o Banco tem 323 901 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (4 de agosto de 2014: 359 428 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 33).

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Taxa fixa	2 823 413
Taxa variável	33 445 109
	36 268 522

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	332 154	343 284
De um a cinco anos	953 895	1 049 768
Mais de cinco anos	1 002 031	1 053 991
	2 288 080	2 447 043
Juros vincendos		
Até um ano	56 476	51 254
De um a cinco anos	139 498	173 733
Mais de cinco anos	43 072	40 046
	239 046	265 033
Capital vincendo		
Até um ano	275 678	292 030
De um a cinco anos	814 397	876 035
Mais de cinco anos	958 959	1 013 945
	2 049 034	2 182 010
Imparidade	(299 609)	(275 628)
	1 749 425	**1 906 383**

NOTA 23 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão de risco						
Derivados para gestão de risco - Ativo	153 100	252 135	405 235	138 392	214 698	353 090
Derivados para gestão de risco - Passivo	(100 587)	(4 082)	(104 669)	(76 647)	(6 660)	(83 307)
	52 513	**248 053**	**300 566**	**61 745**	**208 038**	**269 783**
Componente de justo valor dos Ativos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros						
Aplicações em instituições de crédito	1 143	-	1 143	1 131	-	1 131
Crédito a clientes	76 800	-	76 800	59 536	-	59 536
	77 943	**-**	**77 943**	**60 667**	**-**	**60 667**
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	(90 571)	-	(90 571)	(70 009)	-	(70 009)
Recursos de clientes	-	(41 970)	(41 970)	(180)	(43 333)	(43 513)
Débitos representados por títulos	(12 871)	(4 334)	(17 205)	(17 517)	(9 626)	(27 143)
	(103 442)	**(46 304)**	**(149 746)**	**(87 706)**	**(52 959)**	**(140 665)**
	(25 499)	**(46 304)**	**(71 803)**	**(27 039)**	**(52 959)**	**(79 998)**

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de cobertura – justo valor

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2014							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado [1]**	**Var. justo valor do derivado no período**	**Componente de justo valor do elemento coberto [2]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no período [2]**
Interest Rate Swap / Currency							
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro	1 030 205	(80 167)	(18 537)	77 943	17 246
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	348 000	96 414	20 637	(90 571)	(20 562)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	-	-	(180)	-	180
Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro	3 561 300	36 266	(7 307)	(12 871)	4 646
			4 939 505	**52 513**	**(5 387)**	**(25 499)**	**1 510**

[1] Inclui juro corrido
[2] Atribuível ao risco coberto

(milhares de euros)

04.08.2014							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado [1]**	**Var. justo valor do derivado no período**	**Componente de justo valor do elemento coberto [2]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no período [2]**
Interest Rate Swap / Currency							
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	1 030 398	(61 856)	-	60 667	-
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	348 000	76 396	-	(70 009)	-
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	10 463	2 180	-	(180)	-
Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro	3 582 300	45 025	-	(17 517)	-
			4 971 161	**61 745**	**-**	**(27 039)**	**-**

[1] Inclui juro corrido
[2] Atribuível ao risco coberto

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2014, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 3,9 milhões de euros foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme

política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7, e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2014								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Activo							
Credit default swaps	Crédito a clientes	267 783	69 939	-	-	-	-	267 783
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	468 494	122 138	16 952	-	-	207 239	234 168
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	6 360 000	49 151	(15 183)	(41 970)	13 092	3 811 411	3 769 441
Interest Rate Swap/FX Forward/Index Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	627 731	6 825	(18 740)	(4 334)	971	79 334	75 000
		7 724 008	**248 053**	**(16 971)**	**(46 304)**	**14 063**	**4 097 984**	**4 346 392**

(milhares de euros)

04.08.2014								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Activo							
Credit default swaps	Crédito a clientes	267 799	52 743	-	-	-	-	267 799
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	468 494	99 444	-	-	-	217 776	234 168
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	9 550 000	49 362	-	(43 333)	-	7 676 078	7 632 745
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 015 084	6 489	-	(9 626)	-	107 826	98 200
		11 301 377	**208 038**	**-**	**(52 959)**	**-**	**8 001 680**	**8 232 912**

Os *credit default swaps* associados a crédito a clientes respeitam a operações de securitização sintéticas conforme referido na Nota 40.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco é positiva e o respetivo valor acumulado ascende em 31 de dezembro de 2014 a 137,2 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 109,7 milhões de euros). O Banco reconheceu em resultados em 2014 um efeito positivo de 27,5 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (ver Nota 7).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, por maturidades residuais, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014			04.08.2014		
	Nocional		Justo valor (líquido)	Nocional		Justo valor (líquido)
	Compra	Venda		Compra	Venda	
Até 3 meses	2 719 997	2 718 760	23 835	1 785 415	1 784 581	9 840
De 3 meses a um ano	1 317 979	1 317 231	2 833	2 786 906	2 787 976	35 781
De um a cinco anos	1 145 240	1 145 240	46 430	2 413 240	2 413 240	44 731
Mais de cinco anos	1 149 550	1 149 516	227 468	1 167 701	1 133 479	179 431
	6 332 766	**6 330 747**	**300 566**	**8 153 262**	**8 119 276**	**269 783**

NOTA 24 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	1 737 191	1 584 775
Equipamento	12 263	10 661
Outras imobilizações	423 471	7 268
	2 172 925	**1 602 704**
Perdas por imparidade	(459 196)	(435 532)
	1 713 729	**1 167 172**

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 39 565 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 21 009 milhares de euros), tendo o Banco registado imparidade para estes ativos no valor total de 9 757 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 10 803 milhares de euros).

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, decorrente do processo de atualização dos registos de propriedade destes ativos não estar ainda concluído e, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Banco continua a desenvolver todos os esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido, dos quais destacamos (i) a existência de um *site* especialmente vocacionado para a venda dos imóveis; (ii) o desenvolvimento e participação em eventos do ramo imobiliário quer no país quer no estrangeiro; (iii) a celebração de protocolos com os diversos agentes de intermediação mobiliária; (iv) a promoção de realização regular de leilões; e (v) a realização de campanhas junto dos centros de maior emigração. De referir que o Banco, apesar de manter a intenção de venda destes imóveis, solicita regularmente ao Banco de Portugal, ao abrigo do artigo 114º do RGICSF, a prorrogação do prazo de detenção dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio.

No início de dezembro de 2014, o NOVO BANCO celebrou com a Haitong International Holdings Limited um contrato de venda de 100% da sua participada Banco Espírito Santo Investimento, SA (BESI), fazendo com que esta participação passasse a ser classificada, nos termos do IFRS 5, como um ativo não corrente detido para venda (ver Nota 27).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	435 532
Dotações / (Reversões)	(4 694)
Utilizações	(8 752)
Transferências **(a)**	37 108
Diferenças de câmbio e outras	2
Saldo final	**459 196**

(a) refere-se à provisão constituída para o BES Investimento, transferida juntamente com a respectiva participação da carteira de investimentos em subsidiárias para Ativos não correntes detidos para venda

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	1 602 704
Transferência do investimento no BESI	416 103
Entradas	188 808
Vendas	(34 690)
Saldo final	**2 172 925**

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, o detalhe dos imóveis incluídos em ativos não correntes detidos para venda por tipologia é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014					04.08.2014	
	Número de imóveis	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico	Justo valor do ativo	Número de imóveis	Valor bruto
Terreno							
Urbano	1 755	322 896	80 614	242 282	279 159	1 686	323 568
Rural	524	197 504	56 643	140 861	158 509	474	155 119
	2 279	520 400	137 257	383 143	437 668	2 160	478 687
Edifícios em desenvolvimento							
Comerciais	181	16 073	3 648	12 425	15 373	156	10 627
Habitação	531	84 448	17 555	66 893	75 252	870	77 052
Outros	61	61 477	15 851	45 626	53 134	22	28 563
	773	161 998	37 054	124 944	143 759	1 048	116 242
Edifícios construídos							
Comerciais	1 157	240 196	83 133	157 063	195 535	1 009	150 739
Habitação	6 298	629 700	87 646	542 054	625 805	5 099	560 159
Outros	643	183 086	46 291	136 795	170 790	607	277 401
	8 098	1 052 982	217 070	835 912	992 130	6 715	988 299
Outros	**-**	**1 811**	**20 967**	**(19 156)**	**(19 156)**	**-**	**1 547**
	11 150	**1 737 191**	**412 348**	**1 324 843**	**1 554 401**	**9 923**	**1 584 775**

No que respeita aos imóveis incluídos em ativos não correntes detidos para venda, seguidamente apresenta-se o detalhe por antiguidade:

(milhares de euros)

	31.12.2014				
	Até 1 ano	De 1 a 2,5 anos	De 2,5 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total do valor líquido contabilístico
Terreno					
Urbano	42 665	107 603	79 143	12 871	242 282
Rural	47 759	67 913	22 999	2 190	140 861
	90 424	175 516	102 142	15 061	383 143
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	523	3 293	7 073	1 536	12 425
Habitação	2 403	10 043	47 830	6 617	66 893
Outros	26 296	12 576	5 866	888	45 626
	29 222	25 912	60 769	9 041	124 944
Edifícios construídos					
Comerciais	37 397	43 237	61 839	14 590	157 063
Habitação	129 844	183 148	190 602	38 460	542 054
Outros	30 829	56 734	34 644	14 588	136 795
	198 070	283 119	287 085	67 638	835 912
Outros	**(19 156)**	**-**	**-**	**-**	**(19 156)**
	298 560	**484 547**	**449 996**	**91 740**	**1 324 843**

(milhares de euros)

	04.08.2014				
	Até 1 ano	**De 1 a 2,5 anos**	**De 2,5 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total do valor líquido contabilístico**
Terreno					
Urbano	67 998	158 010	85 853	11 707	323 568
Rural	64 179	41 848	32 630	16 462	155 119
	132 177	199 858	118 483	28 169	478 687
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	898	2 140	4 241	3 348	10 627
Habitação	13 935	19 798	31 563	11 756	77 052
Outros	4 954	8 313	6 529	8 767	28 563
	19 787	30 251	42 333	23 871	116 242
Edifícios construídos					
Comerciais	28 054	56 240	34 765	31 680	150 739
Habitação	137 091	207 512	178 848	36 708	560 159
Outros	67 347	79 050	105 259	25 745	277 401
	232 492	342 802	318 872	94 133	988 299
Outros	**1 482**	**-**	**-**	**65**	**1 547**
	385 938	**572 911**	**479 688**	**146 238**	**1 584 775**

NOTA 25 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Imóveis		
De serviço próprio	319 843	331 714
Beneficiações em edifícios arrendados	183 966	185 468
	503 809	**517 182**
Equipamento		
Equipamento informático	253 901	254 525
Instalações interiores	125 195	124 864
Mobiliário e material	113 455	116 154
Equipamento de segurança	34 050	34 029
Máquinas e ferramentas	29 376	29 327
Material de transporte	1 939	1 726
Outros	4 842	1 982
	562 758	**562 607**
Outras imobilizações	24	21
	1 066 591	**1 079 810**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	400	324
Imóveis	45	203
Equipamento	1 416	411
Outros	-	5
	1 861	**943**
	1 068 452	**1 080 753**
Depreciação acumulada	(763 563)	(765 442)
	304 889	**315 311**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**517 182**	**562 607**	**21**	**943**	**1 080 753**
Adições	140	11 089	-	2 419	13 648
Abates / vendas	(3 449)	(15 913)	-	-	(19 362)
Transferências **(a)**	(22 918)	643	-	(1 501)	(23 776)
Variação cambial e outros movimentos	12 854	4 332	3	-	17 189
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**503 809**	**562 758**	**24**	**1 861**	**1 068 452**
Depreciações					
Saldo a 4 de agosto de 2014	**268 538**	**496 904**	**-**	**-**	**765 442**
Amortizações do período	6 889	10 040	-	-	16 929
Abates / vendas	(3 448)	(14 452)	-	-	(17 900)
Transferências **(a)**	(3 823)	(40)	-	-	(3 863)
Variação cambial e outros movimentos	817	2 138	-	-	2 955
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**268 973**	**494 590**	**-**	**-**	**763 563**
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**234 836**	**68 168**	**24**	**1 861**	**304 889**
Saldo a 4 de agosto de 2014	**248 644**	**65 703**	**21**	**943**	**315 311**

(a) Inclui 23 776 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 863 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

NOTA 26 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	90 327	63 070
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	623 661	625 128
Imobilizações em curso	19 165	25 736
	733 153	**713 934**
Amortização acumulada	(633 235)	(611 891)
	99 918	**102 043**

Nos ativos intangíveis gerados internamente, incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 4 de agosto de 2014	**688 198**	**25 736**	**713 934**
Adições:			
Geradas internamente	(219)	3 621	3 402
Adquiridas a terceiros	4 228	5 857	10 085
Abates / vendas	(4)	-	(4)
Transferências **(a)**	15 572	(16 049)	(477)
Variação cambial e outros movimentos	6 213	-	6 213
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**713 988**	**19 165**	**733 153**
Amortizações			
Saldo a 4 de agosto de 2014	**611 891**	-	**611 891**
Amortizações do período	18 424	-	18 424
Variação cambial e outros movimentos	2 920	-	2 920
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**633 235**	**-**	**633 235**
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2014	**80 753**	**19 165**	**99 918**
Saldo líquido a 4 de agosto de 2014	**76 307**	**25 736**	**102 043**

(a) Inclui 477 milhares de euros de projectos de investimento descontinuados que foram imputados a custos

NOTA 27 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2014				04.08.2014			
	Nº de ações	Participação direta no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de ações	Participação direta no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
NB AÇORES	2 144 191	57,52%	5,00	10 308	2 144 191	57,52%	5,00	10 308
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
NB ÁSIA	199 500	99,75%	103,18	21 341	199 500	99,75%	93,52	21 341
GNB Vida	50 000 000	100,00%	1,00	620 472	50 000 000	100,00%	1,00	620 472
BESI	-	-	-	-	65 253 800	100,00%	5,00	416 103
BESNAC	1 000	100,00%	0,82	36	1 000	100,00%	0,74	36
BEST	47 249 700	75,00%	1,00	77 837	47 249 700	75,00%	1,00	77 837
BES VÉNÉTIE	2 244 082	44,81%	15,00	55 070	2 244 082	44,81%	15	55 070
AVISTAR	300 000 000	100,00%	1,00	300 000	300 000 000	100,00%	1,00	300 000
BIBL	10 200 000	100,00%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
ES Plc	29 994	99,98%	5,00	38	29 994	99,98%	5,00	38
GNB SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
ES TECH VENTURES	71 500 000	100,00%	1,00	71 500	71 500 000	100,00%	1,00	71 500
ESAF SGPS	2 114 700	89,99%	5,00	60 388	2 114 700	89,99%	5,00	60 388
ES CONCESSÕES	682 306	71,66%	5,00	20 602	682 306	71,66%	5,00	20 602
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
Esgest	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,31	39	49 995	99,99%	0,32	39
LOCARENT	525 000	50,00%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CONEGOS	599 400	81,00%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,57%	152,45	2 401	15 750	22,57%	152,45	2 401
BES GMBH	1	100,00%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
NOVO BANCO SERVICIOS	2 634 739	100,00%	0,40	1 057	2 634 739	100,00%	0,39	1 057
NOVO ACTIVOS FINANCIEROS	975 000	50,00%	10,00	42 765	975 000	50,00%	10,00	42 765
NOVO VANGUARDA	500 000	100,00%	1,00	500	500 000	100,00%	1,00	500
PRAÇA DO MARQUES	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLOG	199 900	66,63%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	13 000 000	100,00%	5,00	65 000	13 000 000	100,00%	5,00	65 000
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	8 926	20,00%	1 000,00	8 926	8 926	20,00%	1 000,00	8 926
UNICRE	350 029	17,50%	5,00	11 497	350 029	17,50%	5,00	11 497
IJAR LEASING ALGERIE	122 499	35,00%	93,68	12 362	122 499	35,00%	93,58	12 361
EDENRED PORTUGAL	101 477 601	50,00%	0,01	4 984	101 477 601	50,00%	0,01	4 984
BANCO INTERNACIONAL DE CABO VERDE	150	0,01%	9,06	1	150	0,01%	9,06	1
MULTIPESSOAL	20 000	22,52%	5,00	100	20 000	22,52%	5,00	100
				2 025 538				**2 441 640**
Perdas por imparidade				(642 863)				(642 823)
				1 382 675				**1 798 817**

No início de dezembro de 2014, o NOVO BANCO celebrou com a Haitong International Holdings Limited um contrato de venda de 100% da sua participada Banco Espírito Santo Investimento, SA (BESI), pelo preço de venda de 379 milhões de euros. A conclusão da transação encontra-se dependente das necessárias aprovações, nomeadamente, da Comissão Europeia, das Autoridades da Concorrência e de um conjunto de outras autoridades que exercem supervisão sobre as unidades internacionais do BESI, bem assim como, das autoridades de supervisão das entidades vendedora e compradora. Em 5 de fevereiro de 2015 o Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, informou sobre a sua autorização à alienação do BESI.

Em consequência, a participação do NOVO BANCO no BESI foi transferida para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda, juntamente com a provisão constituída de 37,1 milhões de euros, decorrente do preço de venda acordado.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	642 824
Dotações / (Reversões)	37 147
Transferências **(1)**	(37 108)
Saldo final	**642 863**

(1) refere-se à provisão constituída para o BESI, face ao valor de venda acordado, a qual foi transferida juntamente com a respetiva participação para a rubrica de ANCDV

NOTA 28 – OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros ativos a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Contas caução	1 236 757	1 179 444
Produtos Derivados	*863 452*	*797 788*
Colaterais CLEARNET, VISA e EBA	*77 948*	*77 969*
Conta caução relacionada com operações de resseguro	*295 357*	*303 687*
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	20 677	25 715
Setor público administrativo	153 121	143 908
Outros devedores	1 107 631	1 140 821
Proveitos a receber	41 121	28 250
Despesas com custo diferido	107 022	114 192
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 522	9 708
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	14 858	342 891
Outras operações a regularizar	18 725	125 944
Outros ativos	210 157	186 177
	2 919 591	**3 297 050**
Perdas por imparidade	(300 305)	(195 912)
	2 619 286	**3 101 138**

A rubrica de contas caução inclui, entre outros, os depósitos realizados pelo Banco a título de caução para que possa contratualizar operações de produtos derivados em mercado organizado (contas margem) e em mercado de balcão (*Contract Support Annex* – CSA).

Os outros devedores incluem, entre outros:

- 325,0 milhões de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (4 de agosto de 2014: 325,0 milhões de euros);
- 112,9 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 110,8 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 112,9 milhões de euros; provisões de 97,5 milhões de euros); e

- 100,0 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A (4 de agosto de 2014: 100 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 75 483 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 76 922 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Setor Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida ativa remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date, que* aguardavam liquidação, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	195 912
Dotações	104 077
Reversões	(452)
Outros	768
Saldo final	**300 305**

NOTA 29 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	331 659	266 798
Outros recursos	8 140 000	13 206 029
	8 471 659	**13 472 827**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 8 146 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Banco (4 de agosto de 2014: 13 226 milhões de euros) (ver Nota 38).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	6 830 982	5 347 313
De um a cinco anos	1 640 677	8 125 514
	8 471 659	**13 472 827**

NOTA 30 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
No país		
Depósitos	511 199	474 243
Mercado monetário interbancário	-	30 000
Recursos a muito curto prazo	33 357	-
Operações com acordo de recompra	140 882	234 471
Outros recursos	3 107	7 208
	688 545	**745 922**
No estrangeiro		
Depósitos	1 591 869	1 906 696
Empréstimos	1 133 101	1 302 722
Recursos a muito curto prazo	9 849	317 062
Operações com acordo de recompra	892 765	702 734
Outros recursos	31 810	390 681
	3 659 394	**4 619 895**
	4 347 939	**5 365 817**

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui recursos no valor de 561 055 milhares de euros registados em balanço ao justo valor através de resultados (4 de agosto de 2014: 603 059 milhares de euros) (ver Nota 41).

O saldo da rubrica operações de venda com acordo de recompra corresponde a operações de venda de títulos com acordo de recompra (*repos*), registadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

As operações de venda com acordo de recompra no país, no montante de 140,9 milhões de euros maturam no prazo até três meses. No que respeita às operações de venda com acordo de recompra no estrangeiro, o montante de 193,8 milhões de euros maturam no prazo até três meses, sendo o restante (699,0 milhões de euros) num prazo de um a cinco anos.

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	1 389 993	1 891 911
De 3 meses a um ano	778 245	664 044
De um a cinco anos	1 270 354	1 868 566
Mais de cinco anos	909 347	941 296
	4 347 939	**5 365 817**

NOTA 31 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 429 829	8 136 113
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	16 179 095	14 644 959
Outros	5 560	4 096
	16 184 655	**14 649 055**
Depósitos de poupança		
Reformados	458 947	420 470
Outros	1 908 204	2 231 095
	2 367 151	**2 651 565**
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	111 450	113 110
Outros recursos	745 739	674 127
	857 189	**787 237**
	27 838 824	**26 223 970**

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui recursos no valor de 3 811 411 milhares de euros registados em balanço ao justo valor através de resultados (4 de agosto de 2014: 7 680 675 milhares de euros) (ver Nota 41).

O saldo da rubrica operações de venda com acordo de recompra corresponde a operações de venda de títulos com acordo de recompra (*repos*), registadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

As operações de venda com acordo de recompra no montante de 111,5 milhões de euros maturam no prazo até três meses.

O escalonamento dos Recursos de clientes, por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Exigível à vista	**8 429 829**	**8 136 113**
Exigível a prazo		
Até 3 meses	10 825 004	8 932 927
De 3 meses a um ano	6 336 416	7 153 968
De um a cinco anos	1 927 224	1 784 716
Mais de cinco anos	320 351	216 246
	19 408 995	**18 087 857**
	27 838 824	**26 223 970**

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Euro Medium Term Notes (EMTN)	6 751 845	6 461 582
Certificados de depósitos	9 903	326 616
Obrigações	57 545	56 665
Obrigações hipotecárias	884 722	881 608
Outras responsabilidades	81 126	200 912
	7 785 141	**7 927 383**

Em 31 de dezembro de 2014, as obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 3 500 milhões de euros, encontravam-se totalmente adquiridas pelo Banco à data do Balanço (4 agosto de 2014: 3 500 milhões de euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 040 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	843 250	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 000 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Semestral	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 000 000	-	21-07-2010	21-07-2017	Semestral	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	41 472	15-12-2010	26-01-2018	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 000 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Semestral	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	4 040 000	**884 722**						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão

enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de dezembro de 2014 a 5 359,3 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 5 351,9 milhões de euros) (ver Nota 22).

O movimento ocorrido no período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 04.08.2014	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos [a]	Saldo em 31.12.2014
Euro Medium Term Notes (EMTN)	6 461 582	-	(50 000)	185 094	155 169	6 751 845
Certificados de depósitos	326 616	-	(314 949)	-	(1 764)	9 903
Obrigações	56 665	-	-	-	880	57 545
Obrigações hipotecárias	881 608	-	-	(44)	3 158	884 722
Outras responsabilidades	200 912	-	(116 938)	-	(2 848)	81 126
	7 927 383	**-**	**(481 887)**	**185 050**	**154 595**	**7 785 141**

[a] Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, o Grupo reconheceu um ganho de 9 mil euros (ver Notas 11).

A duração residual das responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2014 é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Até 3 meses	1 298 085	261 125
De 3 meses a um ano	1 105 086	1 805 535
De um a cinco anos	4 074 058	4 798 578
Mais de cinco anos	1 307 912	1 062 145
	7 785 141	**7 927 383**

As características essenciais destes recursos, para o Banco, são como segue:

Entidade	Descrição		31.12.2014			
			Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade
Novo Banco	BES 3,375%		EUR	2009	843 250	2015
Novo Banco	BES DUE 3,875%		EUR	2010	403 673	2015
Novo Banco	BES DUE 4,6%		EUR	2010	41 472	2017
Novo Banco	BES DUE JULY 16		EUR	2011	59 948	2016
Novo Banco	BES 4 ANOS 7%		EUR	2012	133 882	2016
Novo Banco	BES 6,9% 2024		EUR	2012	70 611	2024
Novo Banco	BES 5,875% 2015		EUR	2012	755 133	2015
Novo Banco	BES 4,75% 2018		EUR	2013	522 275	2018
Novo Banco	BES 4%		EUR	2014	775 757	2019
Novo Banco	BES 2,625%		EUR	2014	719 770	2017
Novo Banco	BEF 2005/2015		EUR	2005	10 008	2015
NB (Sucursal Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001		EUR	2001	47 537	2015
NB (Sucursal Espanha)	Cédulas Hipotecárias	a)	EUR	2008	81 128	2016
NB (Sucursal Londres)	Certificados de depósito		USD	2014	4 140	2015
NB (Sucursal Londres)	Certificados de depósito		USD	2014	5 763	2015
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 2		EUR	2012	127 467	2016
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 3		EUR	2012	112 574	2022
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 5		EUR	2012	43 605	2016
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 6		EUR	2012	168 831	2022
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 7		EUR	2012	171 234	2019
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 8		EUR	2012	45 401	2015
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 9		EUR	2012	221 273	2015
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 10		EUR	2012	553 955	2019
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 11		EUR	2012	66 995	2015
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 12		EUR	2012	346 913	2019
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 13		EUR	2012	246 527	2019
NB (Sucursal Londres)	EMTN Series 14		EUR	2012	231 395	2019
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 5.75% 28/06/17		EUR	2012	18 730	2017
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3% 21/06/22		USD	2012	115 498	2022
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 02/01/43		EUR	2013	54 082	2043
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 23/01/43		EUR	2013	105 922	2043
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 19/02/2043		EUR	2013	81 386	2043
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 18/03/2043		EUR	2013	57 667	2043
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC		EUR	2013	37 475	2048
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 22/01/2049		EUR	2014	29 939	2049
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 29/01/2049		EUR	2014	39 845	2049
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 05/02/49		EUR	2014	39 829	2049
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 12/02/49		EUR	2014	43 780	2049
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 19/02/49		EUR	2014	43 095	2049
NB (Sucursal Luxemburgo)	Banco Esp San Lux ZC 27/02/51		EUR	2014	36 902	2051
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 06/03/2051		EUR	2014	36 810	2051
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 13/03/48		EUR	2014	31 472	2048
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 25/03/50		EUR	2014	36 882	2050
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 27/03/47		EUR	2014	45 160	2047
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 03/04/48		EUR	2014	39 402	2048
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 09/04/52		EUR	2014	36 873	2052
NB (Sucursal Luxemburgo)	BES Luxembourg ZC 16/04/46		EUR	2014	43 875	2046
					7 785 141	

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido

NOTA 33 – PROVISÕES

No período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
Saldo a 4 de agosto de 2014	**359 428**	**905 625**	**1 265 053**
Dotações / (reposições)	(36 485)	(333 044)	(369 529)
Utilizações	-	(69 426)	(69 426)
Diferenças de câmbio e outras	958	(1 109)	(151)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**323 901**	**502 046**	**825 947**

As Outras provisões, cujo valor ascende a 502,0 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 905,6 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Provisão no valor de 454,8 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 822,5 milhões de euros) para cobertura de custos resultantes de ofertas comerciais aprovadas pelo Conselho de Administração do NOVO BANCO, destinadas aos clientes de retalho que detêm obrigações não subordinadas do NOVO BANCO. O Conselho de Administração considera adequado o valor desta provisão tendo por base a experiência já obtida nas negociações realizadas e a expectativa de preços na venda das obrigações e instrumentos financeiros subscritos por clientes;
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Banco mantém provisões de 4,4 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 3,9 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 42,7 milhões de euros, destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da atividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Os passivos contingentes encontram-se divulgados na Nota 38.

NOTA 34 – IMPOSTOS

O NOVO BANCO está sujeito, em termos individuais, ao regime fiscal previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

No exercício de 2014, o NOVO BANCO esteve sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 23% aprovada pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro. Acrescem à tributação em sede de IRC a Derrama Municipal, prevista na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a uma taxa

máxima de 1,5%, e a Derrama Estadual prevista no artigo 87º-A do Código do IRC, a uma taxa máxima de 7%.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Para efeitos do cálculo do imposto diferido ativo a 31 de dezembro de 2014, foram tomados em consideração os seguintes aspetos:

- A operação de transferência de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, efetuada nos termos da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, constitui uma operação de entrada de ativos, nos termos do artigo 73.º do Código do IRC, sendo-lhe portanto aplicável o regime especial de neutralidade fiscal previsto no referido artigo 73.º e seguintes deste Código para estas operações. Este enquadramento jurídico-tributário teve a concordância expressa da Administração Tributária portuguesa.
- Em conformidade com o referido no parágrafo anterior, os impostos diferidos ativos e passivos relativos a diferenças temporárias de ativos e passivos abrangidos pela transferência efetuada nos termos da referida deliberação foram também transferidos para o NOVO BANCO.
- Nos termos do disposto no número 2 do artigo 145º-AU do RGICSF e das deliberações do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 e de 27 de abril de 2015, o direito à dedução dos prejuízos fiscais declarados pelo BES para efeitos de IRC foi também transferido para o NOVO BANCO. Em conformidade, os correspondentes ativos por impostos diferidos foram também transferidos para o NOVO BANCO. Foi apresentado ao Ministério das Finanças um requerimento ao abrigo do número 4 do artigo 145º-AU do RGICSF para confirmação de que os prejuízos fiscais gerados pelo BES e passíveis de reporte podem ser transmitidos para o NOVO BANCO.
- O Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que regulou a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:
  - O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 8 anos (10 anos, contados a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012).
  - O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios do IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, durante 14 anos, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (16 anos, contados a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012).

- Em conformidade com o referido no parágrafo anterior, os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais, no valor de 25 453 milhares de euros e 162 746 milhares de euros respetivamente, são assim recuperáveis nos prazos de 14 e 8 anos, respetivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Assim, a 4 de agosto de 2014:

- o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa agregada de 29,5%, resultante do somatório da taxa de IRC (23%) aprovada pela Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, da taxa de Derrama Municipal (1,5%) antes referida e de uma taxa média prevista de Derrama Estadual (5%);
- o imposto diferido relativo a prejuízos fiscais reportáveis foi especificamente apurado com base na taxa de IRC (23%)

A 31 de dezembro de 2014:

- o imposto diferido relativo a prejuízos fiscais reportáveis foi especificamente apurado com base na taxa de IRC (21%) aprovada pela Lei nº nº82-B/2014, de 31 de Dezembro, que alterou o Código do IRC.
- o imposto diferido relativo a diferenças temporárias foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório da taxa de IRC (21%), da taxa de Derrama Municipal de 1,5% e de uma taxa média de Derrama Estadual de 6,5%.

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro e pela Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. A 3 de agosto de 2014, e em resultado da operação de transferência de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, para o NOVO BANCO, S.A., efetuada nos termos da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014, o NOVO BANCO mantinha reconhecido no ativo, como custo diferido, o valor de 12 951 milhares de euros. Este valor foi reconhecido como gasto do NOVO BANCO no período entre 4 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2014.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros) ilhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014	04.08.2014	31.12.2014
Instrumentos financeiros	141 775	140 676	(29 944)	(48 473)	111 831	92 203
Crédito a clientes	1 539 094	974 541	-	-	1 539 094	974 541
Outros ativos tangíveis	-	-	(16 276)	(20 897)	(16 276)	(20 897)
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(195 151)	(4 103)	(195 151)	(4 103)
Provisões	251 543	127 148	-	-	251 543	127 148
Pensões	231 550	211 951	-	-	231 550	211 951
Prémios de antiguidade	8 594	8 427	-	-	8 594	8 427
Outros	10 638	4 794	(3 709)	(3 623)	6 929	1 171
Prejuízos fiscais reportáveis	673 553	1 064 894	-	-	673 553	1 064 894
Ativo/(passivo) por imposto diferido	**2 856 746**	**2 532 431**	**(245 080)**	**(77 096)**	**2 611 666**	**2 455 335**

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros futuros tributáveis até 2026.

A 31 de dezembro de 2014, os ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue (em milhares de euros):

(milhares de euros)

Ano de caducidade	valor
2018	159 756
2026	905 138

Conforme referido na política contabilística e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa do Banco da sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi efetuada tendo por base o plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração para o período de 2015-2019, sendo que após essa data foi assumido um crescimento constante da atividade até á data de caducidade dos ativos por impostos diferidos gerados em 2014 (12 anos).

A expectativa de geração de resultados tributáveis futuros em Portugal está suportada, fundamentalmente, na evolução favorável:

- da margem financeira, traduzindo o impacto positivo da descida prevista do custo dos depósitos a prazo e normalização do custo de funding do Banco;
- da redução dos custos operacionais, refletindo o efeito favorável das diminuições dos números de colaboradores e de sucursais;
- das dotações para imparidades de crédito, em linha com o evolução da atividade do banco suportada nas projeções macroeconómicas;
- dos resultados por operações financeiras, mas abaixo do retorno médio anual histórico de 2% dos ativos subjacentes;

- das comissões, traduzindo-se num crescimento de 5% em linha com o evolução da atividade do banco e ambiente macroeconómico para o país.

As projeções efetuadas pela Gestão para o período 2015-2026 e que suportam os lucros tributáveis futuros estimados pelo NOVO BANCO não incorporam qualquer efeito resultante da entrada de um novo acionista, o que poderia ter impactos diretos, nomeadamente, ao nível de redução adicional do custo de funding, para além da que já consta no plano de negócios, da capacidade do NOVO BANCO de captar negócio mas sobretudo ao nível da estratégia definida pela atual Administração para o NOVO BANCO. Não obstante, saliente-se que as referidas projeções foram realizadas numa base de continuidade, tendo por base a informação histórica e previsional considerada adequada para o efeito à presente data mas que deverá ser alvo de nova revisão após a conclusão do processo de venda do NOVO BANCO, enquanto banco de transição."

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo inicial	2 611 666
Reconhecido em resultados	(129 808)
Reconhecido em reservas de justo valor	(21 903)
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	(5 231)
Variação cambial e outros	610
Saldo no final (Ativo/(Passivo))	2 455 334

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Ativo		
IRC a recuperar	13 083	13 083
outros	1 845	1 735
	14 928	14 818
Passivo		
IRC a liquidar	21 874	4 915
outros	3 663	13 411
	25 537	18 326

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2014	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos		
Instrumentos financeiros	(2 275)	21 903
Crédito a clientes	564 553	-
Outros ativos tangíveis	(610)	5 231
Investimentos em associadas e subsidiárias	(191 048)	-
Provisões	124 395	-
Pensões	19 598	-
Prémios de antiguidade	167	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(391 341)	-
Outros	6 369	-
Impostos Diferidos	**129 808**	**27 134**
Impostos Correntes	**16 395**	**-**
Total de imposto reconhecido	**146 203**	**27 134**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	
	%	Valor
Resultado antes de impostos		**(502 417)**
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		12 952
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		**(489 465)**
Taxa de imposto	23,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(112 577)
Dividendos excluídos de tributação	0,1	(716)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-	7 080
Imparidades em participações financeiras sujeitas a "Participation exemption"	32,6	(159 761)
Imposto de Sucursais e Imposto Retido no estrangeiro	(3,0)	14 890
Efeito da alteração da taxa de IRC na taxa de imposto diferido	(26,4)	129 442
Prejuízos fiscais sem expectativa de utilização	(47,8)	233 758
Diferencial de taxas na geração/reversão de diferenças temporárias	(6,0)	29 169
Outros	(1,0)	4 917
Imposto do exercício	**(29,9)**	**146 203**

NOTA 35 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Setor público administrativo	51 416	59 300
Contas caução	75 252	69 055
Credores diversos por fornecimento de bens	277 710	220 981
Prémios por antiguidade (ver nota 13)	29 057	29 131
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver nota 13)	60 146	168 534
Outros custos a pagar	88 951	103 335
Receitas com proveito diferido	19 529	23 228
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	22	193 522
Outras operações a regularizar	85 457	126 330
	687 540	**993 416**

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date, que* aguardavam liquidação, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

NOTA 36 – CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social do Banco, no valor de 4 900 000 000 euros, encontrava-se representado por 4 900 milhões de ações nominativas com valor nominal de um euro por ação. O Fundo de Resolução é o detentor único do capital social do Banco.

NOTA 37 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Reserva originária

A reserva originária, no valor de 756 477 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 773 192 milhares de euros), resulta da diferença entre os ativos e passivos transferidos do BES para o NOVO BANCO nos termos definidos na medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao BES. O valor da reserva inclui os efeitos da Medida de Resolução do Banco de Portugal e das conclusões da auditoria levada a cabo pelo auditor independente nomeado pelo Banco de Portugal. A variação da reserva originária resulta dos esclarecimentos à Medida de Resolução prestados pelo Banco de Portugal após a data de publicação do balanço de abertura, e que implicaram ajustamentos ao reconhecimento contabilístico relativo à transferência de ativos e passivos do BES para o NOVO BANCO (ver Nota 2.1).

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido, sendo de valor nulo no balanço de abertura.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados			Total
	Ativos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios atuariais (valor líquido de impostos)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados	
Saldo em 4 de agosto de 2014	**-**	**-**	**-**	**-**	**773 192**	**773 192**	**773 192**
Desvios atuariais	-	-	-	(258 524)	-	(258 524)	(258 524)
Alterações de justo valor	78 109	(21 903)	56 206	-	-	-	56 206
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(2 282)	(2 282)	(2 282)
Alterações à reserva originária **(a)**	-	-	-	-	(16 711)	(16 711)	(16 711)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	12 807	12 807	12 807
Outras variações	-	-	-	-	1 613	1 613	1 613
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**78 109**	**(21 903)**	**56 206**	**(258 524)**	**768 619**	**510 095**	**566 301**

(a) Resulta dos esclarecimentos à Medida de Resolução prestados pelo Banco de Portugal após a data de publicação do balanço de abertura

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	**-**
Variação de justo valor	(93 629)
Alienações do período	(22 375)
Imparidade reconhecida no período	194 113
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 34)	(21 903)
Saldo no final do período	**56 206**

NOTA 38 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	6 970 536	8 269 106
Ativos financeiros dados em garantia	20 655 967	25 324 308
Créditos documentários abertos	2 383 602	3 212 253
Outros	83 304	80 132
	30 093 409	**36 885 799**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	6 374 295	5 758 995
Compromissos irrevogáveis	1 905 638	2 280 994
	8 279 933	**8 039 989**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de ativos dados em garantia inclui:

- O valor de mercado dos ativos dados em garantia ao Banco Central Europeu e/ou Banco de Portugal, no âmbito de operações de cedência de liquidez no montante de 19,1 mil milhões de euros (4 de agosto de 2014: 22,7 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 18,6 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 17,4 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 91,9 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 84,5 milhões de euros); e
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 388,0 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 1 440,0 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Banco nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Depósito e guarda de valores	51 795 771	59 842 922
Valores recebidos para cobrança	209 452	211 108
Crédito securitizado sob gestão (*servicing*)	4 753 977	4 890 498
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 198 244	3 774 836
	59 957 444	**68 719 364**

Nos termos da medida de resolução aplicada ao BES, constante do Anexo 2 da deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (ponto 1., alínea b), subalínea (vii)), fazem parte dos "passivos excluídos" da transferência para o NOVO BANCO "quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo (…)". Deste modo, eventuais responsabilidades sobre este tipo de produtos relacionados com o GES permaneceram na esfera do Banco Espírito Santo.

Nos termos do ponto e alínea acima e subponto (v) fazem parte também dos passivos excluídos “quaisquer responsabilidades ou contingências, nomeadamente as decorrentes de fraude ou de violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contra-ordenacionais”.

O NOVO BANCO, enquanto banco de transição resultante da aplicação de uma medida de resolução ao BES ao abrigo do disposto no artigo 145º do RGICSF, incorporou na preparação das suas demonstrações financeiras individuais todo um conjunto de medidas previstas na referida medida de resolução no âmbito da transferência dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES. Considerando que a criação do Banco resulta da aplicação de uma medida de resolução ao BES, a qual originou impactos significativos em terceiros, é significativo o risco de litigância (onde se inclui o respeitante à Oak Finance) envolvendo o Novo Banco e relacionado com a Deliberação de Resolução e com a definição do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração refletiu a Deliberação de Resolução e decisões conexas tomadas pelo Banco de Portugal, bem como a indicação de que não se espera que resultem responsabilidades para o Novo Banco decorrentes daquela litigância, tendo em conta as bases legais e a informação disponível à presente data.

NOTA 39 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014					04.08.2014		
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias
Acionista								
FUNDO DE RESOLUÇÃO	-	-	-	-	3 448	3 448	-	-
Empresas subsidiárias								
GNB RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	443	-	-	1 924	-	433	-
ES CONCESSÕES	104 550	8	23 053	585	-	88 182	333	30 645
NB ACE	-	404	-	358	1 732	-	344	-
ESAF SGPS	2 001	32 984	4 024	2 731	72	4 104	32 038	4 024
NOVO ACTIVOS FINANCIEROS	721	54 176	-	2 951	166	604	53 002	-
NOVO BANCO SERVICIOS	69 028	4 643	-	828	783	72 504	4 270	-
NBGest	-	229	-	-	-	-	325	-
BESI	741 291	19 892	-	-	-	787 239	32 377	35 376
BES GMBH	-	5 882	-	-	2	-	6 172	-
BESIL	-	28	-	70	-			
NB Ásia	85	6 008	-	-	835	148	247 326	-
BES FINANCE	172 298	1 212 908	1 129 980	4 120	26 613	139 791	1 238 284	1 420 284
NBI Plc	938 687	104 562	-	3 733	1 137	928 550	731 649	650 000
ES TECH VENTURES	46 732	39 544	-	-	78	46 732	46 505	-
BEST	31 226	230 628	-	148	490	23 466	209 711	-
NB AÇORES	95 838	19 537	1 205	161	13	70 900	20 739	1 205
QUINTA DOS CONEGOS	1 091	-	-	16	-	1 097	-	-
BIBL	290 106	248 752	-	741	1 073	267 344	220 656	-
FCR PME	-	527	-	-	2	-	1 949	-
FCR VENTURES II	16 558	283	-	228	1	16 458	326	-
GNB SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	-	1 551	-	-	2 748	-	722	-
FT LPF1	16 927	7 651	-	810	-	17 957	7 936	-
SPE-LM6	180 252	1 220	-	998	-	181 852	1 539	-
SPE-LM7	1 156 569	37	-	1 463	-	1 176 606	58	-
PRAÇA DO MARQUES	-	3 110	-	-	738	-	2 588	-
SPE-SME1	1 663	-	-	-	-	5 366	-	-
AVISTAR	438 611	189 721	-	1 187	654	489 846	54 535	-
FCR BES GROWTH	15 414	871	-	-	-	15 414	2 062	-
FCR VENTURES III	10 811	1	-	139	-	9 192	69	-
OBLOG	-	1 362	-	-	1	-	1 249	-
BES ÁFRICA	-	1 349	-	-	-	-	1 689	-
BANCO DE CABO VERDE	15	72 195	-	-	126	7	67 556	-
GNB Vida	939 091	825 849	-	7 872	546	1 202 177	1 013 458	-
NOVO VANGUARDA	-	155	-	-	987	-	215	-
FLITPTREL VIII	14 900	66	-	-	-	14 900	169	-
FUNGEPI	-	42 237	1 011	42	-	-	38 668	1 011
FUNGEPI_II	-	8 966	41	27	-	-	7 975	-
FUNGERE	-	29 312	467	30	-	-	27 745	466
IMOINVESTIMENTO	-	3 646	-	38	13	-	3 596	-
PREDILOC	-	215	-	-	-	-	79	-
IMOGESTÃO	-	1 300	3 278	7	-	-	1 959	3 278
ARRABIDA	-	2 120	-	-	17	-	2 631	-
INVESFUNDO VII	-	167	-	-	-	-	155	-
NB VÉNÉTIE	730 676	783	-	1 373	-	581 675	761	-
ES LOGÍSTICA	-	9 250	-	-	9	-	-	-
	6 015 141	**3 184 572**	**1 163 059**	**30 656**	**44 208**	**6 145 559**	**4 083 853**	**2 146 289**
Empresas associadas								
ASCENDI GROUP SGPS	523 123	1 393	14 405	64 415	-	494 162	7 069	17 502
LOCARENT	100 495	816	-	3 859	3 905	200 174	717	-
NANIUM	26 057	3 516	188	387	4	26 967	248	188
EMPARK	-	-	-	-	-	102	-	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	152 525	15 815	7 935	21 168	-	152 165	9 617	7 935
PALEXPO	2 897	-	-	-	-	2 897	-	-
GNB SEGUROS	-	10 354	-	-	84	9	8 893	-
ESEGUR	5 869	10	1 008	565	-	6 413	1	1 028
ES CONTACT CENTER	60	238	-	1	2	1 713	-	40
UNICRE	11	-	-	-	-	15 004	2	-
MULTIPESSOAL	15 122	20	980	619	-	17 356	72	1 074
OUTRAS	59 271	49 052	5 242	2 832	674	37 729	88 357	5 022
	885 430	**81 214**	**29 758**	**93 846**	**4 669**	**954 691**	**114 976**	**32 789**

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é regulada pelo artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011. Os Administradores do NOVO BANCO são partes relacionadas, não existindo em 31 de dezembro de 2014 transações entre os mesmos e o Banco.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer direta, quer indiretamente:
   - a membros executivos do Conselho de Administração, a membros do Órgão de Fiscalização e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, de operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 85º do RGICSF;
   - a cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros do Órgão de Fiscalização e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros do Órgão de Fiscalização, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artigo 85º do RGICSF, acima referidas;

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF;

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos restantes membros do Conselho de Administração (na qual o(s) administrador(es) beneficiários não pode(m) intervir) e de obtenção de parecer favorável do Órgão de Fiscalização nos casos de concessão de crédito a membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros do Órgão de Fiscalização) e/ou a sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados; e

(iv) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, dois terços dos restantes membros do Conselho de Administração (na qual o(s) administrador(es) relacionado(s) não pode(m) intervir) e de obtenção de parecer favorável do Órgão de Fiscalização, nos casos de concessão de crédito a entidades (não dominadas, direta ou indiretamente, por Administradores Executivos ou por membros do Órgão de Fiscalização) nas quais os membros do Conselho de Administração ou do Órgão de Fiscalização detenham participações qualificadas ou sejam gestores. Estas regras estão refletidas no normativo interno do NOVO BANCO.

Tendo em vista a otimização do processo de concessão de crédito aos órgãos sociais e outros quadros do Grupo NOVO BANCO (GNB), o Conselho de Administração do NOVO BANCO, em dezembro de 2014, deliberou um conjunto de princípios e regras a aplicar às operações de crédito. Este normativo aplica-se a todas as entidades/unidades orgânicas do GNB, ou seja, a todas as empresas cujos direitos de voto ou administradores nomeados do NOVO BANCO, sejam superiores ou iguais a 50%, direta ou indiretamente, incluindo-se nestas unidades as sucursais ou escritórios de representação de qualquer das empresas referenciadas. Terão que ser submetidos, para aprovação prévia do Conselho de Administração do NOVO BANCO todos os empréstimos de qualquer natureza, com ou sem garantias reais, que sejam concedidos, nomeadamente, aos membros dos órgãos sociais (incluindo administradores, membros do conselho fiscal e revisor oficial de contas), assessores, diretores gerais e diretores coordenadores.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco.

NOTA 40 – SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

A 31 de dezembro de 2014, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo NOVO BANCO:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante atual do crédito	Ativo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	298 553	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	299 387	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	444 692	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	516 264	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	725 295	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	137 923	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	687 131	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	105 414	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 646 516	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534	1 610	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	186 105	Crédito a particulares

Adicionalmente, em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização sintéticas:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial do CDS	Montante atual do CDS	Ativo securitizado
Lusitano Synthetic Limited	Dezembro de 2012	1 000 000	1 000 000	Financiamento M/L Prazo (PME's)
Lusitano Synthetic II Ldt.	Dezembro de 2013	2 000 000	1 832 081	Contas correntes

Os créditos abrangidos pelas operações de securitização Lusitano Finance No. 3 e Lusitano *Leverage Finance* No. 1 não foram desreconhecidos do balanço uma vez que o Banco manteve a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados. As restantes operação de securitização foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Lusitano Syntethic Limited e o Lusitano Syntethic II Limited são operações de titularização de créditos sintéticas, que se traduzem na contratação por parte do Banco, em cada uma das operações, de um *credit default swap* (CDS), com o objetivo de eliminar o risco de crédito de um *portfólio* de créditos concedidos a empresas. Os créditos afetos a esse *portfolio* continuam a ser reconhecidos no balanço do Banco na rubrica de crédito concedido.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2014, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Banco (Valor nominal)	Data de reembolso	*Rating* das obrigações inicial				*Rating* das obrigações atual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	217 648	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A+	A	A	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A+	Baa2	A-	-
	Classe C	25 000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A+	Ba2	BB	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	A	B2	BB-	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BBB	Caa1	B-	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	215 483	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A+	A3	A	-
	Classe B	30 000	30 000	-	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A+	Baa3	BBB+	-
	Classe C	28 000	28 000	-	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A+	Ba2	BB	-
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B3	B	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	Caa2	B-	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	399 561	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	27 000	15 679	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	BBB	B2	BBB	-
	Classe C	18 600	10 801	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	BB	Caa1	BB-	-
	Classe D	14 400	8 362	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	B	Caa2	B-	-
	Classe E	10 800	7 819	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	427 263	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Baa3	A-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BB+	B3	BBB	-
	Classe C	19 200	18 150	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	B+	Caa1	B+	-
	Classe D	24 000	22 687	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB-	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	NA	-	NA	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	630 708	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BB+	Ba1	BBB+	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	B+	Caa1	B+	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CC	Ca	CCC	-
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	N/A	-	N/A	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	6 686	1 663	Dezembro de 2028	A+	-	A-	-	A+	-	A-	-
	Classe B	40 974	29 080	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	24 182	-	Dezembro de 2028	CCC	-	B	-	CCC	-	B	-
	Classe D	28 035	19 897	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	4 313	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	499 840	39 929	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	BBB	Baa3	BBB	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	BB-	Ba3	B+	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	B-	Caa1	B	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	CCC	Caa3	CCC	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CC	-	D	-
	Classe F	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	-	-	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 156 035	1 156 031	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	A-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	-	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB-	-
	Classe C	180 500	180 500	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Classe A	352 000	-	-	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe Sub	206 800	3 255	-	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance N.º 3	Classe A	450 700	-	-	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	197 929	197 930	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	24 800	10 000	10 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Synthetic Limited	Senior	900 000	895 007	895 007	Abril de 2034	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mezzanine	80 000	80 000	-	Abril de 2034	-	-	-	-	-	-	-	-
	Junior	20 000	16 671	13 337	Abril de 2034	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Synthetic II Ldt.	Senior	1 800 000	1 797 941	1 797 941	Novembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mezzanine	180 000	180 000	-	Novembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
	Junior	20 000	17 484	13 987	Novembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA 41 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado do Banco é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
31 de dezembro de 2014						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 724 884	-	-	-	2 724 884	2 724 884
Disponibilidades em outras instituições de crédito	214 258	-	-	-	214 258	214 258
Ativos financeiros detidos para negociação	102 668	55 362	1 104 577	32 884	1 295 491	1 295 491
Títulos						
Obrigações de emissores públicos	-	51 557	-	-	51 557	51 557
Obrigações de outros emissores	102 668	39	-	30	102 737	102 737
Ações	-	3 647	14	32 854	36 515	36 515
Outros títulos de rendimento variável	-	119	-	-	119	119
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	84 773	-	84 773	84 773
Taxas de juro	-	-	918 593	-	918 593	918 593
Crédito	-	-	24 805	-	24 805	24 805
Outros	-	-	76 392	-	76 392	76 392
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 112	8 298	55 211	1 180 261	1 245 882	1 245 882
Obrigações de emissores públicos	-	3 401	-	-	3 401	3 401
Obrigações de outros emissores	2 112 a)	-	17 802	158	20 072	20 072
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	4 897	37 409	1 180 103	1 222 409	1 222 409
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 593	2 230 342	2 082 342	3 249 393	7 564 670	7 564 670
Obrigações de emissores públicos	-	2 051 822	-	28 222	2 080 044	2 080 044
Obrigações de outros emissores	-	111 224	1 922 459	1 135 202	3 168 885	3 168 885
Ações	2 593	6 157	103 086	746 921	858 757	858 757
Outros títulos de rendimento variável	-	61 139	56 797	1 339 048	1 456 984	1 456 984
Aplicações em instituições de crédito	2 600 828	-	229 957	-	2 830 785	2 830 785
Crédito a clientes	31 018 820	-	322 967	-	31 341 787	29 759 776
Derivados para gestão do risco	-	-	405 235	-	405 235	405 235
Taxas de câmbio	-	-	335	-	335	335
Taxas de juro	-	-	334 961	-	334 961	334 961
Crédito	-	-	69 939	-	69 939	69 939
Ativos financeiros	**36 666 163**	**2 294 002**	**4 200 289**	**4 462 538**	**47 622 992**	**46 040 981**
Recursos de bancos centrais	8 471 659	-	-	-	8 471 659	8 471 659
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 078 260	-	1 078 260	1 078 260
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	44 986	-	44 986	44 986
Taxas de juro	-	-	921 655	-	921 655	921 655
Crédito	-	-	13 770	-	13 770	13 770
Outros	-	-	97 849	-	97 849	97 849
Recursos de outras instituições de crédito	3 786 885	-	561 055	-	4 347 940	4 300 409
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 027 413	-	3 811 411	-	27 838 824	27 838 824
Responsabilidades representadas por títulos	6 297 016	-	1 488 125	-	7 785 141	8 758 365
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	230 555	-	230 555	230 555
Derivados para gestão do risco	-	-	104 669	-	104 669	104 669
Taxas de câmbio	-	-	176	-	176	176
Taxas de juro	-	-	104 484	-	104 484	104 484
Crédito	-	-	9	-	9	9
Passivos financeiros	**42 582 973**	**-**	**7 274 075**	**-**	**49 857 048**	**50 782 741**

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
4 de agosto de 2014						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	5 361 395	-	-	-	5 361 395	5 361 395
Disponibilidades em outras instituições de crédito	369 414	-	-	-	369 414	369 414
Ativos financeiros detidos para negociação	76 229	154 319	1 011 401	32 854	1 274 803	1 274 803
Títulos						
Obrigações de emissores públicos	-	72 986	-	-	72 986	72 986
Obrigações de outros emissores	76 229	81	-	-	76 310	76 310
Ações	-	80 964	37	32 854	113 855	113 855
Outros títulos de rendimento variável	-	288	-	-	288	288
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	52 887	-	52 887	52 887
Taxas de juro	-	-	898 180	-	898 180	898 180
Crédito	-	-	29 793	-	29 793	29 793
Outros	-	-	30 504	-	30 504	30 504
Ativos finan. ao justo valor através de resultados	5 063	20 329	11 411	1 505 000	1 541 803	1 541 803
Obrigações de emissores públicos	-	3 187	-	-	3 187	3 187
Obrigações de outros emissores	5 063	10 396	11 411	97	26 967	26 967
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	6 746	-	1 504 903	1 511 649	1 511 649
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 498 a)	2 960 913	2 189 805	3 103 330	8 287 546	8 287 546
Obrigações de emissores públicos	-	2 189 664	51 983	-	2 241 647	2 241 647
Obrigações de outros emissores	30 702	680 943	2 039 814	1 057 539	3 808 998	3 808 998
Ações	2 796 a)	4 770	40 066	703 412	751 044	751 044
Outros títulos de rendimento variável	-	85 536	57 942	1 342 379	1 485 857	1 485 857
Aplicações em instituições de crédito	2 598 473	-	-	-	2 598 473	2 598 473
Crédito a clientes	33 177 961	-	306 878	-	33 484 839	31 853 095
Derivados para gestão do risco	-	-	353 090	-	353 090	353 090
Taxas de câmbio	-	-	610	-	610	610
Taxas de juro	-	-	299 710	-	299 710	299 710
Crédito	-	-	52 770	-	52 770	52 770
Ativos financeiros	**41 622 033**	**3 135 561**	**3 872 585**	**4 641 184**	**53 271 363**	**51 639 619**
Recursos de bancos centrais	13 472 827	-	-	-	13 472 827	13 472 827
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 087 235	-	1 087 235	1 087 235
Derivados						
Taxas de câmbio	-	-	33 307	-	33 307	33 307
Taxas de juro	-	-	880 656	-	880 656	880 656
Crédito	-	-	89 312	-	89 312	89 312
Outros	-	-	83 960	-	83 960	83 960
Recursos de outras instituições de crédito	4 762 758	-	603 059	-	5 365 817	5 309 343
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 543 295	-	7 680 675	-	26 223 970	26 223 970
Responsabilidades representadas por títulos	6 423 844	-	1 503 539	-	7 927 383	8 788 933
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	271 802	-	271 802	271 802
Derivados para gestão do risco	-	-	83 307	-	83 307	83 307
Taxas de câmbio	-	-	471	-	471	471
Taxas de juro	-	-	82 552	-	82 552	82 552
Crédito	-	-	284	-	284	284
Passivos financeiros	**43 202 724**	-	**11 229 617**	-	**54 432 341**	**55 237 417**

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com o IFRS 13 – Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo). No processo de reavaliação dos Instrumentos Financeiros, o Banco procede à análise dos diferentes preços no sentido de selecionar aquele que se afigura mais representativo para o instrumento em análise. Adicionalmente, são utilizados como inputs, caso existam, os preços relativos a transações recentes sobre instrumentos financeiros semelhantes os quais são posteriormente comparados com os fornecidos pelas entidades referidas no sentido de melhor fundamentar a opção do Banco por um dado preço.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

i) Derivados negociados em mercado organizado;
ii) Ações cotadas em bolsa;
iii) Fundos mobiliários abertos cotados em bolsa;
iv) Fundos mobiliários fechados cujos ativos subjacentes são unicamente instrumentos financeiros cotados em bolsa;
v) Obrigações com mais do que um *provider* e em que os instrumentos estejam listados em bolsa;
vi) Instrumentos financeiros com ofertas de mercado mesmo que não disponíveis nas normais fontes de informação (ex. Títulos a negociar com base na *recovery rate*).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

i) Obrigações sem cotação em bolsa;
ii) Derivados (OTC) mercado de balcão; e
iii) Papel comercial em que existem inputs observáveis em mercado, nomeadamente curvas de rendimento e spread de crédito, aplicáveis ao emissor.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

i) Títulos de dívida valorizados com recurso a *inputs* não observáveis no mercado;
ii) Ações não cotadas;
iii) Fundos imobiliários fechados;
iv) *Hedge Funds*;
v) *Private equities*; e
vi) Fundos de Reestruturação.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Saldo no início do período	4 641 184
Aquisições	923 206
Saídas por maturidade	(702 057)
Saídas por liquidação	(84 716)
Transferências por entrada	28 050
Transferências por saída	(89 160)
Variação de valor	(253 969)
Saldo no fim do período	4 462 538

Os principais parâmetros utilizados, durante o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respetivos prazos:

(%)

	31.12.2014			04.08.2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,0100	0,1750	0,4500	-0,0150	0,1700	0,4500
1 mês	0,0180	0,3100	0,5250	0,0731	0,1700	0,5500
3 meses	0,0780	0,1900	0,6000	0,2080	0,2800	0,6100
6 meses	0,1710	0,5000	0,7400	0,3070	0,3900	0,7600
9 meses	0,1662	0,6000	0,7393	0,3049	0,4800	0,9400
1 ano	0,1635	0,4325	0,6476	0,3070	0,3180	0,8136
3 anos	0,2240	1,2610	1,1400	0,4080	1,0995	1,6588
5 anos	0,3600	1,7900	1,4490	0,6447	1,7650	2,1117
7 anos	0,5320	2,0390	1,6450	0,9410	2,1900	2,3869
10 anos	0,8195	2,2790	1,8430	1,3546	2,5940	2,6540
15 anos	1,1528	2,5020	2,0673	1,7850	2,9610	2,9010
20 anos	1,3268	2,6160	2,1838	1,9701	3,1270	3,0150
25 anos	1,4169	2,6660	2,2211	2,0380	3,2000	3,0450
30 anos	1,4718	2,6910	2,2320	2,0550	3,2360	3,0510

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo *Markit* representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Indice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
31 de dezembro de 2014						
CDX USD Main	**23**	-	38,57	66,09	88,32	107,10
iTraxx Eur Main	**22**	**-**	35,46	62,95	84,44	101,20
iTraxx Eur Senior Financial	**22**	**-**	-	67,38	-	99,77
4 de agosto de 2014						
CDX USD Main	**22**	12,13	37,61	65,52	86,93	106,90
iTraxx Eur Main	**21**	**-**	38,57	65,58	88,03	106,02
iTraxx Eur Senior Financial	**21**	**-**	-	70,18	-	106,18

Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**31.12.2014**	**04.08.2014**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2141	1,3422	9,57	9,34	9,03	8,93	8,93
EUR/GBP	0,7789	0,7972	7,67	7,69	8,30	8,18	8,10
EUR/CHF	1,2024	1,2167	2,95	3,42	3,70	4,08	4,28
EUR/NOK	9,0420	8,4285	15,57	13,61	11,50	10,65	10,40
EUR/PLN	4,2732	4,1716	7,29	7,42	7,50	7,58	7,75
EUR/RUB	72,3370	48,0252	68,60	56,00	48,96	22,50	41,69
USD/BRL a)	2,6527	2,2548	15,00	14,50	14,45	14,55	14,65
USD/TRY [b)]	2,3326	2,1352	12,55	12,92	13,58	13,96	14,30

[a)] Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

[b)] Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2014	**04.08.2014**	**Variação %**	**1 mês**	**3 meses**	
DJ Euro Stoxx 50	3 146	3 070	2,47	24,58	21,31	27,02
PSI 20	4 799	5 854	-18,03	24,45	23,11	-
IBEX 35	10 280	10 496	-2,06	25,94	22,61	-
FTSE 100	6 566	6 678	-1,67	18,03	14,69	15,03
DAX	9 806	9 154	7,12	22,50	19,73	19,50
S&P 500	2 059	1 939	6,18	13,76	13,10	15,04
BOVESPA	50 007	56 616	-11,67	33,78	34,02	26,38

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os

fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 42 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objeto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do NOVO BANCO ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2014	04.08.2014
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	4 883 428	3 351 903
Ativos financeiros detidos para negociação	1 258 857	1 160 660
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	23 473	30 154
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 248 929	6 050 645
Crédito a clientes	31 341 787	33 484 839
Derivados para gestão de risco	405 235	353 090
Outros ativos	869 124	998 874
Garantias e avales prestados	6 970 536	8 269 106
Créditos documentários	2 383 602	3 212 253
Compromissos irrevogáveis	1 905 638	2 280 994
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	30 591	262 333
	55 321 200	**59 454 851**

O Banco calcula imparidade em base individual para todos os ativos financeiros que se encontram vencidos. Nos casos em que o valor dos colaterais líquido de *haircuts* iguale ou exceda a exposição a imparidade individual poderá ser nula. Assim, o Banco não tem ativos financeiros vencidos para os quais não tenha realizado uma análise acerca da sua recuperação e consequente reconhecimento da imparidade respetiva quando verificada.

A repartição por setores de atividade em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014							
	Crédito sobre clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade [a]	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	440 915	(51 862)	2 346	-	-	4 986	-	21 807
Indústrias Extrativas	192 438	(17 777)	432	-	-	2 760	(969)	7 024
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	757 388	(80 792)	5 817	-	-	29 653	(382)	72 759
Têxteis e Vestuário	355 979	(65 566)	573	-	-	33 806	(2 105)	11 237
Curtumes e Calçado	72 887	(10 148)	139	-	-	44	(44)	1 527
Madeira e Cortiça	138 791	(43 217)	786	-	-	1 329	(1 329)	6 017
Papel e Indústrias Gráficas	305 537	(50 385)	764	-	-	13 716	(5 195)	38 688
Refinação de Petróleo	4 349	(347)	521	-	-	-	-	5 413
Produtos Químicos e de Borracha	446 618	(34 251)	5 321	-	-	14 230	(11 344)	52 318
Produtos Minerais não Metálicos	218 775	(43 014)	107	-	-	42 645	(5 546)	15 724
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	730 199	(119 283)	492	-	-	4 105	(68)	88 419
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	194 398	(18 390)	103	-	-	2 710	(2 077)	123 759
Fabricação de Material de Transporte	76 417	(5 671)	-	-	-	1 260	(31)	18 351
Outras Indústrias Transformadoras	226 940	(45 700)	28	-	-	7 891	(6 371)	24 406
Eletricidade, Gás e Água	845 547	(12 737)	70 052	-	-	163 543	-	251 643
Construção e Obras Públicas	2 384 313	(742 204)	203 225	-	-	243 275	(555)	1 461 536
Comércio por Grosso e a Retalho	2 235 884	(628 092)	1 440	-	-	71 038	(19 872)	353 282
Turismo	1 223 083	(164 796)	3 166	-	-	8 167	(8 023)	75 511
Transportes e Comunicações	1 386 707	(97 641)	44 222	-	-	22 071	(3 330)	639 925
Atividades Financeiras	3 279 782	(312 824)	773 522	1 085 547	405 235	4 677 148	(651 119)	1 220 173
Atividades Imobiliárias	3 562 588	(855 090)	9 720	68 658	-	160 592	(15 382)	214 453
Serviços Prestados às Empresas	4 216 559	(966 945)	77 950	88 275	-	742 966	(29 908)	1 255 353
Administração e Serviços Públicos	1 434 003	(47 878)	51 755	3 401	-	1 992 745	-	188 190
Outras atividades de serviços coletivos	2 513 552	(430 870)	42 900	-	-	140 207	(52 568)	109 020
Crédito à Habitação	7 569 540	(159 216)	-	-	-	-	-	679 116
Crédito a Particulares	1 405 441	(240 462)	-	-	-	-	-	33 537
Outros	49 892	(5 478)	110	1	-	8 531	(8 530)	1 348
TOTAL	**36 268 522**	**(5 250 636)**	**1 295 491**	**1 245 882**	**405 235**	**8 389 418**	**(824 748)**	**6 970 536**

[a] inclui provisão para imparidade no valor de 4 926 735 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 323 901 milhares de euros (ver Nota 33)

(milhares de euros)

	04.08.2014							
	Crédito sobre clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade [a]	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	467 712	(33 422)	2 346	-	-	7 225	-	29 614
Indústrias Extrativas	212 601	(18 381)	10 672	-	-	2 900	(879)	10 524
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	828 840	(71 290)	5 999	841	-	21 510	(346)	65 974
Têxteis e Vestuário	371 830	(55 479)	397	-	-	31 807	(2 105)	13 186
Curtumes e Calçado	80 841	(9 517)	273	-	-	44	(44)	1 612
Madeira e Cortiça	144 422	(40 007)	323	-	-	1 329	(1 329)	7 874
Papel e Indústrias Gráficas	330 113	(48 438)	1 814	-	-	45 592	(2 211)	44 860
Refinação de Petróleo	3 042	(305)	735	-	-	-	-	5 071
Produtos Químicos e de Borracha	463 021	(23 112)	5 375	-	-	14 560	(11 204)	63 860
Produtos Minerais não Metálicos	228 632	(40 306)	116	-	-	17 048	(5 544)	16 128
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	760 801	(166 153)	239	-	-	10 613	(68)	79 492
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	199 173	(15 669)	1 501	-	-	3 594	(2 077)	112 706
Fabricação de Material de Transporte	119 127	(8 836)	148	-	-	1 051	(31)	16 393
Outras Indústrias Transformadoras	209 422	(41 796)	14	-	-	7 837	(6 317)	27 024
Eletricidade, Gás e Água	846 761	(11 951)	65 006	-	-	176 961	-	252 267
Construção e Obras Públicas	2 804 338	(670 939)	169 612	-	-	1 620	(555)	1 641 761
Comércio por Grosso e a Retalho	2 399 189	(469 034)	1 641	-	-	20 985	(19 688)	381 113
Turismo	1 266 202	(160 566)	2 936	-	-	20 188	(7 994)	86 284
Transportes e Comunicações	1 449 705	(103 863)	66 199	-	-	58 602	-	894 128
Atividades Financeiras	3 391 853	(318 658)	813 122	1 469 110	353 090	5 935 877	(506 051)	1 902 535
Atividades Imobiliárias	3 713 970	(749 326)	12 898	68 658	-	220 443	(15 382)	238 750
Serviços Prestados às Empresas	4 516 661	(979 811)	25 447	-	-	94 600	(2 584)	1 345 309
Administração e Serviços Públicos	1 486 724	(39 273)	73 196	3 187	-	2 092 735	-	194 103
Outras atividades de serviços coletivos	2 402 158	(496 642)	8 548	-	-	67 617	(23 664)	84 279
Crédito à Habitação	7 709 887	(146 702)	-	-	-	-	-	612 496
Crédito a Particulares	1 570 334	(235 869)	-	-	-	-	-	139 054
Outros	114 242	(10 845)	6 246	7	-	75 219	(34 338)	2 709
TOTAL	**38 091 601**	**(4 966 190)**	**1 274 803**	**1 541 803**	**353 090**	**8 929 957**	**(642 411)**	**8 269 106**

[a] inclui provisão para imparidade no valor de 4 606 762 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 359 428 milhares de euros (ver Nota 33)

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura CALCO (*Capital, Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhares de euros

	31.12.2014			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	14 320	8 821	8 678	14 419
Risco taxa de juro	7 514	23 661	29 981	5 301
Ações e Mercadorias	33 230	22 728	25 329	40 319
Volatilidade	5 865	3 641	5 102	1 304
Spread de Crédito	48 200	50 924	63 675	35 679
Efeito da diversificação	(38 386)	(24 036)	(22 911)	(34 463)
Total	**70 743**	**85 740**	**109 854**	**62 558**

O NOVO BANCO apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 70 743 milhares de euros (4 de agosto de 2014: 93 827 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2014						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	5 822 972	271 974	4 737 209	27 139	34 776	368 582	383 292
Crédito a clientes	36 228 032	-	21 062 862	7 613 017	2 269 924	4 427 693	854 536
Títulos	10 341 949	5 087 528	3 218 846	1 045 836	409 245	189 378	391 116
Total			**29 018 917**	**8 685 992**	**2 713 945**	**4 985 653**	**1 628 944**
Recursos de outras ICs	12 695 867	-	8 706 506	185 528	719 840	2 442 028	641 965
Depósitos	26 645 273	-	12 503 222	2 849 992	5 048 401	6 083 076	160 582
Títulos Emitidos	7 537 612	-	1 269 751	284 899	799 710	3 941 800	1 241 452
Total			**22 479 479**	**3 320 419**	**6 567 951**	**12 466 904**	**2 043 999**
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	154 699	-	6 539 438	5 365 573	(3 854 006)	(7 481 251)	(415 055)
Fora de Balanço	(27 731)	-	(1 095 697)	(1 151 151)	1 191 400	1 115 240	(87 523)
GAP estrutural	**126 968**	**-**	**5 443 741**	**4 214 422**	**(2 662 606)**	**(6 366 011)**	**(502 578)**
GAP acumulado	**-**	**-**	**5 443 741**	**9 658 163**	**6 995 557**	**629 546**	**126 968**

(milhares de euros)

	04.08.2014						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	10 913 541	411 913	7 728 751	1 533 441	1 175 229	30 917	33 290
Crédito a clientes	38 052 999	-	22 366 961	8 265 365	2 670 916	4 150 215	599 542
Títulos	11 875 978	5 810 807	3 434 752	456 710	1 419 993	256 225	497 491
Total			**33 530 464**	**10 255 516**	**5 266 138**	**4 437 357**	**1 130 323**
Recursos de outras ICs	19 312 346	-	16 409 859	228 069	340 792	1 653 729	679 897
Depósitos	25 449 699	-	10 881 993	3 495 761	4 946 647	6 116 272	9 026
Títulos Emitidos	7 767 235	-	219 828	669 349	1 197 919	4 651 975	1 028 164
Total			**27 511 680**	**4 393 179**	**6 485 358**	**12 421 976**	**1 717 087**
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	2 090 518	-	6 018 784	5 862 337	(1 219 220)	(7 984 619)	(586 764)
Fora de Balanço	(23 159)	-	(3 510 161)	(670 222)	1 942 497	2 323 400	(108 673)
GAP estrutural	**2 067 359**	**-**	**2 508 623**	**5 192 115**	**723 277**	**(5 661 219)**	**(695 437)**
GAP acumulado	**-**	**-**	**2 508 623**	**7 700 738**	**8 424 015**	**2 762 796**	**2 067 359**

De um ponto de vista de carteiras prudenciais são efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

milhares de euros

	31.12.2014			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de dezembro	223 652	(223 652)	114 148	(114 148)
Média do período	194 879	(194 879)	108 290	(108 290)
Máximo para o período	223 652	(223 652)	114 148	(114 148)
Mínimo para o período	176 646	(176 646)	100 498	(100 498)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para o período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 2014, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	31.12.2014		
	Saldo médio do período	**Juro do período**	**Taxa de juro média**
Ativos monetários	4 528 070	59 630	3,16%
Crédito a clientes	37 130 245	482 506	3,12%
Aplicações em títulos	6 457 119	55 927	2,08%
Ativos financeiros	**48 115 434**	**598 063**	**2,98%**
Recursos monetários	14 751 598	55 645	0,91%
Recursos de clientes	31 771 848	368 782	2,81%
Recursos diferenciais	1 591 988	-	-
Passivos financeiros	**48 115 434**	**424 427**	**2,11%**
Resultado Financeiro		**173 636**	**0,87%**

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2014				04.08.2014			
		Posições à Vista	**Posições a Prazo**	**Outros elementos**	**Posição Líquida**	**Posições à Vista**	**Posições a Prazo**	**Outros elementos**	**Posição Líquida**
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(489 530)	(13 108)	365 996	(136 642)	(1 120 073)	(1 557 700)	215 336	(2 462 437)
GBP	LIBRA ESTERLINA	216 850	(210 201)	86	6 735	275 877	(271 125)	3 969	8 721
BRL	REAL DO BRASIL	1 482	(59 865)	(48)	(58 431)	233	(9 645)	(86)	(9 498)
DKK	COROA DINAMARQUESA	(248)	-	-	(248)	21 955	885	-	22 840
JPY	IENE JAPONÊS	(5 788)	2 702	(8 867)	(11 953)	(6 725)	2 787	(9 006)	(12 944)
CHF	FRANCO SUICO	(546)	3 593	-	3 047	(12 825)	9 214	-	(3 611)
SEK	COROA SUECA	1 541	(1 208)	-	333	(8 516)	7 967	(92)	(641)
NOK	COROA NORUEGUESA	(29 403)	29 379	-	(24)	(40 390)	46 889	(92)	6 407
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	(15 786)	16 759	-	973	(9 854)	11 111	(191)	1 066
VEB	BOLIVAR	64 469	-	-	64 469	54 171	-	-	54 171
CNY	YUAN REN-MIN-BI	83	-	-	83	(325)	600	(19 531)	(19 256)
MAD	DIRHAM MARROQUINO	23	83 778	-	83 801	25	81 966	-	81 991
AOA	KWANZA	55 950	-	-	55 950	-	-	-	-
	OUTRAS	41 404	(2 706)	315	39 013	33 607	8 066	(20 108)	21 565
		(159 499)	**(150 877)**	**357 482**	**47 106**	**(812 840)**	**(1 668 985)**	**170 199**	**(2 311 626)**

Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de dezembro e 4 de agosto de 2014, a exposição do Banco a dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	Crédito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados (1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	1 349 213	54 958	9 981	796 161	2 210 313
Espanha	63 877	-	(18)	100 029	163 888
Grécia	-	-	-	7 504	7 504
Itália	-	-	-	1 089 306	1 089 306
	1 413 090	**54 958**	**9 962**	**1 993 000**	**3 471 010**

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

	04.08.2014				
	Crédito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados (1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	1 382 854	76 173	-	792 070	2 251 097
Espanha	82 015	-	(33)	150 695	232 677
Grécia	-	-	-	34 230	34 230
Itália	-	-	-	1 147 505	1 147 505
	1 464 869	**76 173**	**(33)**	**2 124 500**	**3 665 509**

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Exceto no que se refere ao crédito a clientes, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e de Ativos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2014					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	**742 563**	**787 595**	**8 566**	**796 161**	**-**	**14 506**
Maturidade até 1 ano	406 542	406 146	8	406 154	-	(21)
Maturidade superior 1 ano	336 021	381 449	8 558	390 007	-	14 527
Espanha	**98 577**	**99 563**	**466**	**100 029**	**-**	**(237)**
Maturidade até 1 ano	75 000	74 976	-	74 976	-	(16)
Maturidade superior 1 ano	23 577	24 587	466	25 053	-	(221)
Grécia	**9 000**	**7 200**	**304**	**7 504**	**-**	**(1 940)**
Maturidade superior 1 ano	9 000	7 200	304	7 504	-	(1 940)
Itália	**1 090 000**	**1 089 306**	**-**	**1 089 306**	**-**	**432**
Maturidade até 1 ano	1 090 000	1 089 306	-	1 089 306	-	432
	1 940 140	**1 983 664**	**9 336**	**1 993 000**	**-**	**12 761**
Ativos Financeiros de Negociação e ao Justo Valor						
Portugal	48 757	53 932	1 026	54 958	-	-
	48 757	**53 932**	**1 026**	**54 958**	**-**	**-**

(milhares de euros)

	04.08.2014					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	**764 283**	**785 169**	**6 901**	**792 070**	**-**	**-**
Maturidade até 1 ano	440 920	44 517	436	44 953	-	-
Maturidade superior 1 ano	323 363	740 652	6 465	747 117	-	-
Espanha	**149 217**	**150 410**	**285**	**150 695**	**-**	**-**
Maturidade até 1 ano	125 650	125 577	-	125 577	-	-
Maturidade superior 1 ano	23 567	24 833	285	25 118	-	-
Grécia	**34 000**	**34 102**	**128**	**34 230**	**-**	**-**
Maturidade até 1 ano	25 000	24 953	-	24 953	-	-
Maturidade superior 1 ano	9 000	9 149	128	9 277	-	-
Itália	**1 150 000**	**1 147 505**	**-**	**1 147 505**	**-**	**-**
Maturidade superior 1 ano	-	-	-	-	-	-
	2 097 500	**2 117 186**	**7 314**	**2 124 500**	**-**	**-**
Ativos Financeiros de Negociação e ao						
Portugal	69 257	74 902	1 271	76 173	-	-
	69 257	**74 902**	**1 271**	**76 173**	**-**	**-**

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.

- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinanciar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

A 31 de dezembro de 2014, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto junto do BCE ascendia a 12,6 mil milhões de euros. Neste total está incluída toda a exposição à dívida pública portuguesa no montante global de aproximadamente 0,8 mil milhões de euros (dos quais 0,4 mil milhões de euros com maturidade até 1 ano).

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	31.12.2014						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	272	272	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	5 551	3 861	101	736	27	29	796
Crédito a clientes	27 032	376	1 055	727	964	1 668	22 242
Títulos	18 871	117	295	1 128	1 336	808	15 187
Outros ativos líquidos	1 284	121	-	-	9	108	1 046
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	281	11	27	73	75	95	-
Total		**4 758**	**1 478**	**2 664**	**2 411**	**2 708**	**39 271**
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	12 807	1 007	1 995	5 270	161	770	3 605
Depósitos de clientes	26 534	1 511	523	742	280	437	23 041
Títulos Emitidos	7 538	-	395	864	295	800	5 185
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 029	1 733	2	9	39	47	198
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	9 482	52	160	179	151	171	8 769
Total		**4 303**	**3 075**	**7 064**	**926**	**2 225**	**40 798**
GAP (Ativos - Passivos)		**457**	**(1 599)**	**(4 399)**	**1 484**	**483**	
GAP Acumulado		**457**	**(1 141)**	**(5 541)**	**(4 057)**	**(3 573)**	
***Buffer* de ativos liq > 12 meses**							**8 047**

(milhões de euros)

	04.08.2014						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	419	419	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	9 197	5 489	189	100	54	4	3 361
Crédito a clientes	34 657	336	450	1 064	1 933	2 031	28 842
Títulos	20 474	75	427	1 030	1 250	3 253	14 439
Outros ativos líquidos	2 240	1 102	-	-	20	117	1 002
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	3 281	975	446	528	392	369	572
Total		**8 396**	**1 512**	**2 722**	**3 649**	**5 774**	**48 216**
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	18 620	7 213	123	315	3 151	5 193	2 625
Depósitos de clientes	26 081	805	226	285	255	323	24 187
Títulos Emitidos	10 992	2	305	718	848	1 629	7 490
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 855	2 526	3	14	22	37	253
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 782	1 015	487	741	477	353	7 709
Total		**11 561**	**1 144**	**2 073**	**4 753**	**7 535**	**42 264**
GAP (Ativos - Passivos)		**(3 166)**	**367**	**648**	**(1 102)**	**(1 761)**	
GAP Acumulado		**(3 166)**	**(2 799)**	**(2 151)**	**(3 253)**	**(5 014)**	
Buffer de ativos liq > 12 meses							**9 441**

O *gap* acumulado a um ano passou de -5 014 milhões de euros em 4 de agosto de 2014 para -3 573 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, sendo o *buffer* de ativos líquidos maior que 12 meses de 8 047 milhões de euros (4 de agosto de 2014: 9 441 milhões de euros).

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido através do indicador (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) * 100 em cada escala cumulativa de maturidade residual. Os ativos líquidos incluem os valores de tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do NOVO BANCO era, a 31 de dezembro de 2014, de 5,22 que compara com 0,1 em 4 de agosto de 2014.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a CRD IV/CRR, no contexto do quadro prudencial designado por "Basileia III". No âmbito do risco de Liquidez destaca-se a obrigatoriedade de cumprir com os requisitos para os rácios de *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR). Em janeiro de 2014, foi publicado pelo *Bank of International Settlements*, um documento consultivo referente à revisão do cálculo do NSFR. O Grupo continua a seguir todas as alterações legislativas por forma a cumprir com as obrigações regulamentares.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como Representantes de Risco Operacional designados por cada um dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, aos quais compete o cumprimento dos procedimentos instituídos e a gestão quotidiana deste Risco nas suas áreas de competência.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objetivo da gestão de capital consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco Central Europeu, encontrando-se este organismo em estrita cooperação com o Banco de Portugal. Tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, o supervisor estabelece as regras que, a este nível, deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O Banco encontra-se autorizado a utilizar a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) para o risco de crédito e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

O Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram em 26 de junho de 2013 a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) nº 75/2013 que passaram a regular na União Europeia, respetivamente, o acesso à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento e a determinação de requisitos prudenciais a observar por aquelas mesmas entidades a partir de 1 de janeiro de 2014. Estes normativos transpõem para o ordenamento jurídico europeu as recomendações do Comité de Basileia, normalmente designadas por Basileia III.

O Aviso 6/2013 de 23 de dezembro do Banco de Portugal veio regulamentar o regime transitório previsto naquele Regulamento em matéria de fundos próprios, estabelecer medidas de preservação de capital e determinar um rácio de Common Equity Tier I (CET1) não inferior a 7%.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do NOVO BANCO para 4 de agosto e 31 de dezembro de 2014, com base nas informações disponíveis, quadro regulamentar europeu de Basileia III e considerando os períodos transitórios previstos no Aviso antes mencionado:

(milhões de euros)

		31.12.2014	04.08.2014
Capital ordinário realizado		4 900	4 900
Reservas e Resultados transitados		767	743
Resultado do Exercício		(649)	-
Reservas de reavaliação		(200)	-
A - Capital Próprio contabilístico		**4 818**	**5 643**
Reservas de reavaliação		(61)	-
B - Ajustamentos prudenciais ao Capital Próprio		**(61)**	**-**
Goodwill e outros intangíveis		(100)	(102)
Impostos diferidos		(280)	(318)
Participações em sociedades financeiras		(126)	(91)
Outros		(36)	(90)
C - Deduções prudenciais		**(542)**	**(601)**
D - Common Equity Tier I (A+B+C)		**4 215**	**5 042**
Instrumentos elegíveis para Tier I		-	-
Deduções a Tier I		-	-
E - Tier I		**4 215**	**5 042**
Instrumentos elegíveis para Tier II		123	126
Deduções a Tier II		(123)	(126)
F - Tier II		**-**	**-**
G - Fundos Próprios Elegíveis		**4 215**	**5 042**
H - Ativos de Risco		**44.768**	**48.870**
Rácios Prudenciais			
Rácio Common Equity Tier I	**(D / H)**	**9,4%**	**10,3%**
Rácio Tier I	**(E / H)**	**9,4%**	**10,3%**
Rácio de Solvabilidade	**(G / H)**	**9,4%**	**10,3%**

NOTA 43 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

(milhares de euros)

	31.12.2014
Ramo Vida	
Unit Link	1 424
Seguros proteção ao crédito (parte vida)	63
Produtos tradicionais	6 220
	7 707
Ramo Não Vida	
Seguros a particulares	2 435
Seguros a empresas	631
Seguros Proteção ao Crédito (parte não vida)	85
	3 151
	10 858

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

NOTA 44 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contract Support Annex (CSA)

O NOVO BANCO tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negoceia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negoceiam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 45 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas e interpretações que se tornaram efetivas entre 1 de janeiro e 4 de agosto de 2014:

IAS 32 (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar o conceito de "deter atualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 36 (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 39 (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 10 (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas'. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 11 (nova), 'Acordos conjuntos'. A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 12 (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Alterações à IFRS 10, 11 e 12, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 27 (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 28 (revisão 2011),'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Melhorias às normas 2010 – 2012, Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 21 (nova), 'Taxas do governo'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014, ou em data posterior, e que o Banco decidiu não adotar antecipadamente:

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta alteração.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta alteração.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras com a adoção desta alteração.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os ativos transferidos não constituem um negócio. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta alteração.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de

acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta alteração.

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016).Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta alteração.

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção destas alterações.

Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção destas alterações.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- De acordo com o comunicado do Banco de Portugal de 17 de abril de 2015, na sequência da análise das sete propostas não vinculativas para a aquisição do NOVO BANCO apresentadas no dia 20 de março, foram selecionadas pelo Banco de Portugal cinco entidades para a terceira fase do procedimento de alienação.

  A decisão do Banco de Portugal foi antecedida de um procedimento de audiência prévia, ao abrigo do qual as entidades não selecionadas nos termos de decisão preliminar dispuseram de um período de dez dias úteis para se pronunciarem sobre o sentido dessa decisão. O Banco de Portugal convidou as entidades selecionadas a apresentarem, até ao final de junho de 2015, Propostas Vinculativas para aquisição do NOVO BANCO. O convite será acompanhado do Caderno de Encargos específico que estabelece o procedimento a seguir na Fase III, no decurso da qual os candidatos têm acesso a informação mais detalhada sobre o NOVO BANCO e têm a oportunidade de realizar uma due diligence;

- O Conselho de Administração do NOVO BANCO deliberou em reunião realizada a 3 de dezembro de 2014, no âmbito do processo de reestruturação do Grupo NOVO BANCO, proceder à fusão da Avistar com o NOVO BANCO.

pwc

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco" ou "Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 56.290.848 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.817.681 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 648.620 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período compreendido entre 4 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2014 ("Período") findo naquela data, e o correspondente Anexo com as Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 Conforme referido na Nota 34 do Anexo das demonstrações financeiras, o balanço do Banco em 31 de dezembro de 2014 inclui 1.065 milhões de euros relativos a impostos diferidos ativos originados por prejuízos fiscais, dos quais 160 milhões de euros são referentes a prejuízos fiscais apurados pelo BES em 2013 e transferidos para o Novo Banco ao abrigo da Deliberação de Resolução, e 905 milhões de euros decorrem de prejuízos fiscais apurados em 2014, cuja efetiva recuperabilidade depende da futura obtenção de resultados tributáveis positivos. Tendo em conta que o período máximo de utilização dos referidos prejuízos fiscais é de 5 e 12 anos, consoante tenham sido originados em 2013 ou 2014, respetivamente, consideramos que a estimava de recuperação dos mencionados impostos diferidos ativos efetuada pelo Conselho de Administração, baseada num plano de negócios abrangendo os exercícios de 2015 a 2026 que assume uma estabilidade de resultados a partir de 2019, incorpora pressupostos que consideramos otimistas tendo em conta a conjuntura económica atual e o facto de se tratar de um banco de transição. Nestas circunstâncias as rubricas de impostos diferidos ativos, reserva de originação e resultado líquido do Período, constantes do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2014, encontram-se sobreavaliadas por um montante que, nas atuais circunstâncias, não nos é possível quantificar com razoável grau de segurança, tendo em conta a multiplicidade dos pressupostos subjacentes e respetivas correlações, bem como o potencial impacto decorrente da projetada entrada de um novo acionista no Banco.

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Novo Banco, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do Período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do Período e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfases

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos à atenção para os seguintes aspetos:

10.1 Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo das demonstrações financeiras, os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, preveem que o Novo Banco seja alienado num prazo máximo de dois anos. Não obstante, o Conselho de Administração do Banco considera que, tendo por base o plano de negócios que preparou e a informação prospetiva de que dispõe sobre a rentabilidade, fluxos de caixa e níveis de capital, o Banco tem meios para continuar a desenvolver a sua atividade no futuro previsível, pelo que as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade. Salientamos no entanto que, estando o Banco num processo de venda, o cumprimento do plano de negócios apresentado pelo Conselho de Administração, incluindo nomeadamente a recuperação dos impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais referida no parágrafo 7 acima, está necessariamente condicionado pela estratégia do futuro acionista e pela sua capacidade de gerar negócio relevante para o Novo Banco.

10.2 Conforme referido na Nota 1 do Anexo das demonstrações financeiras, nos termos do regime jurídico da resolução, o Banco de Portugal pode a todo o tempo deliberar transferir ou retransmitir, com efeitos retroativos, entre o BES e o Novo Banco, ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, com os consequentes impactos nas demonstrações financeiras do banco.

10.3 Considerando que a criação do Banco resulta da aplicação de uma medida de resolução ao BES, a qual originou impactos relevantes em terceiros, é significativo o risco de litigância envolvendo o Novo Banco, relacionado com a Deliberação de Resolução e com a definição do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para este transferidos. Na preparação das demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2014, conforme se refere na Nota 38 do Anexo, o Conselho de Administração refletiu a Deliberação de Resolução e decisões conexas tomadas pelo Banco de Portugal, bem como a indicação deste de que não se espera que resultem encargos para o Novo Banco decorrentes daquela litigância, tendo em conta as bases legais e a informação disponível à presenta data.

17 de junho de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

III. AS CONTAS DA SUSTENTABILIDADE

Indicadores Ambientais

Ambientais	2014
Energia [1] **(G4-EN3, G4-EN5)**	
Consumo de electricidade total (GJ) [1]	84 286
Consumo de electricidade total (kWh)1	23 412 7
Consumo de electricidade do Data Center (kWh)	4 573 909
Consumo de electricidade (kwh/colaborador)1	3 883
Consumo de gás natural (GJ)2	247
Consumo de gás natural ($N.m^3$)2	6 430
Consumo de gás butano (Kg)3	900
Consumo de gás butano (GJ)3	44
Consumo total de energia (GJ)	122 471
Número de veículos [2]	1 179
Combustível (GJ)	37 716
Número de viagens de avião	815
Água 3 (G4-EN8)	
Consumo de água da rede pública (m^3)	34 242
Consumo água por colaborador (m^3/colaborador)	5,7
Emissão de gases com efeito de estufa (tCO_2e) [1] **(G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17)**	Unidades: t CO2e
Emissões em deslocações em frota da empresa 2	2 767
Emissões de gases fluorados dos equipamentos de climatização	——
Emissões em equipamentos de cozinha a gás natural e butano 2	17
Emissões em geradores de emergência 2	13
Emissões directas (Âmbito 1)	2 797
Emissões da produção de electricidade adquirida 1	2 961
Emissões indirectas (Âmbito 2)	2 961
Total (âmbito1 e 2)	5 758
Emissões em deslocações de trabalho/viagens de negócios de avião 5	744
Emissões das deslocações casa-trabalho-casa dos Colaboradores 2	3 169
Emissões do Tratamento de águas Residuais 1	77
Emissões indirectas (Âmbito 3)	3 990
Consumo de materiais (G4-EN1, G4-EN2)	
Papel branco para consumo interno (toneladas) 4	138
Papel branco para uso interno (ton/colaborador)4	0,023
Papel reciclado para uso interno (toneladas)	1
Papel com certificação FSC (%)4	94%
Impressos – Área de *printing* e *finishing* (toneladas) 4	83
Tonners e tinteiros (unidades)4	159
Outros consumíveis utilizados (unidades)	
Gestão de resíduos (G4-EN23) 2	
Papel enviado para reciclagem (toneladas)	78
Cartão enviado para reciclagem (toneladas)	47
Consumíveis recolhidos (kg)	4 212
Outros resíduos (toneladas)	5

Âmbito

1- NOVO BANCO, NOVO BANCO dos Açores e Banco Best
2- NOVO BANCO
3- NOVO BANCO e BEST
4- NOVO BANCO e ESAF
5- NOVO BANCO, NOVO BANCO dos Açores, Banco Best, ESAF, ES Capital, Espírito Santo Informática, Espírito Santo Ventures

Indicadores Sociais

Total Colaboradores	2014
Total Colaboradores Grupo NB (*)	7 722
Total Colaboradores (âmbito da informação de recursos humanos)	6 625
(*) colaboradores com vínculos contratuais de efectivos e contratos a termo	

Colaboradores por género	2014
Homens	3 498
Mulheres	3 127

Colaboradores por região	2014
Europa	8 079
América	291
África	36
Oriente	34

Distribuição dos colaboradores por género e faixa etária segundo as categorias profissionais (%) (G4-LA12)	2014
Directores	
Homens	69,7
Mulheres	30,3
< 30 anos	0,5
30 a 50 anos	73
> 50 anos	26,5
Chefias	
Homens	65,4
Mulheres	34,6
< 30 anos	0,8
30 a 50 anos	80,7
> 50 anos	18,5
Específico	
Homens	47,6
Mulheres	52,4
< 30 anos	7,4
30 a 50 anos	78,9
> 50 anos	13,7
Administrativo	
Homens	49,6
Mulheres	50,4
< 30 anos	7,4
30 a 50 anos	78,9
> 50 anos	13,7
Auxiliares	
Homens	60
Mulheres	40
< 30 anos	35,5
30 a 50 anos	6,7
> 50 anos	57,8

Contrato de Trabalho (G4-10)	Grupo NOVO BANCO		Europa 2014		Africa 2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Efectivos	3 320	2 922	3 309	2 910	11	12
Contrato a termo	102	135	98	130	4	5
Trabalho temporário	51	53	51	53	0	0
Estágios	18	17	18	17	0	0

Taxa de rotatividade (%) - Grupo NOVO BANCO (*) (G4-LA1)	Grupo NOVO BANCO	Europa 2014
Genero		
Feminino	0,69	0,69
Masculino	1,09	1,09
Faixa etária		
< 30 anos	0,53	0,53
30 a 50 anos	1,15	1,15
> 50 anos	0,10	0,10

Taxa de novas contratações(*) (%) - Grupo NOVO BANCO (**) (G4-LA1)	Grupo NOVO BANCO	Europa 2014
Genero		
Feminino	0,50	0,50
Masculino	0,51	0,51
Faixa etária		
< 30 anos	0,77	0,77
30 a 50 anos	0,22	0,23
> 50 anos	0,02	0,02

Licença de Maternidade/Paternidade(G4-LA3)	2014	
	Homem	Mulher
Colaboradores com benefício de licença de maternidade/paternidade*	6 625	
Colaboradores que beneficiaram de licença de maternidade/ paternidade	92	230
Colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença de maternidade/ paternidade	87	80
Colaboradores que regressaram ao trabalho 12 meses após a licença de maternidade/ paternidade	2	2
Taxa de retorno ao trabalho	96%	74%

* Ambito - Grupo NB (Europa+África = Portugal, Espanha e Cabo Verde)

Saúde e Segurança (G4-LA6)	Grupo NOVO BANCO		Europa 2014		Africa 2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Acidentes de trabalho	11	16	11	16	0	0
Doenças de trabalho	0	0	0	0	0	0
Óbitos	0	0	0	0	0	0
Taxa de acidentes	0,87	1,46	0,87	1,46	0	0
Taxa de dias perdidos	0,03	0,13	0,03	0,13	0	0
Taxa de absentismo (% sem maternidade/paternidade)	2	3	2	3	0	0

Saúde	2014
Exames médicos	1 556
Atos médicos	11 799
Atos de enfermagem	2 414
Total	0

Horas de Formação por colaborador (G4-LA9)	2014
Género	
Feminino	12 874
Masculino	12 875
Categoria Profissional	
Directores	1 618
Chefias	6 299
Específicos	9 936
Administrativos	7 801
Auxiliares	5

Avaliação de Desempenho (G4-LA11)	2014 Homem	Mulher
Número de colaboradores que receberam informação sobre avaliação de desempenho	3 114,0	2 877,0
Percentagem de colaboradores que receberam informação sobre avaliação de desempenho	99,30%	99,41%
Número de colaboradores que recebem informação sobre Gestão de Carreiras	3 114,0	2 877,0
Percentagem de colaboradores que recebem informação sobre Gestão de Carreiras	99,30%	99,41%
Número de Colaboradores promovidos		
Mudança de função	1	1
Mérito	5	3
Antiguidade	20	13
Total de Colaboradores Promovidos	26	17

Crédito Concedido a Colaboradores (em euros)	2014
Crédito à habitação	4 819 099
Crédito individual - Bens de consumo	358 944
Apoio Social	12 542

Indicadores Económicos

***Stakeholders* - Criação de Valor** (milhões de euros)	**2014**
Acionistas (dividendos)	----
Colaboradores (remuneração, encargos sociais e outros encargos)	178,0
Clientes (crédito concedido)	40 060
Fornecedores (gastos gerais administrativos)	139,5
Comunidade	1,03
Estado (impostos)	215,5

2. Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Ao Conselho de Administração Executivo do
NOVO BANCO, S.A.

Verificação independente da informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Gestão 2014 do NOVO BANCO, S.A.

Introdução

Fomos solicitados pelo Conselho de Administração Executivo do NOVO BANCO, S.A. ("NOVO BANCO"), para procedermos à verificação independente, de garantia limitada de fiabilidade, da informação de sustentabilidade incluída no "Relatório de Gestão do NOVO BANCO" (Relatório), referente ao período de 3 agosto 2014 a 31 dezembro 2014. A verificação foi efetuada de acordo com as instruções e critérios definidos pelo NOVO BANCO, referidos e divulgados no Relatório, e com os princípios e a abrangência descritos no Âmbito.

Responsabilidades

O Conselho de Administração Executivo do NOVO BANCO é responsável pela preparação do Relatório e divulgação da informação de desempenho apresentada e seus critérios de avaliação bem como pelos sistemas de controlo interno, processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório contendo o nosso parecer sobre a adequação daquela informação baseada nos procedimentos de verificação independente que efetuámos e por referência aos termos acordados. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações.

Âmbito

Os nossos procedimentos de revisão foram planeados e executados de acordo com o *International Standard on Assurance Engagements 3000* (ISAE 3000), e com referência ao *Global Reporting Initiative*, versão 4.0 (G4.0), de forma a obter um grau moderado de segurança sobre a adequação da informação constante do Relatório bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte. A extensão dos nossos procedimentos é menor que a de uma auditoria e, por consequência, o nível de fiabilidade é mais baixo, consistindo em indagações e testes analíticos e algum trabalho substantivo.

Nesta verificação independente, os nossos procedimentos consistiram em:

(i) Indagações à gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;

(ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

(iii) Verificar numa base de amostra a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

(iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
(v) Executar, numa base de amostra, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
(vi) Comparar os dados financeiros e económicos com os auditados pelo auditor financeiro externo, para aferir sobre a validação externa da informação reportada;
(vii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas incluídos no Relatório, de acordo com metodologia descrita;
(viii) Confirmar a existência de dados e informações requeridos para cumprir com a versão G4.0 da GRI, na opção 'De Acordo – Essencial', tendo em consideração o suplemento para o setor de "Financial Services".

Confidencialidade e Independência

Internamente, a PwC SROC rege-se por regras éticas e deontológicas de confidencialidade e independência bastante rígidas. Assim, em todos os aspetos da nossa colaboração, a Sociedade e os seus colaboradores mantêm estrita confidencialidade da informação obtida no desempenho das suas funções e completa independência face aos interesses do Novo Banco.

Adicionalmente, desenvolvemos o nosso trabalho em alinhamento com os requisitos de independência da norma ISAE 3000, incluindo o cumprimento das políticas de independência da PwC e do código de ética do International Ethics Standards Board of Accountants (IESBA).

Conclusões

Com base no trabalho efetuado de acordo com os termos de referência e com o Âmbito, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do Relatório não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

Tendo por base a nossa verificação do Relatório e das Diretrizes da GRI4.0, com os pressupostos incluídos no âmbito, concluímos que o Relatório inclui os dados e a informação requeridos para o cumprimento da opção 'De Acordo – Essencial', prevista na GRI, na sua versão G4.0.

Lisboa, 17 de junho de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Representada por



António Joaquim Brochado Correia, ROC